

1.º CONGRESSO INTERNACIONAL DE PARENTALIDADE

do Instituto de Psicologia e Neuropsicologia do Porto

Local: Fundação Eng. António de Almeida

Organização: Instituto de Psicologia e Neuropsicologia do Porto

2012 PORTO
9>10 MAR

ATAS DO 1.º CONGRESSO INTERNACIONAL
DE PARENTALIDADE DO IPNP

PROCEEDINGS OF 1ST INTERNATIONAL
PARENTING CONGRESS OF IPNP



1.º Congresso Internacional de Parentalidade do Instituto de Psicologia e Neuropsicologia do Porto
First International Parenting Congress of Oporto's Institute of Psychology and Neuropsychology

LIVRO DE ATAS | *PROCEEDINGS*

Porto, Portugal, 2012

Comissão Organizadora | *Organizing Committee:*

Filomena Almeida/ Liliana Vasconcelos/ Raquel Cruz/ Sara Guimarães/ Susana Oliveira/
Teresa Cunha/ Valéria Sousa-Gomes/ Vítor Fragoso

Comissão Científica | *Scientific Committee:*

Ana Tomás de Almeida/ Francisco Machado/ Isabel Macedo Pinto/ Olívia de Carvalho/
Madalena Alarcão/ Maria Filomena Gaspar/ Milice Ribeiro dos Santos/ Orlanda Cruz/ Teresa
Brandão

Nota: Os conteúdos e pontos de vista expressos nesta publicação não implicam a expressão de qualquer opinião ou posição oficial por parte de qualquer entidade; são da exclusiva responsabilidade dos seus autores. Se desejar entrar em contato com qualquer um dos autores aqui referenciados ou aceder a mais informações sobre este evento, consulte o site www.ciparentalidade.ipnp.pt ou contate-nos através do e-mail geral@ipnp.pt.

Please note: The contents and views expressed in this publication do not imply the expression of any opinion whatsoever on the part of any entity; they are solely the responsibility of their authors. If you wish to contact any of the authors referenced here or access more information about this event, please check the website www.ciparentalidade.ipnp.pt or contact us at geral@ipnp.pt.

PREFÁCIO PREFACE	4
COMISSÃO ORGANIZADORA ORGANIZING COMMITTEE	5
COMISSÃO CIENTÍFICA SCIENTIFIC COMMITTEE	5
ATAS DO 1.º CONGRESSO INTERNACIONAL DE PARENTALIDADE DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA E NEUROPSICOLOGIA DO PORTO PROCEEDINGS OF FIRST INTERNATIONAL PARENTING CONGRESS OF OPORTO'S INSTITUTE OF PSYCHOLOGY AND NEUROPSYCHOLOGY	6
C Reforma do Direito das Crianças e dos Jovens Reform of Children and Youth Law	7
C Vitimização Online: A Eficácia Das Estratégias De Supervisão Parental Na Diminuição Da Exposição Aos Riscos Online Online Victimization: Parental Supervision Strategies Efficacy On Diminishing Online Risks Exposure	12
C Pai, Mãe Versus Parentalidade Father, Mother Versus Parenthood	18
C Parentalidade e Necessidades Educativas Especiais Parenting Children With Special Needs	24
C Parentalidade e Maus-Tratos: Exercício e Percepções das Práticas Educativas no Contexto de Violência Doméstica Parenting and Maltreatment: Exercise and Perceptions of Educational Practice in the Context of Domestic Violence	29
CL O Projecto “Oficinas de Pais/Bolsas De Pais”: Primeiros Resultados Do Seu Impacto First Results of the Impact of the Project “Oficinas de Pais/Bolsas de Pais”	35
CL Pró.Parental: Construção, Implementação e Avaliação de um Programa de Formação Parental Pró.Parental: Construction, Implementation and Evaluation of a Parental Training Program	43
CL Importância da Família na Sexualidade dos Adolescentes: Percepção dos Adolescentes The Importance of Family in Adolescent Sexuality: The Teenagers' Perception	53
C Parentalidade LGBTQ no Canadá: Olhar Para Trás, Olhar Para A Frente LGBTQ Parenting in Canada: Looking Back, Looking Forward	60
C Procuram-se Abraços: O Contributo Do Acolhimento Familiar De Crianças Na Construção De Uma Parentalidade Próxima Hugs Wanted: The Contribution Of Foster Care In Building A Close Parenting	68
P O Papel das Avaliações em Situações de Risco e Perigo na Facilitação da Mudança Parental The Role of Assessments in Situations of Risk and Danger in Facilitating Parental Change	72
P Histórias Sobre a Adoção Stories on the Adoption	81
P A Parentalidade na Contemporaneidade: Necessidades dos Pais Parenthood Today: Parents Needs	89

P Programa de Competências Parentais: Estudo de Caso no Infantário Da Rochinha <i>Parenting Skills Program: A Case Study in Rochinha Nursery</i>	97
P Trajetórias de Delinquência Juvenil: A Parentalidade e o Auto-Conceito em Jovens Institucionalizados <i>Trajectories Of Juvenile Delinquency: Parenthood And Self Concept In Institutionalized Youth</i>	104
P Crianças A Tempo Inteiro Com Pais A Tempo Parcial: A Perceção Da Segurança Da Vinculação Em Crianças Filhas De Pais Divorciados <i>Full-Time Children With Part-Time Parents: The Perception Of Security Of Attachment In Children Of Divorced Parents</i>	111
P O Programa <i>Incredible Years</i> Na Parentalidade Substituta: Satisfação Dos Cuidadores Profissionais Em Acolhimento Temporário De Crianças Em Risco <i>The Incredible Years Program In Substitute Parenting: Satisfaction Of Professional Caregivers In Temporary Foster Care For Children At Risk</i>	119
P Cuidados Parentais Durante O Desenvolvimento E O Impacto Na Idade Adulta <i>Parental Care During The Development And Its Impact In Adulthood</i>	125
P Valores Que Os Pais Dizem Promover Nos Filhos Em Idade Pré-Escolar <i>Values That Parents Say That Promote In Their Preschool Children</i>	131
P Infância (In)Visível E (Ar)Riscada: A Parentalidade (Des)Protetora No Discurso De Pais De Crianças Em Risco <i>Invisible And Hazardous Childhood: (Un)Protective Parenting In The Speech Of Parents Of Children At Risk</i>	138
P Comunicação, Colaboração E Desenvolvimento: Profissionais E Famílias De Alunos Com Necessidades Educativas Especiais <i>Communication, Cooperation And Development: Professionals And Families Of Students With Special Needs</i>	146
P Maus Tratos A Crianças E Jovens: Mediação Na Protecção De Crianças E Jovens Em Perigo <i>Child And Youth Abuse: Mediation In The Protection Of Children And Youth In Danger</i>	153
P Contributos Do Educador De Infância Para A Educação Parental E Adaptação Do Bebê À Creche <i>Contributions Of Nursery Teacher For Parental Education And Adaptation To Baby'S Nursery</i>	159
P A Importancia Da Massagem Do Bebê Na Satisfação Parental <i>The Importance Of Baby Massage In Parental Satisfaction</i>	166
P A Construção Da Identidade E As Dinâmicas Relacionais Na Família Reconstituída <i>The Construction Of Identity And Relational Dynamics In The Reconstituted Family</i>	174
P Perceção Materna Do Comportamento De Vinculação Da Criança Em Função Do Tipo De Família <i>Maternal Perception Of The Child Attachment Behavior According To The Type Of Family</i>	181
P O Impacto De Estilo Parental No Desenvolvimento Psicossocial De Crianças E Jovens Com NEE <i>The Impact Of Parental Style In Psychosocial Development Of Children And Youth With SEN</i>	189

P Eficácia Da Formação Parental No Projeto RIF Ao Nível Do Sentimento De Competência Dos Pais <i>Parent Training Effectiveness In Rif Project At The Level Of Parental Sense Of Competence</i>	197
P Escala De Estilos E Dimensões Parentais: Análise Factorial Confirmatória Dos Modelos De Percepção Sobre O Outro <i>Scale Of Parenting Styles And Dimensions: Confirmatory Factorial Analysis Of The Perception Models On The Other</i>	204
P Envolvimento Paterno: Comparação Entre O Real E O Ideal <i>Father Involvement: Comparison Between The Real And The Ideal</i>	211
P Qualidade Da Vinculação E Isolamento Social Em Adolescentes <i>Quality Of Attachment And Social Isolation In Adolescents</i>	217
P Conflito Entre O Trabalho E A Família E Sua Relação Com O Envolvimento Parental <i>Conflict Between Work And Family And Its Relation To Parental Involvement</i>	225
P Qualidade Da Vinculação E Sentimento De Solidão Em Jovens Pré-Adolescentes <i>Quality Of Attachment And A Sense Of Solitude In Young Pre-Adolescents</i>	231
P Envolvimento Paterno Nas Actividades Da Criança: A Influência Da Situação Profissional Materna <i>Father Involvement In Children's Activities: The Influence Of The Mother's Professional Situation</i>	239

C - Conferência | *Conference*

CL - Comunicação Livre | *Paper Presentation*

P - Poster | *Poster*

PREFÁCIO | *PREFACE*

A Parentalidade encerra em si um conjunto de vivências, experiências, conceitos e teorias que nunca se esgota, nem nunca se esgotará, ainda mais influenciada pela conjuntura político-socio-económica de um determinado tempo histórico.

Partindo desta premissa, a génese e gestação do 1.º Congresso Internacional de Parentalidade do Instituto de Psicologia e Neuropsicologia do Porto constituíram um duplo desafio: o primeiro, pela escolha das temáticas a abordar, tal a vastidão de dimensões que a Parentalidade engloba; e o segundo, por considerarmos de extrema importância colocar em diálogo numa mesma dimensão espaço-temporal pais, filhos e profissionais (psicólogos, psicanalistas, políticos, juristas, sociólogos, médicos, enfermeiros, etc.).

Durante dois dias intensos, a Parentalidade foi contemplada e refletida nas várias perspectivas teóricas, nacionais e internacionais, nas diferentes experiências clínicas e explanados os resultados de investigação mais atuais. Deles resulta este livro de atas, com muitos dos trabalhos apresentados, permitindo dar espaço e oportunidade para uma contínua reflexão e maiores conhecimento por parte dos teóricos, académicos, profissionais e pais, aspirando contribuir para uma melhor vivência da Parentalidade.

Valéria Sousa Gomes

Presidente da Comissão Organizadora

COMISSÃO ORGANIZADORA | ORGANIZING COMMITTEE

O 1.º Congresso Internacional de Parentalidade do IPNP foi organizado e realizado pelo Instituto de Psicologia e Neuropsicologia do Porto:

Filomena Almeida
Liliana Vasconcelos
Raquel Cruz
Sara Guimarães
Susana Oliveira
Teresa Cunha
Valéria Sousa Gomes (*Presidente*)
Vítor Fragoso



**INSTITUTO DE PSICOLOGIA E
NEUROPSICOLOGIA DO PORTO**

Rua Alexandre Herculano, 371, 2.º Esq. | 4000-055 Porto
Telefone/Fax: 222 019 839 | Telemóvel: 916 101 907
Url: www.ipnp.pt | E-mail: geral@ipnp.pt

COMISSÃO CIENTÍFICA | SCIENTIFIC COMMITTEE

A Comissão Científica formada para o 1.º Congresso Internacional de Parentalidade do IPNP é constituída por:

Ana Tomás de Almeida
(*Universidade do Minho*)

Francisco Machado
(*Instituto Superior da Maia*)

Isabel Macedo Pinto
(*Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto*)

Olívia de Carvalho
(*Universidade Portucalense*)

Madalena Alarcão
(*Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra*)

Maria Filomena Gaspar
(*Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra*)

Milice Ribeiro dos Santos
(*Sociedade Portuguesa de Terapia Familiar*)

Orlanda Cruz
(*Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto*)

Teresa Brandão
(*Universidade Técnica de Lisboa*)

ATAS DO 1.º CONGRESSO INTERNACIONAL DE PARENTALIDADE DO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA E NEUROPSICOLOGIA DO PORTO

*PROCEEDINGS OF FIRST INTERNATIONAL PARENTING CONGRESS OF
Oporto's Institute of Psychology and Neuropsychology*

CONFERÊNCIA | *CONFERENCE*

REFORMA DO DIREITO DAS CRIANÇAS E DOS JOVENS | *REFORM OF CHILDREN AND YOUTH LAW*

MANUEL LOPES MADEIRA PINTO

REFORMA DO DIREITO DAS CRIANÇAS E DOS JOVENS | *REFORM OF CHILDREN AND YOUTH LAW*

Manuel Lopes Madeira Pinto

(Juiz Desembargador no Tribunal da Relação do Porto)

I.1- A Resolução do Conselho de Ministros n.º 193/97, de 3 de Outubro, aprovou um processo de reforma do sistema de proteção de crianças e jovens em risco com cinco vertentes: reforma legal; enquadramento institucional; desenvolvimento e coordenação das respostas sociais; auditorias e estudos e dinamização e coordenação da reforma.

Entretanto, e, levando em conta os resultados do trabalho da Comissão para a Reforma do Sistema de Execução de Penas e Medidas, criada em Janeiro de 1996, são encetados os processos de elaboração das propostas da Lei Tutelar Educativa e da Lei de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo, que visam constituir o suporte de uma intervenção coerente e com áreas de responsabilidade claramente definidas.

Este processo legislativo teve o seu termo com a aprovação pela Assembleia da República da Lei Tutelar Educativa (Lei 166/99, de 14.09) e da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei 147/99, de 01/09), e revogação dos Títulos I e II da Lei Tutelar de Menores (Dec. Lei n.º 314/78, de 27.10, alterado pelo DL n.º 78/95, de 31.03). Por dificuldades na sua aplicação prática, tais diplomas apenas vieram a entrar em vigor em 1 de Janeiro de 2001, com a criação e instalação dos Centros Tutelares Educativos e respetivos regulamentos.

2 - O sentido desta reforma assume essencialmente três princípios:

- Separar situações de delinquência juvenil relativamente a menores com idades entre os 12 e os 16 anos, de situações de menores em “perigo”.
- Centralizar na sociedade civil a intervenção quanto aos menores em perigo, através da instalação das Comissões de Proteção de Crianças e Menores em Perigo, tendencialmente em todos os concelhos do país.
- Intervenção subsidiária do Tribunal competente.

As CPCJ foram sendo instaladas nos diversos municípios do país e ainda não se estendem à sua totalidade. A assessoria aos tribunais passou a caber ao Instituto de Reinserção Social, hoje Direção Geral Tutelar de Menores, para os processos tutelares educativos e processos tutelares cíveis e ao Instituto da Segurança Social, para os processos de promoção e proteção.

O novo modelo de proteção de crianças e jovens em risco apela à participação ativa da comunidade, numa nova relação de parceria com o Estado, concretizada nas Comissões de Proteção de Menores, capaz de estimular energias locais potenciadoras de estabelecimento de redes de desenvolvimento social.

II.1 - A promoção dos direitos e a proteção da criança e do jovem em risco competem às entidades públicas ou privadas com atribuições em matéria de infância e juventude, às comissões de proteção, que se reestruturam e reforçam na nova lei e, em última instância, aos tribunais, quando a intervenção das comissões de proteção não possa ter lugar por falta de

consentimento dos pais, do representante legal ou de quem tenha a guarda de facto da criança ou do jovem ou por não dispor dos meios para aplicar ou executar a medida adequada.

Em obediência às normas constitucionais e da Convenção dos Direitos das Crianças, estabeleceram-se como princípios orientadores desta intervenção os princípios do interesse superior da criança e do jovem, da privacidade, da intervenção precoce, mínima, proporcional e atual, da responsabilidade parental, da prevalência da família, da obrigatoriedade da informação, da audição obrigatória e da participação e subsidiariedade (a intervenção judicial só acontecerá quando a intervenção informal e a social não puderem proteger a criança ou jovem em risco).

2 - As medidas de promoção e proteção são:

- a) Apoio junto dos pais;
- b) Apoio junto de outro familiar;
- c) Confiança a pessoa idónea;
- d) Apoio para a autonomia de vida;
- e) Acolhimento familiar;
- f) Acolhimento em instituição;
- g) Confiança a pessoa selecionada para a adoção ou a instituição com vista a futura adoção.

Note-se que esta última medida é da competência exclusiva dos tribunais, pela evidente necessidade de contraditório e possibilidade de recurso e dado que é passo decisivo ao decretamento do vínculo de filiação através da adoção, competência exclusiva dos tribunais.

Com a nova Lei de Proteção, o Estado e a sociedade passam a ter um especial dever na promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens em risco, no sentido de garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral. Entendeu-se imperativo que o Estado promova uma política específica para as crianças e jovens sujeitos a maus tratos, abusos sexuais, abusos de autoridade, negligência, abandono ou a quem os pais ou representantes legais não prestem os cuidados necessários ao seu desenvolvimento, bem como para aqueles que, com o seu comportamento, ponham, eles próprios, em causa o seu desenvolvimento, nos casos em que os pais ou representantes legais não tomem ou não possam tomar as medidas necessárias para pôr cobro a esse comportamento, ou de não se mostrarem eficazes as medidas por estes adotadas.

II - A razão de ser da **intervenção tutelar educativa**, a cargo do sistema de justiça, é outra.

Quando é o próprio menor a pôr em causa, através do seu comportamento, os valores jurídicos essenciais da comunidade traduzidos nas normas penais, justifica-se a intervenção do Estado com a finalidade de o educar para o direito e para os valores fundamentais da vida em sociedade, por forma a que ele interiorize aqueles valores e normas básicas essenciais à vida em comunidade.

Neste contexto, pressuposto da intervenção tutelar é, não só, a prática de um facto considerado pela lei penal como crime, como também a concreta necessidade de educação do

menor para o direito evidenciada pela prática daquele facto, que no momento da aplicação da medida ainda subsista.

O que tudo mostra como a intervenção se afasta do direito penal e é primacialmente ordenada ao interesse do menor: interesse fundado no seu direito à realização de condições que lhe permitam desenvolver a sua personalidade de forma socialmente responsável.

No plano dos princípios a intervenção tutelar educativa orienta-se pelo princípio da mínima intervenção. Nele se consubstancia o inarredável respeito pelo direito do menor à liberdade e à autodeterminação e o de, por regra, evoluir no seu ambiente sociofamiliar normal sem constrangimentos por parte de outrem ou do Estado.

Destaca-se, ainda, que, seguindo a nossa tradição cultural e jurídica, se manteve o limite etário da imputabilidade penal nos 16 anos e se fixou, como idade mínima para a intervenção tutelar educativa, os 12 anos. A barreira dos 16 anos à intervenção penal encontra o seu sentido político-criminal na proteção do indivíduo contra a mais gravosa das intervenções estaduais e a consequente sujeição precoce a um sistema fortemente repressivo, carregado de simbolismo social. Decisivo na fixação do limite dos 12 anos foi a consideração que, abaixo desta idade, não faz sentido uma educação para o direito que o menor dificilmente poderia compreender.

Note-se que a prática de um facto qualificado pela lei penal como crime por menores com idade inferior a 12 anos, na medida em que se prenda com situações familiares anómalas, pode constituir um indício de que o Estado tem de intervir. Mas deve então tratar-se de uma intervenção de tipo diferente, de cariz puramente protetor, que se processará no quadro da Lei de Promoção e Proteção ou em sede de intervenção social, ou, sendo caso disso, através dos tribunais, quando estiverem presentes os pressupostos requeridos pela lei civil.

III:1 - Reconhece-se que as duas formas de intervenção preconizadas - Lei de Promoção e Proteção e Lei Tutelar Educativa – embora distintas, devem ser devidamente articuladas, prevendo-se «pontes de passagem» de uma para a outra, uma vez que a natureza necessariamente incidível de uma correta «política de minoridade» não pode conceber-se em compartimentos estanques. Assim, em qualquer fase do processo tutelar educativo, nomeadamente em caso de arquivamento, o Ministério Público participa às entidades competentes a situação do menor que careça de proteção social, toma as iniciativas processuais que se justificarem relativamente ao exercício ou ao suprimento do poder parental e está habilitado para desencadear iniciativas com vista a assegurar a proteção social do menor.

A nova perspetiva por que se encara a legitimação e os fins da intervenção tutelar educativa refletem-se necessariamente no processo tutelar. Este, por razões garantísticas, vai colher ao processo penal princípios tão importantes como o da legalidade processual, da audição, do contraditório ou da judicialidade.

Confere-se ao menor um verdadeiro estatuto de sujeito de direitos processuais, de que é paradigmático o direito a defensor, de ser ouvido e de contraditar os factos que lhe são imputados.

Em qualquer caso, o processo é imbuído por um princípio de contingência adequado a uma personalidade em rápida transformação e modelado por princípios ordenadores em que releva o interesse do menor. A formalidade e o consenso combinam-se, na procura de uma eficácia ligada a três noções: a da dignidade do menor, a de tempo processual e a de intercorrência entre exigências de educação e necessidades de proteção.

Quanto às medidas previstas, vão desde a simples admoestação, imposição de tarefas a favor da comunidade, frequência de programas formativos, acompanhamento educativo e internamento em centro educativo (as mais relevantes). Embora se impõe o princípio da tipicidade, a sua enumeração é feita com alguma flexibilidade quanto ao conteúdo e modalidades de execução. Se a finalidade da intervenção é atuar sobre o menor, educando-o para o direito, o êxito da intervenção depende, sobretudo, da correta seleção da medida a aplicar e da adequação da sua execução.

Entre as medidas aplicáveis, o tribunal deve escolher a menos grave, só aplicando outra quando aquela se revelar inadequada ou insuficiente. Determinada a medida, o tribunal fixa o tipo de execução que represente a menor interferência na autonomia de decisão e de condução de vida do menor e possa suscitar a sua maior adesão, cabendo-lhe ainda dirigir a sua execução e eventual revisão.

A medida de internamento em centro educativo, pela sua natureza de última ratio e pelas restrições que impõe a direitos fundamentais, é objeto de particular atenção e rodeada de especiais cautelas.

IV- Podemos destacar, em **síntese**, que:

O antigo Direito dos Menores, assente numa visão do menor como objeto da regulação jurídica, tem hoje outra conceção assente numa visão do menor como sujeito de direitos e, daí, que este ramo do direito seja, agora, concebido como Direito das Crianças e Jovens.

Tal ramo jurídico subdivide-se em Direito Tutelar Civil, Direito de Promoção e Proteção e Direito Tutelar Educativo e não se encontra codificado de per si, antes a sua regulamentação encontra-se em diversos diplomas avulsos.

Concluo com a citação de um excerto do prefácio que o Exmº Prof. Dr. Guilherme de Oliveira me deu a honra de escrever no livro editado no ano de 2010, pela Petrony, “Direito das Crianças e dos Jovens - Legislação Nacional e Internacional Relevante Atualizada”- “O Direito dos Menores foi sempre um direito menor... As crianças e os jovens que são o motivo da sua existência, apesar de merecerem hoje mais atenção do que há tempos atrás, ainda não têm uma importância social dominante que leve o “mundo jurídico” a dar-lhes o devido destaque. Por outro lado, não suscita grandes contratos, não mobiliza interesses patrimoniais relevantes, na verdade, ninguém enriquece com ele. Aliás, todo o Direito da Família partilha desta espécie de “menoridade”, não obstante seja “politicamente correto” apregoar o valor eminente da Instituição Familiar”.

CONFERÊNCIA | *CONFERENCE*

VITIMIZAÇÃO ONLINE: A EFICÁCIA DAS ESTRATÉGIAS DE SUPERVISÃO PARENTAL NA DIMINUIÇÃO DA EXPOSIÇÃO AOS RISCOS ONLINE | *ONLINE VICTIMIZATION: PARENTAL SUPERVISION STRATEGIES EFICACY ON DIMINISHING ONLINE RISKS EXPOSURE*

FÁTIMA ABREU FERREIRA

VITIMIZAÇÃO ONLINE - A EFICÁCIA DAS ESTRATÉGIAS DE SUPERVISÃO PARENTAL NA DIMINUIÇÃO DA EXPOSIÇÃO AOS RISCOS ONLINE | *ONLINE VICTIMIZATION – PARENTAL SUPERVISION STRATEGIES EFFICACY ON DIMINISHING ONLINE RISKS EXPOSURE*

Fátima Abreu Ferreira

(Psicóloga, Investigadora na área da Sexualidade e Agressões Sexuais, Violência e Vitimologia)

RESUMO

Na atual realidade social, as novas tecnologias, particularmente a Internet, constituem já parte integrante da vida quotidiana dos adolescentes, revelando-se como importantes recursos educativos, de informação e comunicação. Não obstante, também criam um ambiente pouco regulamentado que os pode expor a uma multiplicidade de riscos: *cyberbullying*, solicitações sexuais, *cyberstalking*, etc. Neste âmbito, a supervisão parental desempenha um papel crucial como factor atenuante desta exposição, pelo que a presente investigação atende ao principal objetivo de avaliar a eficácia das estratégias de supervisão parental na diminuição da exposição aos riscos *online*. Para atingir os nossos objetivos, desenvolvemos um questionário (Avaliação de Vitimização Online), constituído por 78 itens que avaliam características sociodemográficas, comportamentos *online*, supervisão parental e regras acerca das atividades online, bem como os riscos mencionados. Este questionário foi aplicado a uma amostra de 986 jovens dos 10 aos 18 anos em Portugal, 756 em Espanha e 823 no Reino Unido. Os resultados desta aplicação parecem indicar que as estratégias de supervisão parental relacionadas com *software* de proteção não se revelam como as mais eficazes na diminuição da exposição dos jovens aos riscos *online*, especialmente nas situações em que as atividades *online* detêm um efeito de socialização e de exploração de papéis sociais, facto que nos obriga a refletir sobre as referidas estratégias no sentido de suscitar intervenções apropriadas destinadas a promover boas práticas de monitorização *online* e, simultaneamente, encontrar um equilíbrio entre a supervisão parental e a privacidade do adolescente.

Palavras-chave: Riscos Online; supervisão parental, Internet, privacidade.

ABSTRACT

Nowadays, new technologies, particularly the Internet, are now a part of youngsters' everyday lives, revealing themselves as valuable educational, information and communication resources. Nevertheless, they also create an unregulated environment that exposes them to a variety of online risks: cyberbullying, sexual solicitations, cyberstalking, etc. In this topic, parental supervision plays a determinant role as a possible attenuating factor of this exposure, making the primary objective of this investigation, the evaluation of parental supervision strategies efficacy on diminishing online risk exposure. To achieve our goals, we have developed a questionnaire (Online Victimization Assessment) consisted by 78 items that evaluate sociodemographic characteristics, online behaviors, parental supervision and rules about online activities, as well as exposure to the previously mentioned risks. This questionnaire was applied to a sample of 986 youngsters from ten to eighteen years old, from Portugal, 756 from Spain

and the 823 from the United Kingdom. The achieved results seem to indicate that the parental supervision strategies related to software protection, do not reveal themselves very effective on diminishing the risk exposure, especially concerning online activities that serve the purpose of socialization and social roles exploration. This fact requires a reflection about these strategies in order to promote appropriate interventions that can both encourage good practices of online supervision and protect the adolescents' privacy.

Keywords: Online Risks; parental supervision, Internet, privacy.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as novas tecnologias, particularmente a internet, têm vindo a construir-se num novo e excitante território para uma grande parte dos jovens, encontrando-se já intrincado nas suas rotinas diárias e permitindo-lhes a expansão dos seus círculos relacionais e melhoria das suas aptidões sociais, intelectuais e comunicativas (Finkelhor, Mitchell & Wolak, 2000).

Na verdade, atualmente, torna-se já difícil imaginar o quotidiano dos jovens sem novas tecnologias como a Internet, telemóveis e jogos de computadores – já para não falar em meios tecnológicos mais familiares como sendo a televisão. É a denominada geração “online” em que todos se encontram “ligados à rede” (Thurlow & McKay, 2003).

É um facto indubitável que o contato com esta nova vertente tecnológica lhes proporciona novos horizontes, perspetivas, desafios e oportunidades, no entanto, também os coloca numa plataforma de novos riscos e problemas (Monteiro & Gomes, 2009), originando várias inquietações sociais relacionadas com a sua privacidade e segurança (Greenfield & Yan, 2006). É o binómio indissociável que caracteriza a nova sociedade digital e o acesso às novas tecnologias – se, por um lado, os jovens que mais contactam com as novas tecnologias são aqueles que maior partido delas tiram no sentido da exploração das suas diferentes oportunidades, por outro, são também aqueles que protagonizam mais situações de confronto com potenciais riscos e situações danosas com as quais têm que aprender a lidar, muitas vezes, de forma autónoma e sem deterem as competências maturacionais para o fazer (Livingstone & Helsper, 2008). Por conseguinte, esta componente do acesso fácil, autónomo e debilmente mediado dos jovens às novas tecnologias subleva uma série de questões que urge analisar, nomeadamente ao nível da mediação parental – tarefa a que nos propomos na presente investigação.

Mediação parental

Perante esta premissa da dualidade da utilização das novas tecnologias, são os pais que detêm o privilégio de um contato mais direto com a forma como os jovens utilizam estes dispositivos e qual a utilização que deles fazem e, portanto, desempenham um dos papéis principais na batalha pela promoção das vantagens sociais e educacionais das novas tecnologias em detrimento dos efeitos negativos gerados pelos conteúdos ou contatos inerentes à sua utilização (Nathanson, Eveland, Park, & Paul, 2002).

Livingstone, Haddon Gorzig e Ólafsson (2011) propõem uma das classificações pioneiras na área da mediação das novas tecnologias, mais particularmente da Internet, referindo que, de uma forma geral, existem cinco grandes tipos de mediação parental:

- *A mediação ativa da utilização que a criança faz da Internet* – o cuidador encontra-se presente, perto do jovem, conversando com ela sobre as atividades que ela desenvolve *online*;
- *A mediação ativa da segurança da criança* – o cuidador orienta a criança nas suas atividades para que ela possa navegar de uma forma segura, ajudando-a ou discutindo o que fazer em casos de dificuldades;
- *Mediação Restritiva* – reporta-se à imposição de regras que restringem as atividades *online* do jovem (não utilizar certas aplicações, não usar a Internet para determinadas atividades, não deixar fornecer informação pessoal);
- *Monitorização* – o cuidador confere o histórico de navegação após a utilização da criança;
- *Mediação Técnica* – utilização de *software* ou controlos parentais para filtrar, restringir ou monitorizar a utilização que a criança faz da Internet.

No que concerne à eficácia dos mencionados tipos de mediação parental, a literatura científica começa, atualmente, a dar os primeiros passos, pelo que a presente investigação constitui num humilde contributo para esta área

METODOLOGIA

Com base a revisão teórica efetuada, desenvolvemos um estudo de carácter exploratório, procurando responder às seguintes questões de investigação:

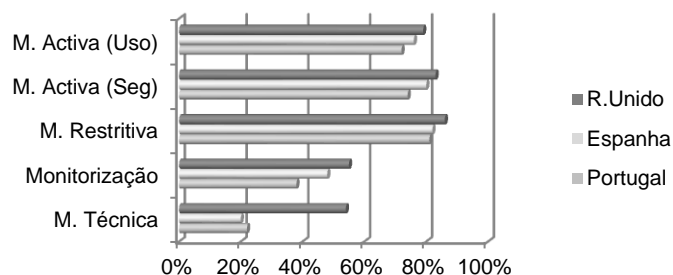
- 1 – Quais as estratégias de mediação mais comumente utilizadas pelos pais;
- 2 – Quais as estratégias de mediação mais eficazes na diminuição da exposição aos riscos.

Para atingir os nossos objetivos, desenvolvemos o Questionário de Avaliação de Vitimização Online, constituído por 78 itens que avaliam características sociodemográficas, atividades desenvolvidas *online*, estratégias de mediação parental e exposição e impacto de seis diferentes tipos de riscos online – *cyberbullying*, *cyberstalking*, solicitações sexuais, fornecimento de informação pessoal, acesso a sites de conteúdo inapropriado e riscos comerciais. Este questionário foi aplicado a uma amostra de jovens entre os dez e os dezoito anos, selecionados aleatoriamente de escolas públicas e privadas de Portugal (986 jovens), Espanha (756) e Reino Unido (823).

RESULTADOS

Os resultados permitem-nos verificar que, não havendo diferenças significativas entre os países, a mediação restritiva é o tipo de mediação mais utilizada nas três realidades (PT=81%; ES=82% e RU=86%). Não obstante, com valores muito próximos, encontramos a utilização de técnicas de mediação ativa relativas à segurança (PT=74%; ES=80% e RU=83%) e utilização (PT=72%; ES=76% e RU=79%). A monitorização e mediação técnica são os tipos de mediação parental que apresentam valores mais baixos, no entanto, importante será de referir que no Reino Unido a utilização deste tipo de mediação ainda é feita por mais de metade dos cuidadores (mediação técnica - PT=22%; ES=20% e RU=54%; monitorização PT=38%; ES=48% e RU=55%).

Gráfico 1 – Tipos de Mediação Parental utilizados



Verificamos igualmente que técnicas de mediação ativa relacionadas com a segurança são maioritariamente utilizadas com jovens do sexo feminino entre os dez e os catorze anos, o mesmo se aplicando às técnicas de mediação ativa relacionadas com a utilização, mas com a faixa etária a estender-se aos dezasseis anos. Relativamente à mediação restritiva, constatamos que os jovens do sexo masculino, entre os dez e os dezasseis anos têm mais regras acerca do tempo que passam na Internet, mas no que concerne às regras relativas a conteúdos e interações sociais, são as jovens do sexo feminino entre os dez e os dezasseis anos a quem mais regras são impostas. Neste âmbito será de ressaltar que no que concerne à utilização da mediação técnica, os números reduzem drasticamente na faixa etária dos dezasseis aos dezoito anos.

No que concerne à nossa segunda questão de investigação, diretamente relacionada com a eficácia das estratégias de mediação parental, constatamos que os três tipos de mediação parental mais utilizados pelos três países em análise são aqueles que estão mais positivamente correlacionados com a diminuição da exposição ao risco, por oposição à monitorização e mediação técnica que parecem apresentar um menor efeito na exposição ao risco. Ainda neste âmbito, e relativamente ao impacto da vitimização *online*, foi-nos possível verificar que, em situações em que a exposição não foi possível passível de prevenção, os jovens que reportaram que as suas atividades *online* eram mediadas por estratégias relacionadas com estes três tipos de mediação parental, sentiram-se mais confortáveis em revelar o que lhes havia acontecido e, em conjunto com os cuidadores, encontrar formas de solucionar e ultrapassar o sucedido.

CONCLUSÕES

No que concerne à utilização das novas tecnologias, atualmente os cuidadores enfrentam inúmeros desafios. Entre eles podemos referir a proliferação dos *media* em casa, particularmente nos quartos dos jovens – facto que dificulta a utilização de estratégias de mediação ativa e mesmo restritiva -, bem como a crescente complexidade das tecnologias de comunicação e informação. A verdade é que a info-inclusão veio efetivamente dotar os lares e as escolas do acesso às referidas novas tecnologias (numa perspetiva estática e estatística); não obstante, não dotou os cuidadores das proficiências necessárias a uma mediação

adequada das consequências deste acesso generalizado, favorecendo que a mediação parental seja feita de uma forma mais intuitiva do que propriamente educada.

Talvez por esse motivo a utilização da mediação parental decresça nas idades mais velhas, com os pais sentido que a autonomia e responsabilidade destes jovens, já perto da idade adulta, seja suficiente para colmatar a exposição os riscos.

No entanto, e apesar destas dificuldades, podemos concluir que a maioria dos pais utiliza os tipos de mediação parental que a literatura científica aponta como mais eficazes, o que, de alguma forma contraria estudos desenvolvidos em anos precedentes e que apontavam para um fosso digital entre gerações, com os pais intensamente iletrados nesta área e, por conseguinte, incapazes de uma mediação eficaz de uma realidade que desconheciam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Finkelhor, D., Mitchell, K., & Wolak, J. (2000). Online Victimization: A report on the Nation's Youth.

Monteiro, A. & Gomes, M., J. (2009). Comportamentos de Risco na Internet por parte de jovens portugueses: um estudo exploratório.

Greenfield, P. & Yan, Z. (2006). Children, adolescents, and the Internet: A new field of inquiry in developmental psychology. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 27 (3), 391-394

Livingstone, Sonia and Helsper, Ellen (2008) Parental mediation and children's Internet use. *Journal of broadcasting & electronic media*, 52 (4). pp. 581-599. ISSN 0883-8151

Livingstone, S., Haddon, L., Görzig, A., & Ólafsson, K. (2011). Risks and safety on the Internet: The perspective of European children. Full Findings. LSE, London: EU Kids Online.

Nathanson, A. I., Eveland, W. P., Park, H. S., & Paul, B. (2002). Perceived media influence and efficacy as predictors of caregivers' protective behaviors. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 46, 385—410.

Thurlow, C., McKay, S., 2003, Profiling 'new' communication technologies in adolescence, *Journal of Language and Social Psychology*, 22(1), 94-103.

CONFERÊNCIA | *CONFERENCE*

PAI, MÃE *VERSUS* PARENTALIDADE | *FATHER, MOTHER VERSUS PARENTHOOD*

MARIA BELO

PAI, MÃE VERSUS PARENTALIDADE | FATHER, MOTHER VERSUS PARENTHOOD

Maria Belo

(Presidente do Centro Português de Psicanálise. Membro da mesa da *Association Lacanienne Internationale*. Membro fundador da *Fondation Européenne pour la Psychanalyse*. Membro da Comissão Nacional e Política do Partido Socialista.)

*“A função de resíduo que sustenta e mantém a família conjugal,
põe em valor o irredutível de uma transmissão
– que não é da ordem da vida segundo a satisfação das necessidades –
mas é a transmissão de uma constituição subjetiva
implicando a relação de um desejo que não seja anónimo.”*
Jacques Lacan

O debate atual em França e nos países europeus de influência cultural francófona sobre as questões psico-sociopolíticas de hoje é um debate vivo e interdisciplinar: filósofos, sociólogos, historiadores, antropólogos, juristas, psicanalistas, economistas, escrevem, analisam e discutem sobre aquelas questões. Entre muitas outras sobre a parentalidade. Porque a passagem da identidade de pai ou mãe, funções antropológicas eminentemente sociais, à de parentalidade é um dos efeitos, uma das causas e um dos sintomas da mudança ou revolução antropológica que se desenha sob os nossos olhos. Debrucemo-nos pois, primeiro, sobre a questão da identidade contemporânea, antes de nos debruçarmos sobre a da função parental. Se é que existe.

1. Para começar no tema vou chamar a atenção para dois dados dessa mudança antropológica: o espaço e o tempo na relação parental.

Na sociedade tradicional que, em Portugal, as circunstâncias políticas prolongaram até há 40 anos, o espaço educativo era outro. Independentemente do estatuto social, as crianças cresciam em espaços largos, fossem as casas, fosse a aldeia ou o bairro, onde era possível a fuga ao controlo do olhar dos adultos (pais, parentes, “criadas”, vizinhos), todos eles implicados na ação educativa. A autoridade alargada ao conjunto dos adultos da comunidade de vida era mais efetiva do que hoje, mas simultaneamente era maior a possibilidade de fazer intervir a experiência solitária ou do grupo de sexo e de idade na construção da identidade. Esse tipo de experiência que hoje não pode ser vivida na infância senão raríssimamente tornou-se um conjunto de comportamentos vividos tardiamente, na adolescência, jovens adultos ou é apanágio dos chamados “marginais e ou violentos”.

A separação da mãe era feita naturalmente pelo terceiro social que não se limitava ao pai. A constituição de um sujeito era tradicionalmente incorporada com a experiência da vida comunitária e na etapa da modernidade pela identificação, interiorização das regras desse grupo. Essa era a forma que permitia a constituição subjetiva inscrita, atada a um desejo que, como diz a citação inicial, não seja anónimo e que não é exclusivamente nem até necessariamente o do pai ou da mãe e das suas subjetividades, mas o de alguém (o grupo dos adultos, o terceiro termo, o social) que nomeia e que pode ser chamado, nomeado em resposta. Trata-se da condição mínima para que haja sujeito.

Quanto ao tempo, a construção dessa identidade era o resultado de uma ação familiar longa que hoje só encontramos na escola. Como mulher, e mulher antiga, não quero deixar de lembrar que antes dos eletrodomésticos, da comida comprada pronta, do pronto-a-vestir, a vida familiar era o centro de inúmeras atividades que levavam tempo. Curiosamente o tempo imenso que as mulheres hoje recuperaram e que lhes permitiu inaugurar o livre mercado do trabalho, só nos aumentou o *stress*. Nomeadamente, e penso que este é um ponto fundamental na origem das mudanças antropológicas de hoje, a substituição da maternagem tradicional ou da moderna, pelas ditas férias de parto de 4 meses após o quê, a criança é entregue a uma creche onde nada implica um desejo que não seja anónimo, deveria ser posto em paralelo com aqueles cachos de jovens, de pé, longas horas, à porta de uma taberna, copo de plástico de cerveja numa mão. Associo isto porque se trata aqui de uma assembleia cujas profissões permitirão supor de, num relance, perceber o que tento apontar.

Com efeito, toda a aprendizagem era feita numa educação assente na relação exercida pela maternagem em que a função de mãe transmite a fala e cuida tendo consigo a marca de um interesse particular (que não é anónimo); e pela função de pai, paterna que liberta, protege a criança da voragem materna, para a integrar no social. Essa aprendizagem era conseguida não só pelos pais, mas pela comunidade de origem que qualquer família tinha o cuidado de constituir à sua volta (?). Isso levava e leva tempo. Já não usamos objetos que duram séculos e que eram artesanais. Mas a criação de um sujeito, é necessariamente artesanal. E embora esse sujeito morra demasiado cedo para o trabalho que deu e lhe deu constituir-se, morrendo aliás imperfeito ainda, ele tinha a perfeita noção, consciente ou inconsciente, de ser um elo de uma cadeia que vem do passado e vai em direção do futuro.

Hoje vivemos uma época de individualismo que não é possível negar. Falamos da história social da individualidade, uma história da entrada dos direitos abstratos do indivíduo na sociedade real. Trata-se da corrosão das pertenças e das dependências comunitárias tradicionais sob o efeito da dupla expansão da cidadania e do mercado, nomeadamente o assalariamento vetor da individualização do trabalhador. Mas além desta visão coletiva, há uma história individual da igualdade que afeta as funções sociais ligadas à reprodução da espécie. A igualdade dos indivíduos muda as funções ligadas aos sexos e às idades.

A família é uma instituição que tem a particularidade de se situar na intersecção do biológico e do social. Ora o individualismo age sobre esta intersecção. A grande dificuldade desta sociedade de indivíduos, é que, se por um lado, ela supõe o princípio abstrato de seres livres e iguais, por outro tem de gerir indivíduos concretos que são sexuados, primitivamente dependentes e acessoriamente mortais. O que a Declaração dos Direitos Humanos não prevê.

É esta dualidade de planos que torna a dinâmica individualista geradora de uma novidade antropológica absoluta. As consequências sociais são consideráveis, mas são ainda mais profundas aquelas sobre a identidade dos seres. Ela introduz à força, nos homens, mulheres e crianças interrogações abertas como nunca sobre si próprios, seres que nascem, vivem e morrem. (cf. crianças de hoje)

Esta história social da individualidade viu surgir recentemente um acontecimento capital: o que alguns chamam a desinstitucionalização da família. Desinstitucionalização quer dizer: a família torna-se um assunto privado – o contrário de um assunto público. Tem a ver com um agrupamento voluntário e logo, precário, de indivíduos com base e fins afetivos, sendo a procriação que se segue igualmente entendida em termos afetivos. Deixa de ser como sempre foi a mola real da ordem social, uma coletividade significativa para o estabelecimento e sustento do laço social. É nesse sentido que certos autores falam de privatização.

Paradoxalmente, assistimos, com a privatização da família, ao último passo para a concentração do laço social no Estado e ao ponto final da separação entre o Estado e a sociedade civil.

Mas assistimos também ao fim da troca simbólica como ordenador social. A dependência das mulheres que, retrospectivamente, é de surpreendente como ela se manteve tanto tempo, ancorava-se em última análise na força de um quadro de reciprocidade que continuava a comandar o laço familiar. A família manteve-se como instituição porque persistia, obscuramente, a materializar a obrigação de trocas simbólicas. Era um dos últimos refúgios da obrigação que era simbolicamente imposta aos seus atores de sair de si mesmos, do seu pequeno mundo para ir até ao outro, ao seu mundo, ligar-se com ele e fazer aliança. Era o principal modo de constituição do laço social. Este laço não é uma coisa simples, dada, natural. Tem de ser instaurado e restaurado em permanência pelo reconhecimento simbólico e institucional na copresença ao outro. É este reconhecimento que a regra da reciprocidade significa. A família era, foi o último lugar desta reciprocidade. Casar-se, não era aliar-se com uma pessoa, era aliar-se com uma outra família criando com a sua, uma nova família. Era entrar num ciclo onde estava definido que cada um tinha de retribuir o que lhe era dado. No ambiente de lógica individualista que entretanto se formava, (vai para duzentos anos) a família era uma ilha em que o vínculo antecedia os elementos ligados, o grupo ditava a sua lei aos membros, as funções passavam à frente das pessoas e não dominava a igualdade. Esta lógica pré individualista que se manteve até há algumas dezenas de anos na família talvez se deva ao seu lugar especial, no cruzamento do biológico e do social, responsável da perpetuação da vida.

A emancipação feminina que tem mais defensores do que inimigos, facto que eu me pergunto se é verdadeiramente sincero, assinala o remate da entrada num outro modo de constituição do laço social e do sujeito nesse laço que liberta os indivíduos da carga das suas funções. Passa a instituir-se a partir de outro lugar de tal forma que a relação aos outros e ao conjugue em particular podem fazer-se de forma não simbólica, puramente pessoal, psicológica e privada. Só compromete cada um mesmo que se trate da relação com um filho. Até então, fundar uma família comprometia a ordem social em geral.

No entanto é difícil de acreditar na total desinstitucionalização da família. Continua a ser necessário que as relações familiares sejam fixadas do exterior pela sociedade, por regras anteriores e exteriores à vontade individual.

2. Em português – e não só -, o pai e a mãe de uma criança são ditos os seus pais. Foi em francês que surgiu a palavra *parents* para significar os pais de uma criança. Mas na língua portuguesa, cujos últimos dicionários de Portugal e do Brasil (da Academia e o de Houaiss, ambos de 2001) não contemplam a palavra parentalidade, existe parental como adjetivo referente a pais: autoridade, responsabilidade, abandono parental. Parentalidade, palavra adotada muito recentemente entre nós, implica uma adesão ao vocabulário jurídico e à cultura anglo-saxónica que só pode fazer-se violentando a cultura nacional, o significante parental e a simbólica da nossa sociedade. Claro que não se trata de caso único, porque é em todos os domínios que nos deixamos infiltrar por significantes anglosaxónicos (coisa contra a qual se batem com denodo os franceses que criam, para se explicar, os seus novos e próprios significantes). Se noto isto, é porque esta passividade cultural com que entrámos no liberalismo anglo-saxónico, sem perceber que, se também outros países (França, Alemanha, Itália e até a Espanha) o fizeram, fizeram-no ao longo de dois séculos, defendendo cuidadosamente a sua simbólica. Nós, em 25 anos, deixámo-nos inundar até à medula. Permitimos assim que o que fazia laço social no nosso país se esvanecesse abruptamente. Em França, o significante poder

paterno foi substituído por autoridade parental. Segundo Pierre Murat, jurista do direito da família, poder implica uma prerrogativa unilateral, enquanto que autoridade faz avançar a fonte, *autoritas*, insistindo sobre a complementaridade das prerrogativas e dos deveres. {No nosso caso, escolhemos responsabilidade que realça só os segundos, os deveres}. Diz ainda aquele jurista que as prerrogativas parentais constituem um direito-função, um conjunto de direitos e deveres fixado pela lei. A autoridade parental não é assim, diz ele, um direito subjetivo, uma prerrogativa puramente individual como o é o direito de propriedade, é um direito-função, entregue, confiado a um adulto para assegurar um objetivo que é a educação da criança. E embora os direitos da criança sejam hoje reconhecidos, não se trata neste conceito de reciprocidade e ainda menos de igualdade.

Cito este jurista porque mostra bem como os franceses se esforçam para não deixar que a nuvem individualista que a nossa sociedade neoliberal faz surgir no horizonte, destrua as relações simbólicas que a serem quebradas, empurrar-nos-ão a todos para um inferno de solidão e egocentrismo onde só os que tenham meios para sustentar o seu narcisismo encontrarão algum gozo.

Retomemos a psicanálise. A família conjugal mantém uma função de transmissão irreduzível, que não é só a da espécie, da biologia, mas a da constituição do sujeito. Escorada, sustentada num desejo. Não o desejo subjetivo dos pais, não o desejo de ter um filho, mas o desejo que a função materna e paterna e que a comunidade envolvente deposita naquele futuro ser. Quando uma criança nasce, para que esse desejo exista, é preciso que a capacidade antecipadora daqueles que estão à sua volta o envolva. Ele não é só visto como “o bebé mais lindo do mundo”, mas como o filho, o neto, o sobrinho, o vizinho que será, como cidadão, o representante daquilo que de melhor tem a nossa humanidade, o nosso país, a nossa família... Eis o que quer dizer, um desejo que não seja anónimo. Desejo que dificilmente encontra apoio numa sociedade de puros indivíduos.

Mas porquê pai e mãe? Função paterna e materna? Introduzir a palavra função permite desencarnar a família, separar os que a exercem da sua subjetividade, da sua forma de estar no mundo, dos seus afetos. Eu posso não conceber ser mais a mulher conjugue do pai do meu filho, mas perceber que lhe cabe fazer a mediação entre o que me falta como mulher e a vida do nosso (a) filho(a). Ajudar-me nas minhas atividades de cuidados embrulhados em falas que constituirão a criança como sujeito, dando a saber que ao dizer-lhe filho lhe dá o direito de dizer pai, de ter um pai, de não ser abafado pela mãe. Isso permite-lhe respirar, autonomizar-se. Se a mãe está do lado do real, do corpo do bebé que ela forma como substrato do simbólico, quem integra nesse corpo esse simbólico é o pai pelo que representa e faz intervir do social. Falar da função pai e mãe implica uma operação reprodutível que se distingue do instinto e do amor, mas que se refere à nossa ordem social e cultural. Não se tem um filho só porque se quer, nos apetece. Melhor se também se quer e apetece. Mas ser pai e mãe implica saber que, ainda e por enquanto, e independentemente da subjetividade e do sexo do pai e da mãe, se aceita ser representante da lei social, da verdade da sociedade em que se vive.

Educar uma criança, socializá-la é um processo que lhe permite aprender a ser um entre os outros, a ser um qualquer. Aprender a abstração de si a favor do coletivo, do público, da objetividade, da universalidade. É essa a transmissão que cabe às funções parentais.

A função de pai e a função de mãe eram em si um limite à subjetividade: ordenavam um enquadramento, davam indicações, continham argumentos sobre o que convém fazer como pai e como mãe: aceitá-lo implicava uma restrição do gozo (vis a vis do seu produto). (Ex: sobre a fase do espelho) Poderemos passar-nos dessas funções? E se já só há uma, a função parental

isso não significa que ela conduza à mesmice ou à simetria dos dois pais. Penso que se só há uma função, a função parental, cada um a ocupa com a sua própria subjetividade, sem o alívio introduzido pela identificação às referências culturais e linguísticas das gerações passadas. Atualmente vinga o imperativo do bem da criança, do amor. Isso torna o saber inconsciente, que cada um recebe do social absolutamente inadequado: onde buscar um outro saber? (cf. cursos de ser pai e mãe) Esse saber que agora se distribui vem substituir-se ao que as funções de pai e de mãe enquadravam. Essas funções, enquanto tal legitimadas socialmente permitiam cada um abstrair-se da sua subjetividade. É necessário que um terceiro, um dos pais relativamente ao outro, a sociedade relativamente aos dois faça mediação para que a criança não seja prisioneira da subjetividade dos pais, do fantasma de um ou de outro, mas seja um ser social. É necessário homens e mulheres capazes de consentir que o outro instaure um limite.

3. O bilhete de identidade inscreve traços de identidade de diversa ordem. **Real** (impressão digital, sexo...); **simbólica** (nacionalidade, nome, filiação, estado...); **imaginária** (a fotografia...). Alguns países inscrevem mesmo a profissão (já foi o nosso caso), a raça e a religião, mas nenhum que eu conheça inscreve que o cidadão é pai ou mãe.

O que é pois isso de ser pai ou mãe? Faz parte, como se pergunta nesta mesa, da identidade do sujeito?

O BI define-nos individualmente nas nossas diversas dimensões (não define ainda, mas quem sabe o que o futuro nos reserva, a nossa identidade sintomática). Fá-lo para nos poder distinguir como indivíduos do conjunto dos cidadãos, para controlar o cumprimento dos nossos deveres e o uso dos nossos direitos. Ser pai e ser mãe não são uma identidade, são funções, são um nome.

BIBLIOGRAFIA

Jacques Lacan: A família, Lisboa, Assírio e Alvim, 1987 (1938), e «Notes sur l'enfant», em *Autres écrits*, Paris, Seuil, 2001 (1969);

Charles Melman, *L'homme sans gravité*, Paris, Gallimard «Folio», 2005 (2002);

Marcel Gauchet, *La démocratie contre elle-même*, Paris, Gallimard, 2002;

Jean Claude Michea, *Le complexe d'Orphée*, Paris, Climats, 2011;

La Revue lacanienne, nº 8, Set. 2010, «La famille, fin d'un drame psychique?» Paris, érès;

Hervé Defalvard, *Les non-dits du marché. Dialogue d'un économiste avec la psychanalyse*, Paris, érès, 2008.

CONFERÊNCIA | *CONFERENCE*

**PARENTALIDADE E NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS | *PARENTING CHILDREN
WITH SPECIAL NEEDS***

MARY CROWLEY

PARENTALIDADE E NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS | PARENTING CHILDREN WITH SPECIAL NEEDS

Mary Crowley (marycrowleyjohnson@gmail.com)

OBE President, International Federation for Parenting Education (fiep-ifpe.fr)

(Mary Crowley was first Chief Executive of Parenting UK, the national umbrella body for people who work with parents; Director of the EU Socrates Project “Parenting in Europe in the 21st Century”; she led the development of the UK National Occupational Standards for Work with Parents (<http://www.parentinguk.org/your-work/what-is-work-with-parents/national-occupational-standards-for-work-with-parents/>). As a former Director of Adult Education Services in the London Borough of Waltham Forest, she promotes the concept of parenting education as adult learning rather than medicine or therapy)

Abstract

The paper considers what parenting services should be offered to parents of children with disabilities. This includes parents of children with sensory and mobility impairments, learning disabilities and mental health issues. It suggests the range of parenting services which these parents should be offered in an ideal world, and the range of support which needs to be provided to enable them to access the services. It suggests the curriculum which should be covered. It refers to the impact of having a disabled child on the couple relationship and on siblings in the family. It considers the professional training needs of practitioners and the range of networking skills which are essential for this work.

The Joseph Rowntree Foundation carried out a study in 1999 asking parents of severely disabled children what they needed (Chambra 1999). At the top of their list was money; then help with planning their child’s future; help during school holidays; skills to help their child; help with sleep/behavior problems; personal guidance about available services; a break from care.

I do not propose to consider these requirements but I will look specifically at the provision of parenting programmes for parents of children with physical, sensory and learning disabilities and mental health problems, considering the ways in which parenting education can help this group of parents. I am adhering to the narrow definition of parenting education as an intervention concerned specifically with helping to improve the parent-child relationship.

In the International Federation for Parenting Education, we believe that all parents, fathers as well as mothers, need and deserve easily accessible parenting education and support at all stages of their child’s life and also before the child is born. Parenting arouses our deepest feelings - fierce love and a need to protect, expectations and dreams for our children, and memories of our own upbringing. Parents of children with disabilities or other special needs need the same knowledge and skills as other parents, plus some extra to help them with their particular situation.

What do we mean by parenting education and support? What does a parenting programme cover? It does not include the physical care of the baby or child. Instead it focuses on: building parents’ self-esteem; the impact of parental expectations on children; parents looking after

themselves and the couple relationship and taking time to do things for themselves; learning to recognize, accept and express feelings - their own and their child's.

For example, the EU Socrates "Dialogue" 2004 parenting programme included the following topics: seeing the connection with my own childhood; listening actively and giving feedback; labels - positive and negative; expressing appreciation; avoiding praise ; asking children their opinion on matters which concern them – (this could include treatments, for example); setting limits; building happy memories.

Other topics which may be useful for this group of parents could include: dealing with grief - mourning for the "perfect child" ; the parent-parent relationship; having some time for ourselves; guilt for feeling grief or for taking care of myself; siblings - older and younger – giving them some "special time" so it doesn't feel like their brother or sister with the special needs gets all the attention.

Extended family relationships, including grandparents; play, growth and development; day-care; training carers.

Some parents, especially those with older children, may also find it useful to consider: parenting older or adult children with disabilities; the adult children's need for love, sexuality and parenthood; helping them live independently; thinking of the future when parents are not there; managing the impact of long-term care on siblings.

It is essential that the parenting education tutor be trained as a parenting educator in accordance with the National Occupational Standards for Work with Parents, be well informed and well connected to local services in order to enable recruitment and efficient service delivery, however they do not need to be experts on disability. Parenting programmes are not about expert knowledge of disability issues being provided for parents; they are an opportunity for parents to explore their feelings and think about how they, their partners and their children are feeling; to consider how to respond to these feelings; to recognize their own and their child's emotional needs and those of siblings and consider how to meet them. There is no doubt that parents may sometimes need expert knowledge or advice because of their child's disability but they need to be helped to identify for themselves possible sources of this knowledge – the parenting educator's area of expertise is parenting!

The model of provision may be the conventional group-based regular meeting in a local venue but it is important to consider if a different model of delivery might better suit parents of children with disabilities. For example the parenting programme could be delivered by Skype or phone. Timing should suit both parents ideally, but if they cannot attend a programme at the same time, it will be necessary to consider other ways of both accessing services; it can be divisive if they do not because it produces a situation where one parent is the "expert" on parenting.

Some parents hate and fear group-based provision. This can be because of negative experiences in school or because of tensions in the local community which may not be obvious to the facilitator. Many parents are reluctant to discuss what they see as private family issues in the company of other parents. In any case it is crucial to offer an introductory session so that parents are reassured that they will be treated as adults not blamed or told they are bad parents. If parents still prefer to avoid group-based provision or cannot manage the logistics of getting there it will be necessary to offer one-to-one provision in their home or elsewhere.

Having a regular no-commitment drop-in session in a local venue maybe once a week or once a fortnight can be a gentle introduction and allay the fears of some parents. Increasingly parents

turn to on-line services; leaflets; DVDs and the internet for information and support. These models of delivery are obviously particularly valuable for parents whose transport and childcare needs are hard to meet though they lack the educational and social advantages of having the chance to meet and share with other parents in a similar situation.

The support and enabling services required to make it possible for parents to access services include: childcare for the child with the special needs and any other children in the family. A very high ratio of carers to children can be required which makes the provision expensive. It's also important to bear in mind that you may need to select adapted premises for example, those with level access. You may also need to provide transport for the parents and the children. Interpreting services will be needed for some parents – both sign interpreting for people with hearing impairments and foreign language interpreting for parents who do not speak the main language of the group. If there are a number of parents speaking a minority language it would be really worth trying to provide a special group for them.

The local organizer of parenting programmes for parents of children with disabilities needs wonderful local links to a great variety of people, and enormous persuasive powers. It is worth building relationships with other service providers in related areas in order to have their help in recruiting parents and in identifying unmet need.

They may also offer practical help like premises, transport, or publicity. These could include: maternity and medical services; special schools; municipal information and transport providers; local radio. In Sweden some supermarkets help publicize and pay for parenting services but I have never succeeded in persuading British supermarkets to do the same. Perhaps there may be more generous supermarkets in Portugal...?

Because of the support structure needed, the provision of services for parents of children with disabilities can be expensive. It may be necessary to deploy shameless tactics to persuade policy-makers to pay. For example, take the parents and children to see them; (children make more of an impact than adults, and after all, it is they who will ultimately benefit) Get them to distribute leaflets at public meetings. Ask local radio or TV stations to help. Parents who have already attended parenting programmes could describe on-air how they helped them, though it is important to remind them that their children and their children's friends will hear the broadcast, so care is needed in deciding what to say. We should not be deterred by this, because actual parents talking about their experience is powerful and worth using. The policy-makers are not aware of the need; it's up to us to inform and persuade them. After a couple of years a proper range of services for parents of children with disabilities will be accepted as normal and essential. I wish you the best of luck with the work.

Useful links:

International Federation for Parenting Education (www.fiep-ifpe.fr), Founded 1964 in Paris; world-wide;

European conference in the Hague October 2012 organized by The Netherlands Youth Institute and the University of Amsterdam (<http://www.nji.nl/thinkparents>);

A popular UK on-line resource provided by the organization Contactafamily for parents of children with disabilities: www.parentsofdisabledchildren.co.uk/

REFERENCES AND FURTHER READING:

Cline, F. W. and Greene, L (2007) Parenting Children with Health Issues Love and Logic Press;

Greenspan, S I, Wieder, S & Simons R (1998). The Child with Special Needs: Encouraging Intellectual and Emotional Growth. Perseus Books.

Chamba, R (1999) On the Edge: Minority Ethnic Families Caring for a Severely Disabled Child, Joseph Rowntree Foundation

Miller N et al (1994) Nobody's Perfect: Living and Growing with Children who have Special Needs. P.H. Brookes Pub. Co.

CONFERÊNCIA | *CONFERENCE*

PARENTALIDADE E MAUS-TRATOS: EXERCÍCIO E PERCEÇÕES DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA | *PARENTING AND MALTREATMENT: EXERCISE AND PERCEPTIONS OF EDUCATIONAL PRACTICE IN THE CONTEXT OF DOMESTIC VIOLENCE*

ANA ISABEL SANI

PARENTALIDADE E MAUS-TRATOS: EXERCÍCIO E PERCEÇÕES DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA | PARENTING AND MALTREATMENT: EXERCISE AND PERCEPTIONS OF EDUCATIONAL PRACTICE IN THE CONTEXT OF DOMESTIC VIOLENCE

Ana Isabel Sani (anasani@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

(Professora Associada da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa (UFP). Doutorada em Psicologia da Justiça pela Universidade do Minho. Coordenadora do Mestrado em Psicologia Jurídica da UFP. Coordenadora da Unidade de Psicologia Forense da Clínica Pedagógica de Psicologia da Universidade Fernando Pessoa. Investigadora na área da Vitimologia, com interesse particular pelo estudo da vitimação indireta de crianças (violência interparental). Intervenção sobretudo nas áreas da vitimação infantil e psicologia forense. Várias publicações no âmbito da Psicologia Jurídica, sendo os livros mais recentes sido publicados em 2011 com o título "Crianças vítimas de violência" pelas Edições UFP, Porto e "Temas em Vitimologia: realidades emergentes e respostas sociais" pelas Edições Almedina, Coimbra)

Resumo: Nesta comunicação pretende-se discutir algumas das consequências diretas e indiretas da violência doméstica ao nível da identidade, papel e experiência parental das mães. Debatem-se algumas das particularidades no desempenho da parentalidade, permanecendo ou não a vítima na relação e os eventuais conflitos de interesse emergentes desta experiência. Serão apresentados alguns dados de investigações sobre os maus-tratos e parentalidade, procurando refletir acerca das implicações para a intervenção, assim como abordar algumas diretrizes na investigação nesta temática.

Abstract: *This paper aims to discuss some of the direct and indirect consequences of domestic violence in terms of identity, parenting roles and experience of mothers. It will look into some of the specificities in the parenting performance, whether or not the victim remains in the relationship, and the eventual emergent conflicts of interest related to this experience. We will present some research data on parenting and abuse, trying to discuss the implications for intervention, as well as present some guidelines on research addressing this issue.*

Violência no contexto familiar

A literatura e os estudos realizados na área da Vitimologia têm colocado em evidência o quão difícil e debilitante é para a vítima, viver num ambiente familiar hostil e violento. O impacto dessa experiência de violência pode atingir a vítima diretamente, em termos físicos e psicológicos, mas pode afetá-la também indiretamente, ao interferir com a sua capacidade de gestão da relação com os filhos, com a qualidade da vinculação e o nível de ajustamento das crianças (Levendosky, Huth-Bocks, Shapiro & Semel, 2003).

Assim, quando a violência é parte integrante da vida familiar, o exercício da parentalidade torna-se, uma tarefa difícil pela incapacidade de se poder assumir com normatividade todas as tarefas, podendo algumas destas ficar para segundo plano ou serem exercidas de forma menos eficaz. As preocupações da vítima estão, frequentemente, centradas na sua segurança e proteção dos filhos, pelo que, por vezes, as necessidades da criança podem não ser

convenientemente satisfeitas (Holden, Stein, Ritchie, Harris & Jouriles 1998). Se muito novas podem não revelar explicitamente desconforto e oposição face a esta situação, à medida que crescem o seu entendimento muda, como mudam as suas respostas aos conflitos que experienciam. A criança pode vir a achar que não está segura e que a capacidade de garantirem a sua proteção é diminuta ou inexistente, podendo esta tornar-se numa criança instável, insegura e mais vulnerável a estados afetivos variáveis, imprevisíveis e negativos (Davies & Cummings, 1994; Lawson, 2001).

Os dilemas, desafios e riscos experienciados pela vítima de maus tratos no seio da família são vários, antevendo-se os perigos para o exercício da parentalidade, atendendo à forma como quem sofre a violência percebe e é percebida relativamente às suas práticas educativas. Algumas das alterações podem, entre outras, estar relacionadas com a inexistência de um posicionamento instrutivo perante a criança, com a inconsistência na aplicação de estratégias educativas (Hester, Pearson & Harwin, 2002) ou com a exibição de práticas disciplinares mais coercivas como forma de lidar com os comportamentos disruptivos das suas crianças. Estas e outras alterações poderão ser interpretadas pela criança como comportamento de submissão ou de incapacidade de cumprir o papel parental, podendo vir a perturbar a relação existente entre a criança e esse progenitor. Face à experiência de exposição à violência interparental, estas crianças podem, inesperadamente, mudar os seus comportamentos, mas podem sobretudo atuar diferentemente, apoiando a vítima, ligar-se a esta numa postura de compreensão perante as dificuldades vividas, como podem ficar ressentidas, revoltadas, desrespeitando esse progenitor pela permanência na relação ou por não tomar decisões e desafiando a sua autoridade e limites (Sudermann & Jaffe, 1999; Sudermann, Jaffe e Watson, 1996 cit. Sani, 2008), através de fugas de casa, comportamentos violentes e, inclusive delinquentes (Jaffe, Wolfe & Wilson, 1990). As dinâmicas operadas no seio das famílias violentas podem, igualmente, acarretar uma série de consequências negativas e aumentar o risco de perpetração e/ou vitimação nas relações futuras (Cecconello, De Antoni & Koller, 2003).

A proteção da criança face à conflitualidade e violência dos progenitores é sempre difícil de garantir, dado que de forma mais aberta ou coberta esse conflito existe sempre, mesmo após a separação do casal. Em alguns casos a criança é implicada intencionalmente no conflito dos pais quando um ou outro progenitor quer obter informação sobre as rotinas e atividades do outro, sendo frequentemente instrumentalizada e moldada nas suas percepções, afetos e comportamentos. As tentativas de desafeto e afastamento relativamente a um dos progenitores podem surgir implícita e explicitamente motivadas por um dos pais, gerando na criança fortes conflitos de lealdade e grande dificuldade em lidar com a separação ou divórcio dos seus pais. Todas as estratégias que visam a criação de clivagens entre os membros de uma família, que procurem arruinar a autoridade de um dos progenitores ou façam uso das crianças como meio para atingir os pais constituem veículos facilitadores para a adoção futura de modelos de perpetuação da violência, que poderão refletir-se desde cedo no âmbito de relacionamentos infantis (e.g., bullying) e juvenis (e.g., violência no namoro).

Investigações sobre os maus-tratos e parentalidade

Diversos estudos nacionais e internacionais têm demonstrado como a vivência em contextos de violência doméstica tendem a interferir significativamente com o exercício da parentalidade.

McCloskey, Figueredo e Koss (1995) a fim de estudarem a relação entre diversas formas de agressão na família e os comportamentos parentais entrevistaram 365 mães e uma das suas crianças entre os 6 e os 12 anos e avaliaram o suporte dado às crianças pelas mães, tendo concluído que as famílias violentas dão menos apoio às crianças do que as famílias não violentas, mas que quando o suporte ocorre tal compensa nas crianças o efeito negativo da violência.

Graham-Bermann e Levendosky (1998) num estudo comparativo com crianças em idade pré-escolar, filhas de mulheres agredidas e não agredidas concluíram no que respeita às qualidades parentais que havia maior punição dos filhos no caso das mulheres vítimas de violência. No entanto, há autores que afirmam que algumas mães como forma de compensar os filhos pelo ambiente instável originado pela violência, proporcionam mais afeto e suporte, à semelhança das mães que não vivenciam esta problemática (Holden, Stein, Ritchie, Harris & Jouriles, 1998).

Levendosky, Huth-Bocks, Shapiro e Semel (2003) concluem a partir de um estudo em que examinaram o papel mediador da relação mãe-criança no funcionamento de 103 crianças em idades pré-escolares com experiência de violência doméstica, que as mulheres que estavam deprimidas devido à violência apresentavam uma menor eficácia parental e uma vinculação mais insegura com as suas crianças.

Sani e Cunha (2011) analisaram o impacto da violência conjugal exercido contra as mulheres nas práticas educativas parentais. A amostra é constituída por 60 mães divididas em dois grupos, vítimas de violência conjugal (n=30) e não vítimas de violência conjugal (n=30), com idades entre os 21 e os 60 anos. Os dados recolhidos através do “Inventário de Práticas Educativas” revelaram que as mulheres vítimas de violência utilizam de modo mais corrente práticas educativas inadequadas na interação com os seus filhos, classificando-as também como adequadas, mais do que as mulheres não vítimas de violência conjugal.

Implicações para a intervenção

O desenvolvimento de uma rede de suporte formal e/ou informal para as vítimas de violência doméstica constitui das premissas mais importantes para promover a diminuição do impacto negativo da experiência de vitimação e a recuperação da vítima (Levendosky & Graham-Bermann, 2001). Este suporte muitas vezes não existe, não está disponível ou existindo pode não ser percecionado como tal. O suporte à vítima de violência doméstica pode passar pelo apoio na adoção de estratégias de segurança, pela regularização das suas rotinas, desenvolvendo novas tarefas que possam contribuir para aumentar o seu sentido de eficácia, de organização e de confiança. O apoio na melhoria do relacionamento com os filhos pode dar um contributo importante para o restabelecimento do seu papel parental e ter um impacto positivo ao nível do ajustamento global da criança. A intervenção poderá decorrer de forma individual ou em grupo, conjuntamente ou não com o trabalho com a criança (Sani, 2011; Sani, no prelo), podendo os objetivos centrais passar por trabalhar os relacionamentos pais-criança, fomentar práticas disciplinares positivas ou promover um ambiente seguro, funcionando os pais como figuras de suporte emocional (Macmillan & Harpur, 2003). Neste apoio à parentalidade da vítima de maus tratos com a intervenção junto da criança, pode ser benéfico e até muito desejado pelas progenitoras, pois o seu bem-estar e carências são também guiados pelas necessidades da criança (Rudo & Powell, 1996; Spears, 2000).

Todos estes os esforços comunitários visam o restabelecimento de um novo sistema familiar que não se coaduna com a violência, por exemplo: apoiando a mãe na sua recuperação física e emocional; ajudando no desenvolvimento de um plano de segurança; auxiliando em assuntos práticos como a habitação, emprego ou educação; assegurando a manutenção dos laços comunitários (escola, atividades da criança); promovendo o confronto das mães com exigências específicas da criança; orientando em questões legais e garantido a sua segurança; trabalhando os sentimentos de destruição como progenitor; reforçando as ligações a pessoas de suporte (e.g., família alargada) (Sudermann & Jaffe, 1999, cit. Kazarian e Kazarian, 1998)

CONCLUSÃO

As preocupações partilhadas quanto à intervenção e à investigação no domínio da parentalidade em casos de violência doméstica sublinham a mais-valia de uma abordagem de empowerment, o envolvimento do sistema social e a pesquisa numa lógica de investigação-ação, que fundamente as práticas e promova a mudança e a criação de políticas e de programas interventivos (Sani, 2008).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cecconello, A., De Antoni, C., & Koller, S. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8, 45-54.
- Davies, P., & Cummings, M. (1994). Marital conflict and child adjustment: an emotional security hypothesis. *Psychological Bulletin*, 116, 387-411.
- Graham-Bermann, S. A., & Levendosky, A. (1998). The social functioning of preschool-age children whose mothers are emotionally and physically abused. *Journal of Emotional Abuse*, 1, 59-84.
- Hester, M., Pearson, C., & Harwin, N. (2002). *Making an impact: children and domestic violence: A reader*, 3rd ed.. London: Jessica Kingsley Publishers.
- Holden, G., Stein, J., Ritchie, K., Harris, S., & Jouriles, E. (1998). Parenting Behaviors and beliefs of battered woman. In G. Holden, R. Geffner, & E. Jouriles (Eds.), *Children exposed to marital violence. Theory, research and applied issues*. (pp. 289-334). Washington: American Psychological Association.
- Jaffe, P., Wolfe, D., & Wilson, S. (1990). *Children of battered woman*. USA: Sage Publications.
- Lawson, D. (2001). The development of abusive personality: a trauma response. *Journal of Counselling & Development*, 79, 505-509.
- Levendosky, A. & Graham-Bermann, S. (2001). Parenting battered woman: the effects of domestic violence on woman and their children. *Journal of Family Violence*, 16 (2), 171-192.
- Levendosky, A., Huth-Bocks, A., Shapiro, D., & Semel, M. (2003). The impact of domestic violence on the maternal-child relationship and preschool-age children's functioning. *Journal of Family Violence*, 17(3), 275-287.

Macmillan, K., & Harpur, L. (2003). An Examination of Children Exposed to Marital Violence Accessing a Treatment Intervention. *Journal of Emotional Abuse*, 3 (3-4), 227-252.

McCloskey, L. A., Figueredo, A. J., & Koss, M. P. (1995). The effects of systemic family violence on children's mental health. *Child Development*, 66, 1239-1261.

Rudo, Z. H. & Powell, D. S. (1996). *Family violence: A review of a literature*. Florida Mental Health Institute: University of South Florida.

Sani, A. I. (2008). Mulher e mãe no contexto de violência doméstica: A experiência de parentalidade. Ex-aequo – *Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as mulheres*, 18, 123-133.

Sani, A. (2011). *Temas de Vitimologia: realidades emergentes e respostas sociais*. Coimbra: Editora Almedina.

Sani, A. I. & Cunha, D. (2011). As práticas educativas parentais em mulheres vítimas e não vítimas de violência conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(4), 429-437.

Sani, A. I. (no prelo). Intervenção terapêutica com crianças expostas à violência interparental: Avaliar, priorizar e intervir. In A. S. Neves (Coord.), *Intervenção Psicológica e Social com Vítimas*.

Spears, L. (2000). *Building bridges between domestic violence organizations and child protective services. Building a comprehensive solutions to domestic violence*, 7. A Policy and Practice Paper. U.S. Department of Health and Human Services.

Sudermann, M., & Jaffe, P. (1999). *A handbook for health and social service providers and educators on children exposed to woman abuse/family violence*. The National Clearinghouse on Family Violence. Retirado de: <http://publications.gc.ca/collections/Collection/H72-21-163-1998E.pdf>.

COMUNICAÇÃO LIVRE | *PAPER PRESENTATION*

O PROJECTO OFICINAS DE PAIS/BOLSAS DE PAIS: PRIMEIROS RESULTADOS DO SEU IMPACTO | *FIRST RESULTS OF THE IMPACT OF THE PROJECT “OFICINAS DE PAIS/BOLSAS DE PAIS”*

JÚLIA SERPA PIMENTEL, SANDRA DIAS E LUÍSA BELTRÃO

O PROJECTO OFICINAS DE PAIS/BOLSAS DE PAIS: PRIMEIROS RESULTADOS DO SEU IMPACTO | *FIRST RESULTS OF THE IMPACT OF THE PROJECT “OFICINAS DE PAIS/BOLSAS DE PAIS”*

Júlia Serpa Pimentel (jpimentel@ispa.pt)
ISPA - Instituto Universitário

(Doutorada em Psicologia pela FPCE da Universidade do Porto, Professora auxiliar e Diretora da Pós-Graduação em Intervenção Precoce na Infância no ISPA - Instituto Universitário. É autora de vários artigos nacionais e internacionais e de dois livros: *Um Bebé Diferente: Da individualidade da interação à especificidade da intervenção* (1997) e *Intervenção Focada na Família: Desejo ou Realidade* (2005), ambos publicados pelo Instituto Nacional de Reabilitação. É coordenadora geral do projeto “Oficinas de Pais/Bolsas de Pais” financiado pelo Alto Comissariado para a Saúde e pela Fundação Gulbenkian, em fase de implementação)

Sandra Dias
ISPA – Instituto Universitário

(Sandra Dias é licenciada e Mestre em Psicologia Educacional, tendo concluído o 1º ano do curso de Doutoramento em Psicologia Educacional do ISPA – Instituto Universitário. Colaborou em projetos de investigação do ISPA, ISCTE/Direção Geral dos Serviços Prisionais, ADETTI e IN OUT Global/ISCTE. Exerce funções de Psicóloga educacional desde 2006 e é membro efetivo da Ordem dos Psicólogos. É facilitadora dos Grupos de Apoio Emocional no Projeto “Oficinas de Pais/Bolsas de Pais”, cuja avaliação pretende realizar no âmbito do seu doutoramento)

Luísa Beltrão
Associação Pais-em-Rede

(Presidente da Associação Pais-em-Rede)

Maria João Santos

(Psicóloga e colaboradora no projeto “Oficinas de Pais/Bolsas de Pais”)

RESUMO

O desenvolvimento de redes de apoio formal e informal é determinante na promoção de qualidade de vida, mas assume um papel ainda mais determinante em pais de crianças com deficiência (Seligman e Darling, 2007).

A Associação Pais-em-Rede tem como objetivo promover a inclusão das pessoas com deficiência, através da criação de uma rede de suporte, centrada na família, que incentive o desenvolvimento das suas competências parentais. Para atingir esse objetivo, esta Associação, em parceria com o ISPA - Instituto Universitário iniciou o projeto “Oficinas de Pais/Bolsas de Pais”, visando apoiar e capacitar os pais, potenciando a sua autonomia e competências e otimizando as redes de apoio social, tendo como objetivo último a constituição de “bolsas de pais prestadores de ajuda”. Iniciado em Março de 2011, o projeto conta já com a participação das Faculdades de Psicologia e Ciências da Educação das Universidades do Porto, Évora e Algarve.

Baseando-se na filosofia do “empowerment” de Dunst et al. (1988, 1994), o projeto prevê a participação dos pais em três níveis: (1) Grupos de Apoio Emocional (GAE); (2) Grupos de Fortalecimento e Corresponsabilização Parental (COR); (3) Formação de Pais Prestadores de Ajuda.

Nesta comunicação apresentamos os primeiros resultados da sua avaliação. Serão analisados os dados da Escala de Funções de Apoio, a Escala de Apoio Social (adaptadas de Dunst, Trivette & Deal, 1988) preenchidas pelos primeiros participantes nos GAE.

ABSTRACT

The development of formal and informal networks is crucial to promote the quality of life and is of utmost importance in families who have children with disabilities (Seligman & Darling, 2007). Pais-em-Rede aims to promote the inclusion of people with disabilities, through the organization of a family-centered support network in order to develop parental skills in those families.

Pais-em-Rede and ISPA - University Institute designed the Project Oficinas de Pais/Bolsas de Pais in order to support and enable parents, enhancing their autonomy and skills and optimizing their social networks so that parents can have the main role in their children's inclusion process. This project main goal is to have groups of parents that can help other parents. From March 2011 onwards, with the participation of three other Universities, the project has already involved 150 parents. Empowerment philosophy (Dunst et al., 1988, 1994) is the conceptual bases of the project and parents can participate in three different levels: (1) Emotional Support Groups; (2) Empowerment groups; (3) Training parents in help giving.

We will present the first results of this project evaluation. We will analyze data from Support Functions Scale and Social Support Scale (adapted from Dunst, Trivette and Deal, 1988), filled by the first participants in the emotional support groups.

INTRODUÇÃO

A importância do apoio social na vida das famílias em que há filhos com deficiência tem sido um fenómeno largamente estudado, sendo visto, atualmente, como um fator importante para o bem-estar físico e mental de todos os seus elementos (Bailey et al., 2007; Trivette & Dunst, 2005). Autores como Seligman e Darling (2007) referem que a existência de um filho com incapacidades provoca o isolamento destas famílias, sendo por isso muito importante ajudá-las na construção e fortalecimento das suas redes informais de suporte. Relativamente às redes formais, Dunst e Trivette (1994) consideram ser crucial que a prestação de ajuda enfatize a capacitação das famílias para resolver problemas, fazer face às necessidades, ou atingir os seus objetivos, através da aquisição de competências que lhes permitam experimentar um maior sentido de controlo da sua vida.

O Plano de Ação para a Integração da Pessoa com Deficiência ou Incapacidade (INR, 2010) refere a necessidade de, no âmbito das políticas sociais, ser construída uma verdadeira política de prevenção, baseada num modelo inovador, centrado na pessoa com deficiências ou incapacidade e na sua família, que introduza mecanismos integradores, promotores da participação ativa, liberdade de escolha, autodeterminação e igualdade de oportunidades.

É nesta sequência que surge o projeto “Oficinas de Pais/Bolsa de Pais”, contemplando três níveis de envolvimento e participação: Nível I – Grupos de apoio emocional (GAE) em que se pretende facilitar a troca de experiências, encontro de pares, gestão de emoções, identificação de problemas e necessidades, aprendizagem conjunta e mudança de atitudes; Nível II – Fortalecimento e Corresponsabilização (COR), enfatizando a capacitação, fortalecimento e corresponsabilização parental, no sentido da aquisição de competências adequadas à gestão responsável do processo de educação e inclusão e no perspetivar de um plano futuro para a vida dos filhos; Nível III – Formação de Pais Prestadores de Ajuda: formação/informação abordando temas gerais e temas específicos de acordo com as necessidades dos pais que participem nos grupos, abrangendo todas as fases da vida.

Neste artigo analisamos as necessidades de apoio de famílias que se integram no projeto “Oficinas de Pais/Bolsas de Pais”, e as redes de suporte social que mobilizam para dar resposta a essas necessidades.

MÉTODO

Os participantes deste estudo são 60 mães/pais (84% do sexo feminino) com filhos com deficiência que participaram no nível I do projeto “Oficinas de Pais. Têm idades compreendidas entre os 23 aos 63 anos (média de 41 anos) e são maioritariamente casados ou vivem em união de facto (71%). 62% dos participantes tem um curso superior e 61% é trabalhador por conta de outrem, residindo nos distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal.

Para uma melhor compreensão destes participantes apresentamos, também, uma caracterização geral dos seus filhos com deficiência. Dado que existe uma grande variabilidade nas suas idades (entre os 0 e os 41 anos, com uma média de 9 anos), optámos por considerar quatro grupos etários, sensivelmente correspondentes às faixas etárias de: (1) Pré-escolar/Intervenção Precoce; (2) 1º ciclo do ensino básico; (3) 2º e 3º ciclo do ensino básico; e (4) idades superiores à da escolaridade obrigatória.

Caracterização Dos Filhos Dos Participantes (Com idades compreendidas entre os 0 e os 41 anos, com uma média de 9 anos)				
	0-6 (N=20, 29%)	7-12 (N=29, 41%)	13-18 (N=12, 17%)	≥18 (N=9, 13%)
SEXO	85% do sexo masculino	65% do sexo masculino	58% do sexo feminino	56% do sexo masculino
DIAGNÓSTICOS MAIS FREQUENTES	25% autismo 35% paralisia cerebral	41% autismo	25% autismo 17% trissomia 21	22% autismo 22% x-frágil
FRATRIA	55% tem irmãos	59% tem irmãos	92% tem irmãos	89% tem irmãos
AGREGADO FAMILIAR	90% com a mãe 75% com o pai	93% com a mãe 65% com o pai	100% com a mãe 50% com o pai	100% com a mãe 67% com o pai

SITUAÇÃO ESCOLAR	80% no ensino regular	75% no ensino regular	58% no ensino regular	11% no ensino regular
CONTEXTO ESCOLAR	25% frequenta o ensino público 25% frequenta uma IPSS	20% frequenta o ensino público 31% está numa sala regular com apoios	25% está numa sala regular com apoios	22% está em casa 22% está num centro de atividades ocupacionais 22% frequenta uma IPSS
APOIOS MAIS FREQUENTES	Terapia da fala (60%) Terapia ocupacional (60%)	Psicomotricidade (28%), terapia da fala (24%) e natação (21%)	Terapia ocupacional (50%), terapia da fala (42%) psicomotricidade (42%)	Terapia ocupacional (33%) e terapia da fala (33%)

Tabela 1 - Caracterização Dos Filhos Dos Participantes

INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTO

Os instrumentos que analisamos neste trabalho são apenas alguns dos que serão utilizados no projeto.

Questionário de Caracterização (construído para o efeito) – Faz um levantamento de alguns dados gerais sobre o participante, tais como: idade, sexo, habilitações, etc., bem como alguns dados sobre o(s) filho(s) com deficiência, tais como: idade, sexo, diagnóstico, se se encontra no ensino regular, etc.

Escala de Funções de Apoio (adaptada de Dunst et al., 1988) – É composta por 15 itens relativos a diferentes necessidades de apoio, alguns de ajuda logística (por exemplo: “alguém que o ajude a tomar conta do seu filho”) outros de apoio mais emocional (por exemplo: “alguém em quem possa confiar e com quem possa falar das coisas que o/a preocupam”). As respostas são dadas numa escala do tipo Likert, de 5 pontos, relativos à frequência com que sente esta necessidade.

Escala de Apoio Social (adaptada de Dunst et al., 1988) – É composta por 15 itens e destina-se a avaliar as redes de suporte social. Para cada uma das necessidades da escala anterior é pedido que se indique a quem recorre quando precisa de apoio (por exemplo: “cônjuge/companheiro”, “pais/sogros”).

Todos os questionários são preenchidos, de forma anónima, na primeira e última sessão dos GAE. Neste estudo analisaremos apenas os dados dos questionários preenchidos na primeira sessão.

RESULTADOS

A Escala de Funções de Apoio usada foi adaptada da de Dunst et al. (1988), pelo que começamos por analisar os dados da sua consistência interna. Com os 60 participantes,

obtivemos um valor Alpha de Cronbach de 0.848, considerado adequado para que a escala possa ser utilizada.

Considerando que as respostas indicando as necessidades de apoio podem distribuir-se em 5 pontos (nunca, quase nunca, às vezes, muitas vezes e quase sempre), optámos por considerar que os participantes têm “muita necessidade de apoio” quando mais de 30% dos sujeitos responde “muitas vezes” ou “quase sempre” nos itens da Escala. Para cada item são referidos os elementos da rede de suporte que mais frequentemente são mobilizados para responder a essas necessidades, de acordo com a escala de Apoio Social de Dunst et al. (1988).

Na tabela 2, constam os 4 itens que indicam maiores necessidades de carácter mais emocional.

SENTE MUITA NECESSIDADE DE ALGUÉM (mais de 30% dos inquiridos responde “muitas vezes” ou “quase sempre”):	A QUEM RECORRE:
em quem possa confiar e com quem possa falar das coisas que o/a preocupam (45%)	Cônjuge/companheiro (55%) e Pais/sogros (38%) e Irmãos/cunhados (33%) e Amigos (55%)
que o/a encoraje ou lhe dê força para seguir em frente quando as coisas lhe parecem difíceis (32%)	Cônjuge/companheiro (49%) e Pais/sogros (40%) e Irmãos/cunhados (29%) e Amigos (62%)
com quem possa conversar e informar-se sobre como brincar, falar ou ensinar o(s) seu(s) filho(s) (32%)	Cônjuge/companheiro (26%) e Profissionais (74%)
com quem possa falar sobre questões relacionadas com a educação/saúde do(s) seu(s) filho(s) (33%)	Cônjuge/companheiro (57%) e Pais/sogros (30%) e Profissionais (70%)

Tabela 3 – Necessidades de apoio de carácter emocional mais sentidas e elementos da rede mais frequentemente mobilizados pelos participantes.

Na tabela 3 constam os 4 itens que indicam maiores necessidades de apoio com carácter mais prático.

SENTE MUITA NECESSIDADE DE ALGUÉM (mais de 30% dos inquiridos responde “muitas vezes” ou “quase sempre”):	A QUEM RECORRE:
que o/a ajude a tomar conta do(s) seu(s) filho(s) (39%)	Conjuge/companheiro (73%) e Pais/sogros (60%)
que o/a ajude nos aspectos práticos do seu dia-a-dia, em casa (34%)	Conjuge/companheiro (60%) e Pais/sogros (33%)
que cuide do(s) seu(s) filho(s) em caso de impossibilidade sua (33%)	Conjuge/companheiro (62%) e Pais/sogros (65%) e Irmãos/cunhados (33%)
que cuide do(s) seu(s) filho(s) para que possa dispor de mais tempo para si próprio/a (32%)	Conjuge/companheiro (45%) e Pais/sogros (60%) e Irmãos/cunhados (29%)

Tabela 4 – Necessidades de apoio de carácter prático mais sentidas e elementos da rede mais frequentemente mobilizados pelos participantes

Na tabela 4 constam os 7 itens em que 30% dos sujeitos responde “quase nunca” ou “nunca” nos itens da Escala.

NÃO SENTE NECESSIDADE DE ALGUÉM (mais de 30% dos inquiridos responde “nunca” ou “quase nunca”):
que o/a ajude a resolver problemas junto de Serviços.
com quem possa conviver ou distrair-se.
que o/a ajude a explicar o problema do(s) seu(s) filho(s) aos outros.
que converse consigo quando necessita de conselhos
que o/a ajude a encontrar-se e a trocar impressões com outras famílias com filho(s) em situações semelhantes
que o/a possa transportar ou ao seu filho em caso de necessidade.
que o/a possa informar sobre Serviços para o seu filho ou para outros familiares

Tabela 5 – Necessidades de apoio menos sentidas

CONCLUSÕES

Este trabalho insere-se numa avaliação mais ampla do projeto “Oficinas de Pais/Bolsas de Pais”. Com os dados até agora obtidos, verificámos que há uma percentagem significativa de pais que sentem muita necessidade de apoio em aspetos que denominámos “emocionais”. Tal como podemos verificar na tabela 2, são necessidades como a partilha de preocupações, encontro com pessoas que o encorajem, com quem possa conversar e informar-se sobre como brincar, falar ou ensinar os seus filhos as que aparecem referenciadas e para as quais estas famílias procuram respostas junto de elementos da rede informal de suporte. O apoio prestado pelas redes de apoio informal, nomeadamente o do cônjuge, parece ser, para estes pais, o mais importante. O recurso a elementos da rede formal de suporte aparece apenas referido nas questões que remetem para necessidades de informação sobre saúde/educação. Os “amigos” são mencionados por uma percentagem reduzida e apenas para conversar de coisas que os preocupam. Parece assim confirmar-se que estes pais têm uma rede de apoio restrita aos seus familiares próximos.

Como referem Brandão e Craveirinha (2011), embora não muito vulgares em Portugal, os “grupos de pais” são uma forma dos pais de crianças/jovens com deficiência encontrarem novos amigos que com eles partilhem interesses, que os compreendam e apoiem, podendo proporcionar um apoio emocional e instrumental considerável. Este é um dos objetivos que procuramos alcançar com os GAEs do projeto Oficinas de Pais/Bolsas de Pais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bailey, D., Nelson, L., Hebbeler, K. & Spyker, D. (2007). Modelling the impact of formal and informal supports for young children with disabilities and their families. *Pediatrics*, 120, 992-1001
- Brandão, M. T. & Craveirinha, F. P. (2011). Redes de apoio social em famílias multiculturais, acompanhadas no âmbito da intervenção precoce: um estudo exploratório. *Análise Psicológica*, 1.29, 27-45
- Dunst, C. J. (1998). Corresponsabilização e práticas de ajuda que se revelam eficazes no trabalho com famílias. In L. M. Correia e A. M. Serrano (Org.) *Envolvimento Parental em Intervenção Precoce*, pp. 123-142. Porto Editora
- Dunst, C. J. & Trivette, C. M. (1994). Aims and Principles of family Support Programs. In C. J. Dunst, C. M. Trivette, & A. G. Deal, (Eds), *Supporting and strengthening Families – Methods, Strategies and Practices*, pp.30-48. Cambridge: Brookline Books.
- Dunst, C., Trivette, C. & Deal, A. (1988). *Enabling and Empowering Families: Principles and Guidelines for Practice*. Cambridge: Brookline Books.
- Instituto Nacional para a Reabilitação - INR (2010). *Plano de Ação para a Integração da Pessoa com Deficiência ou Incapacidade*. Retirado em 15 de Março de <http://www.inr.pt/content/1/26/paipdi>.
- Seligman, M. & Darling, R. (2007). *Ordinary Families, Special Children: A Systems Approach to Childhood Disability*, 3rd Ed. New York: The Guilford Press.
- Trivette, C. & Dunst, C. (2005). Community-based parent support programs. In: Tremblay, R., Barr, R., Peters, R., (Eds.) *Encyclopedia on Early Childhood Development* [online]. Montreal, Quebec: Centre of Excellence for Early Childhood Development, 1-8. Retirado em 4 Janeiro de 2011 de <http://www.child-encyclopedia.com/documents/Trivette-DunstANGxp.pdf>.

COMUNICAÇÃO LIVRE | *PAPER PRESENTATION*

PRÓ.PARENTAL: CONSTRUÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARENTAL | *PRÓ.PARENTAL: CONSTRUCTION, IMPLEMENTATION AND EVALUATION OF A PARENTAL TRAINING PROGRAM*

CLÁUDIA CAMILO, MARGARIDA VAZ GARRIDO E MARIA ODETE SÁ

PRÓ.PARENTAL: CONSTRUÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARENTAL | PRÓ.PARENTAL: CONSTRUCTION, IMPLEMENTATION AND EVALUATION OF A PARENTAL TRAINING PROGRAM

Cláudia Camilo (claudia.sofia.camilo@gmail.com)
ISCTE-IUL

(Licenciada em Serviço Social pelo ISSSL e Mestre em Psicologia Comunitária e Proteção de Menores, pelo ISCTE-IUL. A sua dissertação de mestrado foi distinguida com o Prémio Silva Leal 2011, atribuído pelo ISCTE-IUL e a Secretaria de Estado da Segurança Social. Tem experiência na intervenção comunitária, com crianças e jovens em contextos socialmente vulneráveis e famílias em risco)

Margarida Vaz Garrido (margarida.garrido@iscte.pt)
ISCTE-IUL; CIS-IUL

(Doutorada em Psicologia Social e Professora no ISCTE-IUL onde coordena e leciona unidades curriculares de métodos e de psicologia. Orienta ainda estágios, e teses de mestrado e doutoramento. É investigadora no CIS/ISCTE-IUL onde desenvolve pesquisa na área da cognição social e colabora em projetos de investigação e intervenção social comunitária. Tem publicado em revistas e livros da especialidade)

Maria Odete Sá (modetesa@gmail.com)
ISCTE-IUL

(Licenciada em Serviço Social pelo ISSSL, onde coordenou e lecionou diversas unidades curriculares e orientou trabalhos de projeto e de estágio. Colabora ainda com o Mestrado de Psicologia Comunitária e Proteção de Menores no ISCTE-IUL na leção e orientação de dissertações. Tem ainda uma vasta experiência de coordenação de projetos nacionais e europeus na área da proteção social e experiência de intervenção comunitária em diversas problemáticas e populações)

RESUMO

A intervenção com famílias em situação de carência socioeconómica constitui um desafio para os agentes sociais. Esta situação é muitas vezes acompanhada de outros fatores stressores que colocam estas famílias em situações de vulnerabilidade social, com riscos para o bem-estar dos seus membros, nomeadamente dos filhos menores. A negligência parental tende a associar-se a estas situações, fundamentando assim a necessidade de intervenções que a par do suporte socioeconómico do Estado, potenciem as competências destas famílias, capacitando-as a desempenhar eficazmente as suas funções parentais (e.g., Calheiros, 2006; Dearing, 2008; McLoyd, 1998; Magnuson & Duncan, 2002). Com base na revisão da literatura teórica sobre fatores protetores da negligência parental (e.g., Baumrind, 1966; Crittenden, 1999) e sobre avaliação de programas de intervenção com pais (e.g., Gessner, 2008; Rodrigo, Maíquez, Correa, Martín, & Rodríguez, 2006), o presente trabalho teve por objetivo construir, implementar e avaliar um programa de formação parental, aplicado em contexto domiciliário, com o fim de promover o desenvolvimento de competências parentais e de diminuir práticas negligentes para com os filhos menores. Apoiadas num manual de intervenção, as metodologias deste programa são dinâmicas e ativas, assentes na experimentação em contexto real. As temáticas trabalhadas incluem a perceção parental dos filhos e da família, a

gestão doméstica e do orçamento familiar, as regras, a supervisão das rotinas, e o acompanhamento da saúde e escolar. O programa *pRó.paRental* foi implementado no âmbito dos serviços locais de acompanhamento de famílias do RSI e Ação Social, junto de famílias em situação de carência socioeconómica. O desenho da investigação inclui um grupo de controlo e um grupo experimental, avaliados antes e após o programa, recorrendo a metodologias quantitativas e qualitativas. Os resultados indicam que o programa teve um impacto positivo na maioria das competências parentais trabalhadas, e são convergentes com dados de investigação recente que apontam para a importância da educação parental na diminuição de práticas parentais negligentes e maltratantes.

ABSTRACT

Intervention with families in socioeconomic distress is a challenge to social agents. This impoverishment is often associated with other stressors that put these families in situations of socially vulnerability, endangering the well-being of its members, in particular their children. Child neglect appears often associated to these situations, substantiating the need for interventions that combined with the socio-economic support of the government, enhance the skills of these families and empower them to effectively perform their parental functions (e.g., Calheiros, 2006; Dearing, 2008; McLoyd, 1998; Magnuson & Duncan, 2002). Based on current literature on protective factors of parental neglect (e.g., Baumrind, 1966; Crittenden, 1999) and on evaluation of training programs with parents (e.g., Gessner, 2008; Rodrigo, Maíquez, Correa, Martín, & Rodríguez, 2006), this work aimed to develop, implement and evaluate a parental training program, delivered in home contexts throughout eight sessions, in order to promote the development of parental skills and to reduce negligent practices towards the children. The methods of this program are active and dynamic, based on experimentation in a real context through weekly assignments that put into practice the learning acquisitions, with the support of a manual with practical exercises. The key issues addressed were parental perception of children and the family, household management and family budget, rules, supervision of the routines and monitoring of health and education. The pRó.paRental program was implemented within the local services that follow the families of the RSI and Ação Social, with families with socio-economic needs. The research design included a control and an experimental group that were evaluated before and after the program with both quantitative and qualitative methodologies. Results indicate that the program had a positive impact over the majority of the targeted parental skills, and converge with recent research about the importance of parental education in decreasing negligent and maltreatment parenting practices.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como finalidade desenvolver, implementar e avaliar um programa de formação, destinado à promoção de competências parentais para famílias negligentes, com filhos adolescentes, que vivem em situação de pobreza. Com base no presente objetivo propusemo-nos a (i) desenvolver, com base na literatura existente, um programa de formação que abordasse as principais problemáticas da negligência parental; (ii) implementar o programa junto de famílias em situação de carência socioeconómica, com práticas parentais negligentes associadas, em contexto de visita domiciliária, e (iii) avaliar o impacto final do programa e do seu processo nas famílias, nomeadamente ao nível das suas práticas negligentes,

competências parentais e satisfação familiar através da aplicação de metodologias quantitativas e qualitativas.

PROBLEMÁTICA

De acordo com a literatura, os fatores stressores da situação de pobreza das famílias podem conduzir a práticas negligentes por parte dos pais aos seus filhos menores. Por motivos socioeconómicos ou por défice de competências parentais, as dinâmicas familiares negligentes levam, muitas das vezes, à retirada dos menores das suas famílias e sua consequente institucionalização. Com base em estudos atuais (e.g., Caldera et al., 2007; Fernández, Alvarez, & Bravo, 2003; Martins, 2005; Palacios, 2003; Rodrigo, Máiquez, Correa, Martín, & Rodríguez, 2006) que evidenciam a importância da preservação familiar, a par dos apoios socioeconómicos que o Estado social oferece às famílias, como é o caso do Rendimento Social de Inserção (Lei 13/2003, de 21 de Maio), torna-se necessário promover as competências parentais por forma a permitir às famílias quebrarem com os seguintes ciclos de pobreza e práticas maltratantes associadas.

Em Portugal, a *prevalência* da negligência a crianças e jovens tem constituído um dos principais motivos de abertura de processos de promoção e proteção pelos serviços de proteção de menores, com especial incidência na faixa etária entre os 11 e os 17 anos, acompanhada de outras problemáticas como o abandono escolar e a exposição a modelos de comportamento desviante (Relatório CPCJ, 2011). Apesar das várias definições de negligência apresentadas na literatura, adotamos a proposta de Calheiros (2006) que refere (i) a negligência física como falta de provisão, isto é, omissão de cuidados básicos à criança ao nível das suas necessidades físicas (habitação, alimentação, higiene, vestuário, acompanhamento da saúde física), (ii) a negligência educacional, como omissões parentais relativamente ao acompanhamento escolar, desenvolvimento e saúde mental da criança e, (iii) a falta de supervisão, como omissões ao nível dos cuidados com a segurança física, socialização, estimulação e acompanhamento aos filhos menores.

A situação de pobreza surge na literatura como um dos principais determinantes da negligência (Almeida, André, & Almeida, 1999; Calheiros, 2006) aumentando a exposição a múltiplas fontes de stress, nomeadamente interações negativas pessoa-meio, falta de recursos, isolamento social, baixa inserção sociocultural e pressão económica (Bondarenko, 2008; Evans & English, 2002), e induz stress aos pais, afetando a relação pais-filhos (Dearing, 2008). Note-se, no entanto que a negligência não tem uma relação direta com a pobreza, mas surge associada a outros fatores de risco decorrentes da situação de pobreza (e.g., Tang, 2008). Por outro lado, o adequado desempenho parental (Hanson, McLanahan, & Thomson, 1997), o suporte social (Horwath, 2007; Matos & Sousa, 2004) e as rotinas familiares (Fiese & Marjinsky, 1999; Kiser, Bennett, Heston, & Paavola, 2005; Resnick et al., 1997) são apontados como os principais fatores de proteção para as crianças que enfrentam os riscos associados à pobreza.

PROPOSTA

Partindo deste racional teórico, e tendo como a finalidade diminuir as práticas parentais negligentes nas famílias em situação de pobreza, através do treino de competências parentais específicas, definiram-se os seguintes objetivos: diminuir o nível de negligência física relativa às crianças/adolescentes, desenvolvendo competências domésticas, educativas e relacionais

dos pais, motivando-os para (i) a organização e limpeza da habitação com vista a melhorar as condições de habitabilidade das crianças/adolescentes e para (ii) a gestão consciente do orçamento familiar, por forma a suprir as necessidades básicas dos filhos ao nível da alimentação, saúde, vestuário e higiene; e diminuir o nível de negligência educacional e falta de supervisão das crianças/adolescentes, (i) implicando os pais nas rotinas diárias dos filhos, nomeadamente na vida escolar, (ii) apoiando-os na resolução de problemas de comportamento dos filhos por forma a que estes adotem estilos parentais adequados, e (iii) promovendo espaços diários de comunicação e convívio familiar, com vista à interação positiva pais-filhos.

Ainda com base na literatura, propusemo-nos construir um programa de formação parental designado *pRó.paRental*, para famílias negligentes seguindo os seguintes pressupostos: intervenção em meio natural de vida, nomeadamente através de visitas domiciliárias, permitindo adequar a intervenção a cada família, respeitando os seus ritmos e dinâmicas próprias; articulação com os técnicos de acompanhamento dos serviços locais (equipas locais de Ação Social e RSI); intensidade, na medida em que se pretendia que a formação fosse limitada no tempo, concentrada em oito sessões por família; adaptação às dinâmicas quotidianas, prevendo-se que as sessões fossem marcadas com a família consoante os seus horários e disponibilidades; treino, através da utilização de metodologias ativas de resolução de problemas e tarefas conjuntas durante o intervalo entre as sessões; e, por último, envolvimento da família, construindo espaços de autoavaliação durante a aplicação do programa.

O programa foi estruturado da seguinte forma: Perceção Parental sobre os Filhos e a Família (Sessão 1); Gestão Doméstica (Sessão 2); Gestão Orçamental (Sessões 3 e 4); Regras (Sessão 5); Higiene, Alimentação e Vestuário (Sessão 6); Acompanhamento da Saúde / escolar (Sessão 7); Sessão Final de Grupo (Sessão 8). O programa é aplicado através de visitas domiciliárias, realizadas semanalmente às famílias, com cerca de 1:30 h cada visita. Os conteúdos foram organizados por temática e compilados num “Manual” (Camilo, 2010; Camilo, Garrido, & Sá, 2012a). São privilegiados métodos de resolução de tarefas conjuntas (pai e mãe ou em conjunto com os filhos) através de exercícios com carácter reflexivo ou lúdico, partindo das próprias dinâmicas familiares. Cada sessão é iniciada com um momento de reflexão com a família sobre as dificuldades inerentes à execução da “tarefa semanal”, tentando discutir a aplicação das aprendizagens da anterior sessão ao contexto diário da família. Pretende-se que as famílias, ao longo das visitas domiciliárias, tomem consciência e analisem as suas práticas menos positivas e, partindo do seu contexto diário, construam novos conhecimentos e competências pessoais e familiares.

MÉTODO

A proposta inicial do estudo previa uma amostra constituída por 20 famílias aleatoriamente distribuídas pelo grupo experimental (10) e grupo de controlo (10). Como critérios de inclusão na amostra definimos que todos os agregados familiares deveriam (i) ser beneficiários de RSI ou acompanhados em Ação Social na instituição e cujo técnico testemunhasse situação de pobreza e (ii) ter filhos pré-adolescentes ou adolescentes a seu cargo, com idades compreendidas entre os 11 e os 16 anos, (iii) sinalizados aos serviços de proteção de menores por negligência. Preenchidos estes critérios, definimos que seriam admitidas as famílias que revelassem práticas negligentes em relação aos seus filhos, avaliadas com o Questionário de Avaliação de Mau Trato, Negligência e Abuso Sexual (Calheiros, 2002). Todavia, por variados motivos inerentes à multiproblematicidade destas famílias, a amostra ficou reduzida a 4 famílias no grupo experimental e 7 famílias no grupo de controlo.

O desenho de avaliação do projeto previa, inicialmente, um formato *quasi-experimental* (Garrido & Camilo, 2012) em que as famílias de ambos os grupos seriam avaliadas antes (pré-teste) e após (pós-teste) a intervenção, e apenas o grupo experimental seria alvo da intervenção. Atendendo às dificuldades de aplicação da avaliação ao grupo de controlo, aos constrangimentos temporais dos técnicos que acompanhavam estas famílias e ao número de casos a que ficou reduzida a amostra, avaliámos ambos os grupos antes da intervenção mas optámos por realizar a avaliação pós-intervenção apenas junto do grupo experimental. Os instrumentos de avaliação utilizados foram o Questionário de Avaliação de Mau Trato, Negligência e Abuso Sexual (Calheiros, 2002) para avaliar a negligência, a Family Satisfaction Scale (Olson & Wilson, 1982) para avaliar a satisfação familiar, o Adult Self-Perception Profile (Messer & Harter, 1986) para avaliar a auto-perceção de competência parental e o Questionário de Avaliação das Crenças Parentais (Calheiros, 2005). Para além desta avaliação quantitativa, realizámos ainda dois grupos focais com as famílias alvo da intervenção e com os técnicos que acompanharam o programa, com o objetivo de avaliar a perceção sobre o programa e sobre o seu processo de implementação.

RESULTADOS

Os resultados indicam valores mais baixos de negligência após a aplicação do programa no grupo alvo da intervenção, sugerindo que os cuidadores incorporaram os padrões mínimos de cuidados básicos às crianças, considerados pela comunidade de referência (Garbarino & Collins, 1999). Após a intervenção verificou-se o aumento de sentimentos de satisfação relativamente à família, sugerindo a tomada de consciência das potencialidades da família. Todavia, a satisfação extrema-elevada poder ser um indicador de desequilíbrio das famílias ao nível da sua coesão e adaptabilidade (Olson & Wilson, 1982). Após o programa os cuidadores revelaram ainda uma maior aderência a crenças de valorização do papel da família na educação das crianças e uma maior congruência entre ideias de educação mais permissivas e crenças mais autoritárias (sempre que umas aumentam, as outras diminuem), o que poderá indicar a procura de um estilo parental mais autoritativo (Baumrind, 1966). Ao nível da auto-perceção de competência, não se verificaram alterações, indo de encontro à literatura que refere que mães com práticas parentais abusivas percecionam as suas competências no mesmo nível que as mães “normativas” (Calheiros, 2006, p.369). Nas competências do “cuidar”, algumas famílias revelaram valores mais baixos após a formação, sugerindo uma possível consciencialização das reais aptidões que são esperadas dos cuidadores.

Quanto à avaliação qualitativa, tanto pais como técnicos salientam as “regras” como o tema que permitiu adquirir mais conhecimentos, maior aplicação ao quotidiano e melhor adequação às necessidades das famílias. Mesmo as estratégias utilizadas no âmbito de outras temáticas, como a implementação do mealheiro na gestão orçamental, ou as estratégias de divisão de tarefas na gestão doméstica, tinham como fim último a negociação de regras no quotidiano familiar (Camilo, 2010; Camilo, Garrido, & Sá, 2012b). Este é um dado importante para este estudo na medida em que as práticas parentais inconsistentes e desajustadas ao comportamento dos filhos podem levar a desajustamentos emocionais das crianças e jovens e, por sua vez, ao desenvolvimento de comportamentos inadequados (Eamon & Mulder, 2005; Engels, Finkenauer, Meeus, & Dekovic, 2001; Sprinthall & Collins, 2003).

Os aspetos positivos mais destacados por famílias e técnicos foram a integração do programa no âmbito dos serviços locais de Ação Social e RSI e o envolvimento dos técnicos. Estes dados são consistentes com a literatura que sugere que a formação parental deve ser

acompanhada de outras intervenções, nomeadamente de âmbito socioeconómico (Calheiros, 2006; DePanfilis, 1999; Gomby, 2007); e que a relação empática estabelecida com o formador é de extrema importância para a eficácia dos programas (DePanfilis, 1999). Como aspetos menos positivos do programa surgiram a falta de adequação das temáticas e intensidade das sessões às necessidades de cada família. Estes dados são também consistentes com a literatura que indica que a duração e intensidade das visitas domiciliárias (Guterman, 2001) e a adequação às necessidades das famílias (Caldera et al., 2007; DePanfilis, 1999; Duggan et al., 2004; Gomby, 2007) são fatores importantes para a eficácia dos programas de formação parental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das principais limitações deste estudo são as restrições amostrais que constrangeram o desenho de avaliação inicialmente proposto e consequentemente o tratamento estatístico dos resultados. A própria natureza multiproblemática das famílias justificada pela polisintomatologia que se reflete em crises individuais e familiares que implicam transformações e adaptações constantes (e.g., Bondarenko, 2008; Gómez, Muñoz, & Haz, 2007; Matos & Sousa, 2004) e que constrangeram a sua permanência na amostra. Outra das principais limitações identificadas relaciona-se com os instrumentos utilizados e a forma como foram aplicados. Por um lado, a aplicação dos instrumentos no pré-teste foi realizada por diferentes técnicos poderá ter divergido nos critérios e procedimentos de aplicação, por outro lado, os instrumentos utilizados poderão não ser os mais adequados na medida em que algumas dimensões avaliadas não são trabalhadas e outras, alvo de intervenção, não são avaliadas. A questão das diferenças culturais no exercício da parentalidade constitui também uma limitação deste estudo, na medida em que os conteúdos das sessões foram preparados à luz da cultura dominante. No entanto, na aplicação do programa junto de uma família de origem cabo-verdiana, foi cumprindo o requisito essencial do respeito pela multiculturalidade nas intervenções com famílias negligentes (DePanfilis, 1999). Por outro lado, não foi também realizada uma avaliação sistemática das necessidades de cada família, sendo que a homogeneidade da amostra não se observa nem no tipo de competências a desenvolver nem no grau em que precisam de ser trabalhadas, cosntrangendo assim respostas às necessidades específicas de cada família (Caldera et al., 2007; Duggan et al., 2004; Gomby, 2007). Por último, este programa teve uma curta duração, que não permitiu a consolidação das aprendizagens na prática quotidiana.

Atendendo a estas limitações, as principais recomendações para aplicações futuras são a flexibilização do programa, ou seja a introdução e desenvolvimento das temáticas em função da avaliação específica de competências a trabalhar e complementar a formação em contexto de visita domiciliária (*home-based*) com formação em grupo (*center-based*). A utilização de instrumentos mais específicos e a aplicação a uma amostra de maiores dimensões poderão ainda contribuir para uma melhor avaliação do programa e fundamentar o seu potencial de generalização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, A. N., André, I. M., & Almeida, H. N. (1999). Sombras e marcas: os maus tratos às crianças na família. *Análise Social*, XXXIV, 91-121.

- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative control on child behavior. *Child Development*, 37, 887-907.
- Bondarenko, N. (2008). Characteristics of the adaptation of poor and well-to-do families. *Sociological Research*, 47, 64-80.
- Caldera, D., Burrell, L., Rodriguez, K., Crowne, S. S., Rohde, C., & Duggan, A. (2007). Impact of a statewide home visiting program on parenting and on child health and development. *Child Abuse & Neglect*, 31, 829-852.
- Calheiros, M. M. (2002). *Questionário de avaliação de mau trato, negligência e abuso sexual*. Lisboa: CIS/ISCTE-IUL. Manuscrito não publicado
- Calheiros, M. M. (2005). *Questionário de avaliação das crenças parentais*. Lisboa: CIS/ISCTE-IUL. Manuscrito não publicado.
- Calheiros, M. M. (2006). *A construção social do mau trato e negligência parental: do senso comum ao conhecimento científico*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Camilo, C. (2010). *pRó.paRental: Construção, implementação e avaliação de um programa de formação parental. Tese de Mestrado em Psicologia Comunitária e Proteção de Menores*. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Camilo, C., Garrido, M. V., & Sá, M. O. (2012a, no prelo). *pRó.paRental: Um programa de formação para o desenvolvimento de competências parentais*. In M. M. Calheiros & M. V. Garrido. *Crianças em risco e perigo: Contextos, investigação e intervenção* (vol. 3). Lisboa: Edições Sílabo.
- Camilo, C., Garrido, M. V., & Sá, M. O. (2012b, no prelo). Construção, implementação e avaliação de um programa de desenvolvimento de competências parentais. In M. M. Calheiros & M. V. Garrido. *Crianças em risco e perigo: Contextos, investigação e intervenção* (vol. 3). Lisboa: Edições Sílabo.
- Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco (2011). *Relatório anual de avaliação da atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em 2010*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, IP.
- Crittenden, P. (1999). Child neglect: Causes and contributors. In H. Dubowitz (Ed.), *Neglected Children: Research, practice and policy* (pp.47-68). USA: Sage Publications, Inc.
- Dearing, E. (2008). Psychological costs of growing up poor. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 1136, 324-332.
- DePanfilis, D. (1999). Intervening with families when children are neglected. In H. Dubowitz (Ed.), *Neglected Children: Research, practice and policy* (pp.211-236) USA: Sage Publications, Inc.
- Duggan, A., McFarlane, E., Fuddy, L., Burrell, L., Higman, S. M., Windham, A., & Sia, C. (2004). Randomized trial of a statewide home visiting program: impact in preventing child abuse and neglect. *Child Abuse & Neglect*, 28, 597-622.

Eamon, M., & Mulder, C. (2005). Predicting antisocial behavior among Latino young adolescents: An ecological systems analysis. *American Journal of Orthopsychiatry*, 75, 117-127.

Engels, R., Finkenauer, C, Meeus, W, & Dekovic, M. (2001). Parental attachment and adolescent's emotional adjustment: The associations with social skills and relational competence. *Journal of Counseling Psychology*, 48, 428-439.

Evans, G. W., & English, K. (2002). The environment of poverty: multiple stressor exposure, psychophysiological stress, and socioemotional adjustment. *Child Development*, 73, 1238-1248.

Fiese, B. H., & Marjinsky, K. A. (1999). Dinnertime stories: connecting family practices with relationship beliefs and child adjustment. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 6, 52-68.

Fernández, J., Alvarez, E., & Bravo, A. (2003). Evaluación de resultados a largo plazo en acogimiento residencial de protección a la infancia. *Infancia y Aprendizaje*, 26, 1-15.

Garbarino, J. & Collins, C. (1999). Child Neglect: the family with a hole in the middle. In H. Dubowitz (Ed.), *Neglected Children: Research, practice and policy* (pp.1-23). USA: Sage Publications, Inc.

Garrido, M. V., & Camilo, C. (2012, no prelo). Negligência parental: uma abordagem experimental a problemas comunitários. *In Mind*.

Gomby, D. (2007). The promise and limitations of home visiting: Implementing effective programs. *Child Abuse & Neglect*, 31, 793-799.

Gómez, E., Muñoz, M. M., & Haz, A.M. (2007). Familias multiproblemáticas y en riesgo social: Características e intervención. *Psykhé*, 16, 43-54.

Guterman, N. B. (2001). *Stopping child maltreatment before it starts: Emerging horizons in early home visitation services*. Thousand Oaks: Sage Publications.

Hanson, T. L., McLanahan, S., & Thomson, E. (1997). Economic resources, parental practices, and children's well-being. In G. Duncan & J. Brooks-Gunn (Eds.), *Consequences of growing up poor* (pp.190-238). New York: Russel Sage.

Horwath, J. (2007). *Child neglect: Identification and assessment*. New York: Palgrave Macmillan.

Kiser, L. J., Bennett, L., Heston, J., & Paavola, M. (2005). Family ritual and routine: comparison of clinical and non-clinical families. *Journal of Child and Family Studies*, 14, 357-372.

Lei 13/2003, de 21 de Maio. Diário da República n.º 117, série I, de 21 de Maio de 2003.

Magnuson, K. A., & Duncan, G. J. (2002). Parents in poverty. In M. H. Borenstein (Ed.), *Handbook of parenting* (vol.4, pp. 95-121). New Jersey: Lawrence Erlbaum.

Martins, P. (2005). O acolhimento familiar como resposta de proteção à criança sem suporte familiar adequado. *Infância e Juventude*, 4, 63-84.

Matos, A. R., & Sousa, L. M. (2004). How multiproblem families try to find support in social services. *Journal of Social Work Practice*, 18, 65-80.

Messer, B., & Harter, S. (1986). *Manual for the Adult Self-Perception Profile* (tradução de Calheiros, Garrido, & Martins, 2005). Denver, CO: University of Denver.

McLoyd, V. C. (1998). Socioeconomic disadvantage and child development. *American Psychologist*, 5, 185-204.

Olson, D. H., & Wilson, M. (1982). Family Satisfaction Scale (tradução de Calheiros, s.d.). In D. H. Olson, H. I. McCubbin, H. Barnes, A. Larsen, M. Muxen, & M. Wilson (Eds.), *Family Inventories* (pp.43-49). University of Minnesota.

Palacios, J. (2003). Instituciones para niños: protección o riesgo? *Infancia y Aprendizaje*, 26, 353-363.

Resnick, M. D., Bearman, P. S., Blum, R. W., Bauman, K. E., Harris, K. M., Jones, J., Tabor, J., Beuhring, T., Sieving, R. E., Shew, M., Ireland, M., Bearinger, J. H., & Udry, J. R. (1997). Protecting adolescents from harm: findings from the national longitudinal study on adolescent health. *Journal of the American Medical Association*, 278, 823-832.

Rodrigo, M. J., Máiquez, M. L., Correa, A. D., Martín, J. C., & Rodríguez, G. (2006). Outcome evaluation of a community center-based program for mothers at high psychosocial risk. *Child Abuse & Neglect*, 30, 1049-1064.

Sprinthall, N. A., & Collins, W. A. (2003). *Psicologia do Adolescente – uma abordagem desenvolvimentista*. (C. Vieira, Trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (Obra original publicada em 1988).

Tang, C. M. (2008). Working toward a conceptual definition of child neglect. *Journal of Health & Human Services Administration*, 31, 356-384.

COMUNICAÇÃO LIVRE | *PAPER PRESENTATION* (*)

IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA SEXUALIDADE DOS ADOLESCENTES: PERCEÇÃO DOS ADOLESCENTES | *THE IMPORTANCE OF FAMILY IN ADOLESCENT SEXUALITY: THE TEENAGERS' PERCEPTION*

MARIA MARGARIDA DA SILVA REIS DOS SANTOS FERREIRA

(*) Não incluída no programa | *Not included in the program*

IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA SEXUALIDADE DOS ADOLESCENTES: PERCEÇÃO DOS ADOLESCENTES | THE IMPORTANCE OF FAMILY IN ADOLESCENT SEXUALITY: THE TEENAGERS' PERCEPTION

Maria Margarida da Silva Reis dos Santos Ferreira (mrs@esenf.pt)
Escola Superior de Enfermagem do Porto (ESEP)

(Professora Coordenadora da Escola Superior de Enfermagem do Porto, Mestre e Doutora em Ciências de Enfermagem, pelo Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar)

RESUMO

A família é um espaço emocional essencial no desenvolvimento de atitudes e comportamentos saudáveis na área da sexualidade (Sampaio et al., 2007). Os estilos parentais e as relações entre pais e filhos podem influenciar os comportamentos sexuais dos adolescentes (Bersamin et al., 2008).

Realizou-se um estudo exploratório, com o objetivo de analisar o comportamento sexual dos adolescentes do ensino secundário e identificar a sua opinião sobre o que os pais pensam sobre a sua sexualidade. Participaram 680 adolescentes, 35,8% referiram já ter tido relações sexuais, 94,7% usavam medidas contraceptivas, 60,3% afirmam que os pais não têm conhecimento da sua atividade sexual. Dos que referem que os pais (ou pelo menos um) sabem dizem que estes *aceitam bem, aceitam normalmente, têm de aceitar e mãe aceita bem e pai mal*.

Concluiu-se que poucos adolescentes referem que os pais falam com eles sobre sexualidade ou medidas contraceptivas, é portanto importante que os enfermeiros os sensibilizem para a importância deste diálogo pois existe uma associação positiva entre o suporte e apoio fornecido pelos pais, a relação de proximidade entre pais e filhos, e a diminuição de comportamentos sexuais de risco (WHO, 2002), nomeadamente o início mais tardio da atividade sexual, o menor número de parceiros e o uso mais consistente dos métodos contraceptivos (Miller et al., 2001).

ABSTRACT

Family is a fundamental emotional space in the development of healthy attitudes and behaviors in the area of sexuality (Sampaio et al., 2007). The parental styles and the relations between parents and children may influence the sexual behavior of adolescents (Bersamin et al., 2008).

An exploratory study was conducted. The objectives of this study were to analyze the sexual behavior of high school adolescents and identify their opinions concerning what their parents think about their sexuality. 680 adolescents took part in the study, 35.8% (n=240) reported they had already had sexual relationships, 94.7% reported the use of contraceptives, 60.3% stated that their parents are not aware of their sexual activity. Those who refer that their parents (or at least one of the parents) are aware of this fact state that they accept it well, accept it naturally, have to accept, and the mother accepts it well and the father doesn't accept.

It was concluded that few adolescents state that parents talk with them about sexuality or contraceptive measures, so it is important that nurses create the awareness for the importance of this conversation, given that there is a positive association between the parent support, the relationship of proximity between parents and children, and the decrease in risky sexual behaviors (WHO, 2002), namely the later beginning of sexual activity, the smaller number of partners, and the more consistent use of contraceptive methods (Miller et al., 2001).

INTRODUÇÃO

A adolescência é, sem dúvida, o tempo em que muitas pessoas iniciam a atividade sexual (WHO, 2003). Este início não está, contudo, associado a uma educação sexual consistente, por isso, muitos não utilizam medidas contraceptivas (UNFPA, 2003). Os comportamentos sexuais dos adolescentes são influenciados por múltiplos fatores, como o género (Ferreira et al., 2006a, b), o ambiente social e cultural, a educação, as crenças e os comportamentos de risco (Avery & Lazdane, 2008).

A família é um espaço emocional essencial no desenvolvimento de atitudes e comportamentos saudáveis na área da sexualidade (Sampaio et al., 2007). Os estilos parentais e as relações entre pais e filhos podem influenciar os comportamentos sexuais dos adolescentes (Bersamin et al., 2008; Miller et al., 2001). A qualidade da comunicação pode funcionar como um fator protetor (Bersamin et al., 2008). Existe uma associação positiva entre o suporte e apoio fornecido pelos pais, a relação de proximidade entre pais e filhos, e a diminuição de comportamentos sexuais de risco (WHO, 2002; UNICEF, 2002), nomeadamente o início mais tardio da atividade sexual, o menor número de parceiros e o uso mais consistente dos métodos contraceptivos (Miller et al., 2001).

As opiniões dos pais sobre sexo pré-matrimonial e sobre sexualidade são fortes preditores dos comportamentos sexuais dos adolescentes (Eisenberg et al., 2006). Adolescentes cujos pais transmitem valores sobre a necessidade de evitar a gravidez e as IST na adolescência, envolvem-se menos em comportamentos de risco (Dittus & Jaccard, 2000).

De entre os inúmeros fatores de risco habitualmente correlacionados com a gravidez e o parto na adolescência estão a violência familiar (Fessler, 2003; Miller et al., 2001) e o pouco apoio da família (Davies et al., 2003). São considerados fatores protetores da gravidez na adolescência, a nível familiar, a existência de pais vigilantes, interessados, com uma relação próxima e que apoiam as suas filhas (Miller et al., 2001).

METODOLOGIA

Realizou-se um estudo exploratório que teve como objetivos analisar o comportamento sexual dos adolescentes do ensino secundário e identificar a sua opinião sobre o que os pais pensam sobre a sua sexualidade.

Os dados necessários para o estudo foram colhidos através de um questionário construído para o efeito que obteve o parecer positivo da Comissão Nacional de Proteção de Dados. A colheita de dados decorreu entre Junho e Novembro de 2005, após autorização da Direção Regional de Educação do Norte e dos Conselhos Executivos das escolas e foi efetuada em

sala de aula, durante um tempo letivo. A unidade de análise foi a turma. A escolha das turmas para participarem no estudo foi feita pelos conselhos executivos das instituições.

Para a análise estatística dos dados recorreu-se à versão 16 do *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS). Os dados foram explorados através de estatística descritiva, nomeadamente medidas de tendência central e de dispersão e, posteriormente, estatística inferencial. A técnica de análise de conteúdo, mais especificamente a análise temática, foi utilizada para o tratamento da informação obtida através das questões abertas do questionário. O discurso dos participantes foi transcrito na íntegra, sendo posteriormente feitas inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas, sendo as categorias estabelecidas *à posteriori*.

RESULTADOS

Participaram 680 adolescentes, do ensino secundário, provenientes de cinco escolas do distrito do Porto, 35,0% (n=238) cursavam o 10º ano, 41,2% (280) o 11º ano e 23,8% (n=162) o 12º ano. Os inquiridos eram maioritariamente do sexo feminino (59,6%, n=405) e de nacionalidade portuguesa (98,6%, n=669). Tinham idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos, sendo a média de 16,61 anos (DP=1,03). As raparigas tinham em média 16,55 anos (DP=0,98) e os rapazes 16,69 anos (DP=1,10).

Dos adolescentes que participaram no estudo, 35,8% (n=240) já tinham tido relações sexuais. A idade com que os inquiridos tiveram a primeira relação variou entre os 13 (5,9%, n=14) e os 19 anos (0,8%, n=2), sendo a média de 15,49 anos (DP=1,24) e a moda de 16 anos.

Os participantes que tiveram a primeira relação sexual aos 13 anos foram os que mais referiram não ter utilizado contraceptivos (21,4%, n=3). À medida que aumenta a idade com que iniciam a atividade sexual, aumenta também a percentagem de adolescentes que usam anticoncecionais, tendo estes sido usados por todos os inquiridos que iniciaram a vida sexual aos 18 ou 19 anos. As respostas dos inquiridos à questão “quem lhes aconselhou o anticoncepcional que usaram na primeira relação?” foram codificadas após análise em “Ninguém” (48%, n=96), “Pais” (12%, n=24), “Amigos” (10,5%, n=21), “Profissionais de saúde” (7%, n=14), “Pais e amigos” (6%, n=12), “Publicidade” (6%, n=12), “Formação feita na escola” (5%, n=10), e “Outras fontes” (5,5%, n=11).

À semelhança do que se tinha verificado com a utilização de anticoncecionais na primeira relação sexual, a maioria dos inquiridos (94,7%, n=198) sexualmente ativos diz que usa anticoncecionais, sendo a farmácia o local onde a maioria (65,4%, n=127) dos adolescentes os adquire, tendo, também, sido referidos o centro de saúde (10,3%, n=20), a farmácia ou outro local (9,8%, n=19), o supermercado (5,2%, n=10), o CAJ (3,1%, n=6) e outros locais (6,2%, n=12: amigos dão (1,5%, n=3), namorado é que arranja (1,5%, n=3), máquinas (1,5%, n=3), distribuição gratuita, (1,0%, n=2), a mãe compra (0,5%, n=1)).

Dos adolescentes que referiram já ter iniciado a vida sexual 2,2% (n=5) confirmaram a ocorrência de gravidez, 97,8% (n=225) afirmam que não e 10 não responderam à questão.

A maioria dos adolescentes (83,7%, n=201), independentemente do género, afirmou que os progenitores não tinham conhecimento da sua atividade sexual, sendo contudo esta proporção inferior nas raparigas (58,3%, n=74, vs 62,7%, n=69, rapazes). A percentagem de rapazes que

afirma que o pai sabe é superior à das raparigas e é superior a percentagem de raparigas que refere o conhecimento da mãe.

Com o objetivo de analisar a opinião dos adolescentes sobre como pensam que os pais aceitam a sua atividade sexual, pediu-se aos que referem que os pais (ou pelo menos um) sabem, que indicassem como acham que eles aceitam esse facto. Responderam a esta questão 84 inquiridos, cujo discurso conduziu a quatro categorias: “Aceitam bem” (44,1%, n=38), “Aceitam normalmente” (32,6%, n=28), “Têm de aceitar” (18,6%, n=16) e “Mãe aceita bem e pai mal” (4,7%, n=4). No quadro 1 apresentam-se algumas unidades de registo de cada categoria.

Quadro 1: Opinião dos adolescentes sobre a forma como os pais aceitam a sua atividade sexual

Categorias	Unidades de registo
Aceitam bem	<ul style="list-style-type: none"> • Aceitam bem porque sabem o filho que têm • Aceitaram bem, confiam em mim, pois levam em consideração a minha responsabilidade sobre o assunto • Muito bem, ela compreendeu perfeitamente, tira-me sempre as dúvidas e frisa sempre o uso dos contraceptivos, o meu pai não está connosco • Bem, mas avisa-me para ter cuidado e usar sempre o preservativo • Aceita bem, pois a minha mãe sempre soube de tudo e me acompanhou • A minha mãe encarou bem porque, se foi de plena consciência, achou bem • Bem, porque a minha mãe sabe que é uma coisa normal na adolescência e porque ela também teve relações cedo
Aceitam normalmente	<ul style="list-style-type: none"> • De uma maneira natural. Acham normal. Eles até já me deram preservativos para me prevenir • Aceitam com naturalidade porque sabem que são coisas naturais • A minha mãe compreende porque já teve a minha idade • Para eles é normal, já tiveram a minha idade e já namoro há bastantes anos
Têm de aceitar	<ul style="list-style-type: none"> • Aceitam ... porque eles também começaram a ter atividade sexual cedo, logo eu não sou diferente • Foi necessário e não tenho nada a esconder ... acham que não acontece com regularidade • Não têm que aceitar, eu é que sei o que faço
Mãe aceita bem e pai mal	<ul style="list-style-type: none"> • A minha mãe aceita bem, pois sabe que é normal. O meu pai nunca aceitaria, pois ainda vive os tempos de antigamente • A minha mãe bem, o meu pai nem por isso, porque quando eles descobriram eu estava grávida e o meu pai não aceitou muito bem • O meu pai não aceita isso, porque pensa que sou uma criança e isso só após o casamento. A minha mãe encara bem e aconselha-me

CONCLUSÃO

A maioria dos adolescentes, independentemente do sexo, disse que nenhum dos seus progenitores sabia da sua atividade sexual, sendo contudo esta proporção inferior nas raparigas. A percentagem de investigados do sexo masculino que afirmou que o pai sabia é superior à das raparigas e, pelo contrário, a percentagem de inquiridas que referiu que a mãe

tinha conhecimento era superior à dos rapazes. Estes resultados parecem perpetuar a ideia de que a atividade sexual na adolescência continua a ser vista como um tabu, apesar da maior tolerância da sociedade atual para com este comportamento (Torres, 2007; Brook, 2007; Amaro et al., 2004; Häggström-Nordin et al., 2002), e de que os adolescentes têm medo de abordar os assuntos de natureza sexual com os pais, por pensarem que eles reprovam.

Os inquiridos que referiram que os pais tinham conhecimento da sua atividade sexual pensam que os pais a aceitam: “Bem” (ex: “já tiveram o mesmo tipo de comportamento”); “Normalmente” (ex: “normalmente, já tiveram a minha idade”); “Têm de aceitar” (ex: “não têm de aceitar, eu é que sei o que faço”) e “Mãe aceita bem e pai mal”, (ex: “... o meu pai ainda pensa que sou uma criança e que isso só após o casamento”). Estes resultados evidenciam a autonomia, a procura de identidade e a contestação das normas e valores parentais e sociais própria da adolescência. Evidenciam também a influência dos valores dos pais sobre a sexualidade no comportamento dos filhos e uma persistência de valores mais tradicionais, do pai, relacionados com o género, pois só as raparigas é que afirmam que o pai não aceita a sua vida sexual.

Face aos resultados obtidos no nosso estudo, pensamos ser importante que os profissionais de saúde, nomeadamente os enfermeiros, despertem os pais e os responsabilizem para a importância de participarem de forma ativa na educação sexual dos seus filhos, debatendo com eles os valores e atitudes ligados à sexualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amaro, F., Frazão, C., Pereira, M. E., & Teles, L. C. (2004). HIV/AIDS risk perception, attitudes and sexual behaviour in Portugal. *International Journal of STD & AIDS*, 15, 56-60.
- Avery, L., & Lazdane, G. (2008). What do we know about sexual and reproductive health of adolescents in Europe? *The European Journal of Contraception and Reproductive Health Care*, 13(1), 58-70.
- Bersamin, M., Todd, M., Fisher, D. A., Hill, D. L., Grube J. W., & Walker, S. (2008). Parenting practices and adolescent sexual behavior: A longitudinal study. *Journal of Marriage and Family*, 70, 97-112.
- Brook (2007). *Putting young people first – teenage conceptions: statistics and trends*. Consultado em 5 de Janeiro de 2008 através de http://www.brook.org.uk/content/fact2_TeenageConceptions.pdf
- Davies, S. L., DiClemente, R. J., Wingood, G. M., Harrington, K. R., Crosby, R. A., & Sionean, C. (2003). Pregnancy desire among disadvantaged African, american adolescent females. *American Journal of Health Behavior*, 27(1), 55-62.
- Dittus, P., J., & Jaccard, J. (2000). Adolescents' perceptions of maternal disapproval of sex: relationship to sexual outcomes. *Journal of Adolescent Health*, 26, 268-278.
- Eisenberg, M., E., Sieving, R. E., Bearinger, L. H., Swain, C., & Resnick, M. D. (2006). Parents' communication with adolescents about sexual behavior: A missed opportunity for prevention? *Journal of Youth and Adolescence*, 35, 893-902.

Ferreira, M. R. S., Paúl, C., & Amado, J. (2006a). Comportamentos sexuais de adolescentes do ensino secundário. *Revista da Associação Portuguesa dos Enfermeiros Obstetras*, 7, 50-53.

Ferreira, M. R. S., Paúl, C., & Amado, J. (2006b). Sexual behaviour of high-school adolescents. Comunicação apresentada no 10º Encuentro de Investigación en Enfermería, Madrid. *Libro de Ponencias* (pp. 41-43). Madrid: Instituto de Salud Carlos III – Unidad de Coordinación y Desarrollo de la Investigación en Enfermería.

Fessler, K. B. (2003). Social outcomes of early childbearing: important considerations for the provision of clinical care. *Journal of Midwifery & Women's Health*, 48(3), 178-185.

Häggström-Nordin, E., Hanson, U., & Tydén, T. (2002). Sex behavior among high school students in Sweden: improvement in contraceptive use over time. *Journal of Adolescent Health*, 30(4), 288-295.

Miller, B. C., Benson, B., & Galbraith, K. A. (2001). Family Relationships and adolescent pregnancy risk: A research synthesis. *Developmental Review*, 21, 1-38.

Sampaio, D., Baptista, M. I., Matos, M. G., & Silva, M. O. (2007). *Relatório Final*. Consultado em 31 de Outubro de 2007 através de http://www.mine-du.pt/np3content/?newsId=298&fileName=gtes_rel_final.pdf

Torres, G. R., Hernández, J. C., Enríquez, O. S., Izquierdo, A. R., Chamizo M. M., & Boza, A. V. (2007). Comportamiento de la diabetes gestacional en el embarazo en la adolescencia. *Revista Cubana de Medicina General Integral*, 23(3), 1-10.

UNFPA. (2003). *State of world population 2003 - making 1 billion count investing in adolescents' health and rights*. Consultado em 25 de Julho de 2006 através de http://www.unfpa.org/swp/2003/pdf/english/swp2003_eng.pdf

UNICEF (2002). *Young People and HIV/AIDS opportunity in crisis*. United Nations Children's Fund, Joint United Nations Programme on HIV/AIDS and World Health Organization. Consultado em 23 de Janeiro de 2006 através de http://www.uniteforchildren.org/knowmore/files/pub_youngpeople_hivaids_en.pdf

WHO (2002). *Broadening the horizon: Balancing protection and risk for adolescents*. Geneva: WHO: The Department of Child and Adolescent Health and Development, Family and Community Health. Consultado em 28 de Fevereiro de 2005 através de http://whqlibdoc.who.int/hq/2001/WHO_FCH_CAH_01.20.pdf

WHO (2003). *Progress in reproductive health research*. Consultado em 28 de Fevereiro de 2005 através de <http://www.who.int/reproductive-health/adolescent>

CONFERÊNCIA | *CONFERENCE*

**PARENTALIDADE LGBTQ NO CANADÁ: OLHAR PARA TRÁS, OLHAR PARA A FRENTE |
*LGBTQ PARENTING IN CANADA: LOOKING BACK, LOOKING FORWARD***

RACHEL EPSTEIN

PARENTALIDADE LGBTQ NO CANADÁ: OLHAR PARA TRÁS, OLHAR PARA A FRENTE | LGBTQ PARENTING IN CANADA: LOOKING BACK, LOOKING FORWARD

Rachel Epstein

LGBTQ Parenting Network

(MA, Sociology; PhD (c), Education. Coordinator, LGBTQ Parenting Network, Sherbourne Health Centre, Toronto, Ontario, Canada. Rachel has been an LGBTQ parenting activist, educator and researcher for over 20 years. She has published on a wide range of LGBTQ parenting issues and is editor of the anthology, *Who's Your Daddy? And Other Writings on Queer Parenting* (Sumach Press, 2009). In 2008 she was the winner of Community One Foundation's **Steinert & Ferreiro Award**, recognizing her leadership and pivotal contributions towards the support, recognition and inclusion of LGBTQ families in Canada)

ABSTRACT

Despite unprecedented social and legal recognition of LGBTQ families in Canada, close to half the population continues to believe that we should be denied the right to parent. These tensions underlie the experience of LGBTQ families as we continue to bring children into our lives in increasing numbers. This talk will review some key historic moments in the history of LGBTQ parenting in Canada, and explore the impact of this history on the lives of LGBTQ parents and their children.

HISTORICAL TENSIONS

The last thirty years in Canada has been marked by staggering social, legal and political change in relation to LGBTQ families. The social and political climate has shifted from one that forced queer people to deny huge parts of themselves in order to keep their children, to one where we can increasingly claim our sexual and gender identities and our right to parent. And yet, our experiences in most institutions, including daycares, schools, health care facilities, and fertility clinics continue to be informed by profound hetero- and cis-normativity (the assumptions that heterosexuality is “normal” and that biological sex always matches gender identity). As recently as 2004, a Gallup poll found that only 52% of Canadians supported adoption rights for same-sex couples (Rayside, 2008: 47).

Despite unprecedented legal and social recognition, many LGBTQ parents still fear that their children will be taken away from them, struggle with questions about their own legitimacy as parents, and find that current family law does not adequately recognize or protect their families. These tensions underlie the lives of queer parents in Canada - the tensions between our history and current realities, between the enormous gains we have achieved and the ways our right to parent continues to be undermined.

THE 1970S: CUSTODY DENIED

Thirty years ago queer and trans parents were, for the most part, invisible. It was in the 1970s that lesbian mothers, a previously unrecognizable category, gained a degree of visibility. Women who had become parents in heterosexual relationships and then “came out” were in the

courts fighting for custody of their children. Many, understanding the legal climate of the time, chose to relinquish custody in favor of liberal access (Rayside, 2008). In Canada, the climate was disheartening, with courts distinguishing between “good” and “bad” lesbian mothers (and gay fathers); the good ones being those who were not visible, militant, or sexual (Arnup, 1995). In 1977, Francie Wyland wrote, “Only once in Canada, and fewer than a dozen times in the United States, has a known lesbian mother been granted unconditional custody of her children” (cited in Mackay, 1982: 16). Small, virtually unfunded groups such as the Lesbian Mothers’ Defence Fund, based in Vancouver and Toronto, provided financial, emotional and legal support to lesbian and gay parents fighting for custody of their children.

In these court battles, which involved enormous loss and heartbreak, lesbian and gay parents were pushed to present themselves and their children as “just the same as” and “just as good as” an ideologically based notion of the heterosexual nuclear family - itself an artificial construction that never in reality looked or worked like it was supposed to. Court decisions that denied lesbians and gay men custody of their children were based on a series of arguments that found lesbians and gay men to be “unfit parents” (Pollack, 1990). These arguments, originating in the custody battles of the 1970s/80s, have demonized lesbian/gay parents in popular culture and are now deeply embedded in mainstream consciousness. LGBTQ parents and their allies have spent decades rebutting them. They include assumptions that: lesbian/gay sexuality is immoral and that lesbians/gay men are promiscuous, sexually maladjusted and likely to sexually harm children; children raised in lesbian/gay homes will develop inappropriate gender identities and gender role concepts and behaviors, and may themselves develop a homosexual orientation; healthy child development requires the presence and availability of biological fathers as “male role models” (or in the case of gay fathers, “female role models”); and children raised in lesbian/gay homes will be socially stigmatized and subjected to ridicule, teasing, and hostility from their peers.

When lesbian and gay parents (and their lawyers) were in court rebutting these arguments, they had to respond within the given framework. They had to prove that they were “fit” to be parents — that their kids would be “just like” kids growing up in heterosexual families. The research carried out during this period helped to bolster these arguments. (For a summary of this research, see Patterson, 2005.) Much as we would like to leave behind this framework that puts us on the defensive by requiring that we prove both our “fitness to parent” and our likeness to a non-existent heterosexual norm, the political and social context within which we parent does not fully allow us to do so.

POSTER FAMILIES, POSTER CHILDREN

Despite massive social change and the creation of new possibilities, queer parents and their children continue to feel pressured to conform in order to be accepted and to present as “poster families” and as “poster children.” The sanitized version of their families they feel pressured to present does not include parents’ struggling with depression, alcoholism, or domestic abuse, or those times when the kids don’t like their parents, or feel ambivalent about their parents’ sexual orientation, or long for a parent of the other gender. In this version, “Nobody is in trouble at school. Nobody throws tantrums or threatens to run away. Nobody is experimenting with drugs. Ever. Did I mention that the kids think their parents are the coolest?” (Garner, 2004: 22). There is a dearth of spaces where queer parents and their children can converse honestly about the full breadth of their realities.

THE 1980S: SEEDS OF THE LESBIAN BABY BOOM

The 1980s were hardly a stellar time for queer parents, but the decade did nourish the seeds of what came to be known as the “lesbian baby boom.” As part of a growing lesbian and gay activism, with links to feminism, the women’s health movement, and other progressive social movements of the time, lesbians began to seek ways to bring children into their lives. But there were no places to go for information, no organized groups or programs. Those early days of lesbian conception were characterized by a feminist, self-help, empowerment model of women’s health. The women’s health care movement was premised on women taking control of their bodies and their reproductive lives; lesbians desiring children set out to do so. Many got pregnant at home, relying on knowledge of cervical mucus, known sperm donors or donors known to third parties, and syringes (not typically the mythical turkey baster, though it remains iconic). Small groups of women (eg. the Lavender Conception Conspiracy in Vancouver) began to meet to share information, knowledge and support. Women helped each other find men willing to be sperm donors, carried sperm for each other, shared knowledge about fertility and insemination, and supported each other through the roller coaster of conception, including the disappointments and heart break of miscarriages and infertility. The medical establishment, at this time, was not forthcoming in its support of other-than-heterosexual parenting. Some fertility clinics flatly refused to provide insemination service to lesbians, others acted as gatekeepers. A doctor in Toronto routinely required lesbians to write a “letter to the doctor” to convince him to provide access to services; others required lesbians to undergo psychiatric assessments before making decisions regarding service provision. In Quebec, clinics refused to give unmarried or lesbian couples access to donor insemination (Nicol, 2009).

And, while biological mothers who had children from heterosexual unions were fighting their male ex-partners for custody of their children, the female partners of women giving birth to children in the context of same-sex relationships had no legal rights to their children - non-biological parents were courageously committing themselves to children with no guarantees that they would be protected in their parenting roles. Gay fathers, in some instances, were choosing to stay in heterosexual marriages for fear of societal homophobia and the loss of their families. Those who were visible were struggling with disclosing their sexual orientation to children and spouses, with the consequences of a homophobic legal system, and with their own identities. Trans and bisexual parents were virtually invisible - and where trans people were visible as parents, they were subject to excruciating discrimination. The 1980s were marked by much discrimination and many barriers to parenting for queer and trans people, but also sowed the seeds for the significant and far-reaching changes to come.

THE 1990S: TURNING POINTS

The 1990s were marked by turning points for LGBTQ parents, including significant and hard-won gains in both visibility and recognition. In 1995 an Ontario family court judge granted non-biological parents the right to adopt their children, a historic decision which, for the first time, recognized LGBTQ parents as “fit” to be parents and recognized non-biological parents as equally deserving of the title. While this decision changed the landscape for LGBTQ parents in Canada, the judge hearing the case had to recognize the couples as “spouses” before he could declare the people involved “parents. So while the right to second parent adoption provided much-needed recognition and protection for non-biological parents, it also established that, at that moment in our history, the only legitimate legal way to parent was within a two-person spousal relationship. Also, second parent adoption, unless you are prepared to do hours of

preparation and meticulous paper work, requires a lawyer. Issues of class and access to financial resources become key when costly legal procedures are required in order to secure parenting status (Bogis, 2001). And, is it still a choice to not pursue state-sanctioned legal protections? For example, some lawyers have suggested that if a non-biological parent chooses to not pursue a second-parent adoption, courts might interpret this as a lack of commitment to the child (Dalton, 2001). Each legal gain brings with it new questions and complexities.

The decade also saw a shift from a self-help model of reproduction and family-building in LGBTQ communities to an approach that increasingly included the consumer-based, profit-oriented, highly-medicalized world of assisted reproduction. The existence of HIV/AIDS and fears about the medical and legal risks of involving known sperm donors, led to what Mamo (2007: 129) refers to as the use of “hybrid technology” in lesbian reproductive practices – the coexistence of the feminist health ideals of the 1970s and 1980s with biomedical expertise and services. (Mamo: 53)

While queer family recognition in most provinces came about largely due to individual legal challenges and court decisions, parenting rights in Quebec were won through grassroots organizing, coalition building and legislative change. The Lesbian Mothers Association of Quebec, founded in 1998 in the living room of Mona Greenbaum and Nicole Pacquette, launched a focused and highly-organized campaign for recognition of lesbian and gay-led families. In coalition with organized labour and the women’s movement, the LMAQ’s campaign so influenced public opinion and the minds of legislators, that in June, 2002, Bill C-84, a bill that revised the filiation provisions of the Civil Code of Quebec to extend equal parenting rights and recognition to same-sex couples, passed unanimously and without abstentions in the legislature (Nicol, 2009). Perhaps the grassroots approach assumed by activists in Quebec, and their insistence on the visibility of their families in their campaign for family recognition, is linked to the fact that Quebec is the only Canadian province that protects the integrity of lesbian primary parents, even when a known sperm donor is involved.

THE 2000S: QUEERING THE FAMILY TREE

The new millennium brought with it continued and expanded legal and social recognition for LGBTQ families, as well as increasing visibility and access to parenthood for gay, bi and trans people, and more social programs for parents across the LGBTQ spectrum and across the country. As well, and significantly, Canadian queer parenting activists have had the luxury of remaining removed from the struggle for same-sex marriage because in Canada, unlike many parts of the United States, parenting rights are not linked to marriage. (For a U.S. - Canada comparison, see Rayside, 2009). However, daycares, schools and other institutions continue to be characterized by profound hetero- and cis-normativity, homophobia and transphobia, and the law continues to lag significantly behind the structures of our families. Many of our families are still not adequately recognized or protected.

Legal and policy changes in the new millennium include adoption reforms that allow “out” same-sex couples access to public adoption in all Canadian provinces. Children’s Aid Societies in most major Canadian cities are opening their doors to LGBTQ communities as prospective adoptive parents. Many have done internal educational work to make lesbian/gay adoption more possible, and are regularly placing children with same-sex couples. Some are also taking steps to process applications by transgender prospective adoptive parents.

While second parent adoption granted historic rights to co-parenting lesbian couples, many were frustrated by a system that required them to spend time and money in order to adopt the children they had been parenting since birth. Parents (and interested lawyers) started to seek other ways to gain parental recognition. A 2001 B.C. Human Rights Tribunal case (*Gill v. Murray*) was the first successful Canadian challenge to the exclusion of same-sex couples under vital statistics regimes. This was followed by a similar complaint in New Brunswick in 2004, and an Ontario Charter challenge in 2006 (*Rutherford v. Ontario*, 2006 CarswellOnt 3463, 81 O.R. (3d) 81,270 D.L.R. (4th) 90, 30 R.F.L. (6th) 25 (S.C.J.) which resulted in the striking down of the Ontario Vital Statistics Act as it was found to discriminate against same-sex couples in its birth registration procedures. This case eliminated the need for second parent adoption for those same-sex couples in Ontario who conceived via anonymous sperm donor — provided there was no sexual intercourse involved in conception. It is now possible for lesbian couples to enter both women's names on a birth registration in B.C., Alberta, Saskatchewan, Manitoba, Ontario, Quebec and New Brunswick, conferring what is known as "presumptive proof of parentage." Birth registration reforms, however, continue to assume the two-parent family, and do not adequately address or recognize the more-than-two-parent family, a configuration not uncommon in LGBTQ communities.

2007 saw a significant challenge to the conventional two-parent family model. In an Ontario case popularly referred to as AA/BB/CC the courts, on appeal, recognized three people – a lesbian couple and the man they are parenting with – as a child's parents. (*A.A. v B.B.*, (2007) 83 O.R. (3d) 561 (C.A.) [*A.A. v B.B.*]) This was particularly significant in that the courts did not require "spousal" status in order to recognize parental status, i.e. people outside of conjugal relationships were recognized as parenting the same child – a step forward from the 1995 decision which required that spousal status precede parental status. In another Ontario case, a single gay man who became a father through a surrogacy arrangement with an egg donor and a gestational carrier, successfully appealed to the courts to be the only parent named on the birth registration (*Gulliver*, 2006).

While each of these victories was hard-won and relied on passion, commitment and untold hours of pro bono work from the lawyers who fought them, LGBTQ families in Canada continue to face much uncertainty within family law systems, particularly with regards to legal recognition of non-biological parents (at birth and post-separation), multiple parent families, and families created through assisted conception and third party donors. The complexities of our families are, for the most part, not adequately reflected in the law.

SHIFTING LANDSCAPES

As we achieve more visibility and social recognition, the framework which has had us defending ourselves against a non-existent heterosexual norm, proving how "normal" and "the same" we are, is shifting. Queer parents, and researchers of queer parenting, are starting to address some of the complexities of our lives, including the ways that LGBTQ families may differ in interesting (and, perhaps, not so interesting) ways from mainstream heterosexual experience. Stacey and Biblarz in their landmark 2001 article "(How) Does the Sexual Orientation of Parents Matter?" refuse the "we are the same" conversation and insist on exploring differences, drawing on fifteen years of research on children with lesbian moms. The differences they highlight in children growing up with lesbian/gay parents include less traditional gender-typing; higher self-esteem and better mental health; more egalitarian, shared parenting; more closeness and communication between parents and children; and increased awareness and empathy in

children towards social diversity. The most recently released study (Gartrell, Bos, Goldberg, 2010) found that adolescents reared in lesbian families are less likely than their peers to be abused by a parent or caregiver, and that daughters of lesbian mothers are more likely to engage in same-sex behavior and to identify as bisexual – a finding that will likely be used by some to promote the idea that LGBTQ parents “recruit” their children. While the differences both these studies point out are fascinating, the most exciting contribution they make is the shift from a limiting framework of defensiveness to one of exploration, curiosity, and possibility. This shift is made possible by the social and legal recognition and security queer parents, in some places, have achieved.

REFERENCES

- Arnup, K. *Lesbian Parenting: Living with Pride and Prejudice*. Charlottetown, PEI: Gynergy Books, 1995.
- Bogis, T. “Affording Our Families: Class Issues in Family Formation.” In M. Bernstein and R. Reimann, eds. *Queer Families, Queer Politics: Challenging Culture and the State*. New York: Columbia University Press, 2001.
- Dalton, S. “Protecting Our Parent–Child Relationships: Understanding the Strengths and Weaknesses of Second-Parent Adoption.” In M. Bernstein and R. Reimann, eds., *Queer Families, Queer Politics: Challenging Culture and the State*. New York: Columbia University Press, 2001.
- Garner, A. *Families Like Mine: Children of Gay Parents Tell It Like It Is*. New York: Harper Collins, 2004.
- Gartrell, N., H. Bos, & N. Goldberg. “Adolescents of the U.S. National Longitudinal Lesbian Family Study: Sexual Orientation, Sexual Behavior, and Sexual Risk Exposure.” *Archives of Sexual Behavior*, 2010.
- Gulliver, T. “Province ordered to recognize lesbian moms.” Toronto: *Xtra*, June 21, 2006.
- MacKay, L. *Children and Feminism*. Vancouver: The Lesbian and Feminist Mothers Political Action Group, 1982.
- Mamo, L. “Queering Reproduction: Achieving Pregnancy in the Age of Technoscience.” Durham, NC: Duke University Press, 2007.
- Nicol, N. “Politics of the Heart: Recognition of Homoparental Families in Quebec” in Epstein, R., ed. *Who’s Your Daddy? And Other Writings on Queer Parenting*. Toronto: Sumach Press, 2009.
- Rayside, D. *Queer Inclusions, Continental Divisions: Public Recognition of Sexual Diversity in Canada and the United States*. Toronto: University of Toronto Press, 2008.
- Rayside, D. “Two Pathways to Revolution: The Difference that Context Makes in Canada and the United States” in Epstein, R., ed. *Who’s Your Daddy? And Other Writings on Queer Parenting*. Toronto: Sumach Press, 2009.

Stacey, J., and T.J. Biblarz. "(How) Does the Sexual Orientation of Parents Matter?" *American Sociological Review* 66, 2001: 159–183.

CONFERÊNCIA | *CONFERENCE*

PROCURAM-SE ABRAÇOS: O CONTRIBUTO DO ACOLHIMENTO FAMILIAR DE CRIANÇAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA PARENTALIDADE PRÓXIMA | *HUGS WANTED: THE CONTRIBUTION OF FOSTER CARE IN BUILDING A CLOSE PARENTING*

MANUEL ARAÚJO E CELINA CLÁUDIO

PROCURAM-SE ABRAÇOS: O CONTRIBUTO DO ACOLHIMENTO FAMILIAR DE CRIANÇAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA PARENTALIDADE PRÓXIMA | HUGS WANTED: THE CONTRIBUTION OF FOSTER CARE IN BUILDING A CLOSE PARENTING

Manuel Araújo

Mundos de Vida, Associação para a Educação e Solidariedade

(Presidente Executivo da Mundos de Vida)

Celina Cláudio

Mundos de Vida, Associação para a Educação e Solidariedade

(Diretora Técnica do Serviço de Família da Mundos de Vida)

A ênfase das políticas e programas de proteção à infância, cada vez mais, orientam-se para o reforço de uma parentalidade positiva que capacite a família para a manutenção da criança no seu seio, em situações que, no passado, por motivos sociais, económicos e até culturais, levavam à necessidade de separação da criança do meio familiar.

No entanto, mesmo nas sociedades que têm uma política ativa e moderna de proteção à infância, fruto de circunstâncias e dificuldades sociais inevitáveis ou imprevisíveis, haverá sempre um número de crianças que, num contexto de risco psicossocial, têm de viver, ainda que temporariamente, separadas dos seus pais e da sua família de origem.

Neste contexto, a colocação das crianças fora da sua família, surge como a solução possível e necessária, no quadro do sistema de proteção à infância, através da modalidade de acolhimento institucional ou de acolhimento familiar.

Em Portugal, diferentemente de outros países europeus, a preponderância do acolhimento institucional (ou residencial, como também se designa) é esmagadora relativamente ao acolhimento familiar, na ordem dos 90% versus 10%. Pese embora, já a Declaração Universal dos Direitos das Crianças, ratificada em Setembro de 1990 refere que toda a “criança tem direito a crescer numa família”. Também a nossa legislação de proteção à infância, Lei nº 147/99 quando enumera as diversas medidas de promoção e proteção privilegiando, em primeira instância, as medidas em meio natural vida e, em seguida, as de colocação. Estas últimas apresentam uma sequência que indica as prioridades que aparentemente o legislador pretende ver concretizadas, em caso de necessidade de colocação: 1º) alínea e) medida de acolhimento familiar; 2º) alínea f) acolhimento institucional e, por último, a adoção.

Existem razões históricas, sociais e até de mentalidade que levaram a que, numa fase inicial, as sociedades tivessem seguido o caminho da “institucionalização”, muitas vezes em grande escala, como opção. Se há mais de duas décadas, pelo menos, é, em termos internacionais, consensual que a institucionalização devia ser evitada e substituída por outras medidas, certo é que a medida alternativa de acolhimento familiar, cuja dinamização e organização em Portugal, esteve dependente diretamente dos serviços do Estado, apesar de algum desenvolvimento na região norte, não teve a expansão desejável e necessária. Este défice organizativo traduziu-se num pior desempenho do sistema português de proteção à infância, não porque não existissem dispositivos legais mas porque não se conseguiu pôr em prática com eficácia o estipulado, em prejuízo das necessidades e dos direitos das crianças, em situação de risco.

Facto reconhecido publicamente pelo Instituto da Segurança Social (ISS), em 2009, referindo-se a um estudo realizado em 2002 que nunca foi publicado. Uma das razões ao escasso recurso da medida de acolhimento familiar estaria associada ao facto das famílias de acolhimento não terem sido devidamente recrutadas, formadas e acompanhadas, embora tal requisito estivesse previsto na Lei. Verificou-se também que, as famílias de acolhimento apresentavam diversas fragilidades, como seja, baixos recursos económicos, fraca escolaridade e nível socioeducativo, idade avançada face à crianças, profissões pouco qualificadas.

Assim, esta medida foi alvo de regulamentação pelo Decreto-Lei nº 11/2008, em harmonia com os princípios, objetivos e finalidades da Lei 147/99, lei de proteção de crianças e jovens em perigo e, numa perspetiva de qualificação desta resposta social foi também elaborado o Manual de Processos Chaves, no âmbito da Gestão da Qualidade das Respostas Sociais.

Num olhar sobre o sistema acolhimento de crianças em Portugal, sob a ótica da parentalidade, não oferece grandes dúvidas que a opção pelo acolhimento familiar é aquela que, num contexto em que se afigura necessário a separação do seu meio natural de vida, oferece à criança um ambiente mais terno, seguro e positivo, mais adequado ao desenvolvimento harmonioso da sua personalidade.

A Mundos de Vida, num quadro de cooperação com universidades e instituições, portuguesas e espanholas (com a colaboração de investigadores como a Prof. Pere Amorós - Barcelona, Prof. Ana Tomas de Almeida - UM e Prof. Maria José Rodrigo - Canarias) e a Fundacion Meniños (Espanha) e, a partir do diagnóstico efetuado, cria um serviço especializado.

O novo modelo de acolhimento familiar, cujo objetivo central é sensibilizar, captar, seleccionar, formar e acompanhar uma nova geração de famílias de acolhimento. Em 2006, foi assinado o primeiro acordo de cooperação com o Centro Distrital de Segurança Social de Braga, do país para o concelho de V. N. Famalicão.

Os seus resultados, decorridos três anos de implementação, foram analisados, no âmbito de uma avaliação externa, conduzida pelo Professor Pere Amorós da Universidade de Barcelona, em colaboração com investigadores portugueses (Prof. Ana Tomas de Almeida e Prof. Paulo Delgado) e a participação da CNPCJR, de agentes do sistema judicial, de CPCJ's, de Famílias de Acolhimento e técnicos da segurança social e do serviço especializado da Mundos de Vida.

Em função da eficácia e dos resultados do modelo, foi decidido alargar o serviço de acolhimento a vários concelhos do norte do país. Desde 2011, o serviço de acolhimento familiar está funcionar numa área geográfica, onde vivem 877.000 habitantes, em 10 concelhos, nos distritos do Porto e de Braga, tendo atingido, resultados que quando comparados, nalguns casos ultrapassam, as boas práticas internacionais.

Atualmente existe uma nova geração de famílias de acolhimento composta por 70 famílias, que constituiu uma Bolsa com diferentes perfis; e que acolhe 50 crianças com idades compreendidas entre o 1 ano até aos vinte anos de idade, representando quase 10% das famílias de acolhimento do país, num momento de crise social evidente.

Fruto de uma forte investimento na campanha de marketing social "Procuram-se Abraços" foi possível inverter o perfil das famílias de acolhimento tendo sido resolvido os principais problemas identificados no estudo de 2002, supracitado.

Neste contexto, nos últimos anos, dadas as alterações sociais, verificou-se uma evolução de um conceito de exercício de uma parentalidade assente numa família “nuclear e tradicional” para um conjunto alargado de vários tipos de famílias (reconstituídas, monoparentais, etc...). De qualquer forma, continua a defender-se, inclusivamente ao nível das declarações internacionais e na legislação dos vários países, a família como meio fundamental para o bem-estar e desenvolvimento equilibrado da criança. A legislação portuguesa está em linha com a europeia mais moderna mas a prática em Portugal ainda não está.

Em suma, a criação do serviço especializado de Acolhimento Familiar permitiu o desenvolvimento da medida de promoção e proteção de acolhimento familiar em Portugal evidenciando fatores de sucesso, como sejam, as campanhas de captação das famílias, modelos de formação e seleção, constituição do conceito de Bolsas de Famílias com diferentes perfis, novas práticas na manutenção dos laços afetivos criança-família de origem e família de acolhimento, a escolha adequada da família de acolhimento para responder as necessidades individuais da criança.

Dito de outra forma constatou-se uma evolução do conceito de família de acolhimento cuidadora ou assistencialista para uma “família educadora” e permite defender o conceito de parentalidade próxima, no sentido da criança poder desenvolver-se de uma forma equilibrada, num meio terno e seguro, sem rutura dos laços familiares, mantendo na proximidade, quer geográfica, quer relacional, as suas ligações com a família de origem.

POSTER | *POSTER*

O PAPEL DAS AVALIAÇÕES EM SITUAÇÕES DE RISCO E PERIGO NA FACILITAÇÃO DA MUDANÇA PARENTAL | *THE ROLE OF ASSESSMENTS IN SITUATIONS OF RISK AND DANGER IN FACILITATING PARENTAL CHANGE*

ANA TEIXEIRA DE MELO E MADALENA ALARCÃO

O PAPEL DAS AVALIAÇÕES EM SITUAÇÕES DE RISCO E PERIGO NA FACILITAÇÃO DA MUDANÇA PARENTAL | THE ROLE OF ASSESSMENTS IN SITUATIONS OF RISK AND DANGER IN FACILITATING PARENTAL CHANGE

Ana Teixeira de Melo (anamelopsi@gmail.com)

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Bolseira de Pós-Doutoramento pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (BPD/77781/2011)

(Doutorada em Psicologia Clínica e investigadora de pós-doutoramento da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Tem dedicado a sua atividade clínica e de investigação aos domínios da avaliação e de diferentes modalidades de intervenção familiar e comunitária, particularmente junto de famílias multidesafiadas e/ou com crianças em situação de risco ou perigo)

Madalena Alarcão (malarcao@fpce.uc.pt)

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

(Psicóloga e terapeuta familiar. Doutorada em Psicologia Clínica, é professora associada da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. É membro supervisor da Sociedade Portuguesa de Terapia Familiar)

RESUMO

Tradicionalmente, avaliação e intervenção encontram-se relativamente separadas quando são feitas avaliações da capacidade parental no contexto da proteção da criança. O Modelo de Avaliação e de Intervenção Familiar Integrado (MAIFI) é uma abordagem integradora, (multi)sistémica, colaborativa, centrada nas forças e em processos de resiliência familiar, que combina preocupações clínicas, sociais, educativas e comunitárias com finalidades forenses.

A partir de um estudo de caso, acompanhado no âmbito do MAIFI, ilustram-se as potencialidades de uma avaliação colaborativa que procura aliar o rigor da avaliação a um enfoque nas forças familiares e na facilitação da mudança familiar e parental.

ABSTRACT

Traditionally, assessment and intervention are somehow separated in cases of child protection assessments of parental capacity. The Integrated Family Assessment and Intervention Model (IFAIM) is an integrated, (multi)systemic, collaborative, strength-based approach, focused on family resilience processes which combines clinical, social, and educational and community concerns with forensic purposes. Through a case study, of an IFAIM case, we will illustrate the potentialities and constraints associated with a collaborative assessment which aims to combine rigor in assessment with a strength-based focus to facilitate family and parental change.

INTRODUÇÃO

Nas áreas da proteção da criança e, particularmente, em situações de mau trato e negligência, a avaliação tende a preceder a definição e a concretização de um plano de apoio à família,

sendo as duas atividades frequentemente realizadas por profissionais diferentes (MacDonald, 2001). Diferentes avaliações podem ter lugar nestes contextos mas são as avaliações compreensivas (Melo & Alarcão, 2011b) as mais indicadas para orientar a elaboração de um projeto de apoio à família que vise a eliminação das condições de perigo a que a criança está exposta, por um lado, e a minimização de fatores de risco e o reforço de fatores de proteção, por outro. Os modelos colaborativos, centrados nas forças e nas soluções (Corcoran, 2005; Madsen, 2007), colocam a tónica nas competências da família e, pelo enfoque na construção partilhada de soluções, quando aplicados ao campo da proteção da criança (Berg & Kelly, 2000; Turnell & Edwards, 1999), podem facilitar o envolvimento e a mudança da família no decorrer do processo de avaliação. Estas perspetivas não são, contudo, dominantes, no contexto português (Sousa, Ribeiro, & Rodrigues, 2007).

O Modelo de Avaliação e de Intervenção Familiar Integrada (MAIFI) (Melo & Alarcão, 2011a) é um modelo (multi)sistémico, de carácter integrador, centrado nas forças, soluções e em processos de resiliência, onde diferentes tipos de avaliações (avaliação do risco, avaliação compreensiva, avaliação do potencial para a mudança da família) têm lugar de forma articulada. A perspetiva clínica é aliada ao trabalho social, educativo e comunitário, tendo em vista a facilitação integrada da mudança da família, ainda mesmo durante a fase de avaliação. A avaliação, no MAIFI, visa constituir-se como um momento crucial para a facilitação da mudança da família, oferecendo-lhe oportunidades de reflexão sobre o seu funcionamento, passíveis de contribuir para o seu desenvolvimento positivo e fortalecimento em geral e para o exercício da capacidade parental em particular. Disponibiliza, desde logo, apoio para o ensaio de mudanças em áreas chave. Nas secções seguintes, apresentam-se os resultados de um estudo de caso único focado na análise das mudanças realizadas por uma família no decurso de uma avaliação realizada no âmbito do MAIFI.

DESIGN

Adotou-se um design de estudo de caso clínico único (Barker, Pistrang, & Elliot, 2002), baseado em metodologias quantitativas e qualitativas para recolha de dados.

SINALIZAÇÃO DO CASO

A família Malaquias, composta pela mãe, pai e três filhos, foi encaminhada para um Centro de Apoio Familiar e de Aconselhamento Parental (CAFAP) por uma Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) no âmbito da aplicação de uma medida de apoio junto dos pais. Intervenções anteriores não tinham tido sucesso, pelo que a CPCJ mantinha preocupações relacionadas com a capacidade de mudança da família face a comportamentos de negligência física, negligência nos cuidados básicos, negligência emocional e dificuldade de orientação/estabelecimento de limites. A família considerava não haver motivo para a existência do processo de promoção e proteção nem para a realização da avaliação.

Tabela 1- Sumário das áreas, temas focadas durante a fase de avaliação e estratégias utilizadas tendo em vista a facilitação da mudança da família

Área	Temas centrais	Exemplos de atividades na sessão e estratégias	Exemplos de tarefas para a família fora da sessão e de
------	----------------	--	--

			materiais usados
Subsistema individual/ adultos	Formação e inserção profissional dos adultos	Discussão de competências; elaboração de lista de estratégias de procura de emprego; informação sobre serviços de apoio e instituições; mediação com serviço de formação profissional para o pai	Inscrição em serviço local de emprego; comparência a entrevistas
	Regulação de emoções negativas e ativação de emoções positivas	Ensaio de estratégias de relaxamento e de apoio mútuo entre os adultos; discussão e planeamento de momentos positivos; externalização de dificuldades e conversas de re-autoria (White, 2007)	Prática de exercícios e estratégias acordadas
	Integração das histórias desenvolvimentais	Exploração e elaboração de significados em torno da história de cuidados na infância e reflexão sobre implicações para o exercício da parentalidade	
Subsistema conjugal ^{a)}	Identidade do casal/ visões preferidas; apoio mútuo e apreciação; resolução de problemas e tomada de decisão	Exercícios de apreciação mútua; discussão de visões preferidas para o casal; sensibilização e discussão de estratégias para prevenção de escalada simétrica no casal; sensibilização para a discussão de estratégias conjuntas de resolução de problemas	Uso de “time-out” para inibição de escalada simétrica
Subsistema parental	Parentalidade positiva: disciplina e atenção positiva; regulação emocional e comportamental das crianças	Discussão da importância da qualidade da regulação emocional/comportamental das crianças; discussão da importância do desenvolvimento de sentido de competência pessoal por parte das crianças; discussão da importância da atenção positiva dos pais; discussão e experimentação de estratégias disciplinares positivas; “coaching” na sessão para gestão do comportamento das crianças; discussão/elaboração de significados em torno da parentalidade e exploração de visões parentais positivas; reenquadramento positivo das dificuldades dos pais e dificuldades percebidas por estes nas crianças; externalização de dificuldades e conversas de re-autoria (White, 2007)	Uso de “vales divertidos” e tabelas para elogiar / ampliar comportamentos positivos das crianças; prática de estratégias disciplinares positivas; Uso de chamadas de atenção e reforços positivos
Sistema familiar	Integração da história familiar/Identidade familiar	Exploração de genograma e linha da vida, projeção no futuro/exploração de visões e direções preferidas para a vida familiar; discussão do “valor” da família e elaboração de uma identidade familiar positiva da família nuclear; conversas de re-autoria em torno da identidade familiar.	
	Ambiente familiar; envolvimento familiar; união e coesão; apreciação mútua	Discussão/ampliação de momentos de interação familiar positivos detetados nas sessões e relatados pela família; preparação e discussão de momentos de envolvimento familiar positivo.	Realização de atividades lúdicas e de envolvimento positivo em família

	Organização familiar	Criação conjunta (pais e filhos) do “mapa” das regras da família; criação conjunta de lista com tarefas e rotinas da família; discussão de estratégias de conciliação da vida profissional com a vida familiar e otimização das rotinas familiares; treino de estratégias de relaxamento e “time-out” para prevenir/travar interações negativas	Cumprimento das tarefas e rotinas; cumprimento das regras familiares; exercitar “respirar fundo” e uso de time-out
	Gestão de recursos familiares	Discussão do orçamento familiar e criação de planos de emergência para satisfação das necessidades básicas; discussão de estratégias de poupança e rentabilização dos recursos existentes.	Elaboração de listas de compras e bens alimentares disponíveis; preparação de menus económicos;
Sistema de apoio informal: família alargada	Mobilização da rede de suporte informal. Comunicação e padrões de interação com família alargada	Realização de reunião com família alargada para discussão de estratégias de apoio de emergência à família; discussão de estratégias eficazes de gestão da ajuda e das fronteiras na relação com família de origem	Articulação com a família de origem para obtenção e gestão de apoio económico e bens alimentares
	Gestão de limites e fronteiras com as famílias de origem; processos de autonomização; integração de experiências traumáticas.	Reflexão em torno da natureza das fronteiras com família alargada (gestão flexível de fronteiras com família paterna); integração de experiências traumáticas na infância, ligação com dificuldades atuais na gestão das relações com as famílias de origem e significados atribuídos às mesmas (perceção de abandono por parte da mãe relativamente à sua família; perceção de dependência das relações externas para “se ser feliz” e impacto no investimento e nos cuidados prestados à família nuclear)	

a) Estas dimensões foram as menos focadas em termos de facilitação da mudança. Um mês depois de a avaliação ter sido iniciada, a mãe iniciou uma atividade profissional exigente na área da hotelaria que lhe provocava grande desgaste e deixava pouco tempo de contato com a família. As exigências que a família passou a enfrentar levaram à deslocação de atenção para temas do funcionamento familiar, em particular, da organização familiar. Esta mudança teve como objetivo ajudar o pai na gestão das rotinas diárias da família e de comportamentos difíceis nas interações das três crianças. As vulnerabilidades do casal parecem ter-se mantido, diluindo-se os movimentos de mudança ensaiados no início da avaliação.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO

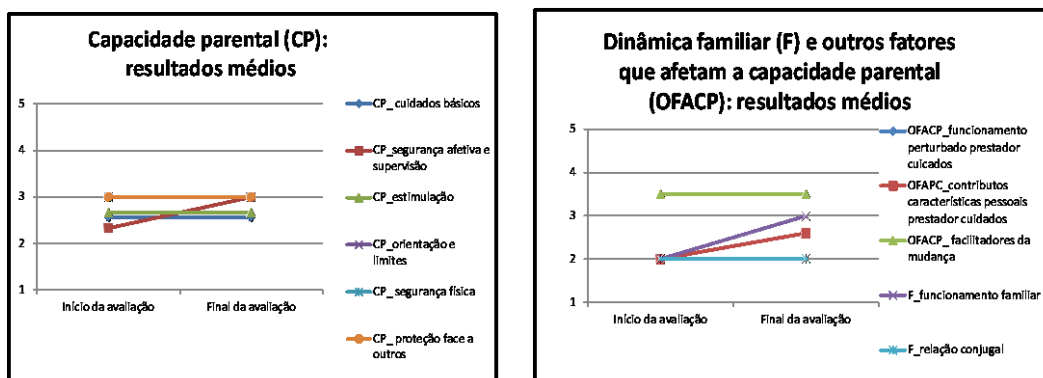
Foi realizada uma avaliação compreensiva, avaliação do risco e do potencial para a mudança que culminou na elaboração de um relatório de avaliação, de acordo com as recomendações do MAIFI (Melo & Alarcão, 2011a). Apresentam-se, neste estudo, os resultados quantitativos da avaliação compreensiva. A tabela 1, descreve o resumo das principais áreas, temas e estratégias focadas no decurso da avaliação tendo em vista a facilitação da mudança da família. A avaliação decorreu ao longo de três meses e meio, num total de 22 sessões (41 horas), decorrendo 18 das sessões em contexto domiciliário.

PROCEDIMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

Todas as sessões foram áudio-gravadas. Dois profissionais preencheram as Grelhas de Síntese da Avaliação Compreensiva (GSAC, Melo & Alarcão, 2011b) do MAIFI, para o início e o final da avaliação, negociando uma avaliação por consenso. As GSAC são um conjunto de três instrumentos que avaliam, numa escala de Likert de 5 pontos, diferentes competências parentais, dimensões do funcionamento familiar e outros fatores relacionados com os prestadores de cuidados que podem afetar a capacidade parental bem como de fatores relativos ao contexto ambiental e situação social em que a família se encontra. As escalas apresentam bons indicadores de consistência interna, acordo entre cotadores e validade de constructo (Melo & Alarcão, 2011b). Os níveis 1 e 2 correspondem a níveis insatisfatórios de competências (perigo). O nível 3 representa comportamentos mais satisfatórios mas, ainda, assim, com vulnerabilidades (risco), enquanto os níveis 4 e 5 representam níveis de competência bastante e muito elevada. Para este estudo, utilizaram-se os resultados médios obtidos em cada escala e uma variável correspondente à contagem de indicadores de perigo (pontuações de 1 e 2) e risco (pontuações de 3).

RESULTADOS

Verificaram-se mudanças em quase todas as áreas focadas tendo em vista a mudança familiar.



Figuras 1 e 2: Resultados médios na avaliação da capacidade parental, dinâmica familiar e outros fatores que afetam a capacidade parental, no início e no final da avaliação.

Os resultados médios da maior parte das variáveis analisadas foram superiores no final da fase de avaliação (figura 1 a 3). Do início para o final da avaliação vários indicadores de perigo transformaram-se em indicadores de risco, revelando mudanças nas áreas sobre as quais o apoio para a mudança tinha incidido (figura 4).

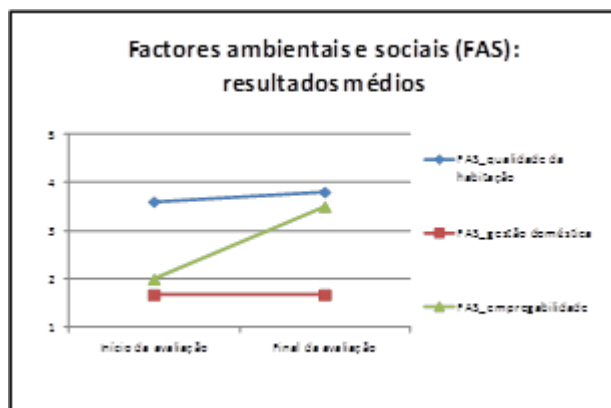


Figura 3: Resultados médios na avaliação de fatores ambientais e sociais, no início e no final da avaliação

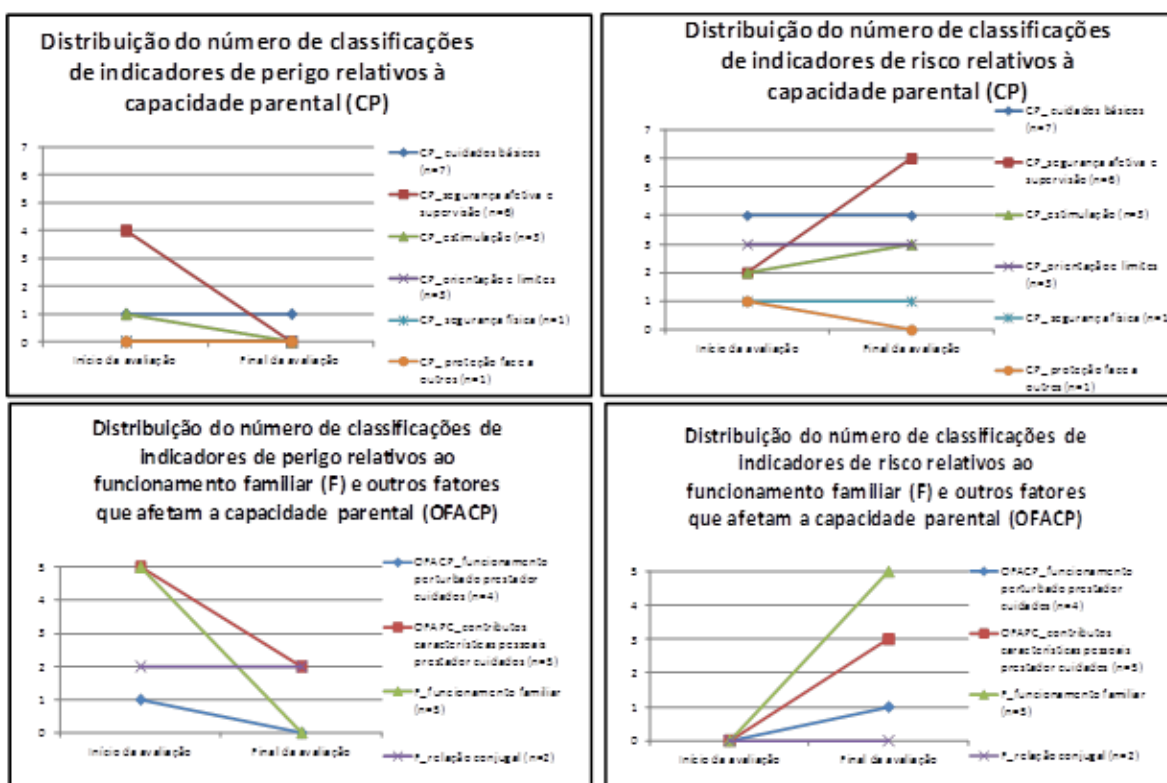


Figura 4 - Distribuição das classificações de indicadores de perigo no início e no final da avaliação

CONCLUSÃO

Apesar de centrado num único caso, os resultados deste estudo ilustram possíveis vantagens de uma avaliação colaborativa, centrada nas forças e soluções, que, incorporando um registo reflexivo e ensaios de mudança familiar orientados pela construção de hipóteses compreensivas de caso, pode facilitar a mudança, mesmo quando a família não se apresenta,

à partida, disponível para a mesma. Verificam-se alguns indicadores diretos e indiretos a favor da atribuição, pelo menos parcial, da mudança à participação no processo de avaliação (Elliot, 2002), embora possam existir explicações alternativas.

Este tipo de avaliações, a sua utilidade e impacto, bem como as condições de sucesso devem ser melhor estudadas em investigações futuras, podendo, contudo, antecipar-se um conjunto de possíveis benefícios diretos para as famílias e para os profissionais. Deve ser iniciado um amplo debate, entre os vários intervenientes no sistema de promoção e proteção, sobre os limites e potencialidades das formas tradicionais de avaliação e sobre o papel de avaliações colaborativas, centradas nas forças, nas soluções e na promoção de mudança no sistema familiar. Se a segurança e o desenvolvimento pleno da criança e do jovem são uma preocupação, o bem-estar e o desenvolvimento familiar são parte integrante da solução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barker, C. Pistrang, N., & Elliot, R. (2002). *Research methods in clinical psychology. An introduction for students and practitioners* (2nd ed.). West Sussex: John Wiley & Sons.

Berg, I. K. & Kelly, S. (2000). *Building solutions in child protective services*. New York: Norton & Company.

Corcoran, J. (2005): *Building strengths and skills: A collaborative approach to working with clients*. New York: Oxford University Press.

Elliot, R. (2002). Hermeneutic single-case efficacy design. *Psychotherapy research*, 12(1), 1-21.

MacDonald, G. (2001). *Effective interventions for child abuse and neglect. An evidence-based approach to planning and evaluating interventions*. West Sussex: John Wiley & Sons.

Madsen, W. C. (2007). *Collaborative therapy with multi-stressed families* (2nd ed.). New York: The Guilford Press.

Melo, A. T., & Alarcão, M. (2011a). Integrated Family Assessment and Intervention Model: A Collaborative Approach to Support Multi-Challenged Families. *Contemporary Family Therapy*, 33, 400-416.

Melo, A. T., & Alarcão, M. (2011b). Capacidade parental e familiar em situações de risco: grelhas para avaliações compreensivas. Manuscrito submetido para publicação.

Sousa, L., Ribeiro, C., & Rodrigues, S. (2007). Are practitioners incorporating a strengths-focused approach when working with multi-problem poor families? *Journal of Community Applied Social Psychology*, 17, 53-66

Turnell, A. & Edwards, S. (1999). *Signs of safety. A solution and safety oriented approach to child protection casework*. New York: W. W. Norton & Company.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi suportado por uma bolsa de pós-doutoramento atribuída à primeira autora pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BPD/77781/2011) e parcialmente

por uma bolsa de doutoramento anterior (SFRH/BD/39912/2007). A primeira autora deseja agradecer à ASAS, de Santo Tirso.

POSTER | *POSTER*

HISTÓRIAS SOBRE A ADOÇÃO | *STORIES ON THE ADOPTION*

ARMANDA GONÇALVES, VERA RAMALHO E NUNO SOUSA

HISTÓRIAS SOBRE A ADOÇÃO | *STORIES ON THE ADOPTION*

Armanda Gonçalves (ag.facfil@gmail.com)

(UCP Braga)

Vera Ramalho (psiquilibrios@gmail.com)

(Psiquilíbrios)

Nuno Sousa

(Estagiário UM/ Psiquilíbrios)

RESUMO

Quando se fala sobre adoção em Portugal, ouvimos com frequência referência à morosidade inerente ao procedimento, ao elevado número de crianças institucionalizadas e à urgência em agilizar este processo. Quando pesquisamos este tema constatamos a escassez de trabalhos na literatura nacional comparativamente aos países anglo-saxónicos ou a países como Espanha e Itália. Os trabalhos encontrados centram-se nas questões jurídicas, na descrição das etapas do processo em diferentes serviços, ou sobre o funcionamento dos mesmos. No âmbito da psicologia, privilegiam a temática da vinculação nas famílias adotivas, e só mais recentemente as questões da parentalidade (Almeida, 2010; Vieira, 2010). Neste trabalho, reconhecendo que na construção da relação adotiva se cruzam 2 eixos – o da criança e o dos pais (Re, 2008), elegemos como foco os pais, pois o ingresso de uma criança obriga o casal a um novo modelo de relação, a novas dinâmicas e consequente ajustamento (Alarcão, 2006; Levy-Shiff, Goldshmidt & Har-Even, 1991). Estas questões parecem-nos ainda mais pertinentes uma vez que no contexto nacional a maioria das adoções correspondem a adoções tardias, que acarretam maiores desafios em comparação com a adoção precoce (Pace, 2008). Assim, consideramos que urge confrontar e refletir sobre as fragilidades e necessidades destas famílias e sobre o apoio que lhes é prestado, visando potenciar os seus recursos para o acolhimento de uma criança. Em termos metodológicos, estamos a conduzir um estudo de natureza qualitativa, sob a forma de entrevistas exploratórias a pais adotivos, com posterior análise de conteúdo, através das quais procurámos compreender como os pais adotivos vivem as diferentes etapas do processo de adoção assim como as experiências mais significativas.

ABSTRACT

When we talk about adoption in Portugal, we often hear reference to the issue of delays inherent to this process, the high number of institutionalized children, and the urgency to expedite this process (Potes, Bandola, Real & Ferreira, 2006). When researching this topic we quickly noticed the lack of work in the national literature, in comparison with the volume in the Anglo-Saxon or even in countries like Spain or Italy. The studies found focused on legal issues, the description of the steps in this process in different services, or the operation thereof. Within the psychology field, focus on attachment in adoptive families, and more recently around the issues of parenting (Almeida, 2010; Vieira, 2010). In our work while recognizing that the construction of the adoptive relationship intersects two axes - child and parent (Re, 2008), we

chose to focus on parents, because the admission of a child requires a new relationship model in the couple, new dynamics and consequent adjustment (Alarcão, 2006, Levy-Shiff, Goldshmidt & Har-Even, 1991). These issues appear to be even more relevant since in the national context the majority of adoptions correspond to what we call late adoptions, which causes major challenges for parents and child, compared with the early adoption (Pace, 2008). We therefore feel the urge to confront and reflect on the weaknesses and needs of these families, and on the support that is provided to them, trying to enable their resources for the care of a child. In methodological terms, we are conducting a qualitative study, in the form of exploratory interviews to adoptive parents, with subsequent content analysis, through which we sought to understand how the adoptive parents live the different stages of the adoption process as well as the most significant experiences.

INTRODUÇÃO

A adoção constitui uma forma de dar resposta às crianças que, por motivos diversos, se encontram privadas da família biológica, responsabilizando outra família pelo cumprimento das funções parentais. Constitui um procedimento legal que visa dar à criança uma família capaz de assegurar o seu bem-estar, satisfazendo as suas necessidades mediante a sua inserção num ambiente favorável ao desenvolvimento (Salvaterra & Veríssimo, 2008).

Do ponto de vista do casal que adota, trata-se de uma oportunidade de criar com uma criança um vínculo semelhante à relação entre pais e filhos biológicos (Instituto da Segurança Social, I.P., 2010), representando a decisão de adotar o primeiro passo na experiência da parentalidade adotiva. A partir do momento que o casal se predispõe à adoção, a sua vida sofrerá mudanças que implicam a adaptação a um processo longo e moroso. Além dos aspetos formais, os pais adotivos irão confrontar-se com as suas motivações, facto que poderá acentuar a consciência das perdas passadas e a necessidade de dar significado aos sentimentos em relação à impossibilidade de conceber um filho, que de outro modo podem ser ativados no encontro com a criança e dificultar a construção da relação. A literatura aponta várias motivações para a adoção, sendo a infertilidade a mais comum (Salvaterra & Veríssimo, 2008; Vieira, 2010). Face à impossibilidade da parentalidade biológica os casais recorrem à adoção pela necessidade de estar de acordo com o modelo social normativo do casal com filhos (lar vazio sem filhos), para realização da mulher/homem que só se completa na maternidade/paternidade, e pela necessidade de apoio na velhice (Infante, 1991).

No domínio emocional, de entre os fatores que fazem parte da experiência de uma percentagem significativa de casais que adotam e que muitas vezes não são reconhecidos, importa destacar, além do confronto com as experiências de perda/ infertilidade, a não universalidade da experiência da adoção que pode, por si própria, desencadear sentimentos de isolamento. Em continuidade, o fantasma dos pais biológicos pode permanecer nas mentes, tanto das crianças como dos pais, neste último caso associado à ameaça da perda da criança ou do reencontro com a família biológica. Tal-qualmente o carácter reversível deste processo (em termos legais), constitui outro aspeto que pode dificultar a construção de um sentimento de segurança (Greco, 2006). Apesar de toda a complexidade inerente à transição para a parentalidade adotiva, não significa que esta seja necessariamente pautado por dificuldades, constituindo a aceitação do filho não biológico e da sua história e origem fatores de ajustamento que favorecem a construção de laços de filiação que culminam numa “adoção efetiva” pelos pais (Sonogo & Lopes, 2009).

METODOLOGIA

Como profissionais de psicologia, que lidam com o tema da adoção através do atendimento a famílias com dificuldades no período posterior à adoção, interessa-nos explorar a experiência dos pais adotivos ao longo de todo o percurso da adoção, através de um estudo de natureza qualitativa.

Definimos como objetivos para este trabalho:

1. Compreender a experiência das famílias ao longo do processo de adoção, procurando entender as diferentes etapas e as experiências mais significativas.
2. Aprofundar a compreensão sobre uma configuração familiar cada vez mais presente na nossa sociedade.
3. Contribuir para a reflexão sobre o processo de adoção, procurando modelos alternativos para prevenir as dificuldades inerentes ao mesmo.
4. Encontrar medidas que permitam minorar ou ultrapassar dificuldades favorecendo a construção de uma parentalidade satisfatória.

Participantes

Participaram neste estudo um casal em que mulher e marido têm 38 anos. São casados, possuem formação superior e têm um filho adotado com 7 anos (3 anos no momento de adoção). A adoção foi motivada por razões de infertilidade. O casal recorreu a acompanhamento psicológico devido a questões relacionadas com a adoção.

Instrumentos

Para a recolha de dados aplicamos uma ficha sociodemográfica, que focava além dos dados dos pais (e.g., género, idade, estado civil, escolaridade); dados relativos à criança (e.g., data de nascimento, género, e idade aquando a adoção), e uma entrevista intitulada “Histórias sobre a adoção”, na qual convidamos os pais adotivos a partilhar alguns capítulos da história e da relação com o filho (A decisão de adotar; o contato com os serviços de adoção; o filho esperado; as mudanças (ines)peradas; o meu filho; o presente: a filiação adotiva; o balanço final).

Procedimentos

O casal foi informado sobre a natureza do projeto de investigação, do procedimento de recolha de dados e dos aspetos éticos associados. A administração do questionário sociodemográfico e a realização da entrevista decorreu nas instalações do Psiquilíbrios. A duração da entrevista, que foi gravada em áudio, foi de 90 minutos, tendo sido posteriormente transcrita na totalidade, respeitando a confidencialidade. Os dados recolhidos foram analisados com o recurso à Análise de Conteúdo.

RESULTADOS

A análise da experiência deste casal remete-nos desde logo para a morosidade associada ao processo de adoção, decorrendo a avaliação no prazo estipulado por lei de 6 meses, passaram 5 anos desde momento de avaliação até à colocação da criança. Se no momento prévio à adoção, e nos primeiros anos de espera o casal tinha uma expectativa positiva do processo, mostrando-se um casal proactivo e informado sobre as questões legais e burocráticas relativas ao processo de adoção. Com o decorrer do tempo esta expectativa positiva parece transforma-se em angústia associada à espera, uma experiência emocional que descrevem como “tortuosa”.

Ao longo da espera o casal flexibilizou o perfil de criança que tinha definido no momento inicial de candidatura à adoção, evidenciando abertura à construção de uma família. As motivações subjacentes à adoção estão relacionadas com a impossibilidade de construir uma família biológica (depois de várias tentativas), surgindo a adoção como uma alternativa natural para construir uma família.

A carga emocional associada ao encontro com o filho adotado e com a concretização da adoção parece claramente positiva, sendo possível identificar indicadores relativos à dimensão de alegria, felicidade e de concretização do sonho do casal. Não obstante encontramos igualmente na experiência da adoção dificuldades, quer de ordem emocional (sentimento de reserva, receio que algo corra mal com a colocação ou com o processo), mas também dificuldades pragmáticas decorrentes da falta de tempo de preparação para conhecer as crianças e para reorganizar a casa, a falta de informação sobre as crianças, suas características, necessidades e dificuldades.

Sobre estas dificuldades parece que o casal, no primeiro momento de acolhimento da criança parece menos capaz de identificar os sinais de complicações, devido talvez à saliência da experiência emocional positiva, mas porventura também fruto da falta de preparação para esta parte da experiência. Ainda, parece clara a tendência em procurar no passado da criança possíveis explicações para as dificuldades com que se deparam. Reforçando esta dimensão de uma experiência marcadamente emocional, talvez menos refletida e integrada, a construção do laço familiar é apresentado como algo que acontece e menos como um processo, tal como a própria identidade da família adotiva que parece não se diferenciar de uma família biológica. Quando perante as dificuldades, tal como perante momentos de alegria a primeira reação do casal é virar-se para dentro, procurar dentro de si as soluções, conseguindo depois procurar outros recursos técnicos, sociais e familiares.

Face a diversos elementos já elencados – tempo de espera, angústia de espera, experiências negativas, falta de tempo para preparação (casal/ casa), falta de informação, falta de apoio e acompanhamento durante a espera e na fase pós-adoção, o casal apresenta uma avaliação marcadamente negativa relativa ao funcionamento dos serviços.

DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Com os resultados preliminares deste estudo sobre a experiência dos pais adotivos, percebemos que subjacente à **decisão de adotar** encontra-se a impossibilidade de construir uma família biológica devido à infertilidade (cf. Salvaterra & Veríssimo, 2008; Vieira, 2010). Esta decisão é tomada depois de várias tentativas, o que evidencia que as alternativas biológicas e médicas à adoção persistem como primeira escolha (Ambert, 2003). De igual

modo, parece manter-se a morosidade do processo de adoção que não se parece justificar pelo perfil restritivo de criança definido pelo casal no momento de candidatura, atendendo à abertura e flexibilidade evidenciados por estes face às propostas apresentadas pelos serviços.

Este **tempo de espera** merece maior reflexão pelo impacto que parece ter no casal, que entra neste processo com expectativas muito positivas, que no decurso do tempo se transformam em desilusões e angústias. Como refere Brodzinsky (1987) a incerteza que caracteriza este processo parece gerar ansiedade e receios que são ativados no próprio momento da adoção, e que podem afetar o desenvolvimento de uma relação de vinculação segura. E, se em termos de informação relativa aos aspetos burocráticos, processuais e legais o casal se mostra autossuficiente, parece sentir dificuldades em compreender e integrar as vicissitudes e imprevisibilidade deste processo. E com isto não nos referimos a uma preparação cognitiva, trata-se da preparação do coração (Re, 2008), relativa à necessidade do casal estar preparado para se questionar, sofrer, sentir medo. Apesar destas dificuldades, **a experiência de adoção** reveste-se de uma carga emocional positiva de felicidade e concretização do sonho do casal de experienciar a parentalidade e construir uma família, sendo o encontro com a criança recordado com memórias precisas acerca da criança e do contexto, como também referem Ferreira e colaboradores (2004).

O primeiro encontro do casal com a criança foi em simultâneo o momento da entrega da criança ao casal, o que impossibilitou que houvesse qualquer trabalho de promoção e avaliação do vínculo entre o casal e a criança (Costa & Campos, 2003; Salvaterra, 2007). Assim, **dificuldades** como o carácter imediato da entrega da criança, a falta de preparação e acompanhamento ao longo desta etapa do processo, parecem constituir um risco significativo num momento em que o casal está sobrecarregado com a reorganização de papéis e competências, criação de novas regras e rotinas de funcionamento familiar e com a regulação da relação intergeracional e com o exterior (Alarcão, 2006; Mateus & Relvas, 2002; Scabini & lafrate, 2003). Neste caso afiguram-se como sinais de risco as dificuldades em identificar dificuldades na interação e no comportamento da criança, o fechamento do casal em momentos de crise, a definição do **laço familiar** como algo que acontece (vs. um processo) e da **identidade da família adotiva** como não diferenciada da família biológica.

Os primeiros tempos da relação da criança com os pais adotivos são habitualmente vividos como um período de “lua-de-mel”, habitual no processo de construção da parentalidade em que a criança adotada recebe um tratamento especial, o que se entende devido às frustrações e deceções por que passaram estes pais (Sonego & Lopes, 2009; Pinto & Picon, 2009). Mas devemos também considerar que nesta fase do processo os pais se podem centrar mais na própria experiência emocional do que na criança em si, o que dificulta o processo de reconhecimento do outro e das suas especificidades (Pianu, 2008), e neste caso de identificar e procurar ajustar-se às dificuldades, também elas naturais.

A **estratégia** de virar-se para dentro face a momentos críticos, procurando dentro de si as soluções, só depois nos outros (técnicos, sociais e familiares), ilustrando uma tendência de viver a adoção de um modo privado, pode ser explicado pelo estigma ainda associado a esta experiência (Miall, 1996), assim como pelo carácter não universal da mesma, que pode desencadear sentimentos de isolamento e de diversidade (Greco, 2006), mas também pela falta de apoio e suporte disponível na fase pós-adoção.

Assumindo o **laço adotivo** como um processo que se constrói ao longo do tempo, a tarefa central na nesta fase passa pela integração das necessidades, expectativas e histórias tanto dos pais como da criança (Scabini & Cigoli, 2000), sendo naturais períodos de evolução e de

tensão que requerem um reajustamento das modalidades relacionais em função das mudanças internas e externas no núcleo familiar na tentativa de encontrar um equilíbrio entre a pertença e diferença recíprocas (Greco, Ranieri, Rosnati, 2003). Este processo complexo implica para os pais a legitimação da parentalidade adotiva, para o filho a experiência de uma relação promotora do desenvolvimento (Re, 2008), e desenvolve-se no tempo, carecendo de um acompanhamento próximo ao longo das diferentes etapas do processo, das suas crises e transições.

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, M. (2006). *(Des)equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Ambert, A. (2003). The negative social construction of adoption: its effects on children and parents. Toronto: New York University, Faculty of Arts.
- Brodzinsky, D. M. (1987). Adjustment to adoption: A psychological perspective. *Clinical Psychological Review*, 7, 25 – 47.
- Almeida, J. (2010). *Laços que se Criam: O Papel da Comunicação sobre a Adopção na Integração da Criança na Família Adotiva*. Tese de Mestrado em Psicologia Clínica Sistémica. Faculdade de Psicologia. Universidade de Lisboa.
- Costa, L., & Campos, N. (2003). A avaliação psicossocial no contexto da adoção: vivências das famílias adotantes. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 19 (3), 221-230.
- Ferreira, S., Pires, A., & Salvaterra, F. (2004). Filho do coração... adoção e comportamento parental. *Análise Psicológica*, 2(22), 399-411.
- Greco, O., Ranieri, S., & Rosnati, R. (2003). *Il percorso della famiglia adottiva - Strumenti per l'ascolto e l'accompagnamento*. Edizione Unicopli: Milano
- Levy-Shiff, R., Goldshmidt, I., & Har-Even, D. (1991). Transition to parenthood in adoptive families. *Developmental Psychology*, 27(1), 131-140.
- Mateus, G., & Relvas, A. (2002). Adoção e parentalidade. In A. Relvas, & M. Alarcão (Eds). *Novas formas de família* (pp 123-187). Coimbra: Quarteto.
- Miall, C. E. (1996). The Social Construction of Adoption. *Family Relations*, 45, 309 – 317.
- Pace, G. (2008). La costruzione della relazione madre-bambino “late adopted” nella fase di innesto. In. G. Pianu, S. Cavalle & S. Neudam (Orgs). *Famiglie in mutazione: La famiglia adottiva – Contributi per la formazione continua*. Milano: FrancoAngeli.
- Pianu, G. (2008). Il nostro modello: un servizio oltre la risposta al Tribunale per i Minorenni. In. G. Pianu, S. Cavalle & S. Neudam (Orgs). *Famiglie in mutazione: La famiglia adottiva – Contributi per la formazione continua*. Milano: FrancoAngeli.
- Pinto, M., & Picon, P. (2009). Adoção: proposta preliminar para uma abordagem psicoterápica cognitivo-comportamental para pais adotantes. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 5 (1), 3-17.

Re. P. (2008). Accogliere un bambino o sostituire il figlio mai nat: le ricorse necessarie. In. G. Pianu, S. Cavalle & S. Neudam (Orgs). *Famiglie in mutazione: La famiglia adottiva – Contributi per la formazione continua*. Milano: FrancoAngeli.

Salvaterra, M. (2007). *Vinculação e adoção*. Dissertação de Doutoramento em Psicologia Aplicada. Instituto Superior de Psicologia Aplicada da Universidade Nova de Lisboa: Lisboa.

Salvaterra, F., & Veríssimo, M. (2008). A adoção: o direito e os afetos. Caracterização das famílias adotivas do distrito de Lisboa. *Análise Psicológica*, 2 (26), 501-517.

Scabini, E., & Cigoli, V. (2000). Il familiare – legami, simboli e transizione. Milano: Raffaello Cortina.

Scabini, E., & Iafrate, R. (2003). *Psicologia dei legami familiari*. Bologna: Società editrice il Mulino.

Sonego, J., & Lopes, R. (2009). A experiência da maternidade em mães adotivas. *Aletheia*, 29 (xx), 16-26.

Vieira, S. (2010). *A experiência da parentalidade adotiva: do casal ao singular*. Tese de Mestrado em Psicologia Clínica Sistémica. Faculdade de Psicologia. Universidade de Lisboa.

POSTER | *POSTER*

**A PARENTALIDADE NA CONTEMPORANEIDADE: NECESSIDADES DOS PAIS |
*PARENTHOOD TODAY: PARENTS NEEDS***

CÂNDIDA PINTO, MARINHA CARNEIRO E JOSEFINA FRADE

A PARENTALIDADE NA CONTEMPORANEIDADE: NECESSIDADES DOS PAIS | PARENTHOOD TODAY: PARENTS NEEDS

Cândida Pinto (candidapinto@esenf.pt)

Escola Superior de Enfermagem do Porto

(Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica, Mestrado Psicologia da Saúde, na Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação - UP, Doutoramento em Psicologia da Saúde, na Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação - UP)

Marinha Carneiro (marinhac@esenf.pt)

Escola Superior de Enfermagem do Porto

(Especialidade em Enfermagem Obstétrica, Mestrado em Ciências da Educação na Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação - UP, Doutoramento em Ciências da Educação na Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação - UP)

Josefina Frade (jmfrade@esenf.pt)

Escola Superior de Enfermagem do Porto

(Especialidade em Enfermagem Obstétrica, Mestrado em Ciências de Enfermagem ICBAS - UP)

RESUMO

A transição para a parentalidade resulta de múltiplos fatores individuais, familiares, socioculturais, apesar de biologicamente estar associada ao papel da mulher. Contudo, as alterações familiares e as mudanças nos papéis de género têm vindo a atribuir novos significados à construção da parentalidade como uma transição potenciadora de algumas dificuldades nas famílias contemporâneas. Efetivamente a própria evolução da família com o predomínio de famílias nucleares e com a diminuição da taxa de natalidade, faz com que muitos pais, aquando da transição para a parentalidade, nunca tenham tido até aí contacto com um recém-nascido. Neste âmbito, desenvolveu-se um estudo qualitativo norteado pelo seguinte objetivo: identificar as necessidades dos pais nesta transição. Para a concretização deste estudo optou-se pela entrevista semiestruturada, tendo subjacente a análise de conteúdo como técnica privilegiada para tratar e discutir o material recolhido. Foram realizadas 10 entrevistas no domicílio a casais que tinham tido um filho(a) há menos de 15 dias. Os resultados apontam para a vulnerabilidade desta fase na vida de uma família, com as preocupações parentais e, fundamentalmente, as preocupações maternas a centrarem-se nas necessidades dos recém-nascidos, emergindo as seguintes categorias: *Insegurança nos cuidados ao bebé; Apoio na Amamentação; Necessidade de cuidados; O papel do pai.*

Os profissionais de saúde assumem uma particular relevância no apoio ao casal na aquisição de conhecimentos operacionais indispensáveis à parentalidade, na busca de autoconfiança, na vivência do seu próprio crescimento como pais.

Palavras-chave: parentalidade; necessidades dos pais.

ABSTRACT

Despite being biologically related to the role of women, the transition to parenthood is also the result of many factors: individual, family and sociocultural. However, the family changes as well as changes in the gender roles, have been reframing the construction of parenting as a significant transition-enhancing some difficulties in contemporary families. Actually, the evolution of the family, with the nuclear families predominance and a decline in birth rates, means that many parents in the transition to parenthood have never hitherto had contact with a newborn.

In this sense, we developed a qualitative study which aimed to identify the parents' needs in this transition. To achieve the study we chose the semi-structured interview, and the underlying content analysis as a privileged technique to treat the data collected. We interviewed 10 couples who had a child with less than 15 days old. The findings highlighted the vulnerability of this stage within the family, mainly with parental concerns and ultimately, maternal worries been focused on the needs of newborns. The following categories emerged: Insecurity with the baby care; breastfeeding support; need to be cared; the father's role.

In this sense, the supportive relationship with the couple in the acquisition of practical knowledge necessary for parenting and in the pursuit for developing self-confidence, as individuals as well as parents are crucial aspects for the health professional approach.

Keywords: parenthood; needs of parents.

INTRODUÇÃO

O nascimento de um filho sendo um acontecimento normal, pode ser indutor de algum *stress*, de insegurança, fruto das múltiplas mudanças que ocorrem, com exigências de reorganização e adaptação: a incorporação de um novo ser na família; o compromisso de cuidar do bebé; a vinculação com o bebé; a construção da identidade de “mãe” e “pai” incorporando a estrutura do self anterior (Deave, Johnson & Ingram, 2008; Ellberg, Högberg & Lindh, 2010).

Como nos refere Brotherson (2007), assumir a parentalidade implica mudanças que ocorrem em todos os níveis da vida familiar, incluindo os papéis entre o casal, as atividades de vida diária, a partilha do trabalho em casa, a expressão da intimidade e o envolvimento no trabalho. Assim, a transição para a parentalidade, que ao longo dos tempos foi associada ao papel da mulher, começa a ser perspectivada numa lógica de família, fundamentalmente de casal, isto é, são analisadas as mudanças experienciadas pelo mesmo nesta transição desenvolvimental.

Em termos sociais é de algum modo aceite que essa transição não traz dificuldades (Mercer, 2004), dada a inerente normalidade do papel de mãe associada à mulher. Há uma idealização da parentalidade nas sociedades atuais que, por vezes, não corresponde à experiência de vida: a investigação evidencia que esta transição desenvolvimental pode potenciar instabilidade, levando a mulher a sentir-se insegura, gerando sentimentos de ansiedade e *stress* (Emmanuel, Creedy, St John, & Brown, 2011). A problemática da parentalidade tem vindo a ganhar novos significados no mundo contemporâneo, pois a mulher atual tem outros interesses para além do papel materno, tem objetivos pessoais e profissionais que colidem, frequentemente, com o cumprimento tradicional do papel de mãe.

Para além disso, a própria evolução da família, com o predomínio de famílias nucleares e com a diminuição da taxa de natalidade, faz com que muitos pais, aquando da transição para a parentalidade, nunca tenham tido até aí contacto com um recém-nascido. A família tradicional, com o chefe de família a prover o sustento da mesma e a mãe a ficar em casa, é, hoje, um facto quase histórico, uma irreabilidade nas sociedades atuais (Coontz, 1992, citado por Johnston & Swanson, 2003).

Assim, gerar filhos é um fenómeno biológico, mas que não pode ser dissociado dos contextos histórico, cultural, social, científico e filosófico que o ressignificam, pelo que no mundo contemporâneo as questões emergem dentro do subsistema familiar, incluindo o casal e a criança nesta transição. De facto, ao longo dos tempos a figura do pai foi negligenciada. Hoje é reconhecido o papel do pai no processo de transição para a parentalidade, sendo que os próprios pais reclamam um maior envolvimento em todo o processo, que vá para além da assistência ao nascimento (Deave & Johnson, 2008).

Para além disto, a filosofia dos cuidados prevaletente nas instituições de saúde, aliando princípios economicistas em articulação com o retorno à «normalização» do nascimento leva a que cada vez mais as altas hospitalares sejam dadas precocemente (Ellberg et al., 2008; McKellar, Pincombe & Henderson, 2009), pressionando os pais a assumirem maior responsabilidade nos cuidados, apesar de, muitas vezes, se sentirem impreparados para isso.

METODOLOGIA

Desenvolvemos um estudo exploratório, com base na metodologia qualitativa. Assim, tendo como objeto de estudo as necessidades expressas pelos pais nas primeiras 48 horas pós-parto, procurámos questionar vários casais que estavam a viver essa fase para compreendermos aquilo que eles experimentam, o modo como eles interpretam as suas experiências e o modo como eles próprios estruturam o mundo social em que vivem.

A entrevista semiestruturada foi a técnica selecionada para esta investigação. O local da entrevista foi o domicílio do casal. Como critérios de inclusão foram definidos: casais que tivessem vivenciado a experiência da parentalidade há menos de 15 dias, independentemente de as mulheres serem ou não primíparas; que aceitassem fazer parte do estudo após a explicitação dos objetivos do mesmo. A abordagem destas famílias, ou seja, o contacto com os pais, foram referenciadas através de enfermeiros que fazem preparação para o parto na região norte do país, em instituições públicas ou privadas. A delimitação do número de situações inquiridas foi definida a partir do momento em que os dados saturaram, ou seja, quando as respostas às questões essenciais se tornaram redundantes.

Foram cumpridos os princípios éticos inerentes ao desenvolvimento da investigação.

Com esta investigação, propomo-nos contribuir para o conhecimento dos processos complexos da constituição da subjetividade, partindo da ideia que se pode deixar o fenómeno falar por si, com o objetivo de alcançar o sentido das experiências de ser “pai” e de ser “mãe”. Os aspetos descritos nas entrevistas encerram fragmentos da vida quotidiana dos pais no decorrer inicial desta transição para a parentalidade.

As entrevistas foram transcritas a partir de suporte digital, tendo sido lidas separadamente por cada uma das investigadoras. Os primeiros dados, foram depois analisados e discutidos em

grupo, no sentido de captar a emergência das respetivas categorias. Esta análise foi realizada tendo por base os pressupostos de (Bogdan & Biklen, 1994).

RESULTADOS

Do processo de codificação emergiram as categorias abaixo apresentadas, recorrendo-se a dados narrativos que decorrem dos extratos das entrevistas e seu cruzamento com a análise interpretativa estruturada a partir do constructo teórico.

Insegurança nos cuidados ao bebé

É transversal a todas as entrevistas o foco de atenção no bebé. De facto, a criança assume a centralidade das preocupações quer da mãe como do pai, que vão desde a dificuldade em gerir as necessidades de sustento do recém-nascido até ao desconhecimento sobre como responder/identificar o comportamento da criança. Estas preocupações/inseguranças são evidentes nos seguintes excertos dos entrevistados:

(...) quando estive sozinha e a bebé chorava senti desespero (...) (E8) (...) se estamos a agir bem, se estamos a agir mal (...) e depois ajudar a vestir a (...) eu tinha medo de a magoar (...) mesmo que o bebé dê um suspiro achamos que o bebé tem algum problema (...) (E2)

As dificuldades dos pais reportavam-se aos cuidados diários com o seu bebé:

O que acho que faltou ali foi ajuda durante o banho (...) podiam incentivar mais, ajudar, deixar participar nessas coisas que são as que nos vão ajudar em casa (...). As minhas dúvidas foram sempre com o bebé nunca foram comigo. (E6)

O bebé assume assim a centralidade (Ahlborg & Strandmark, 2001), fundamentalmente para a mãe, não valorizando o seu bem-estar, pois este está relacionado com o bem-estar da criança:

(...) é verdade que como mãe eu queria era que o bebé estivesse bem, se eu estava ou não passava um bocadinho ao lado (...) desde que estivesse tudo bem com o bebé estava tudo bem (...) (E7)

A vulnerabilidade na assunção do papel de cuidador, neste caso de mãe, fragiliza-se perante intercorrências que na ótica dos profissionais são perspetivadas no quadro de “normalidade” ou condições de saúde minor, como é caso da icterícia neonatal: Quando o bebé foi para a bilibed senti muita angústia, muita angústia (...) eu sabia que não tinha informação suficiente para gerir este tratamento (...) (E5)

Apoio na Amamentação

O apoio na amamentação assume uma particular relevância tal como é referido em estudos anteriormente citados (Johnston, Aarts & Darj, 2010; Schmied, Cooke, Gutwein, Steinlein & Homer, 2008). A insegurança pelas dificuldades em gerir adequadamente o tempo da amamentação, a incapacidade em responder às necessidades da criança é evidente nos seguintes excertos:

(...) quanto tempo eu posso dar-lhe de mamar (...) (E5) As maiores dificuldades foi dar o peito ao bebé (...) ele a querer mamar e eu a não conseguir, isso foi o pior (...) (E1) (...) a maior preocupação foi o facto de o bebé não pegar bem no peito (...) (E3) A dificuldade que eu tinha mesmo quando a punha a arrotar era se ela ia sufocar (...) (E2)

Os défices de conhecimento sobre a amamentação são referidos num estudo recente (Craig & Dietsch, 2010), o que vem potenciar dificuldades que, quando não são apoiadas adequadamente, no serviço de puerpério, e sem um suporte em casa, podem dificultar o processo de transição para uma parentalidade autónoma, tal como é expresso no seguinte testemunho:

(...) eu vim muito incomodada para casa devido a problemas com o peito, o nosso bebé sempre a chorar (...) (E1)(...) ela não consegue amamentar. Parece que ela, é que é uma má mãe. Cria-se ali uma competitividade para ver quem é a melhor mãe. (Pai) (E1)

Necessidade de cuidados

Nas primeiras 24 horas após o parto, as mulheres parecem suspender a sua participação nas responsabilidades e atividades diárias, contando com os outros para satisfazer as necessidades de conforto, repouso, alimentação e a interação com o pai, com o bebé e os próprios cuidados a este (Lowdermilk & Perry, 2008).

Sendo o puerpério um período considerado de potenciais complicações torna-se fulcral que os profissionais de saúde tenham subjacente a sua prevenção, mas também a adaptação física/psicológica à nova condição, pois a transição para o período pós-parto representa um momento relevante de *stress* emocional. Podemos constatar, pela verbalização constante das puérperas, uma necessidade de cuidados, tal como é expresso nos seguintes depoimentos:

(...) eu não tinha informação suficiente para perceber o que era essencial (...) o que é preciso (...) o que é que isto está a fazer (...) é necessário dar mais acompanhamento aos pais (...) eu estou completamente às escuras (...) eu não sabia o porque depois de ter a criança eu estava a perder tanto sangue (...) eu nem sabia que os pontos caíam sozinhos (...) (E5) (...) como é a primeira vez eu acho tudo anormal (...) há falta de informação. Sentia-me mal (...) gostava que me tivessem perguntado como está, quando nasceu, como se sente (...) é que isso relaxa. (E7)

Da análise desta categoria, podemos realçar um conjunto de indicadores que nos remetem para: a desvalorização de sentimentos e das necessidades maternas; a falta de informação; a necessidade de cuidados físicos para si e para o bebé; a necessidade de uma maior proximidade com o profissional de saúde. Estes resultados são consentâneos com vários estudos internacionais (Craig & Dietsch, 2010; Deave et al., 2008) o que de algum modo nos confronta com a “universalidade” da problemática em análise. Urge assim, a necessidade de reequacionar a prática de cuidados neste âmbito, a fim de potenciar ganhos em saúde no sentido da construção de uma parentalidade positiva.

O papel do pai

É hoje reconhecida a mudança do papel do “pai” na parentalidade, verificando-se uma maior participação na preparação pré-natal e mesmo no nascimento. Nas últimas décadas, tornou-se rotina em grande parte dos países os pais estarem presentes no trabalho de parto e no nascimento, assumindo um apoio efetivo (Deave & Johnson, 2008). Porém, após o nascimento, ainda não é comumente aceite a importância do papel e presença do pai, sendo que na ótica das mães isso se torna relevante como é expresso nas seguintes transcrições:

(...) nessa noite o pai devia estar presente (E7).(...) era muito importante auxiliar mais o pai para ele ajudar (...) (E1).(...) olhava para o lado e via ali o pai já estava bem (...) na amamentação o pai continua a ter um papel muito importante, nem que seja ir buscar a filha, estar ali ao lado. (E8). Ele (marido) foi uma ajuda grande para mim porque estava lá sempre que podia (...) era ele que ia estando com o bebé, a mudar a fralda e essas coisas todas (...) se tivesse assistido uma ou duas vezes ao banho era interessante (E6).

A figura paterna reivindica uma maior informação e participação nos cuidados ao filho, revelando sentirem-se muitas vezes excluídos dos mesmos (Deave & Johnson, 2008), e querendo assumir um papel mais ativo, como é referido por alguns dos nossos entrevistados. De facto, os cuidados pós-natais estão direcionados para a díade mãe-bebé (Deave & Johnson, 2008), sendo que estes cuidados são descritos como o “mundo das mulheres” (Ellberg et al., 2008).

CONCLUSÃO

A mudança na estrutura e formação das famílias é hoje uma realidade incontestável fundamentalmente no mundo ocidental. De facto, o declínio do casamento, o aumento dos divórcios, a diminuição da natalidade e o aumento de famílias monoparentais conduzem a mudanças que não sendo necessariamente negativas têm que ser encaradas num novo olhar, pois estão associadas a novas necessidades.

Assim, a transição para a parentalidade é mais do que um simples evento biológico, já que integra a importante transição do *status* de “mulher” e “homem” para o de “mãe” e “pai”.

Os resultados deste estudo evidenciam vulnerabilidades que podem obstaculizar uma transição bem-sucedida para a parentalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ahlborg, T., & Strandmark, M. (2001). The baby was the focus of attention –first-time parents ‘experiences of their intimate relationship. *Scandinavian Journal of Caring Sciences*, 15 (4), 318-325.
- Bogdan R., Biklen S.(1994). *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Brotherson, S. (2007). From Partners to Parents: Couples and the Transition to Parenthood. *International Journal of Childbirth Education*, 22 (2), 7-12.

Craig, H. J., & Dietsch, E. (2010). 'Too scary to think about': First time mothers' perceptions of the usefulness of antenatal breastfeeding education. *Women and Birth*, 23 (4)160-165.

Deave, T., Johnson, D., & Ingram, J. (2008). Transition to parenthood: the needs of parents in pregnancy and early parenthood. *BMC Pregnancy and Childbirth* 8:30, acedido em 9, dezembro,2011, em <http://www.biomedcentral.com/1471-2393/8/30>.

Deave, T., Johnson, D. (2008). The transition to parenthood: what does it mean for fathers? *Journal of Advanced Nursing* 63(6), 626–633.

Ellberg,L., Högberg, R., & Lindh, V. (2010). 'We feel like one, they see us as two: newparents' discontent with postnatal care. *Midwifery*, 26 (4), 463-468.

Emmanuel EN, Creedy DK, St John W., & Brown C. (2011). Maternal role development: the impact of maternal distress and social support following childbirth. *Midwifery*, 27 (2), 265-272.

Halle, C., Dowd,T.,Fowler, C., Rissel, K., Hennessy,K., MacNevin, R., et al. (2008). Supporting fathers in the transition to parenthood. *Contemporary Nurse*, 31 (1) , 57-70.

Johnston, D., & Swanson, D. (2003). Invisible Mothers: A Content Analysis of Motherhood Ideologies and Myths in Magazines. *Sex Roles*, 49 (1,2), 21-33.

Johnston, K., Aarts, C., & Darj, E.(2010). First-time parents' experiences of home-based postnatal care in Sweden. *Upsala Journal of Medical Sciences*, 115 (2), 131–137,

Lowdermilk, D., & Perry, S. (2008). Enfermagem na maternidade. 7^a ed. Lisboa Lusodidacta.

Mercer, R., (2004). Becoming a mother versus maternal role attainment. *Journal of Nursing Scholarship*, 36 (3), 226–232.

McKellar, L., Pincombe, J., Henderson, A. (2009). Encountering the culture of midwifery practice on the postnatal ward during Action Research: An impediment to change. *Women and Birth*, 22 (4), 112-118.

Schmied, V., Cooke M., Gutwein R., Steinlein E., Homer C. (2008). Time to listen: Strategies to improve hospital-based postnatal care *Women and Birth*, 21 (3), 99-105.

POSTER | *POSTER*

PROGRAMA DE COMPETÊNCIAS PARENTAIS: ESTUDO DE CASO NO INFANTÁRIO DA ROCHINHA | *PARENTING SKILLS PROGRAM: A CASE STUDY IN ROCHINHA NURSERY*

ISABEL CRISTINA CRUZ, MARGARIDA POCINHO E GEORGINA NEVES

PROGRAMA DE COMPETÊNCIAS PARENTAIS: ESTUDO DE CASO NO INFANTÁRIO DA ROCHINHA | *PARENTING SKILLS PROGRAM: A CASE STUDY IN ROCHINHA NURSERY*

Isabel Cristina Cruz (cristinacruz75@hotmail.com)

Universidade da Madeira e Infantário da Rochinha

(Psicóloga, terapeuta familiar, psicoterapeuta, mestrado na área das competências parentais, líder em Yoga do Riso, formadora, orientadora de estágios profissionais e académicos de psicologia e das ciências da educação)

Margarida Pocinho (mpocinho@uma.pt)

Universidade da Madeira e Infantário da Rochinha

(Psicóloga e Professora Agregada em Psicologia da Educação da Universidade da Madeira, Diretora do Doutoramento em Psicologia)

Georgina Neves

Infantário da Rochinha

(Psicóloga, mestre em Psicologia da Educação, licenciatura em Psicologia pela Universidade da Madeira)

RESUMO

Este estudo pretende apresentar um programa de competências parentais (PCP) em idade pré-escolar. Foi usada a Escala de Avaliação das Competências Parentais Para Pais Com Crianças em idade Pré-Escolar. Numa amostra de 38 pais verificaram-se atitudes negativas e pouca participação ativa positiva para com os filhos, o que justificou a implementação do PCP.

Palavras-chave: Competências parentais; avaliação; programa; pré-escolar.

ABSTRACT

This study aims to present a parent's skills program in preschool. We used the Parents Skills Scale with children aged Pre-School. In a sample of 38 parents there were negative attitudes and low positive involvement with their children, which justified the implementation of the Program.

Keywords: *parent's skills, assessment, program, pre-school.*

INTRODUÇÃO

Numa sociedade cada vez mais exigente famílias e seus membros sejam dotados de mecanismos e competências que promovam as suas capacidades face às dificuldades encontradas no quotidiano (Sousa, 2005). Há então que desenvolver um trabalho para que se ative o processo de autoconhecimento, consciencialização e responsabilização na família, promovendo o aumento das suas aptidões, ou seja, dotá-las de conhecimentos e estratégias

para resolver e ultrapassar as crises que vão surgindo ao longo do ciclo de vida (Sousa & Ribeiro, 2005).

São vários os autores (Benavente, 2008; Costa et al., 2008; Coutinho, 2004; Gardner, 2000) que relatam resultados positivos em relação à auto-eficácia dos programas de formação parental e do treino de competências parentais. Ausloos (1996) falou da família competente como uma forma de dar à família a sua competência, antes de se ter em conta as suas falhas. As famílias e os seus membros tem de aprender e desenvolver as competências necessárias para conseguir efetuar tarefas que devem realizar em cada fase do ciclo de vida, conseguindo ultrapassar a crise e promover a mudança. Nestas fases de crise há que reforçar as competências de cada membro (Ausloos, 1996; Sousa & Ribeiro, 2005).

FORMAÇÃO PARENTAL

A formação parental é definida como um processo que fornece aos mesmos e aos prestadores de cuidados, os conhecimentos específicos e as estratégias de ajuda de forma a promover o desenvolvimento da criança (Mahoney *et al.*, 1999). Coutinho, nesta linha de pensamento refere que os programas de formação parental oferecem benefícios às crianças a curto prazo, mas também a longo prazo referentes à situação de vida a que as crianças serão expostas (2004). Goodyear e Rubovits (1982, cit. por Ribeiro, 2003) definem três fatores a considerar nos programas de educação parental: o conhecimento, competências de gestão familiar, e competências interpessoais.

Kroth (1989) e Doherty (1995) (cit. por Cruz & Durcharne, 2006) propõem um modelo piramidal de intervenção parental a quatro níveis: “a primeira destas dimensões é o estatuto de risco das crianças apesar de o foco da intervenção incidir nos pais. Do primeiro para o quarto nível, as intervenções direcionam-se sucessivamente para os pais de crianças sem qualquer risco evidente, crianças de baixo risco, crianças em risco e finalmente, crianças com problemas diagnosticados. Uma segunda dimensão prende-se com o objetivo passa de um nível informativo, para um nível formativo e finalmente, para um nível terapêutico. Uma terceira dimensão refere-se à amplitude dos alvos da intervenção que se vai afinando à medida que subimos na pirâmide, ou seja, é de esperar que a maior parte dos pais necessite apenas de uma informação de tipo genérico, um número menor precise de formação mais específica e, finalmente um menor número necessite de intervenção terapêutica” (Cruz & Durcharne, 2006, pp. 299).

Os programas de intervenção em educação parental integram diferentes perspetivas e pode-se dizer que existem três modelos: o *modelo comportamental* centra-se na alteração de um comportamento inadequado apresentado pela criança; o *modelo reflexivo* - Parent Effective Training (terapia centrada no cliente), o modelo adleriana – systematic Training for Effective Parenting (STEP), pretende ensinar os pais a construir em relação mais eficaz com os seus filhos e, por fim, a *parentalidade ativa* com utilização de vídeos para aprendizagem de competências e monitorização dos progressos (Medway, 1989, cit. por Ribeiro, 2003; Smith et al, 2002, cit. por Cruz & Ducharne, 2006).

PROGRAMAS DE FORMAÇÃO PARENTAL

O primeiro programa de formação parental designado “Programa de Formação Parental para Famílias de Alto Risco ” é da responsabilidade da Associação NOS, que criou o Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) em 2006, o principal objetivo de intervenção é trabalhar com as famílias que tenham crianças e jovens em situação de risco ou perigo (Costa *et al.* 2008). Melo e Alarcão (2009) apresentaram CAFAP como uma proposta de um modelo global de organização deste serviço com os objetivos reforçar as competências pessoais dos intervenientes no sistema familiar das crianças e jovens através de uma abordagem integrada dos recursos da comunidade. Um outro programa de formação parental denominado “Escola de Pais” visa testar uma metodologia inovadora de trabalhar famílias em sessões de sala e de intervenção domiciliária (Milheiro *et al.*, 2008, cit. por Benavente, 2008). O Programa de Formação Parental (PFP) de Coutinho (2004) foi estruturado em três componentes: formação, informação e apoio social, com objetivo de melhorar o nível de informação dos pais sobre o processo e etapas desenvolvimento da criança dita normal e com síndrome de Down. O Triple P é uma estratégia de intervenção parental multinível que visa a prevenção, apoio familiar e parental. Propõe-se prevenir problemas de ordem comportamental e emocional, e tem por base cinco princípios da parentalidade positiva que assenta na competência central para o desenvolvimento da competência parental é a autorregulação, operacionalizada em quatro aspetos: autossuficiência, autoeficácia parental, autogestão e agência pessoal. (Sanders, 2003). Segundo o *Department of Health* (2000) refere que a criança é o centro de todas as ações a implementar. A intervenção é efetuada por uma equipa multidisciplinar após uma avaliação da criança, de família e outros fatores ambientais que possam construir fatores protetores e de risco. O desenvolvido junto das famílias 30 sessões que abordam temas tais como: 1) necessidades básicas das crianças; 2) desenvolvimento da criança e a disciplina; 3) a proteção e segurança da criança; 4) a violência doméstica e mau trato da criança; 5) a relação escola família; 6) gestão doméstica; 7) recursos da comunidade; 8) emprego; 9) ciclo vital da família, rituais e rotinas.

MÉTODOS

Tendo em conta o exposto anteriormente, desenvolvemos dois estudos: o primeiro, com o objetivo de avaliar a necessidade de implementação de um programa de competências parentais; o segundo com o objetivo de construir e implementar este mesmo programa junto de pais de crianças portuguesas do ensino pré-escolar, dos três aos seis anos de idade.

No estudo 1 participaram 38 sujeitos (92.1% do sexo feminino e 7.9% sexo masculino) pais e mães do Infantário da Rochinha - Madeira. Sendo 65.8 % pais de crianças do sexo masculino e 34.2% pais de crianças de sexo feminino. No que diz respeito ao nível das habilitações literárias dos participantes, 68,4% possuem estudos superiores ou pós-graduados, 21,1% o ensino secundário e 10,5% o 2º e 3º ciclo. Neste estudo foi utilizado a Escala de Avaliação das Competências Parentais Para Pais com Crianças em idade Pré – Escolar. Na sua versão definitiva integra 41 itens respondidos através de uma escala de *Likert*, de 4 pontos (1 - Nunca e 4 – Sempre). A escala é composta por 5 fatores, nos quais o fator 3 e o item 21 do fator 4 são invertidos em relação à escala total (Cruz & Pocinho, 2011). Num primeiro momento foram contactadas as educadoras das salas com crianças dos 3 aos 5 anos de forma solicitar aos pais a sua colaboração no preenchimento da escala pensando especificamente naquela criança, sendo garantida a confidencialidade das suas respostas.

Os resultados do estudo 1 confirmam parcialmente a necessidade de implementar um programa de competências parentais, visto que os dados em relação aos fatores 3 e 4

apontam resultados inferiores aos restantes fatores, ou seja, os pais revelaram atitudes negativas e pouca participação ativa positiva. Apesar de serem pais com bons cuidados parentais e uma boa estimulação parental desempenham um papel pouco ativo em relação às atividades das crianças e por sua vez castigá-las quando estas não se comportam da melhor forma.

Tabela 1 - Média dos fatores

<i>Fatores</i>	<i>Média</i>
Cuidados Parentais e Informação	3,56
Estimulação Parental	3,51
Atitudes Negativas	1,66
Participação Ativa Positiva	2,46
Expetativas Futuras	2,88

Face aos resultados obtidos, passou-se à construção e implementação do programa de competências parentais (estudo 2), onde participaram 12 sujeitos (67% do sexo feminino e 33% do sexo masculino) pais e mães do Infantário da Rochinha - Madeira. No que diz respeito ao nível das habilitações literárias dos participantes a maioria possuem estudos superiores ou pós-graduados.

PROGRAMA DE COMPETÊNCIAS PARENTAIS: PROCEDIMENTOS

Os programas de formação parental ou de treino de competências parentais parecem construir excelentes oportunidades para melhorar os níveis de informação, bem como as competências educativas parentais, a autoeficácia no desempenho da função parental (Brites & Nunes, 2010; Cruz & Ducharne, 2006). Este programa foi aplicado de Janeiro a Março de 2012, em sessões quinzenais, com a duração de 90 minutos.

Das experiências dos autores em terapias expressivas, terapia família e em risoterapia levou a adotarem uma metodologia de intervenção mais lúdica no sentido de comunicar com as famílias, usando várias estratégias de trabalho ao longo das sessões. Na primeira sessão procedeu-se à apresentação do grupo e do programa e seu funcionamento. Durante as sessões foram abordados diversos temas (tabela 2), os quais eram integradas atividades práticas usando técnicas tais como: terapia expressiva, os mediadores da terapia família e a yoga do riso. Numa das sessões além dos pais participaram também os filhos foram à sessão, a experiência para pais e autores foi muito positiva.

Tabela 2 – Temáticas debatidas em cada módulo

Módulos	Temáticas
I - Atividades da Vida Quotidiana	– Rotinas diárias, alimentação, brincadeiras etc.

II - Os pais face aos problemas de desenvolvimento	– Dificuldades do sono dos filhos, comportamento agressivos, inibição e timidez, a criança inquieta
II - Comunicação e resolução de conflitos na infância	– Ciclo da família
IV - O Afeto Familiar	– Primeiros laços afetivos e a influência do afeto na vida quotidiana.
V - Situações que mudam a vida familiar	– Os pais face ao divórcio, lutos e perdas.
VI - Educar na Infância	– Estilos parentais, comportamentos parentais

AVALIAÇÃO

Até à data, os dados disponíveis retirados da observação naturalista durante as sessões, bem como as verbalizações e autorrelatos dos pais, apenas nos permitem fazer uma avaliação qualitativa do Programa. Alguns pais referem que: *“Melhorou a relação e as rotinas lá de casa”, “Em princípio não estava pouco receosa mas afinal ajudou-me muito”, “Partilhar as experiências é muito bom”, “Os exemplos práticos e vídeos foram muito úteis”, “Cheguei a conclusão que nem sempre é o que pensamos”, “Foi muito útil, obrigou-me a colocar coisas em prática”, “Há coisas que já sabíamos, mas não pensávamos nelas como devíamos”*. Para verificar a estabilidade dos efeitos deste programa, será avaliado, com métodos mistos no final do ano letivo, na tentativa de verificar até que ponto as competências adquiridas foram apreendidas.

CONCLUSÕES

O principal resultado a destacar é a capacidade das famílias identificarem o que funciona na sua relação e indicarem objetivos de vida e estratégias para os alcançar, tal significa que as famílias têm competências embora por vezes possam estar bloqueadas, e para activa-las seja necessário existir uma intervenção, e os programas de educação parental por vezes têm este papel desbloqueadores. Nesta fase de crise, há que reforçar que todas as famílias têm competências, mas que a cada uma só se podem colocar problemas para as quais tenham recursos e capacidade de os solucionar (Ausloos, 1996; Sousa & Ribeiro, 2005).

Todas as famílias necessitam de momentos readaptação e ao longo da implementação do nosso programa verificou-se alguns ajustamentos de comportamentos que os pais referiam em momentos de debate. Para Martín (2005, cit. por Martín-Quintana et al., 2009), a formação dos pais devem promover tantas habilidades educativas centradas na promoção das competências pessoais e interpessoais.

REFERÊNCIAS

Ausloos, Guy (1996). A competência das famílias – tempo, caos, processo. Lisboa: Climepsi.

Benavente, R. (2008). Formação parental: interrupção do mau trato e da negligência. *Pretextos: Revista do Instituto de Segurança Social*, 32, 4-6.

Brites, R., & Nunes, O. (2010). Uma nova escala de auto-eficácia parental: estudos sobre validação. *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*, Universidade do Minho, Portugal.

Nogueira, J. (2008). Parent Education Programs: (co) construction Wiht parents. Poster apresentado na II Internacional Conference on Community Psychology, Lisboa, Portugal.

Coutinho, M. T. B. (2004). Apoio à família e formação parental, *Análise psicológica*, XXII (1), 55-64.

Cruz, O., & Ducharme, M. A. B., (2006). Intervenção na parentalidade – o caso específico da formação de pais. *Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxía e Educación*, 13 (11-12), 295-309.

Cruz, I. & Pocinho, M. (2011). Avaliação das competências parentais em crianças portuguesas dos 3 aos 6 anos, *Mosaico*, 47,5-11.

Gardner, F. & Ward, S. (2000). Parent-child interaction and children's well-being: reducing conduct problems and promoting conscience development. In A. Buchanan & B. Hudson (Eds.) *Promoting children's emotional well-being*, 95-127, New York: Oxford University Press.

Department of Health, Department for Education and Employment and the Home Office (2000). *Framework for the Assessment of Children in Need and Their Families*. London: The Stationery Office.

Mahoney, G., Kaiser, A., Girolame, L., MacDonald, J., Robinson, C., Safford, P., & Spiker, D. (1999). Parent Education in Early Intervention: A Call for a Renewed Focus. *Topics in Early Childhood Special Education*, 19 (3), 131-140.

Martin-Quintana, J. C., Byrne, S., Chaves, M., Ruiz, B., López, M., & Suárez, G. (2009). Programas de Educación Parental, *Intervención psicossocial*, 18 (2), 121-133.

Melo, A. T. & Alarcão, M. (2009). Centros de apoio familiar e aconselhamento parental: proposta de um modelo global de organização. *Psicologia & sociedade*, 21 (1), 55-64.

Ribeiro, M. J. S. (2003). (Programa) Ser família: construção implementação e avaliação de um programa de educação parental, Tese de Mestrado em Psicologia, Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho. Braga

Sanders, R., Markie-Dadds, C. & Turner, K. M. T. (2003) Theoretical, scientific and Clinical foundations of the Triple P-Positive Parenting Program: A Population Approach to the Promotion of Parenting Competence. *Parenting Research and Practice Monograph*, 1, 1-24.

Sousa, L. & Ribeiro, C. (2005). Percepção das famílias multiproblemáticas sobre as suas competências, *Psicologia*, 19 (1-2), 169-192.

Sousa, L. (2005). Famílias multiproblemáticas. Coimbra: Quarteto.

POSTER | *POSTER*

TRAJETÓRIAS DE DELINQUÊNCIA JUVENIL: A PARENTALIDADE E O AUTO-CONCEITO EM JOVENS INSTITUCIONALIZADOS | *TRAJECTORIES OF JUVENILE DELINQUENCY: PARENTHOOD AND SELF CONCEPT IN INSTITUTIONALIZED YOUTH*

DANIELA SÁ E MÁRCIA MACHADO

TRAJETÓRIAS DE DELINQUÊNCIA JUVENIL: A PARENTALIDADE E O AUTO-CONCEITO EM JOVENS INSTITUCIONALIZADOS | *TRAJECTORIES OF JUVENILE DELINQUENCY: PARENTHOOD AND SELF CONCEPT IN INSTITUTIONALIZED YOUTH*

Daniela Sá (dani_oliveira_sa@hotmail.com)

Instituto Superior da Maia

(Licenciada em Psicologia pelo Instituto Superior da Maia. Posteriormente frequentou o Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde na mesma instituição, finalizado com a tese “Trajetórias de delinquência juvenil: a parentalidade e o autoconceito em jovens institucionalizados” à qual se refere este artigo)

Márcia Machado (mmachado@ismai.pt)

Instituto Superior da Maia

(Licenciada em Psicologia pelo Instituto Superior da Maia e Doutorada em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. É docente no ISMAI e investigadora na área da Perceção de Aceitação-Rejeição Parental, na área do desempenho académico e das necessidades educativas especiais)

RESUMO

A presente investigação foca-se na delinquência juvenil mas fazendo alusão a fatores como a parentalidade e o autoconceito. Constata-se, através de diversos estudos, que existe relação entre a parentalidade e o comportamento dos jovens, sendo a rejeição parental o mais relacionado com o comportamento delinquente. O autoconceito, que pode ser fruto da qualidade do relacionamento parental, apresenta-se também como um possível fator contributivo no trajeto pelos comportamentos delinquentes.

Assim, os objetivos da investigação prendem-se com o estudo da relação entre a perceção de rejeição parental e a delinquência bem como da relação entre o autoconceito e a delinquência, tornando-se também interessante averiguar a relação entre a perceção de rejeição parental e o autoconceito. Para alcançar os objetivos concebidos foram aplicados os questionários PARQ (Rohner, 1984), ISRD2 (Mendes & Carvalho, 2010), e PHCSCS2 (Veiga, 2006) a uma amostra de 71 jovens institucionalizados em situação de perigo com idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos de idade.

Após a análise dos resultados foi possível concluir que a perceção de rejeição parental está relacionada com um maior índice de delinquência. Relativamente ao autoconceito não se observa correlação com a delinquência. No entanto, verifica-se que a um maior grau de perceção de rejeição parental se associa um menor autoconceito nos jovens

Palavras-chave: delinquência juvenil, parentalidade, aceitação-rejeição parental, autoconceito.

ABSTRACT

The study focuses on juvenile delinquency as a central theme but alluding to factors such as parenting and self-concept. It has been observed in several studies, a relationship between parenting and teenager's behavior perceived parental rejection being foremost among them.

Studies have also suggested self-concept to be a possible contributor factor to delinquent behavior. Self-concept is also correlated to the quality of parental relationship.

Therefore, this study's objectives include analyzing the relationship between parental rejection and delinquency, the relation between self-concept and delinquency and the relationship between parental rejection and self-concept. To achieve these objectives the following questionnaires PARQ (Rohner, 1984), ISRD2 (Mendes & Carvalho, 2010) and PHCSCS2 (Veiga, 2006) were answered by in a sample of 71 institutionalized young people in danger, between 12 and 17 years old.

After statistical analysis it was shown that perception of parental rejection is related to a higher rate of delinquency. There wasn't a significant correlation between self-concept and delinquency; however, it appears that a greater degree of perception of parental rejection is associated with a lower self-concept in young people.

Keywords: juvenile delinquency, parenting, parental acceptance-rejection, self-concept.

INTRODUÇÃO

A delinquência juvenil surge atualmente como um grande fator responsável pelo clima de insegurança vivido pela sociedade (Valente & Mulas, 2003) até porque nos últimos tempos assistimos a um aumento da pequena criminalidade dependente de crimes cometidos por menores de 16 anos. A segurança é sempre uma questão cuja preocupação aparece, em várias estatísticas, à frente das questões de saúde, justiça e educação. E, a possibilidade dos atos delinquentes, particularmente no caso dos graves, serem cometidos por adolescentes faz-nos questionar as raízes do problema buscando uma forma de os diminuir (Strech, 2005).

Os comportamentos delinquentes podem ser oriundos de diversos fatores entre os quais é dado maior ênfase à parentalidade, nomeadamente à rejeição parental. A teoria da aceitação-rejeição parental (PART) tenta explicar e avaliar as consequências da aceitação-rejeição interpessoal, especialmente a parental (pais/cuidadores), no desenvolvimento infantil e ao longo do ciclo vital, focando-se essencialmente na variável carinho parental. Segundo a mesma teoria, a aceitação e a rejeição parental integram o domínio da parentalidade e representam os extremos de um *continuum* de carinho e afeto. A dimensão aceitação parental está relacionada com a qualidade do laço afetivo entre pais e filhos e com a forma verbal, física e comportamentos simbólicos parentais usados para expressar sentimentos. Esta abrange áreas como o afeto, cuidado, conforto, preocupação, apoio ou simplesmente amor por parte dos pais ou outros cuidadores. Por sua vez, o polo rejeição corresponde à ausência ou retirada desses sentimentos e comportamentos, e pela presença de danos físicos e psicológicos. Inclui práticas parentais como hostilidade e agressão, indiferença e negligência, e, rejeição indiferenciada. Como consequências da rejeição parental os jovens podem ser frios e indiferentes emocionalmente, hostis e agressivos, negligentes e rejeitantes (Rohner, Khaleque & Cournoyer, 2007). Os jovens que se percebem como rejeitados têm tendência para problemas de comportamento e perturbação de conduta (Rohner, Khaleque, Cournoyer, 2007).

Tudo isto ressalva a ideia de que ninguém chega a delinquente por acaso. Tal como vai sendo descrito pelos mais consagrados autores de psiquiatria da infância e adolescência, a evolução delinquente representa um longo trajeto de mal-estar psicossocial desde os primeiros anos de vida. De facto, trabalhos com indivíduos com comportamentos delinquentes demonstram que as vivências dos jovens estão repletas de episódios traumáticos como histórias de abandono,

negligência, maus-tratos, de crianças cujos pais os abandonaram ou que quando estão presentes não têm uma relação de boa qualidade emocional. São jovens que crescem em total desamparo, em comunidades marcadas por valores inversos e negativos, onde a evolução delinquente não é mais do que a exteriorização de um sofrimento interior (Strecht, 2005).

O número de adolescentes que vive em instituições residenciais é muito grande e tudo indica que será maior nos anos que se seguem. Estes jovens desprotegidos e com histórias de vida marcadas, muitas vezes ingressam pelos comportamentos delinquentes ou por comportamentos repetitivos em relação aos dos pais (Strecht, 2005).

Contudo, a parentalidade não se caracteriza como único fator explicativo do fenómeno delinquência, existindo vários estudos centrados também no autoconceito. Até porque a forma como o jovem se percebe é algo fulcral na fase da adolescência e com grande peso nos comportamentos deste. Rosenberg (1965 as cited in Veiga, 1996) refere que o autoconceito é um grande determinante de pensamentos, sentimentos e comportamentos. Os adolescentes que não têm êxito na construção do self/autoconceito dentro do domínio convencional da família, provavelmente buscam outros modos alternativos para tal adotando muitas vezes a trajetória da delinquência como opção procurando alcançar um prestígio considerável, definindo-se como aventureiro, independente, poderoso, duro, ou no controlo/intocáveis (Oyserman & Markus, 1990). Vários autores argumentam que a tendência para comportamentos inadequados, tais como o consumo de droga, está relacionada com a necessidade de preencher lacunas para o autoconceito (Veiga, 1996).

De acordo com Brownfield & Thompson (2005) o autoconceito revela-se altamente correlacionado com a delinquência. De forma geral, os estudos revelam que quanto mais negativo o autoconceito mais sério é o comportamento delinquente do adolescente (Levy, 2000).

É de acrescentar que a família exerce influência na construção do autoconceito do adolescente. Wenz-Gross, Siperstein, Untch, e Widaman (1997 as cited in Peixoto, 2004), mostram que um baixo suporte emocional por parte da família está relacionado com um baixo autoconceito do jovem. Os adolescentes com uma percepção mais favorável do relacionamento familiar, apresentam autoconceitos mais elevados (Peixoto, 2004).

MÉTODO

Os dados foram recolhidos através da aplicação de questionários de autopreenchimento, que visavam avaliar a percepção da relação parental, o autoconceito e os comportamentos praticados pelos jovens, a uma amostra de 71 jovens com idades entre os 12 e os 17 anos (inclusive) da zona Norte e Litoral de instituições de acolhimento de crianças e jovens em risco.

Instrumentos

A amostra foi submetida a um questionário demográfico e a três questionários destinados às variáveis em estudo:

- Parental Acceptance-Rejection Questionnaire (PARQ): versão portuguesa do Child PARQ de Rohner (1984);

- International Self-Report Delinquency Survey (ISRD2): versão traduzida e adaptada de Mendes & Carvalho (2010);
- Piers-Harris Children's Self-Concept Scale (PHCSCS2): adaptação portuguesa de Veiga (2006).

Os dados foram tratados posteriormente no programa estatístico SPSS.

Resultados

Após tratamento estatístico dos dados recolhidos, foi possível analisar as questões a que nos havíamos proposto.

Para o primeiro objetivo proposto, o de estudar a existência de relação entre a perceção de rejeição parental e a delinquência, os dados do PARQ e do ISRD2 foram submetidos à aplicação do *Coeficiente de Correlação de Spearman* (tabela1):

	Índice de Delinquência
Perceção global de rejeição pela mãe	
Coeficiente de correlação	,273*
Sig. (2-tailed)	,033
Perceção global de rejeição pelo pai	
Coeficiente de correlação	,417**
Sig. (2-tailed)	,005

Tabela 1 - Coeficiente de correlação de Spearman entre a perceção rejeição parental e o índice de delinquência * $p \leq 0,05$; ** $p \leq 0,01$

É possível perceber através da presente tabela a existência de correlação positiva entre a perceção de rejeição pela mãe e o Índice de Delinquência ($r_s = ,273$, $p = ,033$) bem como de forte correlação positiva entre a perceção de rejeição pelo pai e o Índice de Delinquência ($r_s = ,417$, $p = ,005$). Estas correlações positivas verificadas em ambos os pais revelam que uma maior perceção de rejeição parental encontra-se associada a uma maior e mais intensa atividade delinquente.

No que se refere ao autoconceito, realizou-se mais uma vez o *Coeficiente de Correlação de Spearman* para testar a existência de relação entre o autoconceito e a delinquência, utilizando os dados do PHCSCS2 e do ISRD2, mas não foi encontrada correlação entre as variáveis.

Resta apenas concretizar um último objetivo proposto: estudar a relação entre a perceção de rejeição parental e o autoconceito (tabela 2).

Perante o teste estatístico *Correlação de Spearman* é possível verificar que nos totais de perceção de rejeição parental, tanto na mãe ($r_s = -,333$, $p = ,009$) como no pai ($r_s = -,500$, $p =$

,001), revelam-se fortes correlações negativas com o autoconceito, sendo que a percepção de rejeição pelo pai apresenta correlações mais fortes. Pode-se deste modo concluir que quanto maior a percepção de rejeição parental menor o autoconceito.

	Autoconceito geral
Percepção global de rejeição pela mãe	
Coeficiente de correlação	-,333**
Sig. (2-tailed)	,009
Percepção global de rejeição pelo pai	
Coeficiente de correlação	-,500**
Sig. (2-tailed)	,001

Tabela 2 - Coeficiente de correlação de Spearman entre a rejeição parental e o auto-conceito * $p \leq 0,05$; ** $p \leq 0,01$

CONCLUSÕES

Feito um levantamento de possíveis fatores e posterior estudo da relação destes com a delinquência, foi possível extrair algumas conclusões tais como a relação que existe de facto entre a percepção de rejeição parental e a delinquência. É possível concluir que a percepção de rejeição parental se encontra associada a um maior índice de delinquência nos jovens, pois as correlações positivas traduzem que quanto maior a percepção de rejeição parental maior o índice de delinquência.

No que concerne ao autoconceito, e ao contrário do esperado, não existe relação com o índice de delinquência.

A importância da relação parental ressalta também na forte associação demonstrada com o autoconceito dos adolescentes. No estudo da relação entre o autoconceito e a percepção de rejeição parental pelos jovens, os resultados apontam correlações negativas, que indicam relação entre as variáveis. Assim sendo poder-se-á dizer que quanto maior a percepção de rejeição parental menor o autoconceito.

A investigação vem confirmar a importância da relação parental no desenvolvimento dos jovens particularmente nos seus comportamentos e na forma como se percebem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brownfield, D. & Thompson, K. (2005). Self-concept and delinquency: the effects of reflected appraisals by parent and peers. *Western Criminology Review*. Vol.6. No 1. pp. 22-29. Disponível em: <http://wcr.sonoma.edu/v6n1/manuscripts/brownfield.pdf> [data de acesso: 4 de Setembro de 2009].

Levy, K. (2000). The relationship between adolescent attitudes toward authority, self-concept and delinquency. *Adolescence*. Vol. 36. No.142. pp. 333-346.

Oyserman, D. & Markus, H. (1990). Possible selves and delinquency. *Journal of Personality and Social Psychology*. Vol. 59. No. 1. pp. 112-125. Disponível em: http://ovidsp.tx.ovid.com/sp-3.2.2b/ovidweb.cgi?WebLinkFrameset=1&S=NNAEFPJLOODDBGBINCDLBGJCDOCKAA00&returnUrl=http%3a%2f%2fovidsp.tx.ovid.com%2fsp-3.2.2b%2fovidweb.cgi%3f%26Titles%3dS.sh.42%257c3%257c10%26FORMAT%3dtitle%26FIELDS%3dTITLES%26S%3dNNAEFPJLOODDBGBINCDLBGJCDOCKAA00&directlink=http%3a%2f%2fgraphics.tx.ovid.com%2fovftpdfs%2fFPDDNCJCBGBIOO00%2ffs046%2fovft%2flive%2fgv023%2f00005205%2f00005205-199007000-00011.pdf&filename=Possible+Selves+and+Delinquency.&navigation_links=NavLinks.S.sh.42.3&link_from=S.sh.42%7c3&pdf_key=B&pdf_index=S.sh.42 [data de aceso: 4 de Setembro de 2009]

Peixoto, F. (2004). Qualidade das relações familiares, auto-estima, auto-conceito e rendimento académico. *Análise Psicológica*. Vol. 1 No. XXII. Pp. 235-244. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes6.pt/pdf/aps/v22n1/v22n1a21.pdf> [data de acesso: 4 de Setembro de 2009].

Rohner, R., Khaleque, A. & Cournoyer, D. (2007). *Introduction to parental acceptance-rejection theory, methods, evidence, and implications*. University of Connecticut.

Strecht, P. (2005). *Vontade de ser: textos sobre adolescência*. Lisboa: ASSÍRIO & ALVIM.

Valente, M. & Mulas, N. (2003). *Direito de menores: estudo luso-hispânico sobre menores em perigo e delinquência juvenil/ Derecho de menores: estudio luso-hispânico sobre menores víctimas y delincuencia juvenil*. Lisboa: Âncora editora.

Veiga, F. (1996). *Transgressão e autoconceito dos jovens na escola*. Lisboa: Fim de Século.

POSTER | *POSTER*

**CRIANÇAS A TEMPO INTEIRO COM PAIS A TEMPO PARCIAL: A PERCEÇÃO DA
SEGURANÇA DA VINCULAÇÃO EM CRIANÇAS FILHAS DE PAIS DIVORCIADOS | *FULL-
TIME CHILDREN WITH PART-TIME PARENTS: THE PERCEPTION OF SECURITY OF
ATTACHMENT IN CHILDREN OF DIVORCED PARENTS***

FILIPA MICAELA FERREIRA MARQUES E LUIZA NOBRE LIMA

CRIANÇAS A TEMPO INTEIRO COM PAIS A TEMPO PARCIAL: A PERCEÇÃO DA SEGURANÇA DA VINCULAÇÃO EM CRIANÇAS FILHAS DE PAIS DIVORCIADOS | *FULL-TIME CHILDREN WITH PART-TIME PARENTS: THE PERCEPTION OF SECURITY OF ATTACHMENT IN CHILDREN OF DIVORCED PARENTS*

Filipa Micaela Ferreira Marques (filipamarques125@msn.com)

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

(Mestre pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra em Psicologia da Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento)

Luiza Nobre Lima (luizabelima@fpce.uc.pt)

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

(Professora Auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Doutorada em Psicologia do Desenvolvimento. Áreas de interesse: violência contra crianças e jovens; Institucionalização de menores em risco; vinculação)

RESUMO

O divórcio é um fenómeno que tem sofrido um aumento significativo nomeadamente em famílias com filhos. Consequentemente, muitas crianças passam a ter os seus pais a tempo parcial. Por um lado, o progenitor com quem a criança reside tem de efetuar ajustamentos (e.g. económicos) à nova realidade; por outro, o progenitor com quem a criança não reside pode passar a contactar menos frequentemente com a criança. Em consequência disto a percepção da segurança da vinculação (PSV) da criança aos pais pode sofrer alterações. Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a percepção da segurança da vinculação a ambos os progenitores em crianças filhas de pais divorciados, comparativamente com crianças de famílias intactas. A amostra é constituída por 218 crianças entre os 7 e os 12 anos, sendo 109 crianças de famílias intactas e 109 crianças filhas de pais divorciados. Para avaliar a percepção da segurança da vinculação da criança a cada um dos progenitores utilizou-se a Kerns Security Scale, que nesta amostra revelou uma consistência interna de .788 na escala da mãe e .879 na escala do pai. Os principais resultados revelaram que: a) há percepção de menor segurança da vinculação em crianças de pais divorciados do que em crianças de famílias intactas; b) no grupo de crianças com pais divorciados: b1) há percepção de maior segurança da vinculação relativamente à mãe do que ao pai; b2) há percepção de maior segurança da vinculação em relação ao progenitor com quem a criança reside; b3) a percepção da segurança da vinculação ao progenitor com quem a criança não reside é menor quanto maior o tempo decorrido desde a separação parental e menor a idade da criança aquando desta; b4) quanto mais frequente o contacto da criança com o progenitor com quem não reside, maior a segurança da vinculação percebida a este. Estes resultados revelam-se pistas valiosas para a intervenção psicológica com as famílias que vivem a experiência do divórcio, como para investigação futura.

ABSTRACT

Divorce is a phenomenon that has experienced a significant increase especially in families with children. Consequently, many children now have their parents part-time. On the one hand, the

parent with whom the child lives must make adjustments (e.g. economics) to the new reality and, second, the parent with whom the child doesn't live may contact with the child less often. As a result the perception of security of attachment (PSV) of the child to the parents may change. In this context, this study aims at analyzing the perception of security of attachment to both parents of children of divorced parents, compared with children from intact families. The sample consisted of 218 children between 7 and 12 years, 109 children from intact families and 109 children of divorced parents. To assess the perception of security of attachment of the child to each parent was used the Kerns Security Scale, which in this sample revealed an internal consistency of .788 on the scale of the mother and .879 on the scale of father. The main results showed that: a) there is less perceived security of attachment in children of divorced parents than in children from intact families; b) in the group of children with divorced parents: b1) there's perception of greater security of attachment for the mother than father; b2) there is perception of greater security of attachment in relation to the parent with whom the child lives; b3) the perception of security of attachment to the parent with whom the child isn't living is lower the longer the time elapsed since the parental separation and younger the child at that moment; b4) the more frequent contact between the child and the parent with whom doesn't live, the greater the perceived security of the attachment to him/her. These results turn out to be valuable clues to the psychological intervention with families who are experiencing divorce, and for future research.

INTRODUÇÃO

A teoria da vinculação tem fornecido grandes contributos para a análise e compreensão das relações pais-filhos. Mediante o recurso que a criança faz da figura de vinculação é relevante abordar a vinculação enquanto base fornecedora de segurança. No contexto da teoria da vinculação a noção de segurança remete para o conceito de base segura (Guedeney & Guedeney, 2004), através da qual a criança pode fazer saídas para o mundo exterior e regressar sabendo que será bem recebida quando chegar.

O divórcio, tanto para os adultos como para as crianças, não se resume a um único evento, caracterizando-se por uma cadeia de acontecimentos ou um conjunto de mudanças legais, sociais, psicológicas e económicas. É um processo que inicia com a escalada de angústia no casamento, tendo o seu auge na separação e na sua apresentação legal. Muitas vezes prolonga-se em alguns anos de transição e desequilíbrio, até os adultos serem capazes de obter ou reconquistar confiança nos seus novos papéis (Wallerstein & Kelly, 1980) e assegurarem também a segurança e a estabilidade aos seus filhos. Esta cadeia de acontecimentos pode repercutir-se durante muitos anos na família, levando a relações diferenciadas em comparação a quando esta ainda estava intacta, o que inclui relações baseadas em visitas, acordos relativos à custódia e, eventualmente coligações hostis da criança a um dos progenitores contra o outro (Wallerstein & Kelly, 1980).

Desta forma, o divórcio leva a que muitas crianças passem a ter os seus pais a tempo parcial. Por um lado, o progenitor com quem a criança reside tem de efetuar ajustamentos (e.g. económicos) à nova realidade; por outro, o progenitor com quem a criança não reside pode passar a contactar menos frequentemente com a criança. Considerando que a segurança da vinculação é definida como o grau segundo o qual a criança percebe a figura de vinculação como responsiva, disponível e aberta à comunicação (Verschueren & Marcoen, 2005), a teoria da vinculação tem tido um papel relevante na conceptualização e estudo das respostas das crianças ao divórcio (Nair & Murray, 2005). Uma vez que o divórcio altera a disponibilidade,

acessibilidade e responsividade sensível das figuras de vinculação é também provável que afete a segurança da vinculação da criança (Feeney & Moonin, 2008).

OBJETIVOS

Os objetivos deste estudo consistiram em verificar se existem diferenças relativamente à perceção da segurança da vinculação (PSV) entre crianças de famílias intactas e crianças filhas de pais divorciados. Também se analisou junto das crianças cujos pais estão divorciados a perceção que elas têm da segurança da vinculação a cada um dos progenitores, em função do progenitor com quem vivem e do progenitor com quem não vivem, e da frequência do contacto com o progenitor com quem não vivem. Importou, ainda, perceber se existia alguma relação entre a perceção da segurança da vinculação aos pais e o tempo decorrido desde a separação e a idade da criança aquando a separação, e perceção da segurança da vinculação e a frequência do contacto com o progenitor com quem não reside.

METODOLOGIA

A amostra deste estudo foi composta por 218 crianças entre os 7 e os 12 anos, sendo 109 crianças de famílias intactas e 109 crianças filhas de pais divorciados/separados.

Nesta investigação as crianças preencheram dois instrumentos de avaliação psicológica. Um Questionário Sociodemográfico, para recolha das características demográficas da amostra e de informação relativa à situação de divórcio, e a Kerns Security Scale (Kerns, Klepac & Cole, 1996; adaptada por Correia, Freitas, Santos & Veríssimo, no prelo), uma medida de autorrelato, composta por 15 itens, que tem como objetivo medir a perceção da segurança da vinculação da criança em relação ao pai e à mãe na meia infância e início da adolescência.

A recolha de dados foi realizada em escolas do 1.º e 2.º ciclo do ensino particular do distrito de Coimbra e num *atelier* de tempos livres.

RESULTADOS

Os resultados obtidos foram analisados com recurso à aplicação informática de tratamento de dados estatísticos *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) versão 19 para o Windows.

Pela análise dos dados foi possível verificar que existe uma perceção de menor segurança da vinculação em crianças de pais divorciados (mãe [M=47.92; DP=7.474]; pai [M=43.51; DP=9.187]) do que em crianças de famílias intactas (mãe [M=54.99; DP=3.431]; pai [M=55.74; DP=3.460]), relativamente tanto à mãe ($t(216)=8.980$, $p < .001$) como ao pai ($t(216)=13.006$, $p < .001$).

Verificou-se que existe uma perceção de maior segurança da vinculação à mãe (M=47.92; DP=7.474) do que ao pai (M=43.51; DP=9.187) em crianças filhas de pais divorciados ($t(108)=5.271$, $p < .001$). Existe uma correlação moderada mas significativa entre a perceção da segurança da vinculação à mãe e ao pai ($r = .467$, $p < .001$). Assim, é possível afirmar que a perceção de maior segurança da vinculação à mãe está associada à perceção de maior segurança da vinculação ao pai.

As crianças evidenciam uma percepção de maior segurança da vinculação relativamente ao progenitor com quem vivem ($M=47.96$; $DP=7.716$) por comparação com aquele com quem não vivem ($M=43.19$; $DP=9.096$), sendo esta diferença estatisticamente significativa ($t(99) = 5.512$, $p < .001$). Foi reportada também uma associação moderada e significativa entre as duas variáveis ($r = .480$, $p < .001$), sendo que, quanto maior for a segurança da vinculação percebida pela criança ao progenitor com quem reside, também será maior a segurança da vinculação percebida ao progenitor com quem não reside.

O tempo decorrido desde a separação dos progenitores está negativamente relacionado, de forma significativa [$r = -.326$ ($p < .01$)], com a percepção da segurança da vinculação ao progenitor com quem a criança não reside. Relativamente ao progenitor com quem a criança reside verifica-se que o tempo decorrido desde a separação não se encontra relacionado de forma significativa com a percepção da segurança da vinculação a esse progenitor ($r = -.031$, $p = .762$). Analisando a idade da criança aquando da separação dos progenitores verifica-se a existência de uma relação significativa ($r = .205$, $p = < .05$), contudo baixa, entre esta variável e a percepção da segurança da vinculação relatada ao progenitor com quem não reside. Assim, quanto maior a idade da criança aquando da separação dos progenitores, maior a segurança da vinculação percebida por esta em relação ao progenitor com quem não reside.

Verifica-se que as crianças filhas de pais divorciados que revelam, em média, uma maior percepção da segurança da vinculação são aquelas cujo contacto com o progenitor com quem não vivem tem um contacto de carácter semanal com este progenitor ($M=44.71$; $DP=8.140$), por comparação com as que têm um contacto mensal ($M=44.45$; $DP=9.057$) ou simplesmente anual ($M= 35.40$; $DP= 7.989$). As diferenças entre estas médias são estatisticamente significativas ($F(2, 64.890) = 7.725$, $p < .05$), o que significa que a percepção da segurança da vinculação da criança ao progenitor com quem não reside é tanto maior, quanto mais frequente for o contacto com ele.

DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Comparando os dois grupos de crianças (famílias intactas e pais divorciados) verificaram-se diferenças significativas. Como Nair e Murray (2005) referem a separação dos pais, mudanças temporárias ou permanentes de residência e o regime de visitas quebram a percepção de segurança ao progenitor com quem a criança reside e com o qual não reside. Comparando ambas as crianças de famílias intactas e com pais divorciados é possível corroborar esta afirmação. Os resultados obtidos ilustram este impacto demonstrando que, de facto, a percepção da segurança da vinculação no grupo de crianças de famílias intactas se diferencia da do grupo de crianças com pais divorciados. As crianças do primeiro grupo evidenciam uma percepção de maior segurança da vinculação em relação a ambos os progenitores, comparativamente às do segundo grupo, o que está de acordo com a maioria dos estudos existentes (e.g. Solomon & George, 1999; Moura & Matos, 2008; Sobral, Almeida, & Costa, 2010), nos quais se verifica uma menor vinculação nos sujeitos com pais divorciados, comparativamente aos de famílias intactas.

Verificou-se também que as crianças filhas de pais divorciados percebem uma segurança da vinculação à mãe superior do que ao pai e que quanto maior a segurança da vinculação percebida à mãe, maior a segurança da vinculação percebida ao pai. Estes resultados podem ser compreendidos à luz da teoria da hierarquização das figuras de vinculação e da monotopia. Isto é, a representação da vinculação da criança às figuras de vinculação está

estruturada de forma hierárquica. Assim, uma vez que a mãe possui o papel (habitual) de figura de vinculação primária, ou seja, é (geralmente) a figura de vinculação mais importante e influente para a criança (Mikulincer & Shaver, 2007), é adequado afirmar que esta se situa enquanto figura de vinculação, no topo desta hierarquia. Esta segurança da vinculação à mãe tem influência nas relações que a criança estabelece com outras figuras (e.g. pai), sendo expectável que as diferentes relações de vinculação se revelem consonantes com a vinculação à figura materna (Veríssimo, Duarte, Monteiro, Santos, & Meneses, 2003) o que justifica que a percepção de maior segurança na vinculação à mãe esteja relacionada com uma percepção de maior segurança também ao pai. A monotopia do bebé (habitualmente) em relação à mãe, isto é, a tendência acentuada para a criança dirigir o comportamento de vinculação a uma figura preferencial que lhe proporciona segurança (Bowlby, 1969) reforça a supremacia da mãe enquanto figura de vinculação, o que converge com resultados já encontrados.

Verificou-se, também, neste estudo que as crianças com pais divorciados têm percepção de uma maior segurança da vinculação com o progenitor com quem vivem comparativamente com o progenitor com quem não vivem. A par disto a quantidade de tempo decorrido desde a separação dos progenitores também parece influenciar a percepção da segurança da vinculação. Verificou-se, ainda, que quanto mais tempo decorreu desde a separação dos progenitores, menor é a segurança da vinculação percebida ao progenitor com quem a criança não reside, não se verificando relação do tempo decorrido e a percepção da segurança da vinculação ao progenitor com quem a criança reside. Existe alguma lógica nestes resultados uma vez que refletem o impacto que tem na vinculação o contacto da criança com os progenitores. Contudo, não foram encontrados estudos que corroborem estes resultados.

Outro aspeto pertinente a ter em consideração é a idade da criança aquando da separação dos seus progenitores. De facto, verificou-se que, quanto menor é a idade da criança naquela altura, menor é a segurança da vinculação percebida pela criança ao progenitor com quem não reside. Estes resultados são consistentes com os reportados na literatura (e.g. Nair & Murray, 2005), podendo ser justificados pelo facto de a maior precocidade de uma disrupção decorrente da separação de uma figura de vinculação poder levar à falta de oportunidade para estabelecer e consolidar uma vinculação segura ao progenitor com o qual a criança não reside (Soares, 2009).

Constatou-se que, em média, a percepção da segurança da vinculação é maior, quanto mais frequente for o contacto presencial da criança com o progenitor com quem não reside, o que é consonante com o resultado de outros estudos (e.g. Fabricius & Luecken, 2007; Janning, Laney, & Collins, 2010) que referem que quanto mais tempo a criança despende com cada um dos progenitores depois do divórcio, melhor é a qualidade da sua relação com estes.

Este trabalho contribui para a compreensão do impacto do divórcio na percepção da segurança da vinculação. Os resultados reportados nesta investigação ajudam a clarificar a (enorme) importância da responsividade e acessibilidade física e emocional dos progenitores e da persistência do contacto e continuidade da presença do progenitor com quem a criança não reside para a construção de uma vinculação (mais) segura. Assim, apesar do desmembramento do subsistema conjugal é importante que o subsistema parental se reorganize continuando com as suas funções anteriores ao divórcio, ou seja, que os pais continuem a ser capazes de cooperar entre si no que concerne à criança, permitindo a continuação da satisfação das suas necessidades (relacionais). As ilações desta investigação podem ser úteis para a elucidação dos progenitores aquando a tomada de decisões (e.g. frequência do contacto da criança com os progenitores), permitindo que esta seja realizada com base em fundamentação científica e empírica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bowlby, J. (1969). *Attachment and loss: Attachment* (Vol. 1) (2.^a ed.). London: The Hogarth Press.
- Correia, J. V., Freitas, M., Santos, A. J., & Veríssimo, M., (no prelo). *Adaptação do Kerns Security Scale (Kerns, Klepac & Cole, 1996) numa amostra de adolescentes portugueses*.
- Fabricius, W. V. & Luecken, L. J. (2007). Post-divorce living arrangements, parent conflict, and long-term physical health correlates for children of divorce. *Journal of Family Psychology*, 21(2), 195-205.
- Feeney, B. C., & Monin, J. K. (2008). An attachment-theoretical perspective on divorce. In Cassidy & Shaver (Eds.), *Handbook of Attachment: Theory, Research, and Clinical Applications* (2nd Edition). Guilford Publications.
- Guedeney, N. & Guedeney, A. (2004). *Vinculação: Conceitos e aplicações* (trad.). Lisboa: Climepsi.
- Janning, M., Laney, J. & Collins, C. (2010). Spatial and temporal arrangements, parental authority, and young adults post-divorce experiences. *Journal of Divorce & Remarriage*, 51, 413-427.
- Kerns, K. A., Klepac, L., & Cole, A. (1996). Peer relationships and preadolescents' perceptions of security in the child-mother relationship. *Developmental Psychology*, 32, 457-466.
- Mikulincer, M., & Shaver, P. R. (2007). *Attachment in adulthood: structure, dynamics, and change*. New York: Guilford Press
- Moura, O., & Matos, P. M. (2008). Vinculação aos pais, divórcio e conflito inter-parental em adolescentes. *Psicologia*, XXII(1), 127-152.
- Nair, H. & Murray, A. D. (2005). Predictors of attachment security in preschool children from intact and divorced families. *The Journal of Genetic Psychology*, 166(3), 245-263.
- Soares, I. (2009). Desenvolvimento da teoria e da investigação da vinculação. In I. Soares (Ed.) (2.^a Ed.), *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: Teoria e avaliação*. Braga: Psiquilíbrios.
- Solomon, J., & George, C. (1999). The effects on attachment of overnight visitation on divorced and separated families. In J. Solomon and C. George (Eds.), *Attachment disorganization* (pp. 243-264). New York: Guilford Press.
- Veríssimo, M., Duarte, I., Monteiro, L., Santos, A. J., & Meneses, A. (2003) Qualidade da vinculação à mãe e à educadora. *Psicologia*, Vol. XVII (2): 453-469.
- Verschueren, K. & Marcoen, A. (2005). Perceived security of attachment to mother and father: developmental differences and relations to self-worth and peer relationships at school. In K. A. Kerns & R. A. Richardson (Eds.), *Attachment in Middle Childhood* (pp. 212-230). New York: Guilford Press
- Wallerstein, J. S. & Kelly, J. B. (1980). *Surviving the breakup: How children and parents cope with divorce*. New York: Basic Books

White, L. K., Brinkerhoff, D. B. & Booth, A. (1985). The effect of marital disruption on child's attachment to parents. *Journal of Family Issues*, 1(6), 5-22.

POSTER | *POSTER*

O PROGRAMA *INCREDIBLE YEARS* NA PARENTALIDADE SUBSTITUTA: SATISFAÇÃO DOS CUIDADORES PROFISSIONAIS EM ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO DE CRIANÇAS EM RISCO | *THE INCREDIBLE YEARS PROGRAM IN SUBSTITUTE PARENTING: SATISFACTION OF PROFESSIONAL CAREGIVERS IN TEMPORARY FOSTER CARE FOR CHILDREN AT RISK*

ISABEL SILVA E MARIA FILOMENA GASPAR

O PROGRAMA **INCREDIBLE YEARS** NA PARENTALIDADE SUBSTITUTA: SATISFAÇÃO DOS CUIDADORES PROFISSIONAIS EM ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO DE CRIANÇAS EM RISCO | **THE INCREDIBLE YEARS PROGRAM IN SUBSTITUTE PARENTING: SATISFACTION OF PROFESSIONAL CAREGIVERS IN TEMPORARY FOSTER CARE FOR CHILDREN AT RISK**

Isabel Silva (isabel.s.silva@sapo.pt)

Faculdade de Psicologia e Ciência da Educação, Universidade de Coimbra

(Doutoranda do Programa Interuniversitário em Psicologia Clínica – Psicologia da Família e Intervenção Familiar [Universidade de Coimbra e Universidade de Lisboa, Portugal]; Bolseira da FCT [SFRH/BD/64870/2009])

Maria Filomena Gaspar (ninigaspar@fpce.uc.pt)

Faculdade de Psicologia e Ciência da Educação, Universidade de Coimbra

(Professora Associada; Educadora parental nos Programas *Incredible Years*, *Parenting Wisely* e *Mais Família*)

RESUMO

A incidência de problemas de comportamento em crianças acolhidas tem vindo a aumentar (1). Os cuidadores, atuando como figuras parentais substitutas, têm uma oportunidade única para fornecer experiências positivas e reparadoras no dia-a-dia das crianças acolhidas. Partindo deste contexto, desenvolvemos o primeiro estudo, em Portugal, em que o **Programa *Incredible Years* (IY)**, uma intervenção estruturada baseada em evidência, foi implementado com as equipas de profissionais de C.A.T's.

O principal objetivo deste *poster* foi analisar a adequação e aceitação culturais do Programa do *Incredible Years* (Anos Incríveis), avaliadas a partir dos níveis de satisfação dos cuidadores acerca dos diferentes componentes deste programa de intervenção.

Palavras-Chave: Acolhimento Residencial; Programa *Incredible Years*; Cuidadores; Adequação e Aceitação Culturais.

ABSTRACT

*The incidence of behavior problems in looked after children have been increasing (1). Staff carers acting as surrogate parental figures have a unique opportunity to provide daily positive and reparative experiences to these children. Based on this, we developed the first study in Portugal, where the **Incredible Years Programme (IY)**, a structured evidence-based intervention, was implemented with teams of professionals' carers from residential child care centers.*

The main purpose of this paper is to analyze the cultural appropriateness and acceptance of the Incredible Years Programme. The levels of satisfaction reported by staff about the different components of this intervention program were used.

Key-Words: Residential Child Care; Incredible Years Programme; Staff Carers; Adequacy and Cultural Acceptance.

METODOLOGIA

Sujeitos: 15 cuidadores profissionais que trabalhavam com crianças entre os 3-8 anos de idade, num centro de acolhimento temporário (C.A.T).

Intervenção: O Programa IY foi implementado por 2 líderes (em supervisão) a um grupo de 15 cuidadores (GI), ao longo de 13 sessões semanais com duração aproximada de 2 horas por sessão. O grupo funcionou num C.A.T ao fim do dia.

Objetivos do Programa: Competências como brincar, elogiar, estabelecer limites claros, ignorar, aplicar consequências, promover estratégias de resolução de problemas não violentas foram trabalhadas (Fig.1).

Avaliação: Os cuidadores completaram um questionário de avaliação final do Programa. O objetivo foi conhecermos os seus níveis de satisfação com o programa, de forma geral, e, em particular, a sua opinião sobre a utilidade das diferentes metodologias utilizadas (e.g. conteúdos, DVDs, discussão de grupo, T.P.C, leituras e registos, diálogos com os colegas, role-play, diálogo com os líderes do grupo); grau de utilidade das diferentes estratégias praticadas (e.g. brincar, comentários descritivos, elogiar e recompensar, ignorar, dar ordens claras, tempo de pausa e o conjunto de estratégias). Todas as classificações foram feitas numa escala de 7 pontos (quanto mais alta a classificação mais elevado o nível de satisfação).

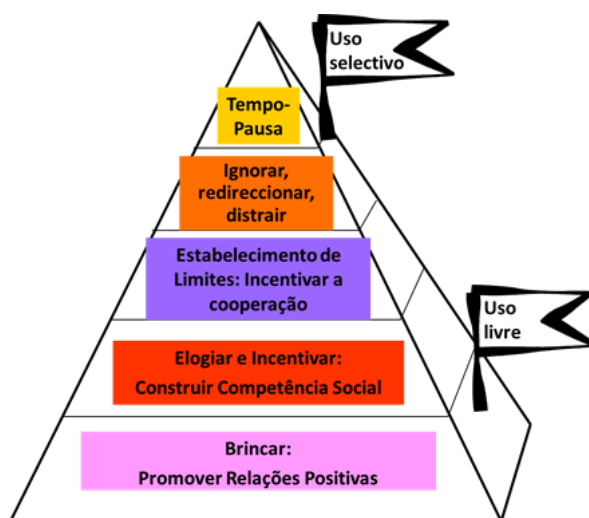


Fig.1. Pirâmide do Programa *Incredible Years* (Anos Incríveis)

RESULTADOS

- O grupo de cuidadores expressou elevados níveis de satisfação com o programa: todos os valores médios se encontram entre os valores 6 e 7 da escala de avaliação. Os parâmetros

avaliados foram: avaliação dos problemas de comportamento das crianças acolhidas após a intervenção; sentimentos quanto aos progressos das crianças; ajuda do programa para outros problemas (pessoais, profissionais ou familiares); expectativas quanto a bons resultados com o programa; metodologias usadas no programa para modificar os comportamentos das crianças; recomendação do programa a outro profissional; competência atual para gerir problemas de comportamento; competência futura para gerir os problemas de comportamento; sentimentos pessoais sobre o programa (Fig.2).

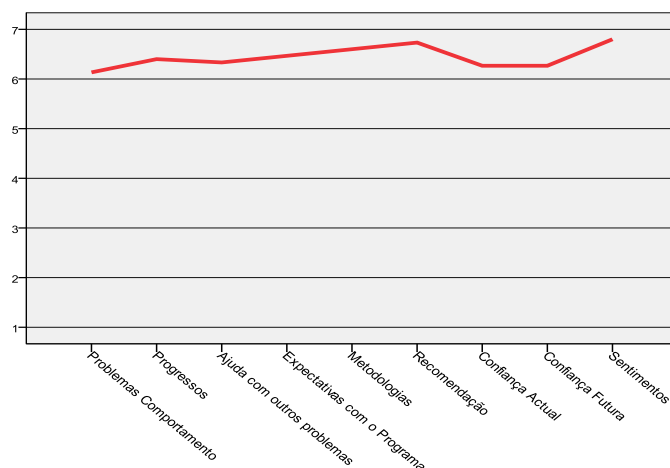


Fig. 2: Níveis de satisfação com o Programa IY

Todos os componentes do programa foram avaliados pelos cuidadores como úteis ou bastante úteis (valores médios entre 6 e 7 pontos). Os conteúdos, os DVDs e a discussão de grupo, durante o programa, foram avaliados como os componentes mais úteis (Fig.3).

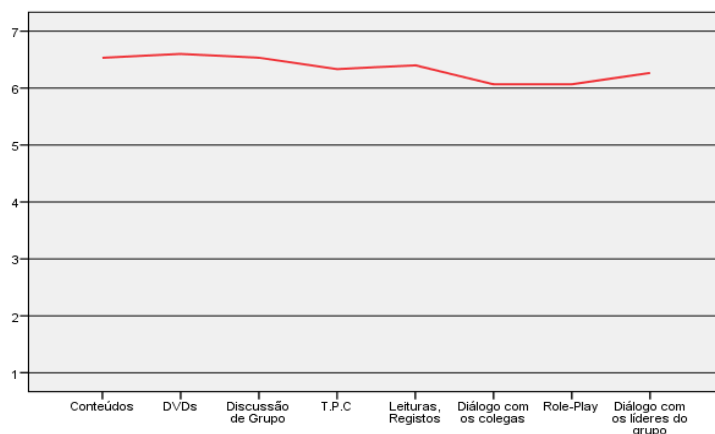


Fig.3: Utilidade dos componentes do programa

Todas as estratégias educativas treinadas durante as sessões foram avaliadas como bastante úteis (valores médios acima de 6). O Elogiar e Recompensar foram avaliados pelos cuidadores como as estratégias mais úteis, sendo de salientar que ambas são centrais na disciplina Positiva (Fig.4).

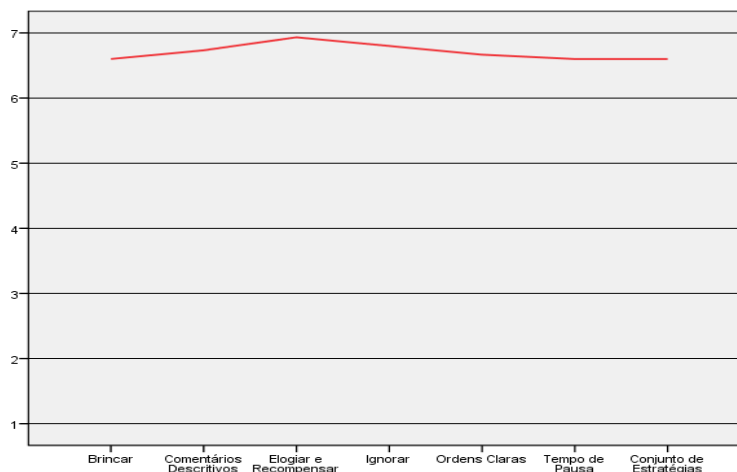


Fig.4: Utilidade das diferentes estratégias educativas

DISCUSSÃO

Os resultados devem ser interpretados com cautela, tomando em consideração o tamanho reduzido da amostra e o objetivo exploratório do estudo. Os elevados níveis de satisfação observados podem ser atribuídos ao ambiente de aceitação cultivado intencionalmente no grupo IY (4), assim como às estratégias de dinamização utilizadas e aos próprios conteúdos do programa.

O ambiente de aceitação pode permitir aos cuidadores profissionais partilhar os problemas do dia-a-dia, em lidar com o comportamento das crianças acolhidas, e aprender a usar estratégias eficazes de forma clara e compreensível.

A utilização de situações de role-play, nas sessões, pode ter sido vivenciada como uma boa oportunidade para treinar novas competências num ambiente grupal de suporte, antes de as usarem na sua prática diária, com as crianças mais desafiadoras. O facto do Elogiar e Recompensar terem sido consideradas as estratégias mais úteis está de acordo com a própria filosofia do programa: que a atenção positiva, o elogio e o incentivo devem ser utilizadas livremente pelos cuidadores na interação com as crianças e que estratégias de disciplina, como o Tempo de Pausa, devem ser usadas seletivamente e só para quando surgem problemas severos (2, 3).

CONCLUSÃO

Tendo em consideração os elevados níveis de satisfação obtidos, indicadores de aceitação e adequação culturais, somos de opinião que o Programa *Incredible Years* (Anos Incríveis) pode ser uma boa escolha para utilizar com os grupos de cuidadores profissionais em contexto de acolhimento de crianças em risco em Portugal. É importante avaliar com que cuidadores e em que condições é mais eficaz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Plano de Intervenção Imediata (2009). *Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento*. Segurança Social. Lisboa. Acedido de: <http://www.casapia.pt>
- (2) Webster-Stratton, C. (2000). The Incredible Years Training Series. *Juvenile Justice Bulletin*. US Department of Justice.
- (3) Webster-Stratton, C. (2006). *The Incredible Years: A trouble-shooting guide for parents of children aged 3-8*. Seattle, WA: Incredible Years Press.
- (4) McDaniel, B., Braiden, H., Onyekwelu, J., Murphy, M., Regan, H. (2011). Investigating the Effectiveness of the Incredible Years Basic Parenting Programme for Foster Carers in Northern Ireland. *Child Care in Practice*, 17(1), 55 - 67.

POSTER | *POSTER*

CUIDADOS PARENTAIS DURANTE O DESENVOLVIMENTO E O IMPACTO NA IDADE ADULTA | *PARENTAL CARE DURING THE DEVELOPMENT AND ITS IMPACT IN ADULTHOOD*

IVANDRO SOARES MONTEIRO

CUIDADOS PARENTAIS DURANTE O DESENVOLVIMENTO E O IMPACTO NA IDADE ADULTA / PARENTAL CARE DURING THE DEVELOPMENT AND ITS IMPACT IN ADULTHOOD

Ivandro Soares Monteiro (ismonteiro@gmail.com)
Instituto Superior da Maia

(Psicólogo Clínico, Psicoterapeuta e Professor Auxiliar no Instituto Superior da Maia)

RESUMO

A família é o primeiro grupo significativo de elementos que influenciam a socialização da criança. As experiências tidas neste sistema podem ser um fator de proteção ou risco para a sua vulnerabilidade ou resiliência como adultos. A história do desenvolvimento vivido na família, principalmente quando marcadas por experiências negativas, tem-se evidenciado como um importante preditor de psicopatologia e de vulnerabilidade à depressão no adulto. No entanto, existem características atuais, como o estilo de vinculação no adulto e o tipo de apoio social, que podem interferir na manifestação desta vulnerabilidade. Dados os riscos que os indivíduos com experiências adversas na infância (ACE) têm de sofrer de depressão na idade adulta, o objetivo desta comunicação é o de apresentar os resultados de um estudo comparativo de uma amostra de deprimidos emparelhados com um grupo de indivíduos não-deprimidos. Considerando as experiências e antecedentes familiares, foram encontradas diferenças significativas entre deprimidos e não deprimidos, ou seja, nos cuidados do pai ($t(50) = -3,469$, $p < 0,01$), cuidados da mãe ($T, z = -2,312$, $p < 0,05$) e ambiente familiar ($t(53) = -2,544$, $p < 0,05$). Numa perspetiva geral, encontramos diferenças significativas nos cuidados familiares tidos no desenvolvimento entre as amostras ($t(53) p = -3,231$, $p < .01$). Assim, os indivíduos deprimidos têm relatado pior responsividade/apoio que os não-deprimidos. Considerando as características atuais e o estilo de vinculação no adulto, encontramos diferenças marginais entre os grupos ($p < 0,10$), o que suporta, em parte, a ideia de que os indivíduos deprimidos têm valores mais elevados nas dimensões de vinculação insegura do que os indivíduos adultos não-deprimidos, mas mais estudos são necessários. Considerando o Apoio Social no adulto, os nossos resultados evidenciaram que há diferenças significativas entre deprimidos e não deprimidos, o que confirma que o apoio social é um importante fator de vulnerabilidade para a depressão. Numa perspetiva geral, a nossa investigação aponta que a vulnerabilidade é baseada num *continuum* entre o desenvolvimento e situações de stress atual, ou seja, numa perspetiva de diátese/stress, havendo um tempo “certo” para coincidir a vulnerabilidade anterior com o atual contexto de vida de um indivíduo.

ABSTRACT

The family is the first significant group of elements that influence the socialization of children. The experiences taken in this system may be a protective factor or risk to their vulnerability or resilience when adults. The history of development experienced in the family, especially when marked by negative experiences, it has been shown to be an important predictor of psychopathology and vulnerability to depression in adults. However, there are current characteristics in adulthood, such as adult attachment style and type of social support, which can interfere with the manifestation of this vulnerability. Given the risks that individuals with

adverse childhood experiences (ACE) have to suffer from depression in adulthood, the objective of this communication is to present the results of a comparative study of a sample of depressed paired with a group of individuals not depressed. Considering the experiences and family history, significant differences were found between depressed and nondepressed, or in the care of parent ($t(50) = -3.469, p < 0.01$), mother's care ($T, z = -2.312, p < 0.05$) and family ($t(53) = -2.544, p < 0.05$). From a general perspective, we found significant differences in family care taken in development between the samples ($t(53) p = -3.231, p < .01$). Thus, depressed individuals have reported worse responsiveness / support than non-depressed. Considering the current characteristics and style of adult attachment, we found marginal differences between the groups ($p < 0.10$), which supports, in part, the idea that depressed individuals have higher values in the dimensions of insecure attachment than the non-depressed adults, but more studies are needed. Considering the Social Support in adults, our results showed that there are significant differences between depressed and nondepressed, which confirms that social support is an important vulnerability factor for depression. From a general perspective, our research indicates that vulnerability is based on a continuum between the development and current situations of stress, ie a view of the diathesis / stress, there is a time "right" to match the previous vulnerability to the current context life of an individual.

INTRODUÇÃO

A família é o primeiro grupo significativo de elementos que influenciam a socialização da criança. As experiências tidas neste sistema podem ser um fator de proteção ou risco para a sua vulnerabilidade ou resiliência como adultos. A história do desenvolvimento vivido na família, principalmente quando marcadas por experiências negativas, tem-se evidenciado como um importante preditor de psicopatologia e de vulnerabilidade à depressão no adulto. No entanto, existem características atuais, como o estilo de vinculação no adulto e o tipo de apoio social, que podem interferir na manifestação desta vulnerabilidade.

Dados os riscos que os indivíduos com experiências adversas na infância têm de sofrer de depressão na idade adulta, o objetivo deste trabalho é o de apresentar os resultados de um estudo comparativo de uma amostra de deprimidos emparelhados com um grupo de indivíduos não-deprimidos.

Se, perante o mesmo facto ou adversidade, há comportamentos diferentes, então não é o contexto situacional não explica *per si*. *E isto acontece porque* para compreender como um indivíduo se torna vulnerável à DEPRESSÃO, é necessário ter em consideração a Situação atual em conjunto com as características e diferenças prévias. Só nesta perspetiva holística, desenvolvimental e interpessoal é que é possível compreender as origens e os processos que contribuem para a ocorrência e/ou manutenção da Depressão (Monteiro, 2011).

A Depressão é uma doença de extrema relevância atual na medida em que é a quarta doença com maior prejuízo económico para um país (e.g., World Health Organization, 2003). É fundamental, por isso, compreender fatores familiares (como a “arena primária” onde um indivíduo se desenvolve) relacionados com a vulnerabilidade à Depressão no adulto. Neste sentido, são várias as experiências adversas durante a infância que a investigação tem demonstrado como associados à depressão no adulto (Monteiro, 2011; Anda, Whitfield, Felitti, Chapman, Edwards, Dube, & Williamson, 2002).

Podemos organizar as Experiências Adversas Infantis em dois grandes grupos, nomeadamente os Maus-Tratos infantis e as Disfunções Familiares (Anda et al., 2002). Por sua vez, os maus-tratos organizam-se em dois tipos: Negligência (física e emocional) e Abuso (Físico, Sexual e Emocional). Quanto às disfunções familiares, estas caracterizam-se por: doença mental parental; separação, perda ou nenhum pai; abuso de substâncias parental; Violência Doméstica; Outros stressores (parente encarcerado, etc.).

Neste âmbito, uma das perspetivas mais holísticas e integrativas e capazes de explicar a vulnerabilidade à Depressão na idade adulta, é a de diátese-stress (Monteiro, 2011; Ingram, & Luxton, 2005) exposta aqui num esquema baseado nos trabalhos de Gathercole (2004):

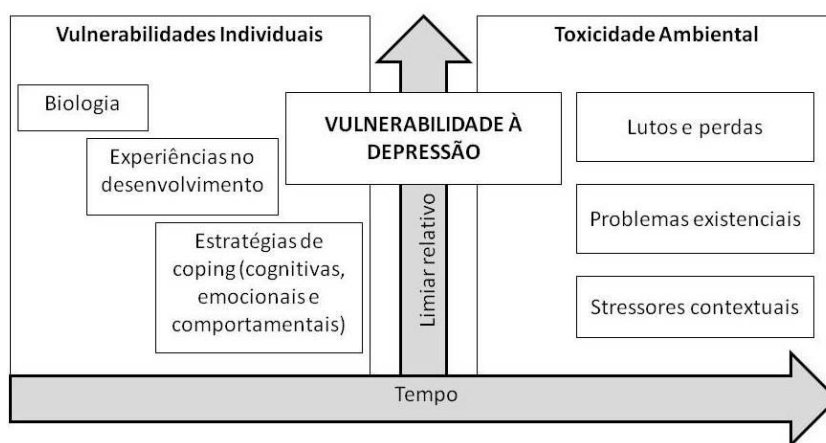


Figura 1 – Modelo desenvolvido com base em Gathercole (2004)

MÉTODO

Problema

O problema da presente investigação é o seguinte: haverá relação entre a história de experiências adversas no desenvolvimento com as características atuais (estilo de vinculação e apoio social) para facilitar a Depressão no adulto?

Hipótese

Para responder a este problema, colocamos a seguinte hipótese: há diferenças nas experiências familiares ao longo do desenvolvimento relatadas por sujeitos “deprimidos” e “não-deprimidos”, sendo que as experiências mais adversas têm maior probabilidade de pertencer ao grupo “deprimidos”.

Participantes e Planeamento

Este estudo foi realizado com 108 Sujeitos emparelhados do tipo caso-controlo (54 deprimidos e 54 não-deprimidos), sendo que a única diferença era o diagnóstico de Episódio Depressivo Major (DSM-IV-TR).

Instrumentos

1) Questionário Sociodemográfico (adaptado de Graffar, 1956); 2) SCID-I (Structured Clinical Interview for DSM-IV Disorders) (First, Spitzer, Gibbon, & Williams, 2003); 3) Instrumento do Historial Familiar (Melchert, 1991, adapt. Monteiro & Maia, 2010); 4) Inventário da Depressão de Beck (Beck, Ward, Mendelsohn, Mock & Erbaugh, 1961, adapt. Vaz-Serra & Pio-Abreu, 1973).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quanto às Experiências na Família-de-Origem, os resultados mostram diferenças entre grupos: Índice de Cuidados Paternos ($t(50) = -3.469, p < .01$); Índice de Cuidados Maternos ($T, z = -2.312, p < .05$); Índice de Ambiente Familiar ($t(53) = -2.544, p < .05$); Índice Geral de Cuidados Familiares ($t(53) = -3.231, p < .01$).

Assim, estes resultados evidenciam que os deprimidos relatam ter tido piores cuidados do que os não-deprimidos.

Juntando as variáveis do Índice Geral de Cuidados Familiares, a regressão logística evidencia que piores cuidados familiares tendem a aumentar para o dobro do risco em 2.19 de pertencer ao grupo Deprimidos ($OR = 2.19, IC = .932 - 5.177, p < .10$). Estes resultados confirmam a hipótese colocada, sendo que as experiências mais adversas no grupo deprimidos.

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos apontam para que Vulnerabilidade esteja assente num *continuum* desenvolvimental – Diátese/ Stress. Confirmam também que o humor depressivo está associado à diátese, mas o que melhor explica a manifestação do humor depressivo são as características atuais (a realidade do presente, nomeadamente o contexto atual e a qualidade das relações existentes). As nossas conclusões apoiam visão interpessoal assente na perspetiva diátese-stress (e.g., Ingram & Luxton, 2005) – contribui para identificar fatores de prevenção e intervenção na Depressão. Estes tipos de estudos contribuem também para a possibilidade de atuação preventiva em termos de saúde pública (crianças, adolescentes e adultos), na medida em que conseguimos identificar fatores preditores em crianças que potenciam a vulnerabilidade à depressão na idade adulta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anda, R.F., Whitfield, C.L., Felitti, V.J., Chapman, D., Edwards, V.J., Dube, S.R., & Williamson, D.F. (2002). Adverse childhood experiences, alcoholic parents, and later risk of alcoholism and depression. *Psychiatric Services*, 53 (8), 1001-1009.

First, M.B., Spitzer, R.L., Gibbon, M., & Williams, J.B.W. (2003). *Entrevista Clínica Estruturada para as Perturbações do DSM-IV Eixo I*. Trad. A. Maia. Material não publicado. Braga: Universidade do Minho.

Gathercole, M. (2004). Development and Exploration of a New Model for Understanding Depression. *The Australian Journal of Counselling Psychology*, 4 (5), 7-17.

Graffar, M. (1956). Une méthode de classification sociale déchantillons de la population. *Courier*, 6, 455.

Ingram, R.E., & Luxton, D.D. (2005). Vulnerability-Stress Models. In Benjamin L. Hankin, & J. R.Z. Abela (eds.), *Development of Psychopathology: A Vulnerability-Stress Perspective*. USA: Sage Publications.

Monteiro, I.S. (2011). Depressão: por que é que uns deprimem e outros não?. Lisboa: Climepsi Editores.

Monteiro, I.S., & Maia, A.C. (2010). Avaliação Psicométrica de Três Questionários Sobre o Historial Familiar: Cuidados Paternos, Cuidados Maternos e Ambiente Familiar. *Revista de Psiquiatria Clínica da Universidade de São Paulo*.

Vaz-Serra, A., & Pio Abreu, J.L. (1973). Aferição dos quadros clínicos depressivos I. – ensaio da aplicação do “Inventário da Depressão de Beck” a uma amostra portuguesa de doentes deprimidos. *Coimbra Médica*, 20, 623-644.

World Health Organization [WHO/OMS] (2003). *Investing in Mental Health*. Geneva: Department of Mental Health and Substance Dependence, Noncommunicable Diseases and Mental Health, World Health Organization.

POSTER | *POSTER*

**VALORES QUE OS PAIS DIZEM PROMOVER NOS FILHOS EM IDADE PRÉ-ESCOLAR |
VALUES THAT PARENTS SAY THAT PROMOTE IN THEIR PRESCHOOL CHILDREN**

MARIA JOÃO PEREIRA GARCIA E CAROLINA CARVALHO

VALORES QUE OS PAIS DIZEM PROMOVER NOS FILHOS EM IDADE PRÉ-ESCOLAR | VALUES THAT PARENTS SAY THAT PROMOTE IN THEIR PRESCHOOL CHILDREN

Maria João Pereira Garcia (mjgarcia@live.com.pt)

Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

(Formação inicial em Educação de Infância. Licenciada em Educação na área de Educação Especial. Tem o Mestrado em Educação, na área de especialização de Formação Pessoal e Social, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Atualmente frequenta o primeiro ano de doutoramento em Educação, na especialidade de Psicologia de Educação, no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa)

Carolina Carvalho (cfcarvalho@ie.ul.pt)

Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

(Doutorada em Educação na área da Psicologia da Educação e professora auxiliar no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL) onde leciona unidades curriculares da licenciatura, mestrado e doutoramento. É investigadora de projetos nacionais com financiamento da FCT, coordenando um projeto e ainda membro de um projeto europeu. Tem publicações diversas tanto em termos nacionais como internacionais no domínio da Psicologia e da Educação)

RESUMO

Nos últimos anos têm-se verificado alterações nas diversas instituições da sociedade, incluindo a instituição familiar que sofreu mudanças significativas. Este trabalho centra-se nos pais e tem como principal objetivo compreender quais os valores que os pais de um colégio nos arredores de Lisboa dizem privilegiar e como enunciam promover a formação desses valores nos filhos. Para a metodologia do estudo optou-se por um paradigma interpretativo de natureza mista com vários momentos distintos. Primeiro foi pedido, aleatoriamente, a 3 mães com filhos em idade pré-escolar (três, quatro e cinco anos) que registassem alguns momentos de vivência em família onde estivessem envolvidos valores, a que se chamou “registos escritos de vivências familiares”, a seguir foram realizadas entrevistas semidiretivas a cada mãe, e, por fim, aplicou-se um questionário sobre os valores que os pais gostariam que os filhos manifestassem quando adultos a todos os pais das crianças em idade pré-escolar. Em simultâneo, ou seja, ao longo de todo o estudo, foram realizadas observações livres das três mães em momentos de interação com os seus filhos em contexto escolar, concretamente, na situação de acolhimento e saída do colégio. Os principais resultados mostram que estas mães consideram os pais como sendo uma das principais fontes de influência na formação de valores dos filhos, seguindo-se as características pessoais das próprias crianças bem como os *media*, os pares e a escola. Para as participantes a formação de valores em família acontece na vivência do dia-a-dia, na forma como a família se organiza e nas estratégias que utiliza, concretamente na existência de rotinas e rituais partilhados em conjunto, como as refeições, as horas de dormir, as tarefas e atividades realizadas entre pais e filhos. Verificou-se, também, que os pais privilegiam os valores de intimidade e satisfação, logo seguidos dos de benevolência e universalismo. Os pais revelam dar primazia ao “Ser” na categoria de intimidade e satisfação e ao “Ser com o outro”, na categoria de benevolência e universalismo.

Palavras-chave: Família, pais, crianças, valores morais, desenvolvimento moral e social.

ABSTRACT

Society has undergone numerous changes throughout the past few years. This study is about parents and its main goal is to understand the values that the parents say they privilege and how they say they promote the foundation of those values within their children. Opting for an interpretative paradigm of a mixed nature, the study involved three mothers of pre-scholars (three, four and five years old) and took place during several distinct moments or phases. Firstly, we asked the mothers to take note of some of the moments lived within the family where values were involved, which we named Written Notes of Family Moments; then we carried out semi-directive interviews with each mother participating in this study. A questionnaire was also applied, about the values that the parents would like their children to act out once they became adults (Suizzo, 2004), to all the parents of the pre-scholars, that is: three, four and five years olds, of the school where the study took place. Finally, and throughout the study, free observations were carried out, of the three mothers during interaction with their children in a scholar context; during the dropping off at, and picking up from school. The main results, showed that for these mothers, the parents are one of the main influential sources in the foundation of the values within their children, followed by the children's own characteristics and other factors such as the media, their peers, and the school. They think that the foundation of the values within the family is processed through the everyday life, in the manner in which the family is organized and the strategies that it uses for such, as for example: the existence of routine and rituals (having meals together, sleeping rituals, chores carried out by parents and children). We also noted that the parents privilege the values of intimacy and satisfaction, directly followed by those of benevolence and universalism. Parents seem to value "Being" the most, within the intimacy and satisfaction category, and "Being with others", in the category of benevolence and universalism.

Key words: Family, parents, children, moral values, moral and social development.

INTRODUÇÃO

A forma de vida das sociedades ocidentais modificou-se bastante e estas foram mudanças complexas motivadas por diversos fatores. Em Portugal ocorreram alterações profundas na família ao nível dos valores nas últimas décadas. De acordo com Vaz e Relvas (2002), o papel de pai e de mãe manteve-se relativamente estável ao longo de mais de um século e meio. No entanto, nos últimos vinte anos, ocorreu uma alteração profunda na forma como se vivencia a paternidade.

Com as mudanças económicas, sociais, culturais e demográficas ocorridas, os pais do século XXI deparam-se com dilemas na forma como educar os seus filhos. É aceite que a sociedade tende a valorizar, através de diversos sinais, a competitividade e o individualismo, e, no entanto, podemos e devemos questionar se esses valores são os que os pais querem, efetivamente, promover nos seus filhos. Esta inquietação levou-nos à problemática deste estudo: Como é que os pais pensam contribuir para a formação dos valores dos filhos em idade pré-escolar e que valores dizem eles privilegiar?

A função das famílias na promoção de valores é evidente pela diversidade, continuidade e mudança que vive no dia-a-dia. Tal como refere Klassen (1996) a família exerce um importante papel enquanto primeiro educador moral. Apesar das várias influências que atuam sobre a criança ao longo do seu desenvolvimento, os pais são os que têm maior responsabilidade na

sua educação (Bornstein, 1995a, citado por Relvas, 1996; Baltazar, 1996; McGraw, 2004). Neste trabalho, partilha-se da conceção de Relvas (1996) de que a família é um sistema com uma identidade própria. No entanto, tal como refere McGraw (2004) “(...) numa família típica de quatro pessoas, há cinco personalidades distintas, porque também temos de incluir a personalidade coletiva” (p.7), que está presente nas práticas familiares manifestas nas interações diárias e que são influenciadas por forças mais vastas como as normas sociais e a visão do que é certo e adequado. Partindo, então, destes pressupostos procurámos compreender os significados que os pais atribuem aos valores e à sua promoção nos filhos, em família.

METODOLOGIA

No estudo foi utilizada uma metodologia mista, com uma dimensão qualitativa onde se recorreu à observação, entrevista e registos escritos de vivências familiares e uma outra dimensão quantitativa onde se utilizou um questionário. Como refere Daly (1992) “ (...) os métodos qualitativos são apropriados para a compreensão dos significados, interpretações e experiências subjetivas dos membros da família”. (p.3-4). Porém, o questionário Goals and Values in Adulthood (GVAQ), (Suizzo, 2004). Permitiu recolher um alargado número de informações a um conjunto de sujeitos mais vasto, num curto espaço de tempo.

Concretamente, no presente trabalho apresentaremos apenas os dados referentes à entrevista e ao questionário.

Participantes

Este estudo realizou-se num Colégio particular nos arredores de Lisboa. Participaram três mães que realizaram registos escritos das vivências familiares e entrevistas em momentos diferentes. As mães foram ainda observadas nas suas interações com o filho/a no espaço escolar. A escolha das mães respeitou a condição de terem, pelo menos, um filho em idade pré-escolar, entre os três e os cinco anos. Todos os pais do Colégio com filhos em idade pré-escolar responderam ao questionário Goals and Values in Adulthood (GVAQ) (Suizzo, 2004) num total de 43 participantes.

Instrumentos de recolha de dados

Para estudar em profundidade a forma como os valores são vivenciados, procurámos incluir várias formas de recolha de dados, permitindo, assim, fazer a triangulação dos mesmos, uma vez que provinham de fontes diferentes. Num primeiro momento pediu-se às mães para escreverem algumas situações marcantes, nas quais estivessem envolvidos valores, que vivenciaram no passado com o seu filho/a, a que chamámos de relatos escritos de vivências familiares (Garcia, 2009). Num segundo momento realizaram-se entrevistas semi-estruturadas às três mães participantes no estudo (Garcia, 2009). Num terceiro momento, foi distribuído o questionário Goals and Values in Adulthood (Suizzo, 2004) aos pais das crianças do pré-escolar do Colégio (3,4 e 5 anos). Ao longo do estudo procedeu-se, também, a observações das crianças e pais em situação de acolhimento na escola e na hora de saída (Garcia, 2009).

Por fim, após a realização da entrevista, voltámos a pedir às mães os relatos escritos de vivências familiares, de forma a compararmos os registos.

Com a entrevista procurámos compreender qual o significado dos valores para os progenitores, de que forma são transmitidos, quais os valores privilegiados e se existe autoconsciência e capacidade reflexiva dos pais relativamente a este assunto.

O questionário Goals and Values in Adulthood Questionnaire (GVAQ), de Marie-Anne Suizzo (2004) centra-se nos valores que os pais gostariam que os filhos tivessem no futuro, avaliando quais os valores que os pais gostariam que os filhos manifestassem quando adultos. É uma projeção sobre o que os pais pensam relativamente aos valores dos filhos e, revela, também, os valores que os pais privilegiam no presente. O questionário apresenta uma escala de Likert de seis pontos que vão do “não é importante” até ao “extremamente importante”, com uma categoria separada “discordo” (Suizzo, 2004, 2007; Suizzo & Cheng, 2007) e inclui 45 itens que se encontram distribuídos por várias categorias: convencionalismo e tradição, “poder e realização, família, intimidade e satisfação, benevolência e universalismo e ação.

Procedimentos

As entrevistas decorreram nos meses de Fevereiro e Março de 2009. Todas demoraram entre 30 a 40 minutos. O questionário foi aplicado a todos os pais do Colégio com filhos em idade pré-escolar, em Abril de 2009. Procedemos, então à análise de conteúdo dos dados provenientes das entrevistas e a uma análise baseada nas frequências dos dados provenientes do questionário.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Tal como referimos anteriormente, apenas iremos apresentar os dados resultantes da análise das entrevistas realizadas às mães e as respostas dos pais ao questionário. Os resultados das entrevistas permitiram concluir que as mães participantes no estudo consideram que a formação de valores ocorre através da vivência diária com os filhos. A organização familiar e as estratégias que a família utiliza (existência de rotinas e rituais familiares) são consideradas conseqüentes na formação de valores. Estas ideias transparecem nos relatos que a seguir apresentamos: “Um momento de partilha para mim significa passagem de valores, lá está, porque não há aquele momento em que se diz: olha, vou-te passar este valor, ninguém diz isso assim, eu acho que é muito através da vivência do dia-a-dia em que passamos aquilo em que acreditamos.” (M3, E); “Por exemplo, é importante comermos todos juntos em família porque conversamos muito, porque se ensina a comer (...)” (M2, E); “(...) não sei, acho que as coisas vão surgindo no dia-a-dia.” (M1, E).

Os valores privilegiados pelas três mães, referenciados na entrevista, incluem valores de benevolência e universalismo. Foi mencionada a importância do respeito em vários contextos: da solidariedade, do saber estar em grupo e saber partilhar, da cooperação e da tolerância. Também foi dada ênfase às normas de conduta sociais e às tradições, isto é, aos valores de civismo e de organização social. Foram muitas vezes referidos valores da categoria de intimidade e satisfação pessoal. A capacidade de ser responsável, a honestidade, a amizade e o “ser feliz”.

Os resultados do questionário presentes na Figura 1 revelam que os valores privilegiados pelos pais são os de intimidade e satisfação, seguidos dos de ação, que obtiveram o maior número de respostas na opção de resposta “extremamente importante”.

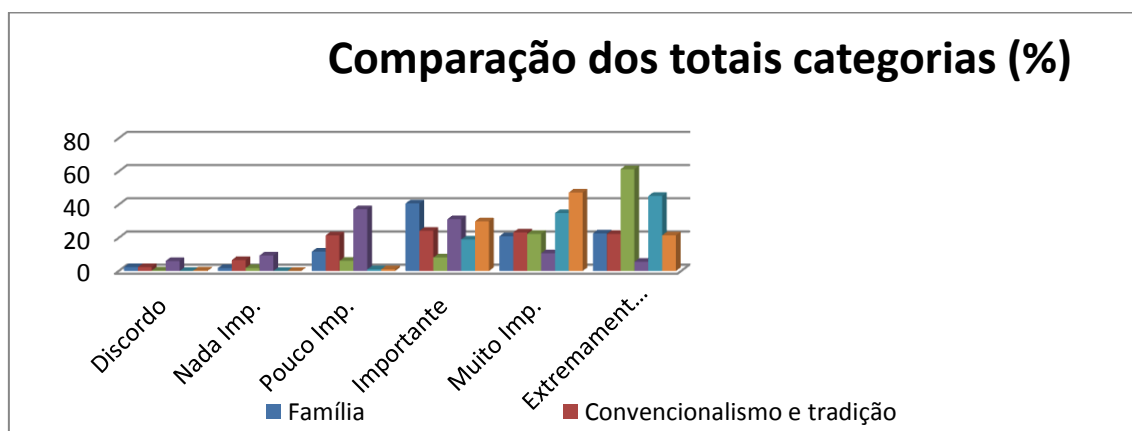


Fig. 1 Comparação dos totais das categorias

Os valores de benevolência e universalismo foram considerados “muito importantes”. O valor família foi considerado “importante” e os de poder e realização, “pouco importantes”. A categoria convencionalismo e tradição apresentou resultados próximos nos indicadores da escala “pouco importante”, “importante”, “muito importante” e “extremamente importante”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados nas respostas ao questionário e nas respostas das três mães entrevistadas revelam conformidade nos valores privilegiados, elegendo-se os valores relacionados com o ser, enquadrados na categoria intimidade e satisfação. Tanto nas entrevistas como nos questionários, estes valores foram largamente referenciados e escolhidos pelos pais do nosso estudo. Os valores de benevolência e universalismo são os que surgem depois, isto é, valores que dizem respeito ao outro e aos comportamentos pró sociais que denominamos de “ser com o outro”. Esta homogeneidade nas respostas dos pais pode ser explicada pela semelhança socioprofissional dos participantes do estudo, sendo interessante que, em investigações futuras, se pudesse ampliar e comparar diferentes contextos sociais presentes em escolas com uma maior heterogeneidade de alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Baltazar, I. (1996). Educar para os Valores na Família e na Escola. In: *Educação, Família e Valores: Desafios...Atas das II^{as} Jornadas Pedagógicas*. Leiria: Universidade Católica Portuguesa.

Daly, K. (1992). The Fit between Qualitative Research and Characteristics of Families. In: J. Gilgun; K. Daly; G. Handel. *Qualitative Methods in Family Research*. S. Francisco: Sage Publications.

Garcia, M. J. (2009). *Pais e valores: um estudo no pré-escolar*. Lisboa: DEFCUL [Dissertação de Mestrado – Documento Policopiado].

Klassen, C.A. (1996). Explicit and Implicit Values Education and the Crisis in Postmodern Society. In M.O. Valente; A. Barrios; A. Gaspar; V.D. Teodoro, (Coordenadores), *Teacher Training and Values Education*. Lisboa: Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Konchanska.

McGraw, P. (2004). *A Família em Primeiro Lugar*. Porto: Porto Editora.

Suizzo, M. & Cheng C. (2007). Taiwanese and American Mother's Goals and Values for their Children Futures. *International Journal of Psychology*, 42 (5), 307-316.

Suizzo, M. (2004). French and American Mother's Childrearing Beliefs: Stimulating, Responding, and Long-term Goals. *Journal of Cross-Cultural Psychology*. 35 (5), 606- 622.

Vaz, C. & Relvas, A.(2002) Monoparentalidade: Uma Família à Parte ou Parte de Uma Família? In: A. Relvas; M. Alarcão. (coordenadoras), *Novas Formas de Família*. Coimbra: Quarteto Editora.

POSTER | *POSTER*

INFÂNCIA (IN)VISÍVEL E (AR)RISCADA: A PARENTALIDADE (DES)PROTETORA NO DISCURSO DE PAIS DE CRIANÇAS EM RISCO | *INVISIBLE AND HAZAROUS CHILDHOOD: (UN)PROTECTIVE PARENTING IN THE SPEECH OF PARENTS OF CHILDREN AT RISK*

MARTA ALMEIDA CARREIRA

INFÂNCIA (IN)VISÍVEL E (AR)RISCADA: A PARENTALIDADE (DES)PROTETORA NO DISCURSO DE PAIS DE CRIANÇAS EM RISCO | INVISIBLE AND HAZAROUS CHILDHOOD: (UN)PROTECTIVE PARENTING IN THE SPEECH OF PARENTS OF CHILDREN AT RISK

Marta Almeida Carreira (marta_cristina_carreira@gmail.com)

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa

(Licenciada em Ciência Política (ISCSP – UTL), mestre em Desenvolvimento, Diversidade Locais e Desafios Mundiais – Análise e Gestão (ISCTE-IUL), Pós-graduada em Proteção de Crianças em Risco e Intervenção Local (ISCSP-UTL), Doutoranda de Sociologia no ISCTE desde 2007. Bolseira de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia desenvolve a sua investigação sobre as condições para uma parentalidade (des)protectora e sobre a avaliação dos pais da intervenção das CPCJ quando esse perigo está presente)

RESUMO

Quando se planeia ter um filho, o objetivo é ser um bom pai/ boa mãe. Mas o que é a parentalidade (des)protetora? Como se medem e quando serão visíveis os resultados da parentalidade exercida hoje? E o respeito pelos direitos das crianças, é garantido no exercício da parentalidade? É a partir destas e de outras inquietações sociológicas que partimos para a pesquisa. No decurso da elaboração da tese de doutoramento, esta comunicação vem refletir alguns resultados preliminares sobre as representações de pais de crianças e jovens com processo numa CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens) sobre a parentalidade (des)protetora e os direitos das crianças. Pelos meandros das competências parentais e dos direitos das crianças, sua génese e aplicação atual, aliados a uma breve passagem pela sociologia da família, enquadrámos teoricamente a pesquisa. Os resultados agora apresentados provêm da análise de conteúdo qualitativa e interpretativa de 28 entrevistas estruturadas aos pais/mães de 60 crianças e jovens com processo numa CPCJ da Grande Lisboa, não só sobre a (sua) parentalidade, quanto ao seu reconhecimento das necessidades e direitos das crianças, ao processo que decorreu na CPCJ, como também sobre a atual situação familiar (emprego, número de filhos, relações conjugais e parentais, entre outras), e finalmente sobre as suas atitudes face à violência, face à crise económica, entre outros aspetos. Os discursos dos pais mostram-nos por um lado o reconhecimento da existência de direitos das crianças, mas por outro o desrespeito por alguns deles na prática diária da família, com uma forte discrepância entre o saber e o fazer. Dos discursos, e da análise processual, concluímos que apesar de existirem fragilidades nas competências parentais, os laços afetivos e emocionais são profundos – entre pais e filhos – o que dificulta ainda mais as decisões dos técnicos.

ABSTRACT

When one plans to have a child, one wants to be a good parent. How do we assess (un)protective parenting? How do we measure and when would it be visible nowadays parenting's outcomes? Is the respect for children's rights guaranteed on parenting? From these and other concerns, we move on the sociological study. Subsumed in a larger study, in the preparation for doctoral thesis, this paper reflects some preliminary findings. Our aim is to

present some results of what parents of children at risk acknowledge and think about parenting and children's rights. Following the path through parenting capacity and children's rights, its genesis and current application, along with a brief passage through the sociology of the family, we define the research's theoretical framework. We did a qualitative and interpretative analysis of 28 interviews to parents of 60 children at risk with a process in a Child Protective Service in Lisbon. Interviews focused not only on (his) parenting, as regards its recognition of the needs and rights of children, the process in CPS, but also on the current family situation (employment, number of children, marital relations and parenting, among others), and finally about their attitudes towards domestic violence, the economic crisis, and so on. The speeches of parents show us on one hand they recognize some children's rights, on the other hand it seems to be a lack of respect for some of them in the daily practice of the family, noticing a strong gap between knowing and doing. There is a lack of balance in some areas of parenting skills and the emotional ties - between parents and children - which make the social workers' decisions hard.

INTRODUÇÃO

Em Portugal existem cerca de 68300 crianças em risco¹, o qual na maioria das vezes nasce dentro de casa. Apesar das progressivas, mas profundas, mudanças que têm marcado a família, estrutural e socialmente continua a ser o local privilegiado de socialização das crianças, mas também, e talvez por isso, onde mais eclode o perigo para a vida dos mais novos.

A parentalidade é um desafio constante e por isso quando o ser humano o enfrenta, confronta-se com poucas certezas, algumas hesitações e muitas dúvidas. Ser bom pai/ boa mãe é o desejo de qualquer um, mas as condições pessoais, familiares, sociais e culturais nem sempre o permitem. Afinal como se define uma parentalidade protetora? Quem define o que é ser bom pai/ boa mãe? Nesse exercício da parentalidade, são garantidos e respeitados os direitos das crianças? Como se avaliam as competências parentais de uma família?

Sem dúvida que por ser um assunto difícil é, sobretudo culturalmente, discutível. Pretendemos neste artigo, apresentar algumas conclusões sobre as representações de pais de crianças em risco sobre a parentalidade (des)protetora e sobre o seu reconhecimento dos direitos das ("suas") crianças.

A FAMÍLIA NA FRONTEIRA ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

A família moderna é, segundo Durkheim, cada vez mais pública e simultaneamente mais privada. Este é um paradoxo que continua atual e que nos leva a constatar que o Estado tem vindo a intervir mais na esfera familiar por diversas razões e de formas variadas. Constituindo-se como espaço privado de afetos e intimidades, a família passa a estar mais propícia a olhares exteriores, ao controlo social e do Estado. Um dos exemplos desta vigia é a introdução de normas que visam garantir certas condições de funcionamento (Singly, 2007), como a limitação do exercício do direito de punição paternal no século XIX. O Estado aparece, portanto, como protetor do agregado doméstico em situações desfavoráveis, por exemplo na

¹ Número de crianças sinalizadas às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em 2010 de acordo com o relatório de atividade das CPCJ.

proteção das crianças órfãs, ou na “limitação à intervenção dos pais quando estes excedessem certos limites” (Torres, 2002:14).

Esta duplicidade da família traz-nos o dilema da responsabilidade pelas crianças, não só pela sua socialização, mas também pelo seu cuidado, crescimento e desenvolvimento. Se por um lado a família é o local privilegiado de socialização, o Estado através da escola e de outras entidades, tem vindo a assumir um papel preponderante na mesma. Para além disso, no seu papel de Estado-providência tem assegurado parte do sustento às famílias através de medidas como o Rendimento Social de Inserção, o Abono de Família ou até o Abono pré-natal. Não sendo o seu principal objetivo, estas medidas têm levado a um crescente controlo estatal das famílias. Contudo, esta relação entre o Estado e a família não tem de ser competitiva na garantia do bem-estar das crianças, nem um deverá anular a intervenção do outro. Pode existir o que Furstenberg (1997: 188) designa por modelo colaborativo: a família e o Estado enquanto parceiros com responsabilidades conjuntas no bem-estar das crianças.

Esta intervenção do Estado, ao exercer um maior controlo sobre o funcionamento interno das famílias, procura verificar também “se a coordenação dos diferentes interesses pessoais no seio das famílias contemporâneas não se efetua em detrimento de alguns de seus membros mais frágeis (mulheres agredidas, violência contra os filhos)” (Singly, 2007:78). É necessário olhar para estas situações em que os interesses pessoais dos adultos não só se sobrepõem, mas por vezes desrespeitam os das crianças, à luz das competências parentais, as quais facilitarão uma gestão e relação equilibrada dos interesses de todos os membros do agregado familiar, tendo em conta todos os elementos.

Avaliar o que é melhor para a criança ou o que se adequa mais à sua situação presente e futura, concluir se os pais são suficientemente bons ou se têm as competências parentais necessárias implica um olhar subjetivo dos técnicos que trabalham na proteção da infância (Choate, 2009; Azar *et al*, 1998) e portanto Jamieson (2008) considera-o um ato de julgamento. Havendo pouco consenso sobre o que deve ser incluído nas avaliações das competências parentais (White, 2006b; Azar *et al*, 1998), são já apontados alguns cuidados a ter no decorrer das mesmas. Alguns autores consideram existir um grande risco destas avaliações terem um cunho tão pessoal dos técnicos que as leve a um enviesamento, retirando-lhes credibilidade e fiabilidade, (Choate, 2009; Curtis, *sine anno*), uma vez que podem ser fortemente influenciadas pelos conceitos de parentalidade mínima² dos próprios técnicos (Pereira & Alarcão, 2010).

Embora o respeito pelos direitos da criança possa ser considerado a base de uma parentalidade adequada, isto é, protetora, não esqueçamos o desconhecimento de alguns desses direitos pelos pais, ou ainda antes disso o reconhecimento da criança enquanto sujeito de direitos. Esta é uma realidade recente e por isso ainda distante de alguns, sobretudo pais e mães. A criança autónoma, capaz de influenciar o seu mundo e o dos que a rodeiam, contribuindo para o conhecimento e portadora de uma cidadania ativa, ainda é rejeitada por alguns, mas graças ao contributo da educação, da psicologia, da sociologia e de outras áreas da academia, os progressos são visíveis. Hoje a criança tem direitos consagrados em instrumentos legais, a nível mundial e nacional, os quais têm vindo a ser divulgados de modo a que haja um reconhecimento alargado dos mesmos.

² Parentalidade mínima definida como “a quantidade mínima de cuidado necessário de modo a não causar dano à criança” (White, 2006b: 1)

Nos últimos anos as crianças em risco e perigo têm sido reiteradamente “expostas” (algumas literalmente) à opinião pública, mas raramente ouvimos referência a esse risco e perigo como resultado de violação dos seus direitos, desde os mais básicos (os de provisão), aos mais recentemente reconhecidos de proteção e de participação. É de todo importante salientarmos a importância dos direitos das crianças, divulgando-os, garantindo-os e assim protegendo os mais novos.

NOTA METODOLÓGICA

Este artigo enquadra-se na pesquisa para a tese de doutoramento em sociologia, pelo que exporemos apenas alguns resultados, e ainda preliminares. Os discursos aqui apresentados resultam da análise de conteúdo qualitativa e interpretativa de vinte e oito entrevistas formais, controladas e estruturadas. A amostra é composta por vinte e duas mães, cinco pais e uma irmã de sessenta crianças sinalizadas numa Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Área Metropolitana de Lisboa. A entrevista foca quatro áreas fundamentais, seguindo o modelo ecossistémico de Belsky (1993): história de vida do entrevistado; família (microsistema); sociedade (exossistema); cultura (macrossistema). Apresentamos apenas as respostas referentes ao que é ser bom pai/ boa mãe e aos direitos das crianças, as quais se incluíam nos blocos da família e da sociedade respetivamente.

Antes de prosseguirmos devemos salientar que na identificação dos autores dos discursos apresentaremos sempre o nome (fictício), a idade e a problemática identificada no processo na CPCJ. Este aspeto parece-nos fundamental para confrontarmos posteriormente o discurso com o risco/ perigo descrito nos processos.

RESULTADOS

Quando questionados sobre o que é necessário para ser um bom pai /uma boa mãe os entrevistados centram-se na sua prática diária. É como se pensassem em voz alta... param, relembram e a questão os leva-os assim a refletirem sobre a sua parentalidade, fazendo até uma autoavaliação do seu papel enquanto pai/ mãe/ cuidador.

“É ter calma, ter... perceber as crianças, lidar com eles conforme... não é bater nem é a gritar, a gente às vezes também descontrola, tem que ter calma e falar educado os filhos.” (Hirondina, 35, maus tratos físicos)

“Posso qualificar-me? Posso, mas peço sempre por defeito. Penso que os meus filhos tão no caminho certo, acho que estou a ter o meu papel. (...) tudo passa por amar os filhos e amar implica respeitá-los” (Fernanda, 47, maus tratos psicológicos)

“Uma boa mãe... sou muito carinhosa, sou muito compreensiva, ouço quando eles querem falar comigo.” (Pilar, 25, negligência)

Alguns colocam-se em causa, pensando sobre as suas ações e atitudes diárias com os filhos. A necessidade de estar sempre lá para os filhos, o não falhar com eles tem um enfoque

particularmente profundo. O lado afetivo, do amor, também está presente na maioria dos discursos.

“Tem que se ser boa gestora de emoções, de conflitos, saber quando se deve intervir, quando não se deve, exige alguma inteligência e muito bom senso (...) Saber se sou boa mãe é uma questão que eu coloco todos os dias...perante as exigências da vida, minha e deles. (...) Eu p’ra ser uma boa mãe também tenho que me pôr a mim própria em questão todos os dias. (...) é das questões mais armadilhadas que alguém me pode colocar.” (Fernanda, 47, maus tratos psicológicos)

“Deve saber o que é que é amar e ser amado (...) o amor, a compreensão, o estar presente, o não falhar, e principalmente a compreensão tanto de uma parte como de outra” (Cláudia, 37, negligência)

“É querer dar o melhor para a criança e claro pôr a criança em primeiro plano em relação a nós.” (Armando, 38, maus tratos físicos)

A questão do gostar de crianças, do ter vontade e jeito para ser bom pai/ mãe aparece repetidas vezes de forma repetida:

“Eu acho que nós temos que ter prazer e os nossos filhos terem sido desejados e gostarmos dos nossos filhos e temos que ter muita sensibilidade (...) nós temos que estar sempre em sintonia com eles principalmente” (Carina, 31, abandono)

“Vontade acima de tudo, gostar deles” (Marta, 30, negligência)

“Acima de tudo é preciso ter jeito e há muitas pessoas que não têm jeito, é tão simples quanto isso. Se tens jeito pra ser, és.” (Vitor, 36, negligência)

Finalizando, uma mãe demonstra a proteção relativamente ao filho dizendo:

“Pelo meu filho faço tudo, mete-te comigo mas não te metas com o meu filho.” (Ana, 36, maus tratos físicos)

À pergunta sobre quais os direitos das crianças, alguns pais/cuidadores tiveram dúvidas sobre o que era perguntado, mas a maioria referiu de imediato os de provisão como o ter uma família, saúde, educação, abrigo. Alguns focaram o direito de brincar e o de não fazer nada.

“Têm todos os direitos, já basta a gente que não teve.” (Sónia, 36, negligência e exposição a modelos de comportamento desviante)

Os direitos de proteção foram apontados por alguns pais/cuidadores, até colocando-se em causa a semelhança do que acontecera quando questionados sobre a boa parentalidade:

“Não sofrer maus tratos... desde que tenha bom ambiente familiar, e casa mais ou menos razoável... ainda tou a aprender portanto... só sei alguns.” (Maria, 31, precariedade económica)

A maioria dos entrevistados foca o direito à felicidade como um direito básico, embora saibamos que não é um direito consagrado nos instrumentos internacionais de direitos das crianças.

“Têm direito a ser felizes, têm direito a ter um ambiente estável, a ter alguém que tome conta deles, a não terem que trabalhar.” (Marta, 30, negligência, maus tratos psicológicos)

“Eles têm direito a ser felizes e nós temos o dever de lhes proporcionar esse estado, o que pressupõe disponibilidade, tempo, formação. Se eu não amar os meus filhos e os proteger estou a pôr em causa os direitos deles, porque eles nasceram p’ra serem amados, não violentados” (Fernanda, 47, maus tratos psicológicos)

“Têm direito a ser felizes, (...) têm direito a igualdade, têm direito ao abrigo. As crianças têm direito a tudo, principalmente a serem felizes.” (Armanda, 41, exposição a modelos de comportamento desviante)

“Acho que um dos grandes direitos que eles têm é o direito à felicidade. Acho que é o maior deles todos. (Serafim, 26, maus tratos psicológicos)

E finalmente os direitos de participação foram pouco referidos nos discursos:

“Têm direito de escolha, têm o direito de se expressarem, dizerem o que sentem porque precisamos ouvi-los mais” (Amália, 25, maus tratos físicos)

“Têm direito a brincar, têm direito a fazerem as suas asneiras, à privacidade deles, (...) Têm direito a ter os pais a conversar com eles, faz-lhes muita falta.” (Mário, 33, negligência)

“Elas [as crianças] terem a própria opinião delas (...) ter a sua privacidade, o direito do dizer não, do dizer sim, o direito de dizer que tou com dores de cabeça, o direito da infância, do brincar, do sentir-se feliz” (Cláudia, 37, negligência)

O desconhecimento total da existência de direitos das crianças também surgiu, tendo associado os direitos à questão do direito ao voto por exemplo:

“Pronto, minha filha ainda não tem direitos porque ainda ela tem 15 anos” (Hélia, 55, maus tratos físicos)

CONCLUSÕES E DISCUSSÃO

Da análise conjugada das entrevistas e dos processos na CPCJ, verificamos alguns casos de lacunas profundas entre o saber e o fazer. Temos o exemplo de uma mãe que define o ser boa mãe como: “primeiro de tudo é preciso gostar de crianças p’ra ser mãe. Esse caso não foi o meu porque não fiz planos” (Núria, 30, maus tratos físicos), e pelo processo percebemos que a criança foi reiteradamente vítima de maus tratos físicos e psicológicos severos, sinalizados pela escola várias vezes à CPCJ. Esta mãe demonstra na entrevista uma mudança de atitude, e conhecendo todo o acompanhamento feito ao longo do processo, comprovamos que é real e que a intervenção da CPCJ e entidades parceiras teve um resultado positivo.

Outra mãe refere o direito da criança sentir-se feliz, quando o processo foi aberto por sinalização (depois comprovada) de negligência ao nível afetivo. Ou ainda uma outra mãe que salienta o direito a serem felizes quando a sua tentativa de suicídio frente aos seus filhos levou-as à comissão de proteção.

O papel do investigador não é julgar mas perceber, e mais do que apontar lacunas, temos de entender as condições que as geraram. Nos casos apontados a saúde mental dos progenitores/ cuidadores estava ameaçada, pondo por isso em causa o bem-estar das crianças. Noutros casos aparece o desemprego e uma grave crise financeira como causa da crise familiar, logo, do perigo que emergiu para a criança.

BIBLIOGRAFIA

Belsky, Jay (1993). “Ethiology of child maltreatment: a developmental-ecological analysis”, in *Psychological Bulletin*, vol. 114, (3), 413 - 434.

Choate, Peter (2009). “Parenting Capacity Assessment in Child Protection Cases”, *Forensic Examiner*, (online), 18 (1).

CNPCJR, Relatório de atividades das CPCJ 2010, ISS.

Furstenberg, Frank (1997), “State-family alliance and children’s welfare: a research agenda”, *Childhood*, 4 (2), n183 – 192.

Jamieson, Lynn (2008), *Parenting practices and support in Scotland*, Briefing 40, Edimburgh, Centre for Research on Families and Relationships.

Pereira, Dora e Madalena Alarcão (2010), “Avaliação da parentalidade no quadro da proteção à infância”, *Temas em Psicologia*, (online), 18 (2), 499 – 517.

Singly, François de (2007). *Sociologia da Família Contemporânea*, Rio de Janeiro, FGV Editora.

Torres, Anália (2002). *Casamento em Portugal: uma análise sociológica*, Lisboa, Celta Editora.

POSTER | *POSTER*

COMUNICAÇÃO, COLABORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: PROFISSIONAIS E FAMÍLIAS DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS | COMMUNICATION, COOPERATION AND DEVELOPMENT: PROFESSIONALS AND FAMILIES OF STUDENTS WITH SPECIAL NEEDS

PAULA MAIA, LÚCIA NEVES E ÍRIS OLIVEIRA

COMUNICAÇÃO, COLABORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: PROFISSIONAIS E FAMÍLIAS DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS | COMMUNICATION, COOPERATION AND DEVELOPMENT: PROFESSIONALS AND FAMILIES OF STUDENTS WITH SPECIAL NEEDS

Paula Maia (paulacmaia@gmail.com)

Escola Secundária de Oliveira do Douro

(Professora de educação especial no agrupamento de escolas de Oliveira do Douro. Tem bacharelato em educação de infância, licenciatura em psicologia, pós-graduação em educação especial e mestrado em psicologia da educação. Encontra-se atualmente a preparar a sua dissertação de doutoramento em didática e organização curricular. Tem experiência profissional como educadora de infância, coordenou o serviço de intervenção precoce de Vila Nova de Gaia e tem colaborado na formação contínua de professores)

Lúcia Neves (spoesod08@gmail.com)

Instituto Superior de Línguas e Administração, Escola Secundária de Oliveira do Douro

(Psicóloga no serviço de psicologia e orientação da escola secundária de Oliveira do Douro. Possui doutoramento em psicologia clínica pela Universidade do Minho. Leciona no curso de psicologia do Instituto Superior de Línguas e Administração de Vila Nova de Gaia. Foi avaliadora externa e colaborou na formação contínua de pessoal docente e não-docente. Tem participado em projetos de investigação no âmbito da psicologia e tem realizado comunicações nesta área)

Íris Oliveira (oliveira.iris.m@gmail.com)

Departamento de Psicologia Aplicada da Escola de Psicologia da Universidade do Minho

(Aluna do mestrado em psicologia escolar e da educação, na Universidade do Minho. Ao longo do curso, tem colaborado em projetos de investigação nos domínios das neurociências e da psicologia escolar e da educação. Atualmente está dedicada à psicologia vocacional, tendo realizado comunicações nessa área e encontrando-se a concluir uma dissertação de mestrado sobre o desenvolvimento vocacional na infância. Está também a realizar o seu estágio curricular na escola secundária de Oliveira do Douro)

RESUMO

O envolvimento das famílias na vida escolar dos(as) seus educandos é crucial, sobretudo quando se trata de adolescentes com necessidades educativas especiais. No ano letivo 2010/11, o aumento de jovens matriculados na escola secundária de Oliveira do Douro, ao abrigo do Decreto-Lei 3/2008, obrigou a que se reorganizassem os serviços especializados na escola para responder às necessidades emergentes. Estes serviços guiam-se por um modelo biopsicossocial, que encerra uma visão holística e compreensiva do sujeito, nas suas dimensões física, psicológica e social. A colaboração com as famílias surge como uma estratégia privilegiada para aplicar este modelo. Neste estudo, apresentam-se os contactos realizados pelas profissionais de educação especial e de psicologia junto das famílias de alunos(as) com necessidades educativas especiais. Recorrendo à análise de frequências, considera-se a evolução desses contactos, ao longo do ano letivo, com e sem diferenciação dos serviços. A discussão dos resultados proporciona orientações para a prática e para a investigação futuras.

Palavras-chave: famílias; colaboração; psicologia; educação especial.

ABSTRACT

Family's involvement in their pupils' life is crucial, especially if we consider disabled adolescents. During the school year 2010/11, the increase of the number of young people registered in the high school of Oliveira do Douro and sheltered by Portuguese special needs' legislation led to the reorganization of the school's specialized services in order to accomplish the emerged needs. Those services are guided by a biopsicosocial approach, which highlights an holistic and comprehensive perspective of the individuals, considering their physic, psychological and social dimensions. The collaboration with families is a central strategy that enables the application of such theoretical model. This study presents the contacts implemented by the special education's teacher and the school psychologist with the families of disabled students. Using frequency analysis, it's considered the evolution of these contacts during the school year, with and without specifying the type of service. The results' discussion provides guidelines for future practice and research.

Keywords: families; collaboration; psychology; special education.

INTRODUÇÃO

O principal objetivo do projeto educativo da escola secundária de Oliveira do Douro é o envolvimento dos pais na educação dos(as) filhos(as) e nos seus processos de aprendizagem. Uma vez que as famílias dos(as) alunos(as) com necessidades educativas especiais constituem um grupo particular, a escola deve considerar as características específicas de cada família, de modo a maximizar o seu potencial e a promover a sua participação ativa no projeto educativo dos(as) educandos, ao nível da individualização do processo de ajuda e da diferenciação curricular (Correia, 2008).

Atendendo a que o número de alunos(as) integrados no regime de educação especial, ao abrigo do DL 3/3008, aumentou significativamente nesta escola, foi necessário otimizar o tempo de permanência da docente de educação especial (EE), reorganizando os serviços especializados para responder às suas necessidades específicas.

Sendo a população-alvo desta escola adolescentes com idades entre os 13 e os 17 anos, as modalidades de intervenção orientam-se pelo princípio geral de funcionalidade, tendo em vista a promoção da autonomia e de competências necessárias à integração na sociedade. Neste sentido, a intervenção realizada junto de adolescentes com necessidades educativas especiais adota como racional teórico, o modelo biopsicossocial, para o qual “a incapacidade é vista como consequência de complexas interações entre fatores de saúde, pessoais e ambientais (...) descrita em termos de dificuldades na execução de atividades ou tarefas específicas ou restrições que os indivíduos podem experienciar quando se envolvem em situações de vida real.” (Santos *et al.*, 2008, p.4).

Numa perspetiva holística das necessidades educativas especiais, importa programar e implementar práticas que intencionalizem relações de cooperação entre os serviços da escola e as famílias, que privilegiem a confiança e a ajuda mútua, de modo a promover o desenvolvimento de relações positivas com a comunidade (Bénard da Costa, 2000). Pretende-

se, assim, a consolidação de uma escola inclusiva, proporcionando o sucesso educativo a todos os(as) alunos(as), independentemente das suas características (UNESCO, 1994). Esta visão da participação de pessoas significativas na educação de alunos(as) com limitações enquadra-se nas abordagens transacionais do desenvolvimento, nas quais se integram as perspetivas ecológicas, tais como a teoria da Ecologia do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner (1979; Bairrão, 1992).

Ao privilegiar o mesossistema escola-família (Bronfenbrenner, 1979), este estudo procura analisar a evolução de contactos desenvolvidos pela docente de educação especial e pela psicóloga do serviço de psicologia e orientação (SPO) junto das famílias de alunos(as) com necessidades educativas especiais, durante os três períodos do ano letivo 2010/11. Tais contactos, tiveram como objetivos: obter informação relevante para a avaliação psicopedagógica [ex.: antecedentes pessoais e escolares, constrangimentos e potencialidades dos(as) alunos(as), das famílias e do contexto escolar]; definir e implementar medidas educativas; e apoiar a construção dos percursos vocacionais dos(as) alunos(as) (ex.: tomada de decisão, de acordo com escolas e/ou cursos diversos). Estas funções implicam que os(as) profissionais considerem as idiosincrasias de cada família, razão pela qual se torna fundamental individualizar os procedimentos interventivos às suas características particulares (Nelson, 2000).

Este estudo permite refletir acerca das práticas desenvolvidas, considerando: o processo de colaboração entre os dois serviços ao longo do ano letivo nos contactos com as famílias, a evolução do acompanhamento das famílias ao longo do ano letivo e aspetos a melhorar na intervenção futura.

MÉTODO

Participantes

Participaram os(as) encarregados(as) de educação e/ou outros elementos do agregado familiar de estudantes que receberam apoio especializado, ao abrigo do DL 3/2008, na escola secundária de Oliveira do Douro, no ano letivo 2010/11. Acompanharam-se 12 estudantes com necessidades educativas especiais, sendo 4 (33.3%) do sexo feminino e 8 (66.6%) do sexo masculino. As idades dos(as) alunos(as) varia entre os 13 e os 17 anos ($M = 14.8$ anos).

Medidas

Agendas diárias das profissionais de educação especial e de psicologia, uma vez que as profissionais registaram os contactos com as famílias dos(as) alunos(as) com necessidades educativas especiais, ao longo do ano letivo 2010/11. Os registos incluem os contactos realizados por cada serviço e em parceria. Registaram-se os contactos feitos em diferentes modalidades: presenciais, telefónicos, via e-mail e de acompanhamento dos(as) consultantes a serviços externos à escola.

Procedimentos

Durante os três períodos do ano letivo 2010/11, as profissionais de educação especial e de psicologia registaram, nas agendas diárias, os contactos realizados com as famílias dos(as) alunos(as) com necessidades educativas especiais. No ano letivo 2011/12, contabilizou-se a frequência absoluta dos contactos realizados, organizando-os por uma grelha de categorias

(Tabela 1). Os dados foram analisados de acordo com as frequências absolutas dos contactos relativos a cada categoria.

Dimensão	Inclui todas as referências a contactos com as famílias, nas agendas diárias, sejam contactos presenciais, telefónicos, por <i>e-mail</i> e/ou de acompanhamento a serviços exteriores à escola
Contactos com as famílias	
Categoria 1: fp	Contactos entre as famílias (f) e a psicóloga da escola (p)
Categoria 2: fe	Contactos entre as famílias (f) e a docente de educação especial (e)
Categoria 3: fep	Contactos entre as famílias (f), a docente de educação especial (e) e a psicóloga da escola (p), em simultâneo

Tabela 1: Grelha de categorias, pela qual se organizaram os contactos realizados com as famílias

RESULTADOS

A Tabela 2 apresenta a distribuição das frequências absolutas pelas categorias criadas, ao longo dos três períodos do ano letivo 2010/11.

	Contactos famílias e psicóloga da escola (fp)	Contactos famílias e docente de educação especial (fe)	Contactos famílias, docente de educação especial e psicóloga da escola (fep)	Total
1.º Período	2	7	10	19
2.º Período	1	8	5	14
3.º Período	4	12	9	25
Total	7	27	24	58

Tabela 2: Frequências absolutas dos contactos realizados com as famílias, de acordo com as categorias definidas

Realizaram-se 58 contactos com as famílias dos(as) alunos(as) com necessidades educativas especiais. Os contactos com as famílias diminuíram do 1.º para o 2.º período e aumentaram deste para o 3.º período. A frequência absoluta dos contactos no 3.º período (N = 25) é superior aos realizados nos restantes momentos. Opostamente, é no 2.º período que se constata a menor frequência absoluta dos contactos com as famílias (N = 14).

No 1.º período, a maioria dos contactos é realizada em parceria (fep) (N = 10). Os contactos com as famílias são maioritariamente efetuados pela docente de educação especial (fe), no 2.º período (N = 8) e no 3.º período (N = 12).

Durante o ano letivo, o total de contactos efetuados pela psicóloga da escola (fp) (N = 7) é inferior aos realizados em parceria e pela docente de educação especial. Entre estes últimos, existe uma maior frequência absoluta dos contactos efetuados pela professora de educação especial (N = 27) do que por ambos os serviços especializados (N = 24).

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com base nos resultados obtidos, verifica-se uma elevada frequência de contactos entre a escola, através dos serviços especializados, e as famílias, respondendo ao objetivo de as envolver na vida escolar dos(as) educandos(as). Esta situação vai de encontro ao reconhecimento feito, por parte das profissionais dos Serviços de Apoio Especializado da escola, de que “as famílias são a mais básica e duradoura instituição social” (Garbarino, 1992, p. 71), sendo necessário os(as) profissionais agirem “como mediadores entre os indivíduos e a sociedade.” (Bairrão Ruivo e Almeida, 2002, p. 13).

A maior frequência de contactos simultâneos da educação especial e da psicologia com as famílias, durante o 1.º período, pode dever-se à integração da educação especial nos serviços especializados, o que exigiu a definição de estratégias comuns de funcionamento para responder às necessidades específicas dos(as) alunos(as).

No 2.º e 3.º períodos, os contactos foram maioritariamente desenvolvidos pela educação especial, dada a definição de papéis entretanto consolidada, neste contexto particular. Os contactos estabelecidos pelo serviço de psicologia e orientação tiveram por objetivo apoiar a tomada de decisão em relação aos percursos vocacionais dos(as) alunos(as).

A distribuição dos contactos ao longo do ano letivo reflete uma clara definição dos papéis da educação especial e da psicologia, resultando numa maior eficiência dos serviços na resposta às necessidades dos(as) alunos(as) e das famílias. Na verdade, nas interações estabelecidas entre as famílias e as profissionais, aplicou-se na prática o conceito de parceria, definindo a relação de cooperação que se pretende existir, no sentido de uma colaboração efetiva.

CONCLUSÃO

Para concluir, a realização deste estudo permite enunciar alguns pontos que podem orientar a investigação futura, desenvolvendo atividades como: analisar outros contactos, nomeadamente com docentes e serviços externos à escola; estudar a eficiência e a eficácia da intervenção em parceria, através de outras medidas que considerem as perspetivas dos vários intervenientes; atender ao impacto de um modelo de intervenção colaborativo na resposta às necessidades específicas dos(as) alunos(as) com necessidades educativas especiais; e alargar este estudo a outras escolas.

Da prática profissional no contexto educativo “escola”, ressalta ainda a necessidade de formalizar a intervenção junto de adolescentes com necessidades educativas especiais. Para o efeito, sugere-se a criação de um modelo compreensivo que possa orientar a investigação e a

prática, enfatizando a parceria entre as famílias, professores(as), alunos(as), profissionais dos serviços especializados e da comunidade envolvente.

Deste modo, será possível: melhorar práticas dos serviços, com base na reflexão continuada dos intervenientes; divulgar na comunidade educativa o papel da educação especial e da psicologia no contacto com as famílias, informando quanto às suas competências, potencialidades e fronteiras; e ainda, salientar práticas de consultoria, de modo a corresponsabilizar os vários intervenientes pelos processos de desenvolvimento e de aprendizagem dos alunos.

Para terminar, salienta-se a postura de Santos (1996, p. 126), quando afirma que estamos hoje numa fase de revisão radical do paradigma epistemológico “em que o que presenciamos pode não ser novo, mas requer certamente um novo olhar”. Tal aconteceu com a passagem do modelo médico para o modelo biopsicossocial, do Decreto-Lei 319/91 para o Decreto-Lei 3/2008, pois “existe a expectativa de que as sociedades modernas sejam democráticas, que garantam as liberdades individuais e que proporcionem aos seus cidadãos segurança, educação e bem-estar.” (Giddens, 1990, p. 39). A publicação do Decreto-Lei 3/2008 deixa bem patente esta mudança de paradigma, enquadrando a Educação Especial num modelo biopsicossocial para perspetivar as crianças e jovens com incapacidade.

REFERÊNCIAS

- Bairrão, J. (1992). A Perspetiva Ecológica em Educação. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 8, 57-68.
- Bairrão, J.; Almeida, I. C. (2002). *Contributos para as práticas de Intervenção Precoce em Portugal*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Costa, A. M. B. (2000). *Currículos Funcionais: Manual para a Formação de Docentes*. Lisboa, Ministério da Educação, Instituto de Inovação Educacional.
- Decreto-Lei 319/91. Diário da República, I Série, nº 193 de 23-08-1991.
- Decreto-Lei nº 3/2008. Diário da República, I Série, nº 4 de 7-01-2008.
- Garbarino, J. (1992). *Children and families in the social environment*. Hawthorne, NY: Aldine de Gruyter.
- Nelson, C. (2000). The Neurobiological Bases of Early Intervention. In J. Shonkoff & S. Meisels (Eds.), *Handbook of Early Childhood Intervention* (p. 204-227). Cambridge: Cambridge University Press.
- Santos, P. L.; Maia, M.; Tavares, A.; Santos, M.; Sanches Ferreira, M. (2008). Virtual reality and associated Technologies in disability research and intervention. *7th ICDVRAT with ArtAbilitation*, Maia, Portugal.
- Unesco (1994). *Declaração de Salamanca e enquadramento da ação: Necessidades educativas especiais*. Salamanca, 7-10 Junho.

POSTER | *POSTER*

MAUS TRATOS A CRIANÇAS E JOVENS: MEDIAÇÃO NA PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO | *CHILD AND YOUTH ABUSE: MEDIATION IN THE PROTECTION OF CHILDREN AND YOUTH IN DANGER*

RAQUEL ALVEIRINHO CORREIA

MAUS TRATOS A CRIANÇAS E JOVENS: MEDIAÇÃO NA PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO | CHILD AND YOUTH ABUSE: MEDIATION IN THE PROTECTION OF CHILDREN AND YOUTH IN DANGER

Raquel Alveirinho Correia (raquel.a.correia@gmail.com)

(Mestrado Integrado em Psicologia, com Pré-Especialização pela Secção de Psicologia Clínica e da Saúde, Núcleo de Psicologia Clínica Sistémica. Curso de Mediação e Meios Alternativos de Resolução de Conflitos. Atualmente exerce funções como psicóloga clínica na Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) de Castelo Branco, tendo experiência profissional ao nível da prevenção do uso e abuso de substâncias psicoativas, intervenção com vítimas de crimes, orientação escolar e profissional, trabalho com seniores e docência no Ensino Superior)

RESUMO

O presente trabalho procura explorar a aplicabilidade da mediação em casos de proteção de crianças e jovens em perigo, um campo inovador no nosso país. Uma vez que este é um campo da mediação que já se apresenta em franca expansão noutros países, explana-se a sua forma de funcionamento. Assim, apresentam-se algumas vantagens para a aplicação da mediação no sistema de proteção português.

ABSTRACT

This paper explores the applicability of mediation in cases of child protection, an innovative field in our country. Since this is a field of mediation that already exists in other countries, I explain how it works. Thus, I present some advantages for the application of mediation in the Portuguese system of child protection.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de investigação tem como objetivo a exploração da aplicação da mediação em casos de proteção de crianças e jovens em perigo, constituindo-se assim como um campo inovador da mediação no nosso país.

A mediação poder trazer bastantes vantagens e revelar-se como uma mais-valia para os processos de proteção de crianças e jovens e que se coaduna com os princípios preconizados pela legislação criada para regulamentar a intervenção ao nível da proteção de crianças e jovens no nosso país.

Uma vez que este campo da mediação já tem bastante expressão noutros países, iniciar-se-á com uma abordagem sucinta a alguns aspetos referenciados em bibliografia da área.

Segue-se uma breve descrição da forma como decorre a intervenção ao nível da proteção das crianças e jovens em perigo no nosso país, com base, maioritariamente, na Lei que regulamenta estes processos (Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro), com especial enfoque nas Comissões de Proteção e Jovens em Perigo (CPCJ).

Para finalizar, apresentam-se algumas razões justificativas da pertinência da aplicação da mediação em casos de proteção de crianças e jovens em perigo também em Portugal, integrando-a com alguns aspetos do funcionamento do sistema de proteção do nosso país. Como não é possível aplicar formalmente a mediação neste tipo de casos, sugerem-se ainda alguns aspetos concretos relativos à mediação, que podem ser usados pelas partes envolvidas em processos de proteção de crianças e jovens em perigo.

A - Child Protection Mediation

De referir que este é um campo da mediação que já se apresenta em franca expansão noutros países (Estados Unidos da América, Austrália, Canadá,...), sendo que o primeiro programa neste âmbito teve início em 1983.

Mayer (1985), num artigo pioneiro sobre a área refere que é importante introduzir meios colaborativos na área da proteção de crianças, para combater a polarização das partes (famílias vs. técnicos), a perda de poder das famílias e as decisões “no-win”. Assim, a tarefa do mediador é ajudar as partes a perceber que uma forma de resolução mais cooperativa, como é a mediação, pode levar a soluções “win, win, win”, que trazem ganhos para os pais, para os técnicos da proteção de crianças e para as próprias crianças e jovens (Irving & Benjamin, 1995).

No entanto, é preciso ter em conta que para ocorrer a mediação é necessário que estejam reunidos os seguintes critérios: a) a criança não estar em perigo iminente; b) existir preocupações legítimas acerca da proteção do menor; c) a participação ser baseada no consentimento voluntário de todas as partes; d) todos os envolvidos terem competência para negociar por eles próprios, procurando averiguar se não existe nenhuma doença mental não controlada, problemas ao nível do abuso de substâncias psicoativas, atraso mental significativo, impedimentos na linguagem ou violência familiar; e) não existirem acusações criminais relacionadas com os temas em negociação; e f) não estar a decorrer qualquer avaliação familiar (Irving & Benjamin, 1995).

B - Proteção de crianças e jovens em perigo em Portugal

Segundo a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 147/99, de 1 de Setembro), “a intervenção para promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo”.

Esta intervenção baseia-se nos seguintes princípios: a) Interesse superior da criança e jovem; b) Privacidade; c) Intervenção precoce; d) Intervenção mínima; e) Proporcionalidade e atualidade; f) Responsabilidade parental; g) Prevalência da família; h) Obrigatoriedade da informação; i) Audição obrigatória e participação; j) Subsidiariedade.

Destes princípios, importa destacar o último, o da subsidiariedade, para melhor compreender como se processa a intervenção nestes casos. Este princípio refere que “a intervenção deve ser efetuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria da infância e

juventude, pelas comissões de proteção de crianças e jovens e, em última instância, pelos tribunais.

Quando se deteta qualquer situação que mostre que uma criança ou jovem esteja em perigo, a intervenção deve ser primeiro efetuada pelas entidades com competência em matéria de infância e juventude. No caso de estas entidades não conseguirem resolver a situação de perigo, então o caso terá de ser enviado para as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). Se surgirem certas condições que impossibilitem a intervenção destas, os casos serão remetidos para Tribunal.

Analisando algumas características do funcionamento das CPCJ e da mediação é possível encontrar alguns pontos coincidentes, como sendo a busca de consenso, a capacitação e responsabilização dos envolvidos. Salienta-se que para a intervenção das CPCJ é necessário consentimento expresso dos pais ou pessoa que tenha a guarda de facto. Este consentimento terá de ser declarado no Acordo de Promoção e Proteção (APP). Princípios como a responsabilidade parental, audição obrigatória e participação e interesse superior da criança, que surgem na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 147/99, de 1 de Setembro), parecem encaixar na perfeição nos princípios preconizados pela mediação.

C. Mediação em casos de proteção de crianças e jovens em perigo – aplicabilidade em Portugal

A mediação poderá constituir-se como um importante recurso na obtenção do Acordo de Promoção e Proteção ao nível das CPCJ, pois contribuirá para a procura de uma solução que permita satisfazer os objetivos das partes de forma adequada e satisfatória, através de um processo de comunicação facilitado pelo mediador (Vasconcelos-Sousa, 2002). Importa realçar que, em 2009, 1570 casos foram arquivados liminarmente por ausência de consentimento para intervenção (Relatório anual de avaliação da atividade das CPCJ no ano de 2009).

Outro dado importante é a avaliação feita às boas práticas decorrentes do trabalho desenvolvido pelas Comissões, onde surge, em primeiro lugar, o “trabalho de intervenção com as famílias” como boa prática, obtendo 59,6% das respostas (Avaliação da atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em 2008). Assim, o recurso à mediação poderá tornar as relações dos técnicos com as famílias mais positivas, melhorando a compreensão mútua, a criação de ligações mais fortes entre as pessoas e a procura de melhores formas de relacionamento (Vasconcelos-Sousa, 2002).

De referir ainda que, segundo Mayer (1989), os técnicos, que trabalham no âmbito da proteção de crianças e jovens em perigo, encontram-se numa posição paradoxal, pois, se por um lado, pretendem criar uma relação colaborativa e de apoio com os pais, por outro, têm um papel de controlo, autoridade e avaliação, recolhendo evidências e podendo vir a testemunhar contra eles. Este autor refere também que criar uma relação positiva entre os técnicos e os pais é frequentemente o passo mais importante na proteção das crianças.

Um dos princípios orientadores da intervenção, presente na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 147/99, de 1 de Setembro), é a responsabilidade parental, ou seja, a “intervenção deve ser efetuada de modo a que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o jovem”. Portanto, o facto de a mediação implicar a participação ativa dos pais e ajudar a que estes se sintam diretamente envolvidos no processo de decisão das medidas a

aplicar, poderá potenciar a aplicação deste princípio, ampliando a responsabilização dos mesmos no cumprimento das medidas estabelecidas.

Outro dos princípios que pode ser também potenciado pelo recurso à mediação é o da *audição obrigatória e participação*. Este princípio refere que a criança ou jovem e os pais (representante legal ou pessoa que tenha a guarda de facto) devem ser ouvidos e participarem nos atos e na definição das medidas. No entanto, podem surgir razões para que os referidos intervenientes não participem nem se expressem livremente, como o facto de se sentirem constrangidos pela situação ou pelos sentimentos negativos que tenham em relação às Comissões (Torres, 2008). Assim, a mediação, ao criar um espaço de diálogo e uma maior abertura das vias de comunicação (Martin, 2002), poderá contribuir para uma maior participação dos envolvidos.

A mediação, uma vez que ultrapassa as posições, focando-se nos interesses e nas necessidades subjacentes a estas, permite sublinhar o facto de tanto os pais como os técnicos terem, à partida, um interesse em comum: o bem-estar e equilíbrio da criança ou jovem. De salientar, que também a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo refere que um dos princípios pelos quais se deve pautar a intervenção para a proteção do menor é o interesse superior da criança e do jovem.

Uma vez que em Portugal não está formalmente implementado este campo da mediação, pode-se recorrer às suas técnicas de comunicação interpessoal (escuta ativa, empatia, perguntas circulares) e às suas fases do processo de mediação no âmbito da construção de um Acordo de Promoção e Proteção que melhor satisfaça as partes, tendo sempre por base o interesse superior da criança.

CONCLUSÃO

Tendo em conta que é na infância e juventude que ocorre grande parte do desenvolvimento humano, importa preservar o mais possível esta fase primordial, pelo que a proteção das crianças e jovens deverá constituir-se como um aspeto fundamental em qualquer sociedade. Assim, seria importante apostar a grande nível na proteção das crianças e jovens, reparando, o mais precocemente possível, a situação de perigo em que se encontram. Para além da proteção, importa, também, investir de forma mais preventiva ao nível da promoção dos direitos. Dado que a mediação parece trazer vantagens para pais, técnicos e, principalmente, para as crianças e jovens, demonstrando ganhos substanciais, especificamente na melhoria das relações e na exploração da situação e procurando soluções criativas e consensuais, ela assume-se como uma área em que se deverá apostar no nosso país.

BIBLIOGRAFIA

Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco (2010). *Relatório anual de avaliação da atividade das CPCJ no ano de 2009*.

Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco (2009). *Avaliação da atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em 2008*.

Irving, H. & Benjamin, M. (1995). *Family Mediation. Contemporary Issues*. Thousand Oaks: Sage Publications.

Lei n.º 147/1999, de 1 de Setembro - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

Martin, J. (2002). A mediação: um instrumento valioso para as empresas. In. J. Vasconcelos-Sousa, *Mediação* (pp.60-68). Lisboa: Quimera.

Mayer, B. (1985). Conflict Resolution in Child Protection and Adoption. *Mediation Quarterly*, 7, 69-81.

Mayer, B. (1989). Mediation in Child Protection Cases: The Impact of Third-Party Intervention on Parental Compliance Attitudes. *Mediation Quarterly*, 24, 89-106.

Torres, A. (2008). *Estudo de Diagnóstico e Avaliação das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens*. Relatório Final. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Vasconcelos-Sousa, J. et al. (2002). *Mediação*. Lisboa: Quimera.

POSTER | *POSTER*

CONTRIBUTOS DO EDUCADOR DE INFÂNCIA PARA A EDUCAÇÃO PARENTAL E ADAPTAÇÃO DO BEBÉ À CRECHE | *CONTRIBUTIONS OF NURSERY TEACHER FOR PARENTAL EDUCATION AND ADAPTATION TO BABY'S NURSERY*

RITA AMARO SILVA E MARIA CRISTINA CAMPOS DE SOUSA FARIA

CONTRIBUTOS DO EDUCADOR DE INFÂNCIA PARA A EDUCAÇÃO PARENTAL E ADAPTAÇÃO DO BEBÉ À CRECHE | CONTRIBUTIONS OF NURSERY TEACHER FOR PARENTAL EDUCATION AND ADAPTATION TO BABY'S NURSERY

Rita Sofia Amaro Silva (rita_amarosilva83@hotmail.com)
Instituto Politécnico de Beja, Escola Superior de Educação

(Licenciada em Educação de Infância pela Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Beja desde 2007, Mestranda do Mestrado em Educação e Cuidados na Primeira Infância do Instituto Politécnico de Beja, profissional de educação de infância em exercício na valência de Creche desde 2007. Tem concluída a fase curricular do mestrado e encontra-se a realizar a sua dissertação (em fase de conclusão) na área da Parentalidade na creche)

Maria Cristina Campos de Sousa Faria (mfaria@ipbeja.pt)
Instituto Politécnico de Beja, Escola Superior de Educação

(Licenciada em Psicologia, Mestre em Ciências da Educação na área de Especialização de Psicologia da Educação, Doutorada em Psicologia na Especialização de Psicologia da Saúde respectivamente pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação de Coimbra. Docente do Departamento da Educação e Ciências Sociais e do Comportamento do Instituto Politécnico de Beja. Coordenadora do Mestrado em Educação e Cuidados na Primeira Infância (1ª e 2ª Edições)

RESUMO

O educador de infância é a primeira pessoa que recebe as alegrias e as aflições dos pais e das suas crianças quando estas são colocadas a partir dos quatro meses num contexto de creche, pelo que a primeira tem muito a dizer sobre a melhor forma de orientar este processo. Assim, a implicação deste profissional desde o primeiro momento pode ser o fator determinante para o sucesso da adaptação do bebé à creche. No sentido de melhor conhecer a importância da atuação da educadora na situação por que passam as crianças e os seus pais no processo de transição família-creche, foi realizado um estudo com três pais (entre os 26-47 anos) e seus filhos com idades inferiores a 12 meses de idade (entre os 4-8 meses), a partir do momento em que são inseridos numa creche. Foi aplicada uma grelha de observação naturalista a pais e filhos nos primeiros dois meses de integração, dois dias por semana, no período de três semanas. Este instrumento permitiu recolher informação específica acerca do acolhimento ao bebé por parte dos profissionais da creche e a forma como os pais recebem o bebé mais tarde. Foi igualmente possível obter dados sobre o modo como é vivenciado o processo de transição do meio familiar para a creche ao nível das crianças e pais observados. A partir dos dados obtidos, foi feita uma análise reflexiva sobre a atuação dos diversos intervenientes permitindo a construção de um plano de atuação da educadora mais eficaz para o acompanhamento e orientação dos pais no período de adaptação à creche. Será também apresentada uma proposta de educação parental para pais e mães com filhos em idade de frequentar a creche.

Palavras-Chave: educadora de infância, bebé, parentalidade, adaptação à creche, educação parental.

ABSTRACT

The nursery teacher is the first person who receives the joys and sorrows of parents and their children when they are placed from four months in the context of the nursery, so it has much to say about the best way to guide this process. Thus, the implication of this work from the first moment can be the determining factor in successful adaptation to the baby's nursery. In order to understand the importance of action by the teacher in the situation experienced by children and their parents in the transition family to the nursery, a study was conducted with three parents (aged 26-47 years) and their children aged less than twelve months of age (between 4-8 months), from the moment they are inserted into a nursery. It was applied a grid of naturalistic observation at parents and children in the first two months of integration, two days per week over three weeks. It has allowed to gather specific information about the host by the baby's nursery professionals and the way the parents have the baby later. It was possible to obtain data on how experienced is the process of transition from the family to day care at the level of children and parents observed. From the data obtained, there was a reflective analysis on the performance of the actors allowing the construction of a plan of action more effective in monitoring and parental guidance in getting used to the nursery. It will also be a proposal for parental education for parents with children in nursery to attend.

Key words: nursery teacher, baby, parenting, adaptation to nursery, parental education.

INTRODUÇÃO

Num contexto de creche, o educador de infância assume um papel fundamental no processo de separação entre o bebé e as figuras parentais. Muitas crianças desde cedo são inseridas numa creche que, à partida, constitui um ambiente desconhecido tanto para o bebé como para os pais. Existem sentimentos de angústia e inseguranças e deste modo, pretende-se averiguar de que forma o profissional de educação pode contribuir positivamente para ajudar os pais a gerir a separação, bem como a sua adaptação e a do bebé a um mundo novo.

EDUCAÇÃO PARENTAL

Se olharmos atualmente para a nossa sociedade, destaca-se uma alteração de valores relativamente à forma de compreender a mulher e a criança. A emancipação da mulher é um facto que, para além de conduzir a alterações socioeconómicas, expressa modificações profundas na própria maneira de ser e de estar da mulher nas sociedades atuais. Estas transformações conhecidas nos últimos 20 anos induziram as mulheres a terem cada vez mais atividades fora de casa, adquirindo novos direitos, novas responsabilidades e uma nova imagem, Portugal, (1998). É de salientar que este facto tem vindo a exercer algumas repercussões no comportamento familiar, uma vez que tanto a mulher como o homem tardam o casamento, bem como o aparecimento dos seus filhos, e optam por um reduzido número de filhos por casal.

Contudo, o aparecimento de um novo membro na família constitui uma nova etapa na vida do casal, da qual se impõem algumas questões: Será que todos os pais estão preparados para este novo desafio? A maioria dos pais, se não todos, meses após o nascimento, vêem-se privados de estar com o seu bebé porque têm de trabalhar e é chegado o momento de o

colocarem numa creche. Como é gerido este processo de separação? Existem angústias, inseguranças, medo do desconhecido. De que forma é gerido este processo pelos pais e como eles promovem a sua própria adaptação e a do bebé a um mundo novo? E a creche, que condições reúne para receber e integrar estes pais e estes bebés na transição para uma nova etapa? De que modo se promove o bem-estar da criança na creche num período de adaptação? São questões atuais e um processo multifatorial que depende fundamentalmente das figuras parentais, das suas competências enquanto pais que educam e preparam a criança, bem como da atuação de profissionais de educação e instituição.

Cada vez mais os pais colocam as suas crianças nos estabelecimentos de ensino, sendo a educação de um número cada vez maior de crianças, realizada fora da família. Na tarefa de educar uma criança, cada adulto carrega certas características de personalidade, representações mentais e experiências de vida e a maior parte das pessoas são unânimes quando dizem que a creche não é apenas um local de guarda das crianças, mas sobretudo um meio educativo.

Para a elaboração de uma política educativa coerente ao nível da creche, torna-se importante obter uma compreensão dos seus efeitos no bem-estar e desenvolvimento da criança e de que modo as circunstâncias atuais poderão ser melhoradas, tendo em vista o desenvolvimento da criança.

PAPEL DO EDUCADOR DE INFÂNCIA NA TRANSIÇÃO FAMÍLIA-CRECHE

O educador de infância é a primeira pessoa que recebe as alegrias e as aflições dos pais e das suas crianças quando estas são colocadas a partir dos quatro meses num contexto de creche, pelo que ela tem muito a dizer sobre a melhor forma de orientar este processo. Na opinião de Portugal (1998), a partir do momento em que um bebé é confiado a alguém que não os pais, as interações com estes tornam-se mais limitadas, pois o bebé perde os seus pontos de referência, o que resulta numa desorganização, angústia e até mesmo sofrimento. Durante os primeiros dias de creche, os bebés exibem um período de protesto, chorando e agarrando-se aos pais, mas estes sinais acabam por desaparecer ao longo dos dois primeiros meses de permanência. A implicação deste profissional desde o primeiro momento pode ser o fator determinante para o sucesso da adaptação do bebé à creche.

Segundo Portugal (1998), as creches surgem como um meio de cobrir as necessidades das famílias que, frequentemente por razões económicas, não podem de outro modo realizar a educação das suas crianças. É na transição para a creche que a criança começa a moldar as suas competências e habilidades sociais. Neste espaço feito de comunicações interpessoais, vivenciam-se as primeiras transições, os primeiros conflitos e os primeiros confrontos com uma realidade não tão protegida quanto a familiar. O educador surge assim, não só no papel interventivo, como no papel principal de observador privilegiado.

Características positivas na relação família-educadores são relativamente fáceis de desenvolver quando educadores e pais têm o mesmo estatuto sociocultural, falam a mesma língua, partilham os mesmos valores e objetivos relativamente à criança. Quando assim não é, têm de basear-se numa combinação de experiência, educação e formação, bem como em valores pessoais. Os pais também se relacionam melhor com os educadores quando percebem a natureza complexa do seu trabalho, quando apreciam os objetivos que os mesmos tentam cumprir e dessa forma desenvolvem relações respeitadas, (Portugal, 1998).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta investigação encontra-se inscrita no âmbito da investigação-ação. Este método permite caracterizar a situação real, proceder a uma análise de necessidades e por conseguinte minimizar a distância entre a situação real e a situação ideal que se deseja alcançar num estudo exploratório e transversal.

Propósito do Estudo

O estudo sobre os contributos do educador de infância na educação parental e adaptação do bebé à creche pretende chamar a atenção para a importância do educador de infância no contexto de creche, bem como tudo o que envolve a educação parental exercida em casa pelas figuras parentais. A presente investigação tem como principais objetivos conhecer como se realiza o processo de separação da família e integração da criança na creche que vise o seu desenvolvimento e bem-estar dos 0-12 meses; identificar padrões de vinculação; saber de que forma se pode desenvolver a promoção da qualidade dos cuidados à criança em família e em contexto de creche; perceber como a creche pode ser promotora de bem-estar para a criança; conhecer estratégias e tipos de intervenção pedagógica por parte do educador com vista à integração e adaptação do bebé; e encontrar orientações e formas de intervir com as figuras parentais de modo a facilitar este período de transição.

Participantes

A amostra desta investigação é constituída por pais, crianças e educadoras de infância. Participam três figuras parentais (entre os 26-47 anos), seus filhos com idades (entre os 4-8 meses) e três educadoras de infância (entre os 28-50 anos de idade).

Instrumentos

A pesquisa bibliográfica efetuada mostrou a ausência de instrumentos que possibilitem indagar objetivamente o processo de adaptação da criança à creche e o contributo dos educadores. Neste sentido foi necessário criar de raiz uma grelha de observação que permitisse o melhor conhecimento desta realidade, bem como a utilização de outros instrumentos. Desta forma optou-se por realizar duas grelhas de observação naturalista, uma aplicada aos bebés em berçário e outra aos seus pais nos primeiros dois meses de integração, dois dias por semana, no período de três semanas. Realizou-se também um inquérito por questionário aos pais e entrevistas às três educadoras de infância a trabalhar em creche.

Procedimento

A parte prática desta investigação iniciou-se com a construção de grelhas de observação naturalista aplicadas a três pais e seus bebés em processo de adaptação no berçário da A.S.S. Creche, J.I. e A.T.L. de Vila Nova de Milfontes. Nesta fase pretendeu-se testar a aplicação da grelha em que é possível observar o acolhimento ao bebé por parte dos profissionais da creche

e como é feita mais tarde a receção do bebé pelos pais, dois dias por semana no período de três semanas. O preenchimento das grelhas foi efetuado pela ajudante de ação educativa a desempenhar funções no berçário que se disponibilizou para colaborar na investigação.

Para melhor conhecer a percepção dos pais foi também construído um questionário, apreciado por um especialista e alvo de um pré-teste. Verificou-se que o questionário era claro, objetivo e de fácil resposta para de seguida ser aplicado a encarregados de educação, pai ou mãe, dos bebés.

Com o objetivo de recolher informações sobre a opinião de educadoras de infância a exercer funções na valência de creche, foi realizada uma entrevista a três educadoras de infância, uma a exercer atividade na sala de berçário. Todas responderam às questões tal como era pretendido, com recurso a um gravador.

CONCLUSÕES

A presente investigação leva-nos a uma análise reflexiva sobre a atuação dos diversos intervenientes permitindo a construção de um plano de atuação da educadora mais eficaz para o acompanhamento e orientação dos pais no período de adaptação à creche. Os dados obtidos revelam que a maioria dos bebés quando separados dos pais na creche não fica a chorar, pelo contrário, até mostram ser crianças empáticas. Durante os primeiros dias de creche, os bebés exibem um período de protesto, chorando e agarrando-se aos pais, mas estes sinais acabam por desaparecer ao longo dos primeiros dois meses. Segundo Portugal, (1998 cit. Pierrehumbert e Robert-Tissot, 1988) e Brazelton, (2009), a adaptação ideal a uma situação de cuidados substitutos requer da parte da criança o estabelecimento de uma relação de segurança com uma terceira pessoa. Estudos na área, mostram que quando os bebés são bem tratados, adaptam-se mais rapidamente que as mães e tanto a mãe como o pai sofrem quando deixam um filho pequeno ao cuidado de outra pessoa, demonstrando receio de perda, sentimentos de solidão, culpa, desamparo e até irritação.

Neste sentido, **o educador de infância deve contribuir fortemente para:**

- Estabelecer uma relação de confiança e cooperação com as figuras parentais, tornando-os participativos e integrados na vida da creche;
- Abertura da equipa educativa e da própria instituição à presença das famílias;
- Colocar as figuras parentais a par de tudo o que acontece com o bebé durante o dia;
- Aconselhar as figuras parentais a realizar com o bebé uma transição gradual;
- Não prolongar as despedidas com o bebé e se permanecerem muito angustiados que comuniquem com a instituição.
- O educador de infância desenvolve um trabalho na organização e preparação do espaço que irá acolher um grupo de bebés e suas figuras parentais;
- Estabelece o equilíbrio entre o ritmo de cada criança com o ritmo da instituição;
- Promove momentos de exploração e conforto, destacando-se a área dos afetos como sendo a mais privilegiada nesta faixa etária.

Em fase experimental está também uma proposta de educação parental dirigida tanto a pais e mães com filhos em idade de frequentar a creche, como as pais da comunidade em geral e educadores de infância. Este projeto “Apoio à separação da família e adaptação à creche” é constituído por um determinado número de sessões que se propõe a colmatar as lacunas sentidas pelos intervenientes ao nível da separação e adaptação à creche e igualmente aprofundar a importância dos cuidados e da vinculação estabelecida entre as figuras parentais e o bebé.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brazelton, T. (2009). *O Grande Livro da Criança – o desenvolvimento emocional e do comportamento durante os primeiros anos*. 11ª Ed. Lisboa: Editorial Presença.

Portugal, G. (1998). *Crianças, Famílias e Creches – Uma Abordagem Ecológica da Adaptação do Bebê à Creche*. Porto: Porto Editora.

POSTER | *POSTER*

A IMPORTANCIA DA MASSAGEM DO BEBÉ NA SATISFAÇÃO PARENTAL | *THE IMPORTANCE OF BABY MASSAGE IN PARENTAL SATISFACTION*

SÓNIA BÁRCIA E MANUELA VERÍSSIMO

A IMPORTANCIA DA MASSAGEM DO BEBÉ NA SATISFAÇÃO PARENTAL | THE IMPORTANCE OF BABY MASSAGE IN PARENTAL SATISFACTION

Sónia Bárcia (soniab@uatlantica.pt)
UIPCDE, ISPA e Universidade Atlântica

(Professora Adjunta da Licenciatura de Fisioterapia da Universidade Atlântica, Doutorada em Psicologia Educacional pelo ISPA-IU)

Manuela Veríssimo
UIPCDE, ISPA

(Professora Associada em Psicologia do Desenvolvimento no ISPA-IU. Doutorada em Psicologia do Desenvolvimento no ISPA-IU)

Os autores gostariam de agradecer a todas as mães que aceitaram participar neste estudo, financiado em parte pela F.C.T (SFRH / BD / 43580 / 2008).

RESUMO

Os primeiros tempos de vida de um recém-nascido implicam grandes mudanças na estrutura familiar (Pancer et al, 2000), o período de adaptação dos casais e a fase de transição para a parentalidade e o grau de satisfação parental está dependente de diferentes fatores, tais como: idade, relação laboral, habilitações literárias, estado civil, suporte social, género do progenitor e da criança e número de filhos (Goetting, 1986), contudo os estudos não são consensuais na sua relação. Alguns estudos sugerem que os pais que são apoiados nas primeiras semanas de transição para a parentalidade, através de programas educacionais apresentam melhores níveis de eficácia e de satisfação parental (Brage Hudson et al, 2003). A massagem do bebé pode ser uma importante estratégia de apoio na díade mãe-bebé, potenciando e facilitando a relação entre ambos. Esta intervenção permite a proximidade entre pais e bebé e a construção de uma relação saudável, equilibrada e de respeito mútuo, levando à criação de laços fortes entre ambos (Field, 2001; Figueiredo, 2007). O objetivo do estudo é avaliar a relação entre a massagem do bebé e a satisfação parental ao longo do primeiro ano de vida do bebé. A amostra é constituída por 169 díades mãe/ bebé, divididos em dois grupos, grupo 1 (experimental) onde as mães realizaram massagem aos bebés e o grupo 2 (controlo). A Satisfação Parental foi avaliada através da Escala de Satisfação Parental (PSS). Os resultados mostram diferenças significativas em função do grupo de pertença, no momento 1 mostrou diferenças significativas entre os dois grupos na dimensão Prazer nos cuidados. No momento 3 verificou-se que existiam diferenças significativas nas dimensões Prazer dos cuidados parentais e Importância dos Cuidados Parentais entre o grupo experimental e de controlo. Este estudo mostra que as mães que participaram nas sessões de massagem apresentaram valores mais altos de satisfação parental, em particular nas dimensões prazer e importância dos cuidados parentais.

ABSTRACT

The early life of newborn results on major changes in the family structure (Pancer et al, 2000). There must be a period of adjustment between husband and wife and after to parenthood, both phases and also parental satisfaction depend on different factors such as age, employment, qualifications, marital status, social support, gender of parent and child and number of children (Goetting, 1986). However studies are not consensual in their relationship. Some studies suggest that parents that are supported in the first weeks of transition to parenthood through educational programs have higher levels of efficacy and parental satisfaction (Brage Hudson et al, 2003). The use of infant massage can be an important strategy to support, enhance and facilitate the relationship between mother-baby. This intervention allows the closeness between parent and child and it helps developing a healthy, balanced relationship and the creation of strong ties between them (Field, 2001a; Figueiredo, 2007). The aim of the study is to evaluate the relationship between the use of infant massage and parenting satisfaction during the first year of a baby's life. The sample consisted of 169 dyads mother / baby, divided into two groups: group 1 (experimental) where mothers had to massage babies and group 2 (control). Parental Satisfaction was assessed through the Parental Satisfaction Scale (PSS). The ANOVA results show significant differences between the two groups, at the time 1 showed a significant difference between the two groups in the dimension Pleasure of Care. At the time 3 it was found that there were significant differences in the dimensions Pleasure of Parenting and Importance of Parental Care between the experimental and control group. This study shows that mothers who participated in massage sessions showed higher levels of parental satisfaction, particularly in the dimensions pleasure and importance of parental care.

Os primeiros tempos de vida de um recém-nascido implicam grandes mudanças na estrutura familiar (Pancer et al, 2000). O casal tem que aprender a desempenhar e a dividir as novas tarefas (Elek et al, 2003). A nível social muitos casais só se sentem verdadeiramente uma família, quando têm filhos, contudo o conceito de satisfação parental é difícil de conceptualizar o que pode comprometer os resultados dos estudos (Pittman et al, 1989; Sabatelli & Waldron, 1995). Para Mercer (1986) satisfação parental pode ser definida como a percepção de prazer e gratificação relacionadas com o papel de mãe/pai. Os dados apontam em geral para valores de satisfação parental altos e em que contribuem diversos fatores, não sendo uniforme a sua contribuição em todas as categorias de pais. Embora não haja consenso em relação aos diferentes fatores que influenciam a satisfação parental, Goetting (1986) aponta alguns: idade, relação laboral, habilitações literárias, estado civil, suporte social, género do progenitor e da criança e número de filhos.

O PAPEL DA MASSAGEM DO BEBÉ

O contacto táctil é fundamental para o desenvolvimento do recém-nascido, para a organização e maturação dos seus sistemas e como forma de comunicação entre pais e bebé (Weber, 1990; Montagu, 1988; Field, 2001; Stack, 2004; Weiss, Wilson, & Morrison, 2004; Arditi, Feldman, & Eidelman, 2005). Cedo se percebeu a forte ligação da pele com o sistema nervoso, adquirindo o tacto um papel primordial na relação do bebé com o mundo, este é fundamental para a sobrevivência do bebé, pois por um lado é fonte de satisfação emocional e por outro, de sobrevivência (Montagu, 1988; Field, 2001).

Os estudos que se têm realizado nesta área provam que os benefícios da massagem são inúmeros tanto para os bebés, como para os pais, a dois níveis psicológico e fisiológico. A massagem do bebé permite a proximidade entre pais e bebé e a construção de uma ligação entre ambos promovendo a vinculação, assim como estimula o sistema imunitário e hormonal permitindo o ganho de peso, diminuição do stress e o alívio das dores (Field, 2001; Field, Diego, & Hernandez-Reif, 2007; Figueiredo, 2007). Este contacto íntimo aumenta a sensibilidade dos pais para identificar as pistas que o bebé lhes dá, muitas delas através da linguagem corporal facilitando a capacidade de dar respostas adequadas e possibilitando um ajuste no sistema de regulação mútuo (Brazelton & Cramer, 1989; Murray, 1992; Clarke, Gibb, Hart, & Davidson, 2002).

O objetivo deste estudo longitudinal é avaliar a relação entre a massagem do bebé e a satisfação parental ao longo do primeiro ano de vida do bebé.

MÉTODO

Participantes

A amostra é constituída por 169 díades mãe/ bebé, divididos igualmente em dois grupos (grupo 1 – experimental, as mães realizaram massagem aos bebés e o grupo 2 – controlo). No grupo 1 a idade média das mães é de 31.3 anos (SD=3.54), dos pais 32.4 anos (SD=4.46), as habilitações literárias das mães e dos pais variam entre 6-19 anos, para as mães M=15.4 (SD=3.11) e os pais M=14.28 (SD=3.40), 91.3% da amostra é casada ou vive em união de facto, 91.3 % tem apenas um filho e 45.7 % dos bebés são do sexo feminino e 54.3% do sexo masculino. No grupo 2 a idade média das mães é de 31.7 anos (SD= 4.30) e dos pais 33.4 anos (SD=5.26), as habilitações literárias das mães e dos pais variam entre 6-23 anos, as mães têm M=15.32 (SD=3.25) e os pais têm M=14.14 (SD=3.33), 90.7% da amostra é casada ou vive em união de facto, 76.3 % tem apenas um filho e 47.7 % dos bebés são do sexo feminino e 52.6% do sexo masculino.

A amostra foi recrutada através das sessões de preparação para o nascimento e em consultórios de obstetria. Foi pedido o parecer à comissão de ética e todas as mães assinaram o termo de consentimento informado. Os dados foram recolhidos em 3 momentos: 1-2 meses, 3-4 meses e 12 meses de vida do bebé.

Instrumento

Escala Satisfação Parental (Parent Satisfaction Scale (PSS); Halverson & Duke, 1991)

A Escala de Satisfação Parental - é constituída por 30 itens, as respostas são cotadas por uma escala tipo Likert que compreende sete possibilidades de resposta desde o discordo sempre (1) ao concordo sempre (7). Este instrumento procura avaliar o nível de satisfação dos pais, nomeadamente, no que diz respeito a três dimensões:

Prazer nos cuidados parentais – A dimensão Prazer nos cuidados parentais é constituída por 8 itens, avalia em particular as questões relacionadas com o facto de se ser Pai e do prazer que isso representa. Por exemplo “Ter filhos vale todos os sacrifícios”. Uma cotação alta implica maior satisfação dos pais com os cuidados parentais.

Carga dos cuidados parentais – A dimensão Carga dos cuidados parentais é constituída por 10 itens, uns cotados de forma positiva e outras de forma negativa. Esta subescala tenta avaliar de que forma é que o nascimento dos filhos altera as rotinas dos pais e o impacto que isso tem nas suas vidas. Por exemplo “os filhos limitam a minha liberdade”.

Importância dos cuidados parentais - A terceira dimensão Importância dos cuidados parentais é constituída por 9 itens, cotados de forma positiva, por isso quanto maior o resultado maior o grau de satisfação. Pretende avaliar a importância da paternidade na vida dos pais. Por exemplo “Ser pai/mãe é o melhor processo para atingir realização pessoal”. Os itens 8, 13 e 29 não são cotados mas contribuem para o resultado final de satisfação parental.

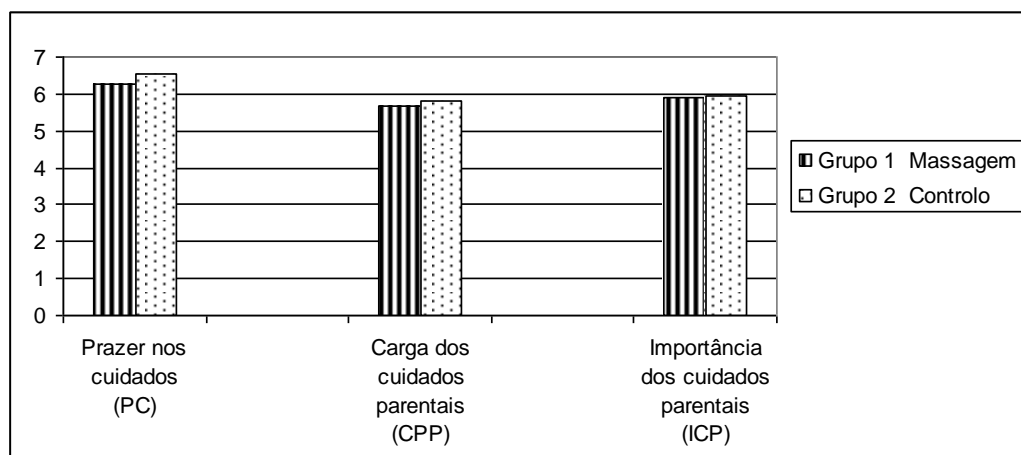
Procedimento

As mães foram contactadas e convidadas a participar no estudo longitudinal de grupo durante as sessões de preparação para o nascimento ou nas consultas obstétricas no final da gravidez (após as 28 semanas de gestação). Às mulheres que concordaram participar no estudo era-lhes explicado como é que iria decorrer, os momentos de recolha de dados e as instruções para o preenchimento do questionário em cada momento. Era-lhes pedido que preenchessem o termo de consentimento informado e uma ficha de caracterização com os seus dados, para posteriormente ser mais fácil o contacto. Os participantes fizeram parte de um projeto longitudinal, com três momentos avaliativos, Momento 1 (1-2 meses), Momento 2 (3-4 meses) e Momento 3 (12 meses). As mães foram divididas por dois grupos o que fazia massagem no bebé e o de controlo.

RESULTADOS

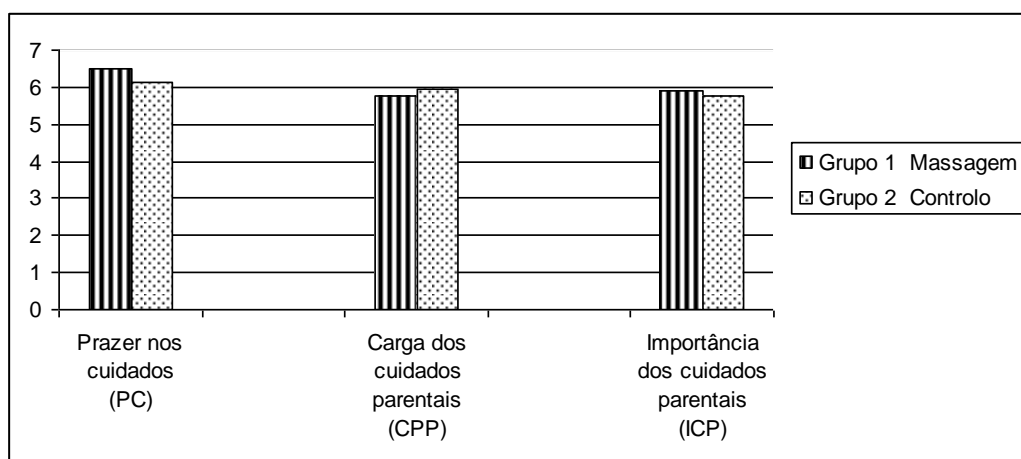
No momento 1 foram analisados os resultados através da ANOVA, para verificar se haviam diferenças nas dimensões da escala entre grupos.

Figura 1
Médias grupo massagem (1), grupo controlo (2) e PSS dimensões 1-2 meses



A análise realizada através da ANOVA mostrou que no momento 1 do estudo mostrou diferenças significativas entre os dois grupos na dimensão Prazer nos cuidados ($F(1,167)=.045$ $p<.05$). Não se encontraram diferenças significativas entre os dois grupos nas dimensões Carga dos Cuidados Parentais ($F(1,167)= 1.03$ $p>.05$) e Importância dos Cuidados Parentais ($F(1,167)=.18$ $p>.05$) (Figura 1). No momento 2 não se encontraram diferenças significativas em nenhuma das três dimensões da escala. No momento 3 foram analisados os resultados através da ANOVA, verificou-se que existiam diferenças significativas na dimensão Prazer dos cuidados parentais ($F(1,122)=8.8$ $p<.05$) e Importância dos Cuidados Parentais ($F(1,122)=4.1$ $p<.05$) existiam diferenças significativas entre o grupo experimental e de controle (Figura 2).

Figura 2
Médias grupo massagem (1), grupo controlo (2) e PSS dimensões 12 meses



DISCUSSÃO

Ao longo do estudo, as mães do grupo da massagem obtiveram melhores resultados de satisfação na adaptação à maternidade, apresentaram maior confiança nas suas capacidades e tiveram maiores apoios do que as mães do grupo de controlo, daí os resultados obtidos nas dimensões Prazer dos cuidados parentais e Importância dos cuidados parentais da Escala Satisfação Parental. O facto de estas mães terem participado em programas no pós parto, terem sido inseridos em classes de massagem para o bebé, facto que potencia o conhecimento entre mãe e bebé, em que se estimulam os cinco sentidos e facilita um contacto próximo entre ambos os protagonistas leva a uma melhor regulação da relação e uma resposta mais adequada às necessidades do bebé (e.g., Clarke et al, 2002; Field, 2001). Embora os autores defendam que ao longo dos primeiros meses de vida do bebé as mães são capazes de dar respostas mais ajustadas às necessidades do bebé (e.g., Erdwins et al, 2001; Pridham et al, 1994), este fator foi potenciado no grupo da massagem porque estes pais no final do primeiro ano avaliam-se como sendo mais fácil prestar os cuidados ao bebé e apresentam maiores níveis de satisfação ao longo do tempo em relação ao prazer e à importância que os cuidados parentais têm nas suas vidas. Estas mães foram mais apoiadas pelo fisioterapeuta, pelas outras mães, pela sua própria rede social o que facilitou uma melhor adaptação à maternidade e a níveis mais altos de satisfação parental, estes dados estão de acordo com alguns estudos (e.g. Brage Hudson et al, 2003; Hsu, 2004). O estudo mostra que as mães que participaram

nas sessões de massagem do bebé apresentaram valores mais altos de satisfação parental, em particular nas dimensões prazer e importância dos cuidados parentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arditi, H., Feldman, R., & Eidelman, A. (2006). Effects of human contact and vagal regulation on pain reactivity and visual attention in newborns. *Developmental Psychobiology*, 48, 561-573.
- Brage Hudson, D., Campbell-Grossman, C., Elek, S., Fleck, M., & Shipman, A. (2003). Effects of the new parents network on first-time fathers' parenting satisfaction during the transition to parenthood. *Comprehensive Pediatric Nursing*, 26, 217-229.
- Brazelton, T.B., & Cramer, B. (1989). *A relação mais precoce – os pais, os bebés e a interação precoce*. Lisboa: Terramar.
- Clarke, C., Gibb, C., Hart, J., & Davidson, A. (2002). Infant massage: developing an evidence base for health visiting practice. *Clinical Effectiveness in Nursing*, 6, 121-128.
- Elek, S., Brage Hudson, D. & Bouffard, C. (2003). Marital and parenting satisfaction and infant care self-efficacy during the transition to parenthood: the effect of infant sex. *Comprehensive Pediatric Nursing*, 26, 45-67.
- Erdwins, C., Buffardi, L., Casper, W., O'Brien, A. (2001). The relationship of women's role strain to social support, role satisfaction, and self-efficacy. *Family Relations*, 50(3), 230-238.
- Field, T. (2001a). *Touch*. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology.
- Field, T., Diego, M., & Hernandez-Reif, M. (2007). Massage therapy research. *Developmental Review*, 27, 75-89.
- Figueiredo, B. (2007). Massagem ao bebé. *Ata Pediátrica Portuguesa*, 38, 29- 38.
- Goetting, A. (1986). Parental satisfaction: A review of research. *Journal of Family Issues*, 7, 83-109.
- Hsu, H-C. (2004). Antecedents and consequences of separation anxiety in first-time mothers: infant, mother, and social-contextual characteristics. *Infant Behavior & Development*, 27, 113-133.
- Mercer, R. (1986). *First-time motherhood: Experiences from teens to forties*. New York: Springer.
- Montagu, A. (1988). *Tocar - O significado Humano da Pele* (7ª ed.). São Paulo: Sumnus. (Tradução do Original em Inglês *Touching - The Human significance of the Skin*, 1971, Seul).
- Murray, L. (1992). The impact of post natal depression on infant development. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 33, 543-561.
- Pancer, S., Pratt, M., Hunsberger, B., & Gallant, M. (2000). Thinking ahead: Complexity of expectations and the transition to parenthood. *Journal of Personality*, 68(2), 253-280.

Pittman, J., Wright, C., & Lloyd, S. (1989). Predicting parenting difficulty. *Journal of Family Issues*, 10(1), 267-286.

Pridham, K., Chang, A., & Chiu, Y.M. (1994). Mothers' appraisals: the contribution of perceived infant temperament. *Research in Nursing & Health*, 17, 381- 392.

Sabatelli, R., & Waldron, R. (1995). Measurement issues in the assessment of the experiences of parenthood. *Journal of Marriage and the Family*, 57, 969-980.

Stack, D. (2004). *Touching during mother-infant interactions*. In T. Field (Ed.). *Touch and massage in early development*. (pp.49-81). Johnson & Johnson Pediatric Institute, L.L.C.

Weber, R. (1990). A philosophical perspective on touch. In K. E. Barnard & T.B. Brazelton (Eds.). *Touch: the foundation of experience (Clinical infant reports)* (pp.11-43). Johnson & Johnson Pediatric Round Table X. Madison: International Universities Press.

Weiss, S., & Wilson, P., & Morrison, D. (2004). Maternal tactile stimulation and the neurodevelopment of low birth weight infants. *Infancy*, 5(1), 85-107.

POSTER | *POSTER*

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E AS DINÂMICAS RELACIONAIS NA FAMÍLIA RECONSTITUÍDA | *THE CONSTRUCTION OF IDENTITY AND RELATIONAL DYNAMICS IN THE RECONSTITUTED FAMILY*

SÓNIA COSTA E ARMANDA GONÇALVES

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E AS DINÂMICAS RELACIONAIS NA FAMÍLIA RECONSTITUÍDA | THE CONSTRUCTION OF IDENTITY AND RELATIONAL DYNAMICS IN THE RECONSTITUTED FAMILY

Sónia Costa (soniamvac@hotmail.com)
Universidade Católica Portuguesa - Braga

Armanda Gonçalves (ag.facfil@gmail.com)
Universidade Católica Portuguesa - Braga

RESUMO

O divórcio é responsável por uma configuração familiar cada vez mais presente na nossa sociedade, as designadas famílias reconstituídas, em que pelo menos um dos cônjuges é padrasto ou madrasta do filho (s) do atual companheiro(a). Nestas famílias, a formação do casal acompanha a formação da parentalidade, que é simultaneamente biológica e afetiva (Leandro, 2001). Este estudo de caso instrumental (Johnson & Christensen, 2004) pretende compreender como se constrói a identidade da família reconstituída e as dinâmicas relacionais entre padrasto e enteado. Serão utilizadas entrevistas semiestruturadas ao casal, ao enteado da família e aos avós, assim como alguns instrumentos de autorrelato - *Remarriage Belief Inventory* (Higginbotham & Adler-Baeder, 2008), *Stepparent Role Strain Index* (Fellmann, Galán, Roque & Galán, 2008), e por último instrumentos de natureza projetiva - *Ecomapa* (Hartman, 1975 cit in. Gambini, 2007), *La Doppia Luna* (Greco, 1999). Os resultados exploratórios indicam-nos que nas famílias reconstituídas existem ameaças percebidas ao laço conjugal e ambiguidades quando ao papel do novo membro na família.

ABSTRACT

Divorce is responsible for a new family configuration, increasingly present in our society, the so-called stepfamilies, defined as families in which at least one spouse is not the biological parent of the children of the current partner. In these families, the formation of the couple accompanies the formation of parenthood, which is both biological and emotional (Leandro, 2001). This instrumental case study (Johnson & Christensen, 2004) aims to understand how is constructed the identity of the stepfamily and the relational dynamics between stepfather and stepson. We will be using semi-structured interviews applied to the couple, the stepson and to the grandparents, self-report instruments - *Remarriage Belief Inventory* (Higginbotham & Adler-Baeder, 2008), *Stepparent Role Strain Index* (Fellmann, Galán, Roque & Galán, 2008), and projective instruments - *Ecomap* (Hartman, 1975 cit in. Gambini, 2007), *La Doppia Luna* (Greco, 1999). The exploratory results indicate us that the stepfamilies perceived threats to the marital bond and ambiguities in the role of the new family member.

INTRODUÇÃO

A família é um organismo complexo com uma identidade social e psicológica que emerge do contexto histórico, social e cultural (Cigoli & Scabini, 2006). Uma análise social da família na

atualidade revela-nos várias tendências de evolução, desde as transformações nos papéis femininos e masculinos, novos valores familiares, diminuição da fecundidade e aumento da esperança de vida, maior autonomia das pessoas e dos casais, aumento das coabitações, famílias monoparentais, aumento do divórcio e do recasamento (Wall, 2003; Fuster & Ochoa, 2000). Participando destas transformações, a família, torna-se também num sujeito-ator, i.e., ao receber influências da sociedade, ela própria também é produtora de mudanças, implementando novos valores, a par de outros herdados e agora reinterpretados, transmitindo-os às novas gerações (Leandro & Leandro, 2004).

As tendências acima descritas podem ser entendidas como um sinal dos processos de modernização da vida familiar, cada vez mais privada e adaptada às exigências dos ritmos individuais ou uma consequência do declínio do casamento como instituição em prol da realização afetiva das pessoas (Aboim, 2003; Ferreira & Aboim, 2002). Na contemporaneidade a importância da dimensão sentimental na relação conjugal, outrora vista como um fator potencialmente perigoso, constitui-se como um elemento fraturante na relação marital (Sacareno, 1992).

A mudança no conceito do casamento e do laço conjugal, com a perda do aspeto social e institucional, pode todavia ajudar a explicar o enfraquecimento deste laço, em que o casal se torna a única referência (Cigoli & Scabini, 2006). Deste cariz autorreferencial emerge a fragilidade do laço, fundamentada nas altas expectativas que podem ser facilmente desfeitas, escalando a favor da autorrealização emocional, com a consequente dissolução do comprometimento com o casamento, que pode conduzir ao divórcio.

Na família, um acontecimento como o divórcio remete-nos para a dimensão das transições familiares e para as etapas não previstas num percurso normativo, que podem ter um profundo impacto nas relações familiares. A instabilidade introduzida pelo divórcio, decorrente da rutura do laço matrimonial, da quebra de um projeto de vida em comum (Cantero, 1977), da perda da unidade familiar, das esperanças e sonhos associados (Walsh, 1998) implica uma complexa cadeia de transições e reorganizações, com a alteração de papéis e relações que afetam toda a família.

Após o divórcio, a reconstrução familiar passará por diferentes estádios, que vão desde a resolução de perdas inerentes à relação anterior à entrada na nova relação. Assim, a família reconstituída ou mista surge após a interrupção da experiência de convivência ou matrimónio de pelo menos um dos cônjuges, ou quando um dos cônjuges viúvo se casa com um novo companheiro, ou ainda quando surge a entrada de um companheiro numa família monoparental. É portanto formado um novo casal, que pode ter consigo filhos da anterior união conjugal.

O ciclo vital das famílias reconstituídas possui características muito particulares, dado que algumas das etapas estão intrinsecamente relacionadas com o ciclo do divórcio da família anterior, em que os membros da díade conjugal atravessam a *fase da pré-ruptura*, em que o casal avalia a continuidade do matrimónio; a *etapa da rutura* propriamente dita, em que se aceita o divórcio; a *etapa da família convivente e uniparental*, em que os filhos vivem apenas com um dos progenitores; a *fase de uma nova relação*, em que haverá a possibilidade de um novo casamento; a *etapa do recasamento*, com a formação de uma nova família; a *etapa da família reconstituída*, em que há a formação clara de uma nova estrutura (Contrera, 2006).

Para Carter e McGoldrick (1980) a primeira etapa, a *nova relação*, implica uma elaboração do luto e da perda do primeiro casamento. Segue-se a *conceptualização e o planeamento do novo*

casamento e nova família, que exigem um ajustamento à complexidade e ambiguidade dos múltiplos papéis, novas fronteiras e questões afetivas, com a necessidade de abertura às novas relações, a cooperação com anteriores relações e o acesso às origens. Por último, o *recasamento e a reconstituição familiar*, que implicam uma reestruturação das fronteiras familiares que permita a inclusão do novo membro da família e espaço para as relações dos filhos e pais não detentores da guarda; partilha de memórias e histórias que permitam a integração da família reconstituída.

METODOLOGIA

Numa investigação sobre a família, o seu objeto específico é a relação familiar, pelo que estudar a família significa então considerá-la a partir da sua natureza relacional, utilizando uma metodologia coerente com esta perspetiva (Lanz & Rosnati, 2002). Neste estudo³ a preferência metodológica recaiu sobre a abordagem qualitativa (Bogdan & Biklen, 2006), em particular sobre um estudo de caso de natureza instrumental (Johnson & Christensen, 2004), na tentativa de compreender o fenómeno mediante uma análise de cariz indutiva, holística e ideográfica, estudando a realidade sem a fragmentar nem descontextualizar.

Designadamente, pretendemos estudar: a) Como é construída a relação conjugal na família reconstituída; b) Como é construída a identidade da família e as dinâmicas relacionais entre padrasto e enteado; c) As crenças presentes nestas famílias; d) A qualidade das relações familiares entre os membros da família e as respetivas famílias de origem; e) Como os avós vivem a reconstrução família; f) A influência da família anterior na nova família, em particular a influência dos membros ausentes da primeira família.

Participantes e instrumentos

Os participantes deste estudo são uma família reconstituída, em que um dos elementos do casal experienciou um divórcio, tendo um filho de 15 anos da anterior união. O casal namora há dois anos e vive em coabitação há seis meses.

Na recolha de dados aplicamos um questionário sociodemográficos e uma entrevista semiestruturada dirigida ao casal e ao enteado. A entrevista dirigida ao casal aborda dimensões como: a construção do laço conjugal, a influência da família anterior na família atual, o papel do padrasto na família atual e o ambiente familiar. A entrevista ao enteado aborda: a conceção de família, a relação com o padrasto, a representação acerca do padrasto/madrasta e os acontecimentos mais importantes na vida familiar.

Com a reformulação em curso do estudo, serão aplicadas novas entrevistas aos avós, ao casal e ao enteado, assim como alguns instrumentos de autorrelato, que estamos a traduzir e adaptar: a) *Remarriage Belief Inventory* (Higginbotham & Adler-Baeder, 2008), para discriminar as crenças da família; b) *Stepparent Role Strain Index* (Fellmann, Galán, Roque & Galán, 2008)

³ Inicialmente, esta investigação enquadrava-se num estudo fenomenológico. Porém, devido à dificuldade em reunir um número suficiente de participantes, surgiu a necessidade de reformulação desta investigação, optando por um estudo de caso

de forma a analisar a tensão associada ao papel de padrasto/ madrasta. Serão igualmente aplicados o Ecomapa (Hartman, 1975 cit in. Gambini, 2007), de forma a explorar a relação entre a família e o contexto social, e a *Doppia Luna* (Greco, 1999), em fase de adaptação para a população portuguesa, para explorar os limites e pertenças familiares ligadas ao elemento ausente e à sua presença simbólica (Greco, 2006).

RESULTADOS

Os resultados exploratórios que de seguida apresentaremos são referentes aos dados recolhidos na entrevista ao casal, focando as dimensões relativas à construção da relação conjugal e à construção da relação entre padrasto e enteado.

Um primeiro olhar sobre o novo laço conjugal mostra-nos o cuidado permanente entre o construir uma relação conjugal e responder simultaneamente às demandas do filho. Destacamos o exemplo da primeira reunião familiar, que a nível conjugal, esteve envolvida em expectativas e preparações do casal para as alterações de comportamento do filho (“Eu acho uma coisa normal, nada que não estivéssemos a contar...nós já tínhamos falado sobre isso...andamos com algumas cautelas...andamos ali a apalpar terreno...”). Que parecem fundamentadas com o comportamento do filho (Ele nunca me diz para dormir com ele e nessa primeira noite disse-me podias ir dormir comigo...”).

Quanto ao papel do padrasto, os dados mostram-nos que existem dificuldades em perceber o seu papel educativo na nova família, mais concretamente em perceber qual a sua legitimidade na educação do enteado (“...não sei se tenho o direito de o castigar...mas às vezes sinto que tenho esse direito...”). Denota-se também dificuldades em perceber o significado da reconstrução familiar na sua vida, de dar um sentido à nova família (“Acho que ainda não tenho bem a noção da grandeza ou da importância do passo que estou a dar ou que dei...”). Por outro lado, o seu papel está envolvido em algumas crenças, como ser padrasto é ser amigo (“Em relação ao B. a única coisa que eu posso ser é amigo... Eu vejo o papel do N. como um grande amigo...”). Aliado a este papel existe um desejo de ser uma figura de referência para o enteado e de ser um apoio na sua educação (“...tentar ajudá-lo na sua educação...ajudá-lo nos estudos dele... ser um exemplo para ele...”).

DISCUSSÃO

Nesta família reconstituída, a relação conjugal parece estar intimamente relacionada com a presença do filho da anterior relação, sugerindo alguma interferência entre o subsistema filial e conjugal, podendo comprometer a formação do casal e a construção do laço conjugal, (Visser & Visser, 1993; Alarcão, 2002). Quanto ao impacto no filho aquando da primeira reunião familiar, pode ser indicador da ainda forte presença da família anterior na vida psíquica, podendo sentir conflitos de lealdade para com a família anterior (Greco & Roncari, 2003), ou da forte relação que se estabeleceu entre mãe e filho após o divórcio conjugal, e que dificulta a entrada de um novo membro da família (Costa, 1994). Quanto ao papel do padrasto na família atual, este parece envolvido em medos e ambiguidades que dificultam a sua plena introdução na nova família. Nas famílias reconstituídas, a indefinição de papéis dos pais não biológicos e a sua inerente ambiguidade, pode dificultar os relacionamentos, tornando-se num potencial fator de stress (Costa, 1994; Fine, Kurdek & Hennigen, 1992). Outro dado relevante são as crenças

sobre o papel do padrasto, podendo indicar-nos um desejo de introduzir o novo membro na família nas relações familiares como alguém amigo e capaz de proporcionar uma nova história familiar, um desejo de ser uma referência, um apoio para o enteado e um novo recomeço para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aboim, S. (2003). Evolução das estruturas domésticas. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43, 13-30.

Alarcão, M. (2002). *(Des)Equilíbrios Familiares*. Lisboa: Quarteto Editora.

Bogdan, O., & Biklen, K. (2006). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

Cantero, G. G. (1977). *El divorcio*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos.

Carter, E. A., McGoldrick, M. (1980). *The family life cycle: A framework for family therapy*. New York: Gardner Press.

Cigoli, V., & Scabini, E. (2006). *Family Identity. Ties, Symbols, and Transitions*. London: Lawrence Erlbaum Associations.

Costa, M. E. (1994). *Intervenção psicológica em transições familiares. Divórcio, monoparentalidade e recasamento*. Edições Asa

Contreras, V. L. (2006). Familias ensambladas. Aproximaciones histórico-sociales y jurídicas desde una perspectiva construcionista y una mirada contextual. *Portularia*, 1,2, 139-149.

Falcke, D., Wagner, A. (2000). Mães e madrastas: mitos sociais e autoconceito. *Estudos de Psicologia*, 5, 2, 421-441.

Fine, M. A., & Kurdek, L.A. (1995). Relation between marital quality and (step)parent-child relationship quality for parents and stepparents in stepfamilies. *Journal of Family Psychology*, 2, 9, 216-223.

Fine, M.A., Kurdek, L.A., & Hennigen, L. (1992). Perceived self-competence, stepfamily myths, and (step) parent role ambiguity in adolescents from stepfather and stepmother families. *Journal of Family Psychology*, 1,6, 69-76.

Ferreira, P. M., Aboim, S. (2002). Modernidade, laços conjugais e fecundidade: a evolução recente dos nascimentos fora do casamento. *Análise Sociológica*, 27, 163, 411-446.

Fuster, E. G., Ochoa, G. M. (2000). *Psicología social de la familia*. Barcelona: Paidós.

Greco, O., & Roncari, L. (2003). I nuovi confini della famiglia ricostituita: la posizione dello step-parent. Il lavoro clinico con le famiglie complesse, il test la doppia luna nella ricerca e nella terapia. Lombardi: Franco Angeli.

Higginbotham, B. J., & Adler-Baeder, F. (2010). Assessing Beliefs about the remarriages and stepfamilies: The Remarriage Belief Inventory. *Journal of Divorce & Remarriage*, 48, 3, 33-54.

- Johnson, B., & Christensen, L. (2004). Educational research: quantitative, qualitative, and mixed approaches. (2^a.ed). Boston: Pearson Education.
- Leandro, M. E. (2001). Sociologia da família nas sociedades contemporâneas. Lisboa: Universidade Aberta.
- Lanz, M., Rosnati, R. (2002). Metodologia della ricerca sulla famiglia. Milano: LED.
- Leandro, A. S., Leandro, M. E. (2004). Transmissão de valores no seio da família. Persistências e mudanças. Atas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação. Universidade do Minho.
- Lobo, C. (2005). A família recomposta. Revisitar a produção americana (1930-2000). Sociologia, Problemas e Práticas, 48, 91-114.
- Oliveira, A. L. (2005). Irmãos, meios-irmãos e coirmãos: a dinâmica das relações fraternas no recasamento. Tese de Doutoramento. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Sacareno, C. (1992). Sociologia da Família. Lisboa: Editorial Estampa.
- Travis, S. (2003). Construções familiares: um estudo sobre a clínica do recasamento. Tese de Doutoramento. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Van Cutsem, C. (2001). A família recomposta. Entre o desafio e a incerteza. Lisboa: Edtions Érés.
- Visher, E. B., & Visher, J. S. (1993). Stepfamilies. Myths and Realities. USA: Carol Publishing.
- Walsh, F. (1998). Resiliencia familiar. Estrategias para su fortalecimiento. Buenos Aires: Guilford Press.
- Wall, K. (2003). Famílias monoparentais. Sociologia: Problemas e Práticas, 43, 51-67.

POSTER | *POSTER*

**PERCEÇÃO MATERNA DO COMPORTAMENTO DE VINCULAÇÃO DA CRIANÇA EM
FUNÇÃO DO TIPO DE FAMÍLIA | *MATERNAL PERCEPTION OF THE CHILD ATTACHMENT
BEHAVIOR ACCORDING TO THE TYPE OF FAMILY***

SÓNIA SIMÕES, CARLOS FARATE E ISABEL SOARES

PERCEÇÃO MATERNA DO COMPORTAMENTO DE VINCULAÇÃO DA CRIANÇA EM FUNÇÃO DO TIPO DE FAMÍLIA | *MATERNAL PERCEPTION OF THE CHILD ATTACHMENT BEHAVIOR ACCORDING TO THE TYPE OF FAMILY*

Sónia Simões (soniasimoes76@gmail.com)
ISMT/ICBAS-UP

(Docente no Instituto Superior Miguel Torga [ISMT]. Doutorada em Ciências Biomédicas pelo Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto [ICBAS-UP], beneficiou de bolsa de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia [SFRH/BD/38128/2007])

Carlos Farate (carlos.farate@sapo.pt)
ISMT/ICBAS-UP

(Docente no ISMT e no ICBAS-UP. Psicanalista Titular da Sociedade Portuguesa de Psicanálise e da Associação Psicanalítica Internacional. Investigador, preletor e autor tem coordenado e/ou participado em inúmeros projetos nacionais e internacionais, nomeadamente na área do consumo de substâncias psicoativas, na experimentação de metodologias qualitativas e quantitativas em estudos empíricos nas áreas da psicopatologia, epidemiologia e avaliação do processo e resultados psicoterapêuticos. Vários trabalhos publicados em revistas científicas nacionais e estrangeiras, em livro e obras coletivas)

Isabel Soares (isoares@psi.uminho.pt)
UMinho

(Doutorada em Psicologia e professora catedrática na Escola de Psicologia da Universidade do Minho, onde é diretora do Departamento de Psicologia Aplicada e investigadora na área da vinculação, com publicações nacionais e internacionais em revistas de referência. Atualmente coordena um projeto de investigação financiado pela FCT (PTDC/PSI-PCL/101506/2008), intitulado Comportamentos perturbados de vinculação de tipo inibido e de tipo indiscriminado em crianças institucionalizadas: comparação multinível com perturbações do espectro do autismo e com a síndrome de Williams)

RESUMO

Este estudo tem como objetivo verificar se existem diferenças na percepção materna acerca dos comportamentos de vinculação dos seus filhos em idade escolar, quando comparados diferentes tipos de família: nuclear, monoparental e reconstituída.

Os resultados indicam que existem diferenças entre os três tipos de família apenas na dimensão dificuldades de autorregulação emocional do PCV-M. Assim, as mães pertencentes a famílias reconstituídas identificam maiores dificuldades de autorregulação emocional nos seus filhos, principalmente em comparação com a mesma avaliação realizada pelas mães de famílias nucleares.

ABSTRACT

The main goal of this study is to analyze if there are differences in maternal perception of their school-aged children's attachment behavior, when comparing different family types: nuclear, single-parent and reconstituted.

The results show that there are differences between the three types of family only in the dimension difficulties of emotional self-regulation of PCV-M. So, mothers belonging to reconstituted families identify in their children more difficulties in regulate their emotions, especially when compared to the same assessment reported by mothers of nuclear families.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A teoria da vinculação perspetiva a parentalidade a partir da edificação de um processo recíproco de interação entre o bebé e a figura parental, valorizando a importância da complementaridade entre o sistema de prestação de cuidados ao bebé e o sistema de vinculação. Esta complementaridade de sistemas assegura o estabelecimento de um vínculo seguro que permite ao bebé aprender a gerir e a regular as emoções que, ao longo da vida, se traduzirá na confiança para explorar a si próprio, o outro e o mundo (Ainsworth, Blehar, Waters, & Wall, 1978; Bowlby, 1969; Soares, 2001).

Algumas características dos pais e dos seus contextos de pertença poderão ser um desafio ao estabelecimento de uma relação de vinculação saudável. Neste sentido, o divórcio, por envolver separação e perda de acesso ao progenitor que não fica com a custódia (Page & Bretherton, 2001), tem sido associado a uma disrupção temporária ou permanente da segurança da vinculação a um ou a ambos os pais (Faber & Wittenborn, 2010). As crianças e os adolescentes que experienciam o divórcio dos seus pais têm uma maior probabilidade de desenvolver uma vinculação insegura, em comparação com os filhos de pais casados (Tippelt & König, 2007; Woodward, Fergusson, & Belsky, 2000). Porém, a investigação evidencia resultados inconclusivos, quando se comparam filhos de pais casados e divorciados, uma vez que alguns estudos mais recentes não enunciam diferenças no comportamento e no ajustamento das crianças (Page & Bretherton, 2001).

Também têm sido referidas mudanças na qualidade da vinculação de crianças de famílias reconstituídas, inerentes à alteração da estrutura familiar para incluir um padrasto ou uma madrasta (Faber & Wittenborn, 2010; Hetherington & Kelly, 2002). Bowlby (1973) enfatizou que um dos eventos que pode colocar dificuldades no estabelecimento de relações futuras é uma relação difícil com uma nova figura parental. Nesta linha, a criança percebe a introdução do padrasto e, possivelmente, dos seus filhos, no seu contexto familiar, como uma ameaça à relação de vinculação que tem com a sua mãe, que pode ser exacerbada se perceber a sua mãe como menos apoiante e disponível (Faber & Wittenborn, 2010). Porém, muitas destas associações parecem ser falaciosas e derivam de fatores sociais, contextuais e individuais que antecedem a formação destas famílias. Deste modo, apenas a estrutura familiar, considerada isoladamente, não diz nada sobre o ajustamento da criança, devendo ser examinadas as relações familiares, as trajetórias de vida, o nível socioeconómico da família, a saúde mental dos pais, e a pré-existência de problemas desenvolvimentais e comportamentais na criança (Demo & Cox, 2000).

Acrescente-se que os contextos familiares monoparentais e reconstituídos se associam, muitas vezes, à presença de um maior número de fatores de risco, em comparação com as famílias nucleares, nomeadamente baixo nível socioeconómico, presença de conflito interparental e

ausência da figura paterna, que poderão influenciar a qualidade da vinculação da criança. Porém, a literatura mais recente tem sublinhado a heterogeneidade existente dentro destas tipologias familiares, havendo uma grande diversidade na dinâmica e nos percursos evolutivos dos elementos que constituem as famílias monoparentais e reconstituídas (Demo & Cox, 2000; González & Triana, 2008). Deste modo, a análise conjunta da literatura sugere que a experiência do divórcio não determina obrigatoriamente consequências negativas, devendo-se considerar os pais divorciados e seus filhos como grupos heterogêneos que apresentam distintos perfis desenvolvimentais, dependendo das características pessoais dos sujeitos, dos contextos em que se inserem e da cultura de pertença (González & Triana, 2008).

Muitos dos resultados desenvolvimentais negativos associados a filhos de pais separados poderão não derivar diretamente da situação de divórcio em si, mas de outros fatores antecedentes ou associados à alteração da estrutura familiar, como o conflito interparental e a qualidade da coparentalidade. Nesta perspetiva, o estudo da vinculação deverá contemplar as diferentes variáveis pertencentes ao sistema familiar que influenciam a relação dos pais com a criança (Bretherton, 2010).

Nesta perspetiva, estudos recentes referem que a qualidade do relacionamento interparental é uma forte influência sobre a qualidade da vinculação da criança, uma vez que as características da relação entre a mãe e o pai são importantes preditores da vinculação e da qualidade na prestação de cuidados (Cowan, Cowan, & Mehta, 2009; Dickstein, Seifer, & Albus, 2009). A maioria da literatura tem descrito relações positivas entre a qualidade da relação conjugal e a vinculação dos filhos, indicando que pais com casamentos satisfatórios e com baixos níveis de conflito são mais sensíveis e responsivos e os seus filhos têm mais frequentemente um padrão de vinculação seguro. Esta associação verifica-se para amostras de baixo e de elevado risco, independentemente da estrutura familiar (Huth-Bocks, Levendosky, Bogat, & von Eye, 2004; Laurent, Kim, & Capaldi, 2008; Moura & Matos, 2008). Nesta linha, o conflito interparental tem sido referido como um melhor preditor da qualidade da vinculação aos pais, em comparação ao divórcio (Moura & Matos, 2008). Portanto, a literatura sublinha que, mais importante do que a ocorrência do divórcio dos pais ou o tipo de família de pertença *per se*, o conflito interparental entre o pai e a mãe é um fator de maior risco para o desenvolvimento e adaptação da criança.

Tem sido, igualmente, estudado o impacto da qualidade da coparentalidade na segurança da vinculação da criança. A investigação tem evidenciado que o envolvimento do pai nos cuidados e na educação ao filho pode ser influenciado pela relação de coparentalidade, isto é, o modo como os pais conseguem estabelecer uma relação de coparentalidade cooperante e equilibrada, permitindo o livre acesso aos filhos, a maior harmonia do comportamento parental dos progenitores, e o apoio emocional e instrumental no domínio da parentalidade (Schoppe-Sullivan, Brown, Cannon, Mangelsdorf, & Sokolowski, 2008). Nesta linha, os estudos sugerem que a interação mãe-criança pode influenciar a interação pai-criança que, por sua vez, influencia a vinculação da criança ao pai, uma vez que existem associações entre a classificação da vinculação do pai e da mãe e a classificação do filho (Steele, Steele & Fonagy, 1996). Deste modo, nas famílias tradicionais em que é a mãe o prestador de cuidados principal, a figura materna pode condicionar o modo como decorre a interação pai-filho.

Perante o exposto, tornou-se pertinente estudar a qualidade da vinculação de crianças provenientes de diferentes tipos de família.

MÉTODO

Participantes

Participaram no estudo 288 mães de crianças em idade escolar (7-11 anos) a frequentar o 1º Ciclo do Ensino Básico. Assim, 116 mães pertenciam a famílias nucleares, 116 mães pertenciam a famílias monoparentais e 56 tinham famílias reconstituídas.

Instrumento de medida

Como instrumento de medida foi utilizada a *Escala de Percepção Materna do Comportamento de Vinculação da Criança* (PCV-M de Dias, Soares, & Freire, 2002) para avaliar a percepção da mãe sobre o comportamento de vinculação do seu filho. Este instrumento baseia-se na opinião da mãe acerca de um conjunto de comportamentos que o filho pode ter apresentado ou apresenta na relação que estabelece com os pais, sendo constituído por 33 itens cotados numa escala tipo *Likert* de 5 pontos, em que 1 significa “totalmente diferente do meu filho(a)” e 5 “totalmente parecido com o meu filho(a)”.

O PCV-M contempla três dimensões importantes do comportamento de vinculação de crianças em idades escolar: autorregulação emocional, partilha de afeto, comportamento base-segura, bem como inclui a dimensão desejabilidade social das mães. Considera-se que o funcionamento apropriado da criança nestas dimensões resulta de uma relação de vinculação segura. A pontuação global do PCV-M é um indicador da segurança da vinculação da criança, resultando do somatório das 4 subescalas, sendo a dimensão dificuldades de autorregulação emocional contabilizada com os itens invertidos (Dias et al., 2002).

No estudo preliminar da escala (Dias et al., 2002), a consistência interna do PCV-M revela os valores de *alpha de Cronbach* de .88, .82, .76, e .86, respetivamente nas dimensões dificuldades de autorregulação emocional (DARE), comportamento base segura (CBS), partilha de afeto (PA) e PCV-M global. Igualmente, o presente estudo revelou bons índices de consistência interna, com valores para o *alpha de Cronbach* de .829, .770, .769, .758 e .859, nas dimensões dificuldades de autorregulação emocional, comportamento base-segura, partilha de afeto, desejabilidade social e escala global, valores que podem ser classificados como bons.

RESULTADOS

O teste da *Anova* foi utilizado para estudar a percepção materna do comportamento de vinculação do filho em função do tipo de família, tendo sido identificadas diferenças nas pontuações obtidas na dimensão dificuldades de autorregulação emocional do PCV-M, quando se comparam os grupos de famílias nuclear, monoparental e reconstituída ($p=.022$, $\alpha<.05$). Os testes *Post Hoc* indicam que as diferenças se localizam entre os grupos de famílias nucleares e reconstituídas. Neste sentido, as mães pertencentes a famílias reconstituídas identificam maiores dificuldades de autorregulação emocional nos seus filhos ($M=46.16$), em comparação com a mesma avaliação realizada pelas mães de famílias nucleares ($M=51.41$), que percebem nos seus filhos uma maior capacidade de regulação emocional. Os três grupos de famílias não se distinguem nas pontuações obtidas nas restantes dimensões do PCV-M, nem na pontuação global do instrumento.

Tabela 44 – Análise da variância da percepção materna do comportamento de vinculação da criança em função do tipo de família

PCV-M	F. Nucleares		F. Monoparentais		F. Reconstituídas		F	p	% VE
	M	DP	M	DP	M	DP			
DARE	51,41	7,95	49,30	8,64	46,16	11,35	3,870	,022*	2,747
C. base-segura	30,20	4,45	29,88	4,43	29,64	6,37	,609	,544	,443
Partilha afeto	29,05	4,99	28,73	5,38	28,79	6,36	,788	,456	,572
Desejab. social	20,88	4,43	20,60	5,79	20,36	6,35	,276	,759	,201
Global	131,53	15,55	128,52	17,30	124,95	24,09	1,213	,299	,878

(*p<.05; **p<.01; ***p<.001)

CONCLUSÕES

A análise das diferenças de pontuação no PCV-M (medida da percepção materna acerca do comportamento de vinculação do filho) indica que só existem diferenças entre os três grupos de famílias ao nível das dificuldades de autorregulação emocional. Neste sentido, são as mães pertencentes a famílias reconstituídas as que identificam maiores dificuldades de autorregulação emocional nos seus filhos, em comparação com as mães oriundas de famílias nucleares, que consideram que os seus filhos têm uma maior capacidade de autorregular as emoções.

Os resultados deste estudo sugerem que o tipo de família da criança *per se* parece não influenciar a seleção de estratégias de vinculação diferenciadas. Em geral, a literatura tem referido que, quando as crianças experienciam o divórcio dos seus pais, têm uma maior probabilidade de desenvolver uma vinculação insegura (Tippelt & König, 2007; Woodward et al., 2000). Também a investigação de famílias reconstituídas tem sublinhado a existência de alterações na qualidade da vinculação destas crianças (Faber & Wittenborn, 2010; Hetherington & Kelly, 2002), principalmente devido à introdução de um padrasto, que pode representar uma ameaça à relação da criança com a sua mãe, podendo ser exacerbada se a criança percebe a sua mãe como menos apoiante e disponível (Bowlby, 1973; Faber & Wittenborn, 2010). Apesar de este estudo não identificar diferenças na representação da vinculação das crianças em função da família, são as mães oriundas de famílias reconstituídas que identificam maiores dificuldades de autorregulação emocional nos seus filhos, resultados que são corroborados pela literatura anteriormente referida.

Porém, a qualidade da vinculação da criança poderá ser influenciada por diversas variáveis, alguma delas não resultantes diretamente do estado civil dos pais ou da estrutura familiar, mas de outros fatores individuais, relacionais e contextuais inerentes. Destacam-se, nomeadamente, a capacidade dos pais responderem adequada e consistentemente às necessidades de segurança dos filhos (Faber & Wittenborn, 2010; Page & Bretherton, 2001), os estilos educativos parentais (Nair & Murray, 2005), a qualidade da coparentalidade (Schoppe-Sullivan et al., 2008), a qualidade da relação interpaparental (Laurent et al., 2008;

Moura & Matos, 2008) e o nível de envolvimento paterno (Faber & Wittenborn, 2010; Moura & Matos, 2008).

BIBLIOGRAFIA

Ainsworth, M.D.S., Blehar, M.C., Waters, E., & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: A psychological study of the Strange Situation*. Hillsdale, NJ: . Erlbaum.

Bowlby, J. (1969/1984). *Attachment and loss. Attachment* (2nd ed.). London: Basic Books. (Trabalho original publicado em 1969)

Bowlby, J. (1973/1985). *Attachment and loss. Separation*. London: Basic Books. (Trabalho original publicado em 1973)

Bretherton, I. (2010). Fathers in attachment theory and research: a review. *Early Child Development and Care*, 180(1-2), 9-23.

Cowan, P.A., Cowan, C.P., & Mehta, N. (2009). Adult attachment, couple attachment, and children's adaptation to school: An integrated attachment template and family risk model. *Attachment and Human Development*, 11(1), 29-46.

Demo, D.H., & Cox, M.J. (2000). Families with young children: A review of research in the 1990s. *Journal of Marriage and the Family*, 62(4), 876-895.

Dias, P., Soares, I. & Freire, T. (2002). Percepção materna do comportamento de vinculação da criança aos 6 anos: Construção de uma escala. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, 335-347.

Dickstein, S., Seifer, R., & Albus, K. (2009). Maternal adult attachment representations across relationships domains and infant outcomes: The importance of family and couple functioning. *Attachment and Human Development*, 11, 5-27.

Faber, A.J., & Wittenborn, A.K. (2010). The role of attachment in children's adjustment to divorce and remarriage. *Journal of Family Psychotherapy*, 21(2), 89-104.

González, M.M., & Triana, B. (2008). Divorcio, monoparentalidad y nuevos emparejamientos. In M.J. Rodrigo & J. Palácios (Coords.), *Familia y desarrollo humano* (pp. 373-397). Madrid: Alianza Editorial.

Hetherington, E.M. & Kelly, J. (2002). *For better or for worse: Divorce reconsidered*. New York: W.W. Norton & Company.

Huth-Bocks, A.C., Levendosky, A.A., Bogat, G.A., & von Eye, A. (2004). The impact of maternal characteristics and contextual variables on infant-mother attachment. *Child Development*, 75, 480-496.

Laurent, H.K., Kim, H.K., & Capaldi, D.M. (2008). Prospective effects of interparental conflict on child attachment security and the moderating role of parents' romantic attachment. *Journal of Family Psychology*, 22(3), 377-388.

Moura, O., & Matos, P.M. (2008). Vinculação aos pais e conflito inter-parental em adolescentes. *Psicologia*, XXII(1), 127-152.

Nair, H., & Murray, A.D. (2005). Predictors of attachment security in preschool children from intact and divorced families. *The Journal of Genetic Psychology*, 166(3), 245–263.

Page, T., & Bretherton, I. (2001). Mother- and father-child attachment themes in the story completions of pre-schoolers from post-divorce families: do they predict relationships with peers and teachers? *Attachment & Human Development*, 3(1), 1-29.

Schoppe-Sullivan, S.J., Brown, G.L., Cannon, E.A., Mangelsdorf, S.C., & Sokolowski, M.S. (2008). Maternal gatekeeping, coparenting quality, and fathering behavior in families with infants. *Journal of Family Psychology*, 22(3), 389-398.

Soares, I. (2001). Vinculação e cuidados maternos. Segurança, protecção e desenvolvimento da regulação emocional. In M.C. Canavarro (Ed.), *Psicologia da gravidez e da maternidade* (pp. 75-104). Coimbra: Quarteto Editora.

Tippelt, G.G., & König, L. (2007). Attachment representations in 6-year old children from one and two parent families in Germany. *School Psychology International*, 28, 313-330.

Woodward, L.J., Fergusson, D. M. & Belsky, J. (2000). Timing of parental separations and attachment to parents in adolescence: Results from a prospective study from birth to 16 years. *Journal of Marriage and the Family*, 62, 162-174.

POSTER | *POSTER*

O IMPACTO DE ESTILO PARENTAL NO DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL DE CRIANÇAS E JOVENS COM NEE | *THE IMPACT OF PARENTAL STYLE IN PSYCHOSOCIAL DEVELOPMENT OF CHILDREN AND YOUTH WITH SEN*

TERESA CLÁUDIA SOUSA E FILOMENA ERMIDA DA PONTE

O IMPACTO DE ESTILO PARENTAL NO DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL DE CRIANÇAS E JOVENS COM NEE | THE IMPACT OF PARENTAL STYLE IN PSYCHOSOCIAL DEVELOPMENT OF CHILDREN AND YOUTH WITH SEN

Teresa Cláudia Sousa

Escola Básica e Secundária de Machico - Região Autónoma da Madeira

(Mestre em Ciências da Educação: Educação Especial [Faculdade de Ciências Sociais - UCP Braga], Licenciada em Ensino de Humanidades [Faculdade de Filosofia - UCP Braga])

Filomena Ermida da Ponte

Faculdade de Ciências Sociais - UCP Braga

(Doutora em Psicologia Evolutiva e da Educação (Universidade de Santiago de Compostela - Espanha); Mestre em Formação Psicológica de Professores (Universidade do Minho - Braga), Licenciada em Ciências da Educação (Universidade do Minho - Braga). Professora Auxiliar da FACIS-UCP Braga, coordenadora dos mestrados em Ciências da Educação)

RESUMO

Os pais são essenciais para o desenvolvimento das crianças, pois constituem o primeiro contexto de interação. A conjuntura familiar condiciona a integração social dos filhos, refletindo-se em especial, na escola. Estudos desenvolvidos, sugerem que os estilos parentais consolidam as diferenças da motivação para as aprendizagens académicas, por parte dos alunos. A qualidade das interações pais/ filhos é ainda mais notável quando as crianças revelam necessidades educativas especiais. Os estilos educativos parentais, autoritário, autorizado e permissivo (indulgente ou negligente) têm sido alvo de investigação e relacionados com os resultados académicos, pessoais e sociais das crianças, tendo o Estilo Parental Autorizado (ou democrático), consistentemente, revelado melhores resultados ao nível das diversas áreas de desenvolvimento, e o Estilo Parental Negligente demonstrado, sempre, os piores resultados.

Palavras-Chave: Estilos Parentais, Necessidades Educativas Especiais, (In)sucesso escolar.

ABSTRACT

Parents are essential to the development of children, because they are the first context in which they interact. The conditions provided by them will condition the preparation of minors to integrate into other contexts, like school. Some studies even suggest that parenting styles are the basis of student motivational differences. The quality of parent/ children interactions is even more important when kids have special educational needs, since it seems that the lack of quality may contribute to minimize or exacerbate children's inherent difficulties. Parenting styles- authoritarian, authoritative and permissive (indulgent and negligent)- have been related to academic achievement, personal and social competence in children, and the authoritative (or democratic) style has revealed, consistently, better results in all developmental areas, being the Negligent Parenting Style the one that got, always, the worst results.

Keywords: Parenting styles, Special Needs Education, academic (in)succes.

INTRODUÇÃO

Os alunos oriundos de meios sociais e culturais problemáticos, fruto da atual mutação sociológica, alguns dos quais avolumam as nossas listas de alunos com necessidades educativas especiais, fazem-nos refletir acerca do papel da família, em especial, dos pais, no rendimento escolar dos educandos, assim como na sua capacidade de adequação de comportamento em ambiente escolar. Valorizando a importância do contexto ambiental em que a criança se desenvolve, a Região Autónoma da Madeira assume como alunos com “necessidades educativas especiais”: “...*todos aqueles que possuam “necessidades intrínsecas (relativas a) problemas sensoriais, físicos, intelectuais ou emocionais, ou ainda, com perturbações graves da personalidade ou do comportamento, da fala, da aprendizagem, ou problemas graves de saúde, derivados de fatores orgânicos ou ambientais, quando comparados com outros na mesma faixa etária...*” (decreto-lei regional 33/ 2009, art.6º). Assim sendo, o grande objetivo deste estudo assenta na descoberta dos estilos educativos parentais utilizados pelos encarregados de educação dos nossos alunos com N.E.E., para melhor compreender a sua influência no rendimento escolar/ comportamento dos seus educandos. Através de uma revisão bibliográfica, caracterizaremos os vários tipos de risco a que as crianças e suas famílias estão sujeitas, tendo em consideração as crianças sobre as quais nos debruçamos: crianças com N.E.E. que frequentam a EBS de Machico.

OBJETIVOS DO ESTUDO

Assim, este estudo tem como objetivo geral caracterizar o estilo parental utilizado na educação de jovens com N.E.E.. Outros objetivos visados, e sistematizando-os:

- (i) Conhecer a predominância dos EP adotados, percecionados pelos encarregados de educação das crianças e adolescentes com N.E.E. na E.B.S. de Machico.
- (ii) Descobrir a predominância dos EP adotados percecionados pelas mães dos seis alunos-problema designados para este estudo.
- (iii) Comparar os resultados da perceção dos dois grupos de encarregados de educação participantes, relativamente ao Estilo Parental mais adequado para educar.
- (iv) Relacionar o(s) estilo(s) parental(ais) percecionado(s) como o(s) mais adequado(s) com o rendimento escolar e comportamento dos alunos.

MÉTODO

Amostra

A Escola Básica e Secundária de Machico, com um universo (N=1730) alunos, inclui 96 casos (6%) de crianças e jovens com necessidades educativas especiais, frequentando do 5º ao 12º anos, cujo apoio psicopedagógico está ao cargo do Centro de Apoio Psicopedagógico de Machico, constituído por uma equipa multidisciplinar de professores especializados, psicólogos, terapeuta da fala, fisioterapeuta, técnica de psicomotricidade e terapeuta ocupacional. A estes 96 casos correspondem 88 encarregados de educação, uma vez que há 8 encarregados de

educação que têm 2 educandos com necessidades educativas especiais atendidos pelo CAP-Machico, na Escola Básica e Secundária.

Instrumentos

O instrumento utilizado para recolha de informação foi *Parental Authority Questionnaire* - PAQ, de Buri, 1991, adaptação portuguesa de Mónica Pires, (2011). Este questionário é constituído por 30 itens. Cada item produz uma afirmação sobre o comportamento do pai/ mãe, perante um comportamento do filho, que as respondentes deviam avaliar através de uma escala de tipo *Lickert* de 1 a 5. De acordo com os parâmetros pré-estabelecidos, à nota 1 era atribuído o significado de “*discordo totalmente*”, correspondendo a nota 5 ao significado “*concordo totalmente*”. Analisaram-se, ainda, os Programas Educativos Individuais dos educandos.

Procedimento

Depois de devidamente analisadas as fontes documentais dos participantes da amostra, partimos para a aplicação dos questionários, os quais nos iriam fornecer informação relevante sobre as perceções dos pais relativamente ao assunto em estudo.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Uma vez que o PAQ foi desenvolvido (Buri, 1991) a partir do modelo tridimensional de Baumrind (1971) (EP Autorizado, Autoritário e Permissivo), cada estilo é caracterizado por 10 afirmações deste questionário, como esquematizámos na Tabela 1:

Estilo Autorizado	Estilo Autoritário	Estilo Permissivo
Itens 4, 5, 8, 11, 15, 20, 22, 23, 27 e 30	Itens 2, 3, 7, 9, 12, 16, 18, 25, 26 e 29	Itens 1, 6, 10, 13, 14, 17, 19, 21, 24, e 28

Tabela 1 Distribuição dos Itens do Questionário PAQ- P (Pires, 2011) pelos três Estilos Parentais: EP Autorizado, Autoritário e Permissivo.

Os questionários das mães dos educandos sobre os quais incide este estudo, constatamos que as suas respostas se distribuíram do seguinte modo (Tabela 2):

		Mãe de F.X.	Mãe de F.P.	Mãe de J.L.	Mãe de M.A.	Mãe de J.R.	Mãe de J.M.
Escala	Estilo Parental						
	EP- P	↓	↓	1 ↓	1, 6 ↓	↓	↓
1	EP- A						
	EP- Autz						
	Discordo total						
2	EP- P	1, 10, 13, 14, 17, 28	1, 10, 13, 17, 21	6, 10, 14, 21, 24	10, 13, 14, 17, 19	1, 6, 10, 13, 14	10, 13, 14, 28
	Discordo						
	EP- A	7, 29	3, 7,	2, 3, 7, 25,	3, 18, 25,		
3	EP- Autz	20, 23,	15,	5,	20,	20, 22,	
	EP- P						
	Não concordo						
4	EP- A						
	EP- Autz	22, 27		8			
	EP- P	6, 24	6, 14, 19, 24,	13, 17, 19, 28,	24		
5	EP- A	2, 3, 9, 12, 16, 18	2, 9, 12, 16, 18, 2	9, 12, 16, 18, 26,	2, 3, 7, 9, 12, 16,	2, 7, 9, 12, 16,	
	Concordo						
	EP- Autz	4, 5, 8, 11, 15, 30	4, 5, 8, 11, 20, 22	4, 11, 15, 20, 22,	4, 5, 8, 11, 15, 20	4, 5, 8, 11, 15,	
5	EP- P						1, 6, 17, 19, 21, 24,
	Concordo total						2, 3, 7, 9, 12, 16,
	EP- Autz						4, 5, 8, 11, 15, 23

Tabela 2- Análise individual das respostas ao questionário PAQ- P (Pires, 2011) das mães dos alunos- problema.

Assim, julga-se possível esquematizar, desta forma, a perceção do grupo de mães relativamente à forma que consideram mais correta de educar, se compararmos as respostas entre elas (Esquema 1). Esta distribuição parece-nos adequada, já que nenhuma das mães optou consistentemente por apenas um dos estilos, sendo poucas as respostas (com exceção da mãe de J.M.) de cada uma das encarregadas de educação que se identificava totalmente (5, na escala) ou não se identificava de todo (1, na escala) com as afirmações apresentadas.

Autoritário**Autorizado****Permissivo**F.X. J.R. **M. A.**

J.L. F.P. J.M.

Esquema 1: Comparação das respostas das seis mães inquiridas, de acordo com os 3 Estilos Parentais (Baumrind, 1971)

CONCLUSÃO

Concluiu-se que, na sua maior parte, os encarregados de educação discordam das afirmações relacionadas com o Estilo Parental Permissivo, com exceção do item 24, no qual os encarregados de educação concordaram mais do que discordaram da afirmação, embora, com percentagens próximas.

O facto de muitos encarregados de educação terem revelado uma grande discordância, relativamente a muitas das afirmações relacionadas com o EP Permissivo (Itens 1, 10, 13, 14, 19, 21 e 28, com percentagens superiores a 70%), pode indiciar que eles, na realidade, se identificam mais com o perfil oposto, ou seja, com o EP autoritário, opinião que é corroborada pelo conhecimento informal obtido através de observação direta, quer da interação entre os encarregados de educação e respetivos educandos, quer através da interação com o próprio

investigador. Esta opinião encontra eco na literatura, uma vez que as famílias de origem social mais modesta parecem apostar essencialmente numa postura mais rígida e com ênfase na obediência, mais do que no questionamento e na curiosidade (Gayet, 2004), o que poderá fazê-los discordar mais com este estilo parental. Por outro lado, e mais uma vez enfatizando o panorama geral, os mesmos encarregados de educação concordam com as afirmações relacionadas com os outros dois estilos parentais: Estilo Parental Autoritário e Estilo Parental Autorizado. Relativamente às afirmações relacionadas com o Estilo Parental Autoritário, estas merecem o apoio de grande parte dos encarregados de educação, com exceção do Item 7, onde a formulação da afirmação (na forma negativa) provocou alguma hesitação o que pode ter influenciado as respostas dos inquiridos. Também no Item 25 há uma percentagem inferior a 50% de concordantes já que 9 das respondentes assinalou a opção “não concordo nem discordo”, o que pode revelar alguma dificuldade na interpretação desta afirmação. Por outro lado, e observando o quadro relativo aos resultados das afirmações relacionadas com o Estilo Parental Autorizado, as quais obtêm sempre uma larga percentagem de concordância, pode isto querer demonstrar que os encarregados de educação inquiridos, embora concordem com algumas práticas do EP Autoritário, nomeadamente, no que se refere à exigência e controlo, não concordam que seja este o mais adequado para melhorar a educação das crianças, em geral, e da sociedade que os envolve. Na análise dos resultados das afirmações relacionadas com o EP Autorizado, é manifesto que os encarregados de educação inquiridos concordam em larga escala com esta forma de educar, sendo que todas as afirmações obtêm percentagens iguais ou superiores a 70%, revelando, assim, uma concordância com os itens satisfatória e muito satisfatória. Constata-se, ainda, que a tendência das respostas se mantém, se compararmos as do grupo de todos os encarregados de educação com as das mães dos seis alunos sobre os quais nos debruçamos, ou seja, quer um grupo, quer outro, tendem a concordar mais com o EP Autorizado, seguido do EP Autoritário e discordar, no geral, do EP Permissivo. Assim, no que concerne às afirmações relacionadas com o EP Permissivo comparando-as com as respostas dadas pelo grupo de todos os encarregados de educação, apesar de a tendência se manter, entre os dois grupos, é de ressaltar que as mães dos 6 alunos sobre os quais nos debruçamos tendem a discordar ligeiramente menos com as afirmações relacionadas com o EP Permissivo, já que são 5 os Itens que vêem a sua pontuação descer relativamente aos resultados do grupo dos restantes encarregados de educação (Itens 1, 6, 19, 21 e 24). Em contrapartida, são 4 os Itens cuja percentagem de discordância aumenta (Itens 10, 13, 14 e 17), um dos quais (Item 10) para 100% de discordância. Um dos Itens (Item 28) revela uma percentagem de igual discordância entre os 2 grupos. Avançando para as afirmações do questionário que se relacionam com o EP Autoritário, conclui-se que as mães dos seis alunos- problema tendem a concordar mais com o EP Autoritário, já que, relativamente aos resultados do questionário dos restantes encarregados de educação, a percentagem de concordância com estes Itens aumenta em 9 deles (Itens 2, 7, 9, 12, 16, 18, 25, 26 e 29), sendo que em 4 (Itens 9, 12, 16 e 26) todas as mães concordam ou concordam totalmente com as frases. Assim, a sua identificação com este estilo parental parece-nos bastante consistente. Se compararmos os resultados dos dois grupos, não deixa de ser revelador o facto de, apesar de todos os alunos com N.E.E. revelarem dificuldades de aprendizagem inerentes à sua problemática, serem as encarregadas de educação que menos se identificam com o EP Autorizado aquelas cujos resultados dos filhos é mais insatisfatório, quer relativamente às aprendizagens académicas, quer à autonomia, quer ao equilíbrio emocional e competências sociais. Esta constatação está de acordo com os estudos efetuados (Steinberg, 1997), na medida em que nos diversos grupos étnicos, os pais autorizados conseguissem que os seus filhos obtivessem melhores resultados do que os filhos de pais com outros Estilos Parentais. No entanto, os resultados dos adolescentes negros e

hispânicos eram sempre inferiores quando comparados com os adolescentes brancos e asiáticos, o que leva o autor a utilizar uma metáfora, provavelmente reveladora dos resultados obtidos pelas famílias através da influência de numerosas variáveis, e que consistia no seguinte: se imaginarmos um tenista amador a defrontar um tenista profissional, se o tenista amador dormir bem, será sempre um fator que melhorará a sua performance. Porém, mesmo que esse fator o ajude um pouco, provavelmente não lhe permitirá vencer o tenista profissional, mesmo que este tenha dormido mal. O mesmo aconteceria com os adolescentes negros e hispânicos, cuja influência parental, mesmo que autorizada, sucumbiria mais facilmente perante a influência dos pares, por características da própria comunidade envolvente. O mesmo não sucederia com os alunos asiáticos, já que a comunidade escolar, a estes, dificilmente concede a inclusão em grupos de pares avessos ao sucesso académico. Esta metáfora é adequada ao nosso estudo, uma vez que consideramos que os nossos seis alunos podem ser equiparados ao “tenista amador”, já que os seus antecedentes familiares, o seu passado, as suas características fá-lo-iam, provavelmente, ficar aquém das expectativas, mesmo que os seus pais ou mãe fossem, de facto, autorizados. Assim, mesmo no caso do outro grupo, o grupo dos restantes alunos com N.E.E. que frequentam a nossa escola, era provável que tivessem as mesmas dificuldades de um “tenista amador” a ganhar o torneio, mesmo que as suas características e dificuldades não se assemelhem às dos seis discentes problemáticos. De facto, se dentro de um mesmo grupo (étnico) os resultados mais satisfatórios são sempre os dos filhos de pais autorizados (como se comprovou no nosso estudo, uma vez que o primeiro grupo de encarregados de educação têm filhos/ educandos que, apesar das dificuldades vão transitando de ano), por muito que os estilos parentais sejam autorizados nunca conseguirão “vencer” todos os antecedentes (genética, vivência da paternidade, qualidade de relações entre a família próxima) e influências diárias (nomeadamente, dos pares) que fazem com que os educandos de um e de outro grupo participantes tenham sempre dificuldades na escola. Esta constatação sugere-nos mais uma reflexão baseada na literatura e que tem a ver com a pertinência da integração destes alunos, com N.E.E., e graves dificuldades de aprendizagem/ comportamento associadas, nestas turmas de nível. Assim, e tendo em consideração que se trata de alunos com idades compreendidas entre os 14 e os 16 anos, em plena adolescência, portanto, em que existe uma preponderância grande dos pares, em detrimento da influência dos próprios pais e das suas práticas parentais (Steinberg, 1997), talvez seja contraproducente integrá-los em turmas em que os restantes alunos também revelam falta de motivação para o estudo, problemas de aprendizagem e de comportamento, podendo esta inclusão estar a tornar ainda mais insatisfatória a trajetória destes alunos. Se a isso adicionarmos a já comprovada tendência para que filhos de pais negligentes privilegiem grupos de pares com valores contrários aos adultos (Durbin, Darling, Steinberg & Brown, 1993), não só nos estamos de novo a inclinar para a hipótese já anteriormente adiantada (a de que as mães destes alunos, embora revelem alguma inconsistência nas respostas, discordando em bastantes itens com o EP Permissivo, são tendencialmente, mais do que permissivas, negligentes), como também nos posicionamos contra a integração de discentes com estas características em turmas de nível, já que isso só contribui para resultados mais insatisfatórios e que podem ajudar a explicar o insucesso escolar repetido destes alunos e o seu concomitante distanciamento da vida escolar, apesar do apoio especializado de que usufruem (medidas educativas do decreto legislativo regional 33/ 2009, apoio pedagógico da educação especial prestado por uma professora especializada, monitorização do seu caso pela Segurança Social e Serviço de Psicologia, assim como encaminhamento do seu caso para outras especialidades médicas, quando pertinente).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Baumrind, D. (1971a). Current patterns of parental authority. *Development Psychology Monographs*, 4, 1-103.

Buri, J. R. (1991). Parental authority questionnaire. *The Journal of Personality Assessment*, 57, (1), 110-119

Cruz, O. (2006). Parentalidade.- Psicologias. Coimbra: Quarteto.

Durbin, D. D., Darling, N. Steinberg, L. & Brown, B. B. (1993). Parenting style and peer group orientation among European-American adolescents. *Journal of Research on Adolescence*, 3 (1), 87-100.

Gayet, Daniel (2004). Les pratiques éducatives des familles. Paris. PUF. Pires, M. (2010). *Valores, estilos parentais, stresse infantil e vivência emocional dos filhos*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.

Steinberg, L. (1997). *Beyond the classroom - Why school reform has failed and why parents need to do*. New York: First Touchston Edition.

POSTER | *POSTER*

**EFICÁCIA DA FORMAÇÃO PARENTAL NO PROJETO RIF AO NÍVEL DO SENTIMENTO DE
COMPETÊNCIA DOS PAIS | *PARENT TRAINING EFFECTIVENESS IN RIF PROJECT AT
THE LEVEL OF PARENTAL SENSE OF COMPETENCE***

CARLA FERNANDES, BRUNO FERREIRA, MANUELA VERÍSSIMO, ANTÓNIO J. SANTOS E
JORDANA CARDOSO

EFICÁCIA DA FORMAÇÃO PARENTAL NO PROJETO RIF AO NÍVEL DO SENTIMENTO DE COMPETÊNCIA DOS PAIS | *PARENT TRAINING EFFECTIVENESS IN RIF PROJECT AT THE LEVEL OF PARENTAL SENSE OF COMPETENCE*

Carla Fernandes

(Bolsista de doutoramento no ISPA-IU [SFRH/BD/60793/2009])

Bruno Ferreira (bferreira@ispa.pt)

(Bolsista de doutoramento no ISPA-IU [SFRH/BD/47802/2008])

Manuela Veríssimo

(Professora associada no ISPA-IU)

António J. Santos

(Professor associado no ISPA-IU)

Jordana Cardoso

(Bolsista de doutoramento no ISPA-IU [SFRH/BD/77570/2011])

Os autores gostariam de agradecer a todas as famílias que aceitaram participar neste estudo, financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian - Programa "Crianças e Jovens em Risco (RIF- Associação Arisco).

RESUMO

O sentimento de eficácia parental, e respetivas dimensões de satisfação e interesse, foi avaliado com recurso à ESCP (Johnston & Mash, 1989; adaptado por Ferreira, Veríssimo, Santos, & Fernandes, 2011), no âmbito da avaliação da eficácia de grupos de formação parental do Projeto RIF (Rede de Intervenção na Família) constituídos por uma população com fatores de risco para maus-tratos e negligência infantil (Azar, Povilaitis, Lauretti, & Pouquette, 1998; Cicchetti & Valentino, 2006; Gershater-Molko, Lutzker, & Wesch, 2003). Para este efeito, recorreu-se a um desenho *quasi*-experimental, com duas amostras independentes, recrutadas por conveniência, que formaram dois grupos: o grupo experimental, sujeito a intervenção, e o grupo de comparação, sem intervenção. Todos os sujeitos foram avaliados com medidas repetidas: *t1* (pré intervenção) e *t2* (pós intervenção). Foram aceites na análise final 46 sujeitos ($n_{\text{GEXP.}}=26$; $n_{\text{GCONT.}}=17$) que devolveram os questionários completamente preenchidos em ambos os momentos. O teste *t-student* para medidas repetidas revelou, como esperado, efeitos positivos e significativos entre *t1* e *t2* apenas para o grupo alvo de intervenção.

ABSTRACT

Parental efficacy, and respective dimensions of satisfaction and interest, was measured with PSOC scale (Johnston & Mash, 1989, adapted by Ferreira, Veríssimo, Santos, & Fernandes,

2011) within the assessment of RIF's (Rede de Intervenção na Família) parental groups efficacy a parent education community program directed to Lisbon population with risk factors of child maltreatment (Azar, Povilaitis, Lauretti, & Pouquette, 1998; Cicchetti & Valentino, 2006; Gershater-Molko, Lutzker, & Wesch, 2003). A quasi-experimental design with two independent convenience samples permitted to form experimental and control conditions to study the efficacy of the intervention. Forty-six subjects ($n_{EXP.G.}=26$; $n_{CONTR.G.}=17$) who completed the questionnaire before (time 1) and after (time 2) the intervention were selected. A *t*-test for repeated measures showed positive and significant mean group effects only, as expected, for the intervention condition.

INTRODUÇÃO

O sentimento de competência parental é um dos objetivos mais salientes dos programas de formação/educação parental e um dos *resultados* mais solidamente reportados (Hudson, Campbell-Grossman, & Fleck, 2003; Miller-Heyl, MacPhee, & Fritz, 1998; Peterson, Tremblay, Ewigman, & Saldana, 2003; Pisterman, Firestone, McGrath, Goodman, Webster, Mallory, & Goffin, 1992; Sofronoff & Farbotko, 2002), encontrando-se associado à competência de práticas parentais e ao desenvolvimento positivo das crianças (Bornstein, Hendricks, Hahn, Haynes, Painter, & Tamis-LeMonda, 2003; Coleman, & Karraker, 1998; Johnston & Mash, 1989; Jones & Prinz, 2005; Shumow & Lomax, 2002).

O sentimento de eficácia parental, e respetivas dimensões de satisfação e interesse, foi avaliado através da Escala de Sentimento de Competência Parental (ESCP – Johnston & Mash, 1989; adaptado por Ferreira et al., 2011), no âmbito da avaliação da eficácia de grupos de formação parental implementados no contexto do Projeto RIF (Rede de Intervenção na Família), em Lisboa, com pais pertencentes a uma população com presença de fatores de risco para maus-tratos e negligência infantil (Azar et al., 1998; Cicchetti & Valentino, 2006; Gershater-Molko et al., 2003).

CARACTERÍSTICAS DAS INTERVENÇÕES DE FORMAÇÃO PARENTAL DO PROJECTO RIF

Modelo

Foram desenvolvidos três tipos de grupos de formação parental: Intervenção Precoce (IP) – pais de crianças dos 0-3 anos; Formação Parental (FP) – pais de crianças dos 3-10 anos; e Laboratórios da Relação Pais-Filhos (LPF) – pais e filhos dos 3-10 anos. A três intervenções tinham em comum o modelo ecológico, sistémico e transacional do desenvolvimento das crianças e da parentalidade.

Metodologia

O método conceptual promotor de mudança na parentalidade baseava-se em três eixos: 1) no desenvolvimento de capacidades reflexivas e empáticas através da co-construção de novos significados para a experiência emocional da parentalidade; 2) na adequação da observação, sensibilidade e responsividade contingente ao comportamento das crianças; 3) e na gestão da

dinâmica de grupo de forma a reforçar a partilha e o suporte entre os pais. Este método dava relevância ao conhecimento de competências, tarefas e necessidades desenvolvimentais das crianças, bem como à compreensão das cognições, funções e competências parentais no contexto da relação afetiva e comunicação pais/filhos.

Técnicas

No que se refere às técnicas de intervenção, verifica-se a existência de uma maior variação ao longo das diferentes ações do projeto RIF. Neste sentido, na FP foram privilegiadas técnicas de dinâmica de grupo e psicodramáticas que promovessem a experiência, discussão em grupo e a elaboração de sínteses. Nos grupos IP, após o aquecimento de grupo, trabalhavam-se conteúdos emergentes de acordo com um tema base e, num clima de suporte cognitivo e emocional (com neutralidade técnica e técnicas semi-terapêuticas), gerava-se um '*facto selecionado*' para reelaboração e abertura a novos significados. O quadro de referência para a gestão das sessões era o das teorias psicanalíticas. Os LPF, por sua vez, aplicavam um jogo estruturado (*No Reino das Histórias*), que gerava dinâmicas de grupo, *roleplay*, entre outras tarefas, desenvolvidas de acordo com um foco específico e que permitiam uma reflexão orientada no final da sessão.

Processo

O percurso formativo médio foi de 8 sessões (max.= 12 e min= 5), sendo que cada sessão apresentava uma duração média de 1h30m.

O alcance e adesão médios foram avaliados pelo nº de inscrições (m=13.42) e nº de participantes (m=13.35). A este nível, no processo de intervenção constatou-se um baixo número médio de abandonos (m=3.92), mas com elevados valores médios de programa incompleto (m= 7.64). Este facto pode ser compreendido pelas dificuldades horárias, reportadas pelos pais, em conciliar os papéis parentais com as atividades propostas. Por outro lado, algumas intervenções relataram dificuldades em assegurar a estabilidade do espaço físico e dos horários de disponibilidade dos mesmos, facto que pode ter contribuído para oscilações na participação. Ainda assim, a percentagem de participação global, por ação, foi de FP= 59%, IP=71% e LPF=80%.

MÉTODO

Procedimento

Recorreu-se a um desenho *quasi-experimental*, com duas amostras independentes, recrutadas por conveniência em estabelecimentos de ensino ou apoio a idades pré-escolares de Lisboa, que formaram dois grupos: o grupo experimental (GE), sujeito a intervenção, e o grupo de comparação (GC), sem intervenção. Todos os sujeitos foram avaliados com medidas repetidas em dois momentos *T1* (pré intervenção) e *T2* (pós intervenção). Os questionários foram entregues aos pais pelas educadoras das instituições e recolhidos uma semana depois.

A amostragem envolveu 149 pais, constatando-se, contudo, uma elevada taxa de mortalidade entre T1 e T2 (75,2% GE - 62% GC). Deste modo, foram aceites na análise final 46 sujeitos ($n_{GE}=26$; $n_{GC}=17$) que devolveram os questionários completamente preenchidos em ambos os momentos.

Instrumento

Escala de Sentimento de Competência Parental (ESCP)

A ESCP (Parenting Sense of Competence Scale – Johnston & Mash, 1989) é um questionário de auto-preenchimento dirigido a pais, composto por 17 itens e permite avaliar a auto-percepção geral de competência parental. Perante este questionário, os pais indicam o seu nível de concordância com as afirmações numa escala tipo *Likert* de 6 pontos (1-concordo fortemente; 6-discordo fortemente).

Os autores desta escala interpretaram as duas subescalas obtidas em duas dimensões, nomeadamente: Eficácia e Satisfação, tendo reportado consistência interna de $\alpha=.76$ e $\alpha=.75$, respetivamente.

Outros autores têm reportado evidências no que concerne à validade interna concorrente, inter-item, na composição dos resultados das subescalas ESCP, bem como, identificado novos fatores: Interesse Parental e Controlo Parental (Gilmore & Cuskelly, 2008). Ferreira et al. (2011) avaliaram e compararam o ajustamento da qualidade desses modelos ESCP numa amostra portuguesa, através de métodos de análise fatorial confirmatória (AFC), suportando a solução de três fatores: Eficácia, Satisfação e Interesse.

RESULTADOS

O teste *t-student* para medidas repetidas revelou, que as diferenças positivas de médias observadas entre T1 e T2 foram, apenas, significativas para o grupo alvo de intervenção. A Eficácia Parental [$t=-2.10$, $PUD=0.02 < \alpha = 0.05$; $d=-0.62$ (-0.81, -0.39)] e o Interesse Parental [$t=-2.19$, $PUD=0.03 < \alpha = 0.05$; $d=-0.62$ (-0.89, -0.13)] apresentam efeitos positivos e significativos, com magnitude dos efeitos de mudança (ES - *Effect Size*) para medidas repetidas elevado. A Satisfação Parental [$t=-1.97$; $PUD=0.02 < \alpha = 0.05$; $d=-0.58$ (-1,10, -0.09)] apresenta também efeitos positivos significativos e ES moderado.

No que diz respeito à magnitude do impacto dos GFP, verifica-se que a percentagem de indivíduos com efeitos positivos é de 68% para o sentimento de Eficácia, de 63% para a Satisfação e de 58% no Interesse pelo papel parental. As médias das subescalas no grupo de intervenção podem ser observadas na figura 1.

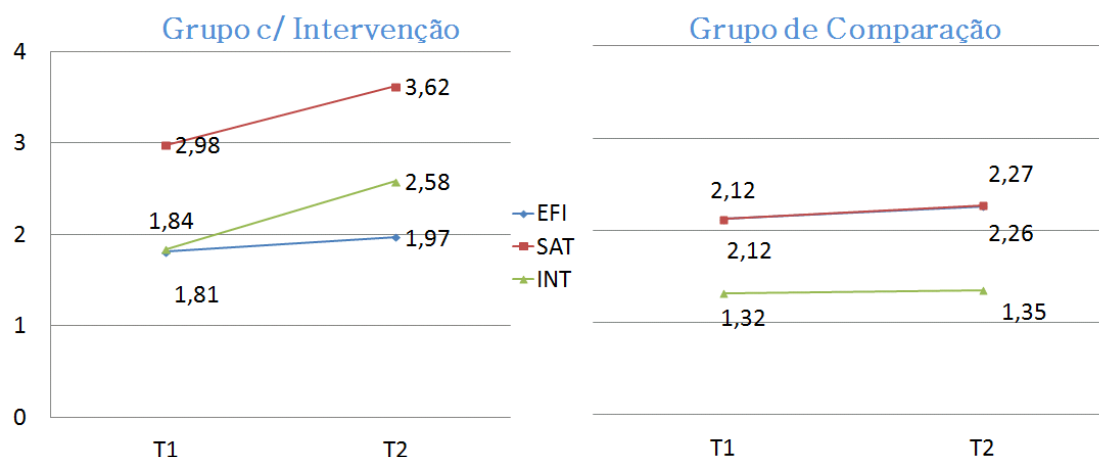


Figura 1. Efeito da Intervenção no Sentimento de Eficácia, Satisfação e Interesse Parental

DISCUSSÃO

No seu conjunto, os resultados reforçam a ideia defendida na literatura de que a Educação Parental tem efeitos benéficos para os pais ao nível do sistema de cognições parentais. Os resultados obtidos mostram a eficácia da intervenção dos grupos de formação parental da RIF ao nível do Sentimento de Eficácia Parental, Satisfação com o Papel Parental e Interesse Parental, em cerca de 60% dos sujeitos participantes na intervenção, com efeitos significativos positivos e magnitude de mudança moderada e elevada.

Existem, contudo, algumas limitações no presente estudo que não podemos deixar de considerar. A primeira refere-se ao elevado nível de mortalidade, facto que deve ser tido em conta na análise dos resultados. Powell (2005) tem chamado a atenção sobre o facto de este fenómeno se constituir como um possível enviesamento dos dados na medida em que os pais que permanecem nas intervenções e aderem à avaliação podem ser diferentes dos demais não avaliados, pelo menos ao nível da sua motivação intrínseca para a mudança. A segunda consideração refere-se ao número reduzido de sujeitos aceites para o estudo, o que impossibilitou uma análise mais detalhada sobre as diferenças dos efeitos e magnitudes entre os três tipos de intervenção (aspetos a ter em conta no futuro).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Azar, S. T., Povilaitis, Y., Lauretti, A. F., & Pouquette, C. L. (1998). The current status of etiological theories in intrafamilial child maltreatment. In J.R. Lutzker, (Ed.), *Handbook of child abuse research and treatment* (pp. 3–30). New York: Wiley.
- Bornstein, M. H., Hendricks, C., Hahn, C.-S., Haynes, O. M., Painter, K. M., & Tamis-LeMonda, C. S. (2003). Contributors to self-perceived competence, satisfaction, investment, and role balance in maternal parenting: A multivariate ecological analysis. *Parenting: Science and Practice*, 3, 285-326.

- Cicchetti, D., & Valentino, K. (2006). An ecological transactional perspective on child maltreatment: Failure of the average expectable environment and its influence upon child development. In D. Cicchetti & D. J. Cohen (Eds.), *Developmental psychopathology (2nd ed.): Risk, disorder, and adaptation* (Vol. 3, pp. 129-201). New York: Wiley.
- Coleman, P.K., & Karraker, K.H. (1998). Self-efficacy and parenting quality: Findings and future applications. *Developmental Review, 18*, 47-85.
- Ferreira, B., Veríssimo, M., Santos, A. J., M., Fernandes, C., & Cardoso, J. (2011). Escala de sentimento de competência parental: Análise confirmatória do modelo de medida numa amostra de pais portugueses. *Laboratório de Psicologia, 9*, 151-159.
- Gershater-Molko, R.M., Lutzker, J.R., & Wesch, D. (2003). Project SafeCare: Improving health, safety, and parenting skills in families reported for, and at-risk for child-maltreatment. *Journal of Family Violence, 18*, 377–386.
- Gilmore, L., & Cuskelly, M. (2008). Factor structure of the Parenting Sense of Competence scale using a normative sample. *Child: Care, Health and Development, 35*, 1, 48–55.
- Hudson, D. B., Campbell-Grossman, C., & Fleck, M. O. (2003). Effects of the new fathers network on first-time fathers' parenting self-efficacy and parenting satisfaction during the transition to parenthood. *Issues in Comprehensive Pediatric Nursing, 26*, 217–229.
- Johnston, C., & Mash, E. J. (1989). A measure of parenting satisfaction and efficacy. *Journal of Clinical Child Psychology, 18*, 167–175.
- Jones, T. L., & Prinz, R. J. (2005). Potential roles of parental self-efficacy in parent and child adjustment: A review. *Clinical Psychology Review, 25*, 341–363.
- Miller-Heyl, J., MacPhee, D., & Fritz, J. J. (1998). Dare to be you: A family-support, early prevention program. *Journal of Primary Prevention, 18*, 257–285.
- Peterson, L., Tremblay, G., Ewigman, B., & Saldana, L. (2003). Multilevel selected primary prevention of child maltreatment. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 71*, 601–612.
- Pisterman, S., Firestone, P., McGrath, P., Goodman, J. T., Webster, I., Mallory, R., & Goffin, B. (1992). The effects of parent training on parenting stress and sense of competence. *Canadian Journal of Behavioural Science, 24*, 41–58.
- Powell, D.R. (2005). Searches for with works in parenting interventions. In T. Luster, & L. Okagaky, (Eds.), *Parenting: An ecologic perspective* (pp.343-373). Monographs in Parenting Series (2º Ed.), New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Shumow, L., & Lomax, R. (2002). Parental self-efficacy: Predictor of parenting behaviour adolescent outcomes. *Parenting, Science and Practice, 2*, 127–150.
- Sofronoff, K. & Farbotko, M. (2002). The effectiveness of parent management training to increase self-efficacy in parents of children with Asperger syndrome. *Autism, 6*, 271–286.

POSTER | *POSTER*

ESCALA DE ESTILOS E DIMENSÕES PARENTAIS: ANÁLISE FACTORIAL CONFIRMATÓRIA DOS MODELOS DE PERCEPÇÃO SOBRE O OUTRO | *SCALE OF PARENTING STYLES AND DIMENSIONS: CONFIRMATORY FACTORIAL ANALYSIS OF THE PERCEPTION MODELS ON THE OTHER*

BRUNO FERREIRA, MANUELA VERÍSSIMO, ANTÓNIO J. SANTOS, JORDANA CARDOSO E CARLA FERNANDES

ESCALA DE ESTILOS E DIMENSÕES PARENTAIS: ANÁLISE FACTORIAL CONFIRMATÓRIA DOS MODELOS DE PERCEPÇÃO SOBRE O OUTRO | *SCALE OF PARENTING STYLES AND DIMENSIONS: CONFIRMATORY FACTORIAL ANALYSIS OF THE PERCEPTION MODELS ON THE OTHER*

Bruno Ferreira

(Bolsheiro de doutoramento no ISPA-IU [SFRH/BD/47802/2008])

Manuela Veríssimo

(Professora associada no ISPA-IU)

António J. Santos

(Professor associado no ISPA-IU)

Jordana Cardoso

(Bolsheira de doutoramento no ISPA-IU [SFRH/BD/77570/2011])

Carla Fernandes

(Bolsheira de doutoramento no ISPA-IU [SFRH/BD/60793/2009])

Os autores gostariam de agradecer a todas as famílias que aceitaram participar neste estudo, financiado pela F.C.T e pela Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género (PIHM/GC/0008/2008).

RESUMO

No contexto do debate conceptual e distinção empírica entre *práticas parentais* e *estilos parentais* (Darling & Steinberg, 1993; Grusec & Goodnow, 1994), o *Questionário de Estilos e Dimensões Parentais* (PSDQ; Robinson, Mandleco, Olsen, & Hart, 2001) foi desenvolvido, especificamente, para identificar percepções dos pais sobre as práticas parentais, no contexto de estilos parentais mais latos em idades pré-escolares. Contudo, estudos em diferentes culturas (Estados Unidos, Austrália, Rússia, China, etc.) têm apresentado soluções fatoriais de primeira ordem distintas ao nível das práticas parentais específicas (Chen & Luster, 2002; Coolahan, McWayne, Fantuzzo, & Grim, 2002; Hart, Nelson, Robinson, Olsen, & McNeilly-Choque, 1998; Robinson, Mandleco, Olsen, & Hart, 1995; Wu, Robinson, Yang, Hart, Olsen, Porter, Jin, Wo, & Wu, 2002). Através do recurso a modelos de equações estruturais, este trabalho apresenta uma análise da estrutura fatorial da escala PSDQ a partir de uma amostra portuguesa, avaliando em que medida as percepções sobre as práticas parentais do parceiro refletem a tipologia de estilos parentais proposta por Robinson et al. (2001).

ABSTRACT

In the context of the conceptual and empirical debate about the distinction of parenting practices and styles (Darling & Steinberg, 1993; Grusec & Goodnow, 1994), PSDQ (Robinson, Mandleco, Olsen, & Hart, 2001) was developed to assess parental perceptions about specific child rearing practices within general educational styles in preschool ages. Nevertheless, distinct first order factor solutions have been reported for specific child rearing practices (Chen & Luster, 2002; Coolahan, McWayne, Fantuzzo, & Grim, 2002; Hart, Nelson, Robinson, Olsen, & McNeilly-Choque, 1998; Robinson, Mandleco, Olsen, & Hart, 1995; Wu, Robinson, Yang, Hart, Olsen, Porter, Jin, Wo, & Wu, 2002). The present study use SEM for testing Robinson et al. (2001) structural factor model of PSDQ in a Portuguese sample, testing whether parental practice perceptions of the parental partner reflect parenting styles.

INTRODUÇÃO

Os estilos parentais (Baumrind, 1973) têm sido associados a resultados na adaptação do comportamento, socialização e sucesso académico (Cheah, Leung, Tahseen, & Schultz, 2009; Hart et al., 1998; Sandstrom, 2007). A identificação empírica de *práticas parentais*, enquanto comportamentos dirigidos a objetivos em domínios-específicos, refletindo *estilos parentais* que caracterizam um “clima” relacional global (Darling & Steinberg, 1993; Grusec & Goodnow, 1994), tem sido um dos focos centrais da investigação neste domínio. O *Questionário de Estilos e Dimensões Parentais* (PSDQ; Robinson et al., 2001) foi desenvolvido para identificar a existência de práticas parentais no contexto de estilos parentais mais latos. Contudo, estudos em diferentes países (Estados Unidos, Austrália, Rússia, China, etc.), têm apresentado soluções distintas ao nível das práticas parentais (Chen & Luster, 2002; Coolahan et al., 2002; Hart et al., 1998; Robinson et al., 1995; Wu et al., 2002), levantando questões sobre a fiabilidade e etnocentrismo dos constructos e sobre a forma como podem variar os resultados entre culturas e grupos étnicos (Darling & Steinberg, 1993; Chao, 1994; Robinson et al., 1995; Wu et al., 2002).

Em Portugal, Santos e Cruz (2008) utilizaram uma versão reduzida do PSDQ numa amostra de 76 pais, não tendo, no entanto, efetuado uma análise fatorial da estrutura da escala para a amostra. A maioria dos trabalhos tem-se centrado na versão de autoperceção do PSDQ e poucos têm abordado possíveis diferenças de género, com base na confirmação e exploração de modelos teóricos originalmente propostos.

O presente estudo pretende analisar, numa amostra de pais portugueses, se as práticas parentais do parceiro refletem, para ambos os pais, a tipologia de estilos parentais proposta por Robinson et al. (2001), bem como se existem diferenças de género.

MÉTODO

Participantes

Participaram no estudo 689 famílias portuguesas, maioritariamente oriundas de zonas urbanas e de estatuto socioeconómico médio (Distrito de Lisboa, Faro e Setúbal). Responderam completamente ao questionário 641 Mães com idade entre os 19 e os 53 anos (M=34.4; DP=5.1) e 470 Pais com idades entre 21 e os 63 anos (M=36.6; DP=5.9). A idade média dos filhos é de 54.9 meses (DP= 13.3), sendo 345 (50.1%) raparigas e 344 (49.9%) rapazes. Estes

frequentavam estabelecimentos de ensino público (34,3%), privado (30,9%) e IPSS (34,8%). A grande maioria dos pais encontra-se empregada ($F=82\%$; $M=91,8\%$) a tempo inteiro ($F=75.3\%$; $M=89,1\%$). No caso das mães, 26,6% declara habilitações escolares até ao 9º ano, 38.1% entre o 10º e o 12º ano, 33,4% concluiu licenciatura e 1.9% declara grau académico superior à licenciatura. 42,6% dos pais tem escolaridade até ao 9º ano, 38% apresenta uma escolaridade entre o 10º e o 12º ano, 18% concluiu a licenciatura e os restantes declaram grau académico superior.

Instrumentos

Questionário de Estilos e Dimensões Parentais (PSDQ)

O PSDQ (Robinson et al., 2001), é composto por 62 itens e avalia a perceção dos pais sobre as suas *práticas e estilos parentais, bem como* as do parceiro. Neste questionário, os pais indicam, numa escala de 5 pontos, a frequência percebida com que exibem certos comportamentos.

A estrutura fatorial exploratória inicialmente proposta incluía o Estilo Autorizante (EAUTz; 27 itens) dividido em 4 subescalas: Afetividade e Envolvimento (ae), Raciocínio/Indução (ri), Participação Democrática (pd), Serenidade e Facilitação (sf); o Estilo Autoritário (EAUTr; 20 itens) com 4 subescalas: Hostilidade Verbal (hv), Punição Corporal (cc), Irrracionalidade e Estratégias Punitivas (iep) e Diretividade (d), e o Estilo Permissivo (EP; 15 itens) que contém 3 sub-escalas: Falta de Acompanhamento (fa), Ignorar Mau Comportamento (imc) e Autoconfiança (ac).

Robinson et al. (1995) reportou valores de consistência interna α -cronbach=.91, .86, e .75 respetivamente, numa amostra de $n=1251$. Contudo, estudos transculturais têm revelado diferenças substanciais na composição e fiabilidade dos construtos de 1ª e 2ª ordem nas escalas EATr e EP (Chen & Luster, 2002; Coolahan et al., 2002; Hart et al., 1998; Wu et al., 2002).

RESULTADOS

A qualidade do ajustamento global (QAG) do modelo fatorial proposto por Robinson et al. (2001), estimado para a presente amostra de mães e pais, revelou um ajustamento sofrível em ambos os casos ($X^2/df=2.80$, $CFI=.70$, $PCFI=.67$, $GFI=.77$, $PGFI=.72$, $RMSEA=.05$, $P [rmsea \leq 0.05] = .001$ e $MECVI = 8.4$; $X^2/df=2.38$, $CFI=.62$, $PCFI=.59$, $GFI=.75$, $PGFI=.69$, $RMSEA=.05$, $P [rmsea \leq 0.05] = .001$ e $MECVI = 9.8$) após avaliação da normalidade multivariada ($|SK| < 3$; $|Ku| < 10$), tendo sido retirados vários itens da análise em ambos os géneros. O refinamento do modelo de medida foi realizado com base nos índices de modificação (> 11 ; $p < 0.001$), na fiabilidade individual e nos pesos fatoriais dos itens. Avaliou-se também a existência de *outliers* pela DM^2 , determinando a exclusão de 4 observações para o modelo das mães e 3 observações para o modelo dos pais. A qualidade do ajustamento dos fatores (QAL) foi avaliada pelos pesos fatoriais $\geq .50$. Como se pode ver nas figuras 1 e 2, a QAG dos modelos Tri-Fatoriais de 2ª Ordem revelou-se ainda assim problemática, dando forte indicação de violação de *validade discriminante* entre vários fatores de 1ª e 2ª ordem, bem como problemas psicométricos em algumas subescalas de 1ª ordem, com fatores de práticas parentais

compostos por apenas 2 itens. Portanto, a análise dos parâmetros de ajustamento do modelo em conjunto com considerações teóricas e psicométricas, levaram os autores a recorrer a uma estratégia exploratória no âmbito dos MEE em ambos os géneros.

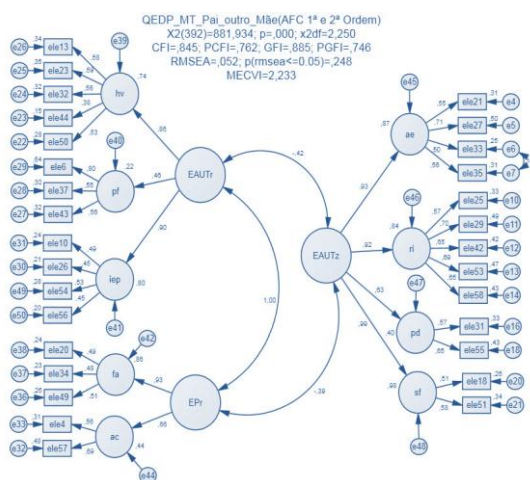


Figura 1. Análise Fatorial Confirmatória do Modelo Tri-Fatorial de 2ª Ordem Percepção dos Pais sobre os Estilos e Práticas Parentais do Parceiro Parental.

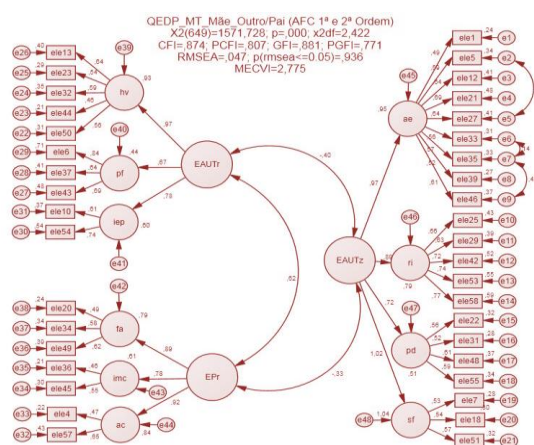


Figura 2. Análise Fatorial Confirmatória do Modelo Tri-Fatorial de 2ª Ordem Percepção das Mães sobre os Estilos e Práticas Parentais do Parceiro Parental

Como se pode observar nas Figuras 3 e 4, o modelo de 1ª ordem tri-fatorial apresenta bons parâmetros de ajustamento. Contudo, no caso dos pais existem indicações de violação da validade discriminante entre o Estilo Autoritário e o Estilo Permissivo.

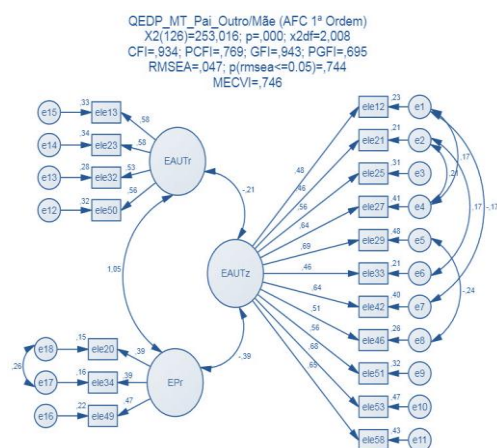


Figura 3. Modelo Exploratório Tri-Fatorial de 1ª Ordem da Percepção dos Pais sobre os Estilos Parentais Parceiro Parental.

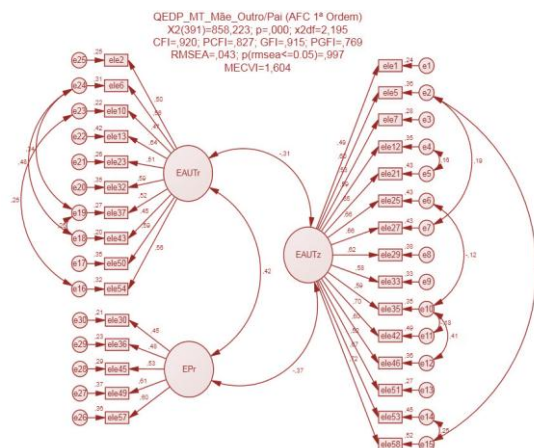


Figura 4. Modelo Exploratório Tri-Fatorial de 1ª Ordem da Percepção das Mães sobre os Estilos Parentais do Parceiro Parental

No caso dos Pais a exploração de um modelo Bi-fatorial continua a apresentar bons parâmetros de ajustamento aos dados da amostra (ver figura 5), sem indicações de violação da validade discriminante entre fatores.

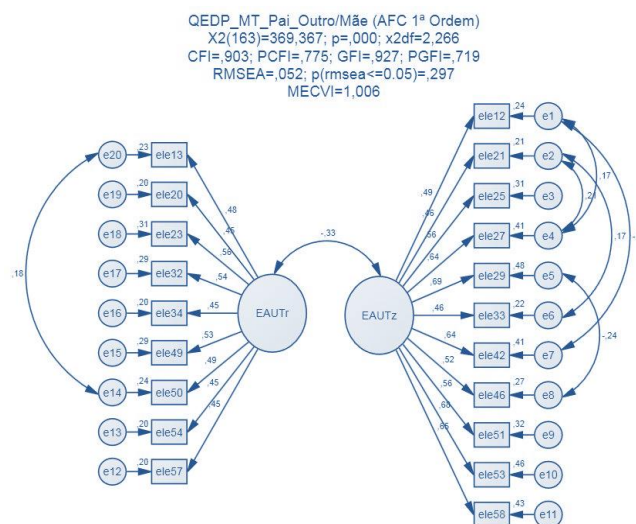


Figura 5. Modelo Exploratório Bi-Fatorial de 1ª Ordem da Percepção dos Pais sobre os Estilos Parentais do Parceiro Parental

DISCUSSÃO

Em ambos os pais, a AFC do modelo original da PSDQ (Robinson et al., 2001) revelou mau ajustamento. Deste modo, os resultados não suportam a hipótese dominante na literatura (Darling & Steinberg, 1993;) de que as *práticas parentais* em domínios-específicos refletem *estilos parentais* caracterizadores de um “clima” relacional global (pelo menos no que concerne à versão da escala que pretende avaliar a percepção sobre o parceiro parental). De facto, os modelos de 2ª ordem não encontram suporte empírico na presente amostra. No caso dos pais obteve-se, inclusive, uma solução de 1ª ordem com apenas dois fatores (Autoritário e Autorizante), replicando resultados anteriores com populações russas e chinesas (Chen & Luster, 2002; Hart et al., 1998; Robinson et al., 1995; Wu et al., 2002), bem como resultados anteriormente encontrados em estudos com amostras portuguesas (Santos & Cruz, 2008). Por outro lado, os resultados são concordantes com a visão que defende os estilos parentais enquanto construto etnocêntrico dependente de normas e expectativas culturais (Darling & Steinberg, 1993; Wu et al., 2002). No futuro será importante continuar a diversificar a amostra, bem como compreender se os modelos de percepção do parceiro são compatíveis com os modelos de percepção do próprio e de que forma estes nos podem elucidar sobre os processos cognitivos que sustentam essa relação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baumrind, D. (1973). The development of instrumental competence through socialization. In A. D. Pick (Ed.), *Minnesota symposia on child psychology* (Vol. 7, pp. 3-46). Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Chao, R.K. (1994). Beyond parental control and authoritarian parenting style: Understanding chinese parenting through the cultural notion of training. *Child Development*, 65, 1111–1119.

- Cheah, C. S., Leung, C. Y., Tahseen, M., & Schultz, D. (2009). Authoritative parenting among immigrant chinese mothers. *Journal of Family Psychology*, 23, 311-320.
- Chen, F-M. & Luster, T. (2002). Factors related to parenting practices in Taiwan. *Early Child Development and Care*, 72, 413–430.
- Coolahan, K., McWayne, C., Fantuzzo, J., & Grim, S. (2002). Validation of a multidimensional assessment of parenting styles for low-income African-American families with preschool children. *Early Childhood research Quarterly*, 17, 356-373.
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: an integrative model. *Psychological Bulletin*, 113, 487-496.
- Grusec, J., & Goodnow, J. (1994). The impact of parental discipline methods on the child's internalization of values: A reconceptualization of current points of view. *Developmental Psychology*, 30, 4-19.
- Hart, C., Nelson, D., Robinson, C., Olsen, S., & McNeilly-Choque, M. (1998). Overt and relational aggression in Russian nursery-school-age children: Parenting style and marital linkages. *Development Psychology*, 34, 687-697.
- Robinson, C., Mandleco, B., Olsen, S., & Hart, C. (1995). Authoritative, authoritarian, and permissive parenting practices: Development of a new measure. *Psychological Reports*, 77, 819-830.
- Robinson, C., Mandleco, B., Olsen, S., & Hart, C. (2001). The parenting styles and dimensions questionnaire (PSDQ). In B. Perlmutter, J. Touliatos, e G. Holden (Eds.), *Handbook of family measurement techniques: Instruments & index*. (Vol. 3, pp. 319-321). Thousand Oaks: Sage.
- Sandstrom, M.J. (2007). A link between mothers' disciplinary strategies and children's relational aggression. *British Journal of Developmental Psychology*, 25, 399-407.
- Santos, S., & Cruz, O. (2008). Questionário de estilos educativos (QEP). *Atas do XIII Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contexto*. Psiquilibrios,
- Wu, P., Robinson, C., Yang, C., Hart, C., Olsen, S., Porter, C., Jin, S., Wo, J., & Wu, X. (2002). Similarities and differences in mothers' parenting of preschoolers in China and the United States. *International Journal of Behavioral Development*, 26, 481-491.

POSTER | *POSTER*

ENVOLVIMENTO PATERNO: COMPARAÇÃO ENTRE O REAL E O IDEAL | *FATHER INVOLVEMENT: COMPARISON BETWEEN THE REAL AND THE IDEAL*

INÊS PESSOA E COSTA, PATRÍCIA BORGES, LÍGIA MONTEIRO, NUNO TORRES E MANUELA VERÍSSIMO

ENVOLVIMENTO PATERNO: COMPARAÇÃO ENTRE O REAL E O IDEAL | *FATHER INVOLVEMENT: COMPARISON BETWEEN THE REAL AND THE IDEAL*

Inês Pessoa e Costa (icosta@ispa.pt)

(Mestre em Psicologia Clínica e Assistente de Investigação na UIPCDE no ISPA-IU)

Patrícia Borges

(Mestre em Psicologia Clínica e Assistente de Investigação na UIPCDE no ISPA-IU)

Lígia Monteiro

(Investigadora de Pós-Doutoramento na UIPCDE no ISPA-IU/FCT [SFRH/BPD/65804/2009])

Nuno Torres

(Investigador de Pós-Doutoramento na UIPCDE no ISPA-IU/FCT [SFRH/BPD/77199/2011])

Manuela Veríssimo

(Professora Associada no ISPA-IU)

RESUMO

A presente investigação teve como objetivo comparar a representação que os pais têm do seu envolvimento em diversas tarefas relacionadas com o quotidiano da criança, com o que por eles é percecionado como desejável/ideal neste domínio. Participaram 394 famílias bi-parentais. Analisou-se a participação do pai, relativa à da mãe, em cinco domínios: Cuidados Diretos; Cuidados Indiretos; Ensino/Disciplina; Brincadeira; Lazer no Exterior, utilizando-se a *Escala de Envolvimento Parental: Participação em Atividades de Cuidados e de Socialização* (Monteiro et al., 2010). Análises t-student para amostras emparelhadas indicam que existem diferenças significativas entre a participação prececionada como real e o desejado (ideal) dos pais em todas as dimensões, exceto na da Brincadeira. Os resultados serão discutidos no contexto das teorias do envolvimento paterno, considerando o papel regulador da mãe no envolvimento do pai.

ABSTRACT

This research, aimed to compare the real participation of fathers in different involvement tasks with the ideal participation — how fathers would like to participate in involvement tasks with their children. 394 bi-parental families participated in the study. Since involvement can occur in various degrees depending on the type of activity (Parke, 1996), we analyzed the participation of fathers, relatively to mothers, in five areas: Direct Care; Indirect Care; Teaching / Discipline, Play Indoors and Outdoors leisure. The instrument used was “The Parental Involvement Scale: Participation in Care and Social Activities” (Monteiro et al., 2010). T-student analyses for paired samples indicated that significant differences exist between the real participation of fathers and their wishes in all dimensions, except in the Play In activities. The results will be discussed

according to the theories of parental involvement and considering the regulatory role of mother in father's involvement.

INTRODUÇÃO

Nos modelos familiares tradicionais das sociedades ocidentais - bi-parentais - as funções da mãe e do pai apareciam claramente definidas e diferenciadas. De facto, a mãe era responsável pelas funções domésticas, pela prestação de cuidados e educação dos filhos, constituindo-se ainda como a sua principal fonte de apoio emocional. Já ao pai estava destinado o mundo exterior do trabalho, o assegurar da sobrevivência económica da família, bem como assumir-se como uma figura de autoridade/ disciplina para os filhos (Le Camus, 2004).

No entanto, devido às profundas alterações sociais, demográficas, culturais e até económicas que ocorreram durante o século XX, esta perspetiva tradicionalista da família e do papel do pai foi posta em causa e potenciou a emergência de novos modelos familiares e de um novo papel de pai (Balanco, 2004). No fundo, criou-se todo um novo conjunto de expectativas e crenças sobre os papéis e responsabilidades que se devem assumir no seio da família (Monteiro & Veríssimo, 2010). Atualmente, é consensual que os pais desempenham múltiplos papéis no contexto familiar e, em particular, na vida e no desenvolvimento da criança e que ambos os pais interagem de forma diferente com os seus filhos, através de atividades distintas (Lamb & Tamis-LeMonda, 2004).

Mas como é que o pai percebe este novo papel? Alguns autores (Lamb & Tamis-LeMonda, 2004; Summers et al., 1999, cit. por Bronte-Tinkey et al., 2006) sugerem que o pai se percebe como tendo vários papéis na família, tais como companheiro, modelo, guia moral, professor e ainda que realiza atividades de prestação de cuidados, participa em brincadeiras, sobretudo no exterior, ensina e dá disciplina, protege, e está emocionalmente disponível para os seus filhos. Assim, tem-se tentado explorar até que ponto as percepções do pai sobre a importância do seu papel estão associadas com o seu envolvimento real. De facto, defende-se que a forma como o pai compreende e organiza os seus papéis afeta a natureza das suas interações, já que se considera que percepções mais positivas se associam a maiores níveis de envolvimento paterno (Bronte-Tinkey et al., 2006).

Quando se consideram os factores que podem determinar o envolvimento Levy-Shiff & Israelashvili (1988) defendem que este pode depender das características individuais do pai, as características individuais da criança e o contexto social no qual a interação pai-criança ocorre. Quanto às primeiras, diferentes estudos (e.g. Parke, 1996) verificaram que o envolvimento parental pode ser influenciado por variáveis como a idade, classe socioeconómica, o rendimento ou as habilitações literárias dos pais. No que concerne às características das crianças, alguns autores apontam a idade, o género e a posição na fratria como variáveis importantes no envolvimento paterno. Por fim, quanto às características do contexto social podem-se destacar alguns fatores, concretamente a situação profissional dos dois pais, o número de horas que passam no emprego e as expectativas dos mesmos quanto aos seus papéis parentais.

Assim, a presente investigação teve como principal objetivo comparar a representação que os pais têm do seu envolvimento em diversas tarefas relacionadas com o quotidiano da criança (assumida como a real), com o que por eles é percebido como desejável/ideal em diversas tarefas de envolvimento. Uma vez que o envolvimento pode ocorrer em graus distintos

consoante o tipo de atividade (Parke, 1996), analisou-se a participação do pai, relativa à da mãe, em cinco domínios: Cuidados Diretos; Cuidados Indiretos; Ensino/Disciplina; Brincadeira; Lazer no Exterior. Numa segunda fase, correlacionou-se o envolvimento percebido como real do pai com as variáveis sociodemográficas.

PARTICIPANTES

Participaram 394 famílias nucleares portuguesas, tendo os pais idades compreendidas entre 21 e 70 anos ($M=36.65$, $DP=6.13$) e habilitações literárias que variavam entre os 0 e os 19 anos de escolaridade ($M=10.39$, $DP=3.72$). As crianças (209 ♀ e 192 ♂) tinham idades compreendidas entre os 7 e 85 meses ($M=54.16$, $DP=13.64$) e todas frequentavam a escola, através das quais se recrutaram as famílias para o estudo.

INSTRUMENTOS/PROCEDIMENTO

Escala de Envolvimento Parental: Atividades de Cuidados e de Socialização (Monteiro, Veríssimo & Pessoa e Costa, 2008): constituída por 26 itens, organizados em 5 dimensões — Cuidados Diretos, Cuidados Indiretos, Ensino/Disciplina, Brincadeira e Lazer no exterior. As respostas são dadas numa escala de 5 pontos (de 1=sempre a mãe a 5= sempre o pai). Este instrumento foi utilizado quer para analisar a perceção dos pais na organização e realização de diferentes atividades relacionadas com as crianças, quer para aferir a forma como estes desejariam que fosse a divisão/partilha destas 26 atividades no seu contexto familiar. Os Alfas de Cronbach para as cinco dimensões indicam níveis aceitáveis de fiabilidade quer para o envolvimento real quer para o ideal: Cuidados Diretos .72, .77; Cuidados Indiretos .69, .78; Ensino/ Disciplina .70, .60; Brincadeira .66, .60, e Atividades de Lazer no Exterior .71, .70, respetivamente.

RESULTADOS

Utilizando o teste t-student, analisaram-se as diferenças entre a participação real e a ideal do pai.

	Dimensões do Envolvimento Paterno	Diferença de Medias	DP	T ¹
Par 1	Cuidados Diretos Real - Cuidados Diretos Ideal	-.34	.54	-12.60 *
Par 2	Cuidados Indiretos Real - Cuidados Indiretos Ideal	-.35	.47	-14.70 *
Par 3	Ensino/ Disciplina Real - Ensino/ Disciplina Ideal	-.12	.35	-6.50 *
Par 4	Brincar Real - Brincar Ideal	-.03	.40	-1.62
Par 5	Lazer no Exterior Real -Lazer no Exterior Ideal	-.15	.47	-6.44 *
Legenda: * $p<.05$				

Tabela 1: Diferença de médias e Teste t-student para comparação entre a participação real e ideal do pai

As análises t-student para amostras emparelhadas indicam que existem diferenças significativas entre o envolvimento paterno percebido como real e o desejado/ideal. Como se pode verificar na tabela 1, o pai desejaria ter uma maior participação em todas as dimensões do envolvimento parental, exceto na do brincar.

Quanto às associações entre as variáveis sociodemográficas e a participação nas 5 dimensões analisadas, apenas foram encontradas correlações significativas entre as habilitações literárias dos pais e as 5 dimensões do envolvimento: quanto mais elevadas as habilitações literárias do pai, maior o seu envolvimento nos Cuidados Diretos (.12). Ensino/ Disciplina (.12). Brincadeira (.12). Lazer no Exterior (.13. $p < .05$) e Cuidados Indiretos (.18. $p < .01$).

DISCUSSÃO

As alterações sociais registadas nas últimas décadas tiveram um forte impacto nos papéis parentais e na necessidade de uma participação igualitária de mães e pais quer na prestação de cuidados diários, quer no estabelecimento de interações sociais com os seus filhos. Deste modo, torna-se relevante perceber como estas mesmas modificações se manifestaram, concretamente, na organização familiar.

Estudos anteriores (Pessoa e Costa, 2009, não publicado) compararam a perceção da participação real do pai com o envolvimento desejado pelas mães. Estes concluíram que as mães gostariam que tanto as atividades de cuidados como as de socialização fossem mais co-partilhadas, isto é, da responsabilidade de ambos os pais. O presente estudo demonstra que, também, os pais gostariam de ter um maior envolvimento nas tarefas com os seus filhos. Concretamente, os pais desejariam participar mais nas atividades de cuidados e de socialização, considerando apenas que o envolvimento desejado na dimensão da Brincadeira se aproxima do que ocorre na realidade.

Relativamente às variáveis sociodemográficas verificámos que os pais com maiores habilitações literárias envolvem-se mais em todas as dimensões analisadas, o que se poderá justificar pelo facto de possuírem meios adequados para investir na parentalidade (Coley & Lansdale, 1999), bem como pelo facto de que, estando correlacionadas as habilitações literárias do pai e da mãe, nas famílias com maiores habilitações literárias a carreira e estatuto profissional da mãe conduz a uma partilha mais igualitária entre os dois géneros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Coley. R. & Chase-Lansdale. P. (1999). Stability and Change in Paternal Involvement among Urban African American Fathers. *Journal of Family Psychology*. 13 (3). 416-435.
- Balancho. L. (2004). Ser Pai: Transformações Intergeracionais na Paternidade. *Análise Psicológica*. 2 (XXII). 377-386.
- Bronte-Tinkey. J. & Guzman. L. (2006). Resident Fathers' Perceptions of their Roles and Links to Involvement with Infants. *Fathering*. 4(3). 254-285.
- Lamb. M. & Tamis-LeMonda. C. (2004). The Role of the Father – An Introduction. In Lamb. M. (2004). *The Role of the Father in Child Development*. John Wiley & Sons: NJ.

Le Camus. J. (2004). *Le Vrai Rôle du Père*. Odile Jacob Poches : Paris.

Monteiro. L., Veríssimo. M., & Pessoa e Costa. I. (2008). Escala Envolvimento Parental: Actividades de Cuidados e de Socialização. Manual não publicado. ISPA.

Monteiro. L. & Veríssimo. M. (2010). *Análise do fenómeno de base segura em contexto familiar: a especificidade das relações criança/mãe e criança/pai*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: F.C.T.. Gulbenkian

Pessoa e Costa. I. (2009). Envolvimento Parental: Actividades de Cuidados e Socialização. Tese de Mestrado não publicada. ISPA.

Parke. R. (1996). *Fatherhood. The Developing Child*. Harvard University Press: Harvard.

Pleck. J. H. & Masciadrelli. B. (2004). "Paternal Involvement by U.S. Residential Fathers – Level, Sources, and Consequences". In Lamb. M. (2004). *The Role of the Father in Child Development* (pp. 222-271). John Wiley & Sons: NJ.

Tamis-LeMonda. C. S. (2004). Conceptualizing Fathers' Roles: Playmates and More. *Human Development*. 47. 220-227.

POSTER | *POSTER*

QUALIDADE DA VINCULAÇÃO E ISOLAMENTO SOCIAL EM ADOLESCENTES / *QUALITY OF ATTACHMENT AND SOCIAL ISOLATION IN ADOLESCENTS*

JOÃO V. CORREIA, MIGUEL FREITAS, ANTÓNIO J. SANTOS, EULÁLIA FERNANDES E OLÍVIA RIBEIRO

QUALIDADE DA VINCULAÇÃO E ISOLAMENTO SOCIAL EM ADOLESCENTES | *QUALITY OF ATTACHMENT AND SOCIAL ISOLATION IN ADOLESCENTS*

João Correia (mfreitas@ispa.pt)

UIPCDE, ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida

(Bolsheiro de doutoramento no ISPA-IU [SFRH/ BD/ 4135/ 2007])

Miguel Freitas

UIPCDE, ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida

(Bolsheiro de doutoramento no ISPA-IU [SFRH/BD/47427/2008])

António J. Santos

UIPCDE, ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida

(Professor associado no ISPA-IU)

Olívia Ribeiro

UIPCDE, ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida

(Bolsheira de investigação no ISPA-IU)

Eulália Fernandes

UIPCDE, ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida

(Bolsheira de investigação no ISPA-IU)

Os autores gostariam de agradecer a todas os jovens que aceitaram participar neste estudo, financiado pela F.C.T (PTDC/PSI-PDE/098257/2008).

RESUMO

Este trabalho tem como principal objectivo explorar a associação entre a representação da vinculação a ambas as figuras parentais e o funcionamento psicossocial do adolescente no grupo de pares, concretamente o fenómeno do isolamento social. 852 sujeitos com idades entre os 11 e os 18 anos reportaram as suas percepções da relação de vinculação quer à mãe, quer ao pai, bem como avaliaram os seus pares em características comportamentais como o isolamento social. Com base nestas nomeações, foi constituído um grupo de adolescentes isolados que, em comparação com um grupo de controlo, não apresenta diferenças significativas na representação da vinculação. Verificaram-se ainda diferenças de género, com os jovens do sexo masculino a relatarem maior segurança ao pai.

Palavras-chave: relações pais-criança; vinculação; isolamento social; funcionamento social;

ABSTRACT

This study's main goal is to explore the link between adolescents' attachment representation to both parents and peer group functioning, particularly social withdrawal. 852 adolescents (ages between 11 and 18 years old) reported on perceptions of attachment security to both mother and father, as well as their classmates peer-related characteristics. Based on these peer nominations, a group of socially withdrawn adolescents was compared to a control group regarding attachment security. We did not find significant differences between the groups. However, results showed gender differences, suggesting that boys have higher security scores in relation to father than to mother.

Keywords: parent-child relationships; attachment; social withdrawal; social functioning;

INTRODUÇÃO

A teoria da vinculação constitui um quadro de compreensão das relações precoces entre a criança e os seus pais e, especificamente, do modo como estas podem promover ou comprometer o desenvolvimento de relacionamentos para além da família. A criança que é cuidada pela figura de vinculação com sensibilidade e responsividade formará um modelo interno dinâmico desse cuidador como fiável e consistente, bem como um modelo de si próprio como merecedor desse tipo de cuidados (Bowlby, 1976, 1983). Desta forma, a criança segura utiliza a figura de vinculação como uma base segura a partir da qual explora o meio (Ainsworth, Blehar, Waters, & Wall, 1978), não só físico e instrumental, mas também social (Sroufe & Waters, 1977) – ou seja, tem a expectativa que os seus pares serão responsivos e merecedores de resposta positiva (Bowlby, 1983). Pelo contrário, a criança com uma história de cuidados inconsistentes ou insensíveis desenvolve um modelo interno inseguro, de não-antecipação das ações das figuras de vinculação ou de outras (Cassidy, 1990), resultando num modelo interno de si como não merecedora de afeto ou incompetente, e dos outros como imprevisíveis, rejeitantes ou não-responsivos (Lieberman, Doyle e Markiewics, 1999), o que a faz retrair-se da exploração do seu meio social (Dykas, Ziv & Cassidy, 2008), não desenvolvendo as capacidades e competências resultantes da interação e, consequentemente, tornando-se cada vez mais ansiosa e isolada do grupo (Rubin, Burgess, Kennedy & Stewart, 2003).

Esta retirada social torna-se, com a idade, gradualmente mais saliente para o grupo de pares, que não considera este comportamento normativo (e começando a representá-lo como desviante na idade escolar), o que leva ao estabelecimento da rejeição (Rubin *et al.*, 2003).

A investigação na área da vinculação tem demonstrado empiricamente a associação entre as relações precoces com cuidadores primários e as relações com os pares (por exemplo, Schneider, Atkinson e Tardiff, 2001). No entanto, continua a apresentar algumas limitações que devem ser exploradas: por um lado, o foco na vinculação no fim da infância e adolescência é ainda bastante recente (p. ex., Kerns, Klepac & Cole, 1996); por outro lado, são também escassos os estudos que avaliem a relação da criança com o pai e a sua associação às relações de pares (p. ex., Lieberman *et al.*, 1999) ou que considerem os efeitos diferenciais do género da criança relativamente à segurança da vinculação com cada uma das figuras parentais (p. ex., Cassidy, 1990; Kerns, Tomich, Aspelmeier & Contreras, 2000).

Assim, este trabalho tem como objetivo principal explorar a relação entre a segurança da vinculação tanto à figura materna como à paterna e o funcionamento social numa amostra de

jovens portugueses, em particular num grupo de adolescentes socialmente isolados. Pretende ainda analisar possíveis efeitos de género nas dimensões referidas.

MÉTODO

Participantes

Participaram neste estudo 852 adolescentes (419 do sexo feminino, 433 do sexo masculino) que participam num estudo longitudinal em curso, com idades entre os 11 e os 18 anos ($M=13,07$; $D.P.=1,396$), estudantes de três escolas da Grande Lisboa, entre o 7º e o 9º anos de escolaridade.

Instrumentos

Extended Class Play (ECP; Burgess, Rubin, Wojslawowicz, Rose-Krasnor, & Booth, 2003). Os participantes preencheram uma versão de 37 itens, adaptada do *Revised Class Play* (Masten, Morison, & Pellegrini, 1985). Os adolescentes devem imaginar que são os encenadores de uma peça de teatro para a qual indicam, entre os seus colegas de turma, um rapaz e uma rapariga para diversos papéis de valência positiva ou negativa, podendo a mesma pessoa ser escolhida para mais do que um papel. Apenas as nomeações entre sujeitos do mesmo género foram consideradas, evitando possíveis enviesamentos por estereótipos de género. Os valores obtidos para os itens foram estandardizados para o género e turma, de modo a ajustar o número de nomeações recebidas e o número de nomeadores. Identificaram-se seis dimensões: *timidez/ isolamento social* ($\alpha = .85$), *agressividade* ($\alpha = .83$), *exclusão* ($\alpha = .83$), *vitimização* ($\alpha = .86$), *comportamento pró-social* ($\alpha = .74$) e *sociabilidade* ($\alpha = .79$).

Kerns Security Scale (Kerns, Klepac & Cole, 1996). Esta escala, composta por 15 itens, procura aceder à perceção da segurança da relação de vinculação dos jovens aos pais, concretamente: a) a confiança que o adolescente tem na disponibilidade e responsividade das suas figuras de vinculação; b) a sua tendência para recorrer a elas em momentos de ansiedade/ stress; c) e, ainda, a facilidade e o interesse em comunicar com elas. Os itens deverão ser respondidos para a *mãe* ($\alpha = .84$) e *pai* ($\alpha = .84$) — ou outras figuras parentais com quem residam — no formato alternativo delineado por Harter (1982) “alguns jovens... outros jovens...”, pedindo-se aos sujeitos que indiquem qual das afirmações é mais característica deles e, posteriormente, que apontem o seu grau de identificação (“Muito parecido comigo” ou “Um pouco parecido comigo”). Cada item é depois cotado de 1 a 4, com os valores mais altos a indicarem uma maior segurança na vinculação aos pais.

Procedimento

Os questionários foram administrados em grupo, na sala de aula, por membros da equipa de investigação. O preenchimento dos mesmos foi feito de forma individual e a ordem de aplicação dos instrumentos alternada.

RESULTADOS

Identificação do grupo de adolescentes socialmente isolados e do grupo de controlo

Identificaram-se o *Grupo de Adolescentes Socialmente Isolados* e o *Grupo de Controlo* com base nas nomeações dos pares, através do *ECP*, seguindo o procedimento e critérios anteriormente utilizados (p. ex., Ladd & Burgess, 1999; Rubin, Wojslawowicz, Rose-Krasnor, Booth-LaForce & Burgess, 2006). Assim, foram incluídos no *Grupo de Isolados* os sujeitos cujos valores estandardizados na dimensão do Isolamento Social se encontravam no terço superior (percentil 67) e abaixo da mediana na dimensão da Agressividade. O *Grupo de Controlo* foi constituído pelos adolescentes que tinham valores estandardizados abaixo da mediana para estas mesmas dimensões. Desta forma, da amostra inicial filtraram-se 162 sujeitos para o *Grupo de Isolados* (86 do sexo feminino, 76 do sexo masculino) e 200 para o Grupo de Controlo (97 do sexo feminino, 103 do sexo masculino).

Diferenças de género

De modo a averiguar possíveis diferenças de género na percepção das relações de vinculação a ambos os pais, foi realizada uma MANOVA, que revelou diferenças significativas entre rapazes e raparigas, com os primeiros a apresentarem maior segurança ao pai, $F(2, 588)=4.61$; $p<.01$ ($M=2.97$, $D.P.=.61$ nos rapazes e $M=2.89$, $D.P.=.63$ nas raparigas).

Realizou-se também uma MANOVA para explorar se o funcionamento social dos sujeitos varia em função do género, não tendo sido encontrados efeitos significativos, $F(6, 845)=.176$, $p=.98$.

Grupos de Isolados Vs. Grupo de Controlo

Procurando compreender se os adolescentes isolados apresentam menor segurança da vinculação do que o grupo de controlo, realizou-se uma MANOVA que não revelou efeitos significativos, $F(2, 217)=.58$, $p=.56$.

Uma comparação do funcionamento social entre o grupo de isolados e o grupo de controlo, através de uma MANOVA Grupos X Género nas dimensões do *ECP* demonstrou que os adolescentes isolados são vistos pelos seus pares como significativamente, $F(6, 353)=97.87$, $p<.001$, mais retirados ($M=1.19$, $D.P.=.06$; $M=-.48$, $D.P.=.05$), excluídos ($M=.42$, $D.P.=.06$; $M=-.40$, $D.P.=.05$), vitimizados ($M=.12$, $D.P.=.05$; $M=-.38$, $D.P.=.05$), mas por outro lado, também mais pró-sociais ($M=.18$, $D.P.=.06$; $M=-.18$, $D.P.=.05$).

DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo contribuem para um conjunto de investigações que exploram as ligações entre a segurança da vinculação na adolescência e o funcionamento social do jovem no grupo de pares e, em particular, daquele que se retira da interação com os outros. Contrariamente ao que a literatura indica (p. ex., Rubin *et al.*, 2003), não se encontraram diferenças significativas na qualidade da vinculação entre o grupo de adolescentes isolados e o grupo de controlo. No entanto, semelhante resultado foi também reportado anteriormente

noutros trabalhos (p. ex., Booth-LaForce, Oh, Kim, Rubin, Rose-Krasnor & Burgess, 2006). Neste sentido, é possível que os pares não tendam a rejeitar mais os adolescentes inseguros do que os seguros, mas antes que o façam com base noutros motivos que não se relacionem com a vinculação, como a aparência física ou a reputação (Dykas *et al.*, 2008). Por outro lado, talvez a ligação entre a segurança sentida e correlatos mais distais, como a aceitação pelo grupo de pares, seja mais clara quando se considera a sua combinação com outros fatores, como características temperamentais (Dwyer, 2005), a participação em relações próximas de qualidade (Gauze, Bukowski, Aquan-Assee & Sippola, 1996; Rubin, Dwyer, Booth-LaForce, Kim, Burgess & Rose-Krasnor, 2004), o auto-valor (Verschueren & Marcoen, 2002), ou as expectativas negativas dos pares (Dykas *et al.*, 2008). Deste modo, uma representação de vinculação insegura pode ser considerada um fator de risco (p.ex., Kobak, Cassidy, Lyons-Ruth, & Ziv, 2006), cuja interação com outros fatores poderá aumentar a probabilidade de os adolescentes terem relações sociais pobres.

Por outro lado, a transição para a pré-adolescência coloca à criança novas tarefas (como a adaptação a um novo ambiente escolar e a um novo grupo de pares), o que pode envolver mudanças qualitativas no seu mundo que não estão sujeitas à influência ou intervenção diretas dos pais (Bronfenbrenner, 1986; Granot & Mayseless, 2001). É igualmente necessário considerar que as experiências com os pares são eventos de socialização importantes por si só, sendo possível que se desenvolvam e que operem de modo independente das representações de vinculação (Dykas *et al.*, 2008).

Os nossos resultados indicam diferenças de género na qualidade da vinculação ao pai, com os rapazes a apresentarem resultados mais elevados, o que vai ao encontro de investigações anteriores (p. ex., Kerns *et al.*, 2006; NICHD *Early Child Care Research Network*, 2005).

Futuras investigações poderão debruçar-se sobre a associação entre as representações de vinculação e a qualidade de diferentes tipos de relações de pares – ou seja, não apenas relacionamentos não-afetivos, como neste trabalho, mas sobretudo nos relacionamentos afetivos, como a amizade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ainsworth, M. D., Blehar, M. C., Waters, E., & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: A psychological study of the Strange Situation*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Booth-LaForce, C., Oh, W., Kim, A. H., Rubin, K. H., Rose-Krasnor, L., & Burgess, K. (2006). Attachment, self-worth, and peer group functioning in middle childhood. *Attachment & Human Development*, 8, 309–325.
- Bowlby, J. (1976). *Attachment and loss: Vol. 2: Separation: Anxiety and anger*. New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1983). *Attachment and loss. Vol. 1: Attachment* (2nd ed.). New York: Basic Books. (publicado originalmente em 1969).
- Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the family as a context for human development: Research perspectives. *Developmental Psychology*, 22, 723–742.

Burgess, K. B., Rubin, K. H., Wojslawowicz, J., Rose-Krasnor, L., & Booth, C. (2003). The "Extended Class Play": A *Longitudinal Study of its factor structure, reliability, and validity*. Tampa, FL: Paper presented at the Biennial Meeting of the Society for Research in Child Development.

Dwyer, K. M. (2005). The Meaning and Measurement of Attachment in Middle and Late Childhood. *Human Development*, 48(3), 155-182.

Dykas, M. J., Ziv, Y., & Cassidy, J. (2008). Attachment and peer relations in adolescence. *Attachment & Human Development*, 10(2), 123-141.

Gauze, C., Bukowski, W. M., Aquan-Assee, J., & Sippola, L. K. (1996). Interactions between family environment and friendship and associations with self-perceived well-being during early adolescence. *Child Development*, 67, 2201–2216.

Granot, D., & Mayseless, O. (2001). Attachment security and adjustment to school in middle childhood. *International Journal of Behavioral Development*, 25(6), 530 - 541.

Harter, S. (1982). The perceived competence scale for children. *Child Development*, 53, 87-97.

Kerns, K. A., Klepac, L., & Cole, A. (1996). Peer relationships and preadolescents' perceptions of security in the child–mother relationship. *Developmental Psychology*, 32, 457–466.

Kerns, K. A., Tomich, P. L., Aspelmeier, J. E., & Contreras, J. M. (2000). Attachment-based assessments of parent-child relationships in middle childhood. *Developmental Psychology*, 36, 614 – 626.

Kobak, R., Cassidy, J., Lyons-Ruth, K., & Ziv, Y. (2006). Attachment and developmental psychopathology. In D. Cicchetti & D. Cohen (Eds.), *Developmental psychopathology* (2nd ed., pp. 333–369). New York: Wiley.

Ladd, G.W., & Burgess, K. B. (1999). Charting the relationship trajectories of aggressive, withdrawn, and aggressive/withdrawn children during early grade school. *Child Development*, 70, 910–929.

Lieberman, M., Doyle, A.-B., & Markiewicz, D. (1999). Developmental Patterns in Security of Attachment to Mother and Father in Late Childhood and Early Adolescence: Associations with Peer Relations. *Child Development*, 70(1), 202-213.

Masten, A. S., Morison, P., & Pellegrini, D. S. (1985). A revised class play method of peer assessment. *Developmental Psychology*, 21(3), 523–533.

NICHD Early Child Care Research Network. (2005). Early child care and children's development in the primary grades: Follow-up results from the NICHD Study of Early Child Care. *American Educational Research Journal*, 42(3), 537-570.

Rubin, K. H., Dwyer, K. M., H. Kim, A., & Burgess, K. B. (2004). Attachment, Friendship, and Psychosocial Functioning in Early Adolescence. *Journal of Early Adolescence*, 24(4)(November), 326-356.

Rubin, K. H., Wojslawowicz, J. C., Rose-Krasnor, L., Booth-LaForce, C. & Burgess, K. B. (2006). The best friendships of shy/ withdrawn Children: prevalence, stability and relationship quality. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 34(2), 143–157.

Rubin, K., Burgess, K., Kennedy, A., & Stewart, S. (2003). Social withdrawal in childhood. In E. M. R. Barkley (Ed.), *Child psychopathology* (2nd ed., pp. 372–406). New York: Guilford Press.

Schneider, B. H., Atkinson, L., & Tardiff, C. (2001). Child-parent attachment and children's peer relations: A quantitative review. *Developmental Psychology*, 37, 86-100.

Sroufe, L. A., and Waters, Everett. (1977). Attachment as an Organizational Construct. *Child Development*, 48, 1184-1199.

Verschueren, K., & Marcoen, A. (2002). Perceptions of self and relationship with parents in aggressive and nonaggressive rejected children. *Journal of School Psychology*, 40, 501 – 522.

POSTER | *POSTER*

CONFLITO ENTRE O TRABALHO E A FAMÍLIA E SUA RELAÇÃO COM O ENVOLVIMENTO PARENTAL | *CONFLICT BETWEEN WORK AND FAMILY AND ITS RELATION TO PARENTAL INVOLVEMENT*

LÍGIA MONTEIRO, NUNO TORRES, INÊS PESSOA E COSTA, PATRÍCIA BORGES, MAURO PIMENTA E MANUELA VERÍSSIMO

CONFLITO ENTRE O TRABALHO E A FAMÍLIA E SUA RELAÇÃO COM O ENVOLVIMENTO PARENTAL | *CONFLICT BETWEEN WORK AND FAMILY AND ITS RELATION TO PARENTAL INVOLVEMENT*

Lígia Monteiro (l^ígia_monteiro@ ispa.pt)

UIPCDE, ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida

(Investigadora de Pós-Doutoramento na UIPCDE-IU/FCT [SFRH/BPD/65804/2009])

Nuno Torres

UIPCDE, ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida

(Investigador de Pós-Doutoramento na UIPCDE no ISPA-IU/FCT [SFRH/BPD/77199/2011])

Inês Pessoa e Costa

UIPCDE, ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida

(Mestre em Psicologia Clínica e Assistente de Investigação na UIPCDE)

Patrícia Borges

UIPCDE, ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida

(Mestre em Psicologia Clínica e Assistente de Investigação na UIPCDE-IU)

Mauro Pimenta

UIPCDE, ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida

(Psicólogo educacional e Doutorando no ISPA-IU)

Manuela Veríssimo

UIPCDE, ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida

(Prof. Associada no ISPA-IU)

Os autores gostariam de agradecer a todas as famílias que aceitaram participar neste estudo, financiado pela F.C.T e pela Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género (PIHM/GC/0008/2008).

RESUMO

Este estudo visou analisar as relações entre a capacidade de *conciliar trabalho e família*, as *experiências parentais* de stress e recompensa e o *envolvimento parental* na perspetiva materna. Participaram 532 mães que responderam a 3 questionários: 1) Escala Conciliar Trabalho e Família (NICHHD, 1991, Martins *et al.*, 2008); 2) Escala de Experiências Parentais (NICHHD, 1991, Martins *et al.*, 2008); 3) Escala de Envolvimento Parental: Atividades de Cuidados e de Socialização (Monteiro *et al.*, 2008). Os resultados indicam que dificuldades em gerir a conciliação do mundo familiar e profissional estão significativamente associadas a experiências de parentalidade stressantes por parte das mães desta amostra.

ABSTRACT

The goals of the study were to analyze the associations between maternal perceptions about the constraints and benefits associated with the concurrent management of family needs and demands of a professional career, maternal experiences of stress and reward in the parental role and relative paternal involvement in a sample of 532 mothers. Three questionnaires were used: 1) Combining Work and Family Scale (NICHD, 1991, Martins et al., 2008), 2) Parent Role Quality Scale (NICHD, 1991, Martins et al., 2008), and 3) Father Involvement Scale: childcare and socialization activities (Monteiro et al., 2008). Results show that mothers feel that difficulties in managing work and family duties are significantly stressful in this sample.

INTRODUÇÃO

Profundas transformações económicas, sociodemográficas e culturais ocorridas nas últimas décadas, onde a entrada massiva da mulher no mercado de trabalho é apontada como o fator mais saliente, conduziram a uma mudança na estrutura tradicional da família e nas expectativas acerca dos papéis a desempenhar pelas figuras parentais, assim como a necessidade de gerir dois mundos com regras e exigências distintas para mulheres e homens (Cabrera et al., 1999; Torres, 2004). Os objetivos do estudo foram analisar: (1) as perceções maternas acerca dos constrangimentos e benefícios associados à gestão das necessidades da família e às exigências de uma carreira profissional; (2) a participação materna, relativamente ao pai nos cuidados diretos e indiretos, ensino e disciplina; brincadeira, lazer no exterior; (3) o modo como os constrangimentos e benefícios percebidos pela mãe estão associados com o tipo e nível de envolvimento parental.

MÉTODO

Participantes

532 mães casadas e a trabalharem a tempo inteiro participaram neste estudo. As mães tinham idades compreendidas entre os 19 e os 50 anos ($M=34.24$; $DP=4.76$), e as suas habilitações literárias variavam entre os 4 e os 21 anos de escolaridade ($M=12.99$, $DP=4.25$). Em média passavam 7.89 horas diárias no local de trabalho. Os seus filhos frequentavam o ensino Pré-escolar.

Instrumentos/Procedimento

As mães preencheram três questionários: A *Escala Conciliar Trabalho e Família* (NICHD, 1991; Martins, Martins, Mateus, Osório, & Fonseca, 2008) é constituída 21 itens organizados em duas subescalas, a Influência Positiva entre o Trabalho e a Família (8 itens) e a Influência Negativa entre o Trabalho e a Família (13 itens). As respostas são dadas numa escala que varia entre 1 (nada verdadeiro) – 4 (muito verdadeiro). Os Alfas de *Cronbach* obtidos são: Família interfere com trabalho .68; Trabalho interfere com família .82; Constrangimentos Trabalho/Família .85; Benefícios Trabalho/Família .87.

A *Escala de Experiências Parentais* (NICHD, 1991; Martins, Martins, Mateus, Osório, & Fonseca, 2008) é constituída por duas subescalas: Recompensas (10 itens) e Preocupações (10 itens). Possibilita, ainda, o cálculo de um valor geral correspondente ao Stress Parental. As

respostas são dadas numa escala que varia entre 1 (não é de todo uma preocupação) a 4 (preocupação extrema). Os Alfas de *Cronbach* para as 2 dimensões: Preocupação .80; Recompensa .83; e para o Stress Parental .76.

A *Escala de Envolvimento Parental*: Atividades de Cuidados e de Socialização (Monteiro, Veríssimo, & Pessoa e Costa, 2008) que é constituída por 26 itens organizados em cinco dimensões: cuidados diretos; cuidados indiretos; ensino e disciplina; brincadeira; e atividades de lazer no exterior. As respostas são dadas numa escala de cinco pontos que varia entre (1) sempre a mãe, (3) tanto a mãe como o pai, (5) sempre o pai, avaliadas numa perspetiva relativa, ou seja, a participação é analisada por comparação com a outra figura parental. Os Alfas de *Cronbach* para as 5 dimensões são: Cuidados Diretos .74; Cuidados Indiretos .69; Ensino/Disciplina .83; Brincadeira .61; Lazer no Exterior .78.

RESULTADOS

Conciliar Trabalho e Família na perspetiva materna

Como se pode observar, na Tabela 1, as mães expressam algumas preocupações no que se refere ao trabalho interferir com a sua vida familiar, embora no global (constrangimentos trabalho/família) não percecionem maiores dificuldades em conciliar estes dois domínios. Consideram, ainda, haver benefícios associados com o participar ativamente nestes dois contextos.

Dimensões	Média	Desvio-Padrão
Família interfere com Trabalho	1.61	.53
Trabalho interfere com Família	2.04	.63
Constrangimentos Trabalho/Família	1.86	.48
Benefícios Trabalho/Família	2.79	.60

Tabela 1: Médias e desvios-padrão das respostas maternas relativamente à Escala: Conciliar trabalho e família

Experiências Parentais maternas

Verifica-se, na tabela 2, que segundo as mães as experiências associadas à parentalidade são sentidas como recompensadoras, embora indiquem, também, sentimentos de stress associados a este papel.

Dimensões	Média	DP
Preocupação	2.28	.52
Recompensa	3.80	.27
Stress parental	3.07	.30

Tabela 2: Médias e Desvios-padrão das dimensões das experiências parentais maternas

Conciliar Trabalho/Família e Experiências Parentais

De seguida, analisaram-se as associações entre o modo como as mães percebem a conciliação das relações entre trabalho e família e as suas experiências parentais. Verifica-se que a dimensão Família Interfere com Trabalho se encontra significativamente relacionada com as dimensões Preocupação ($r=.32$, $p<.01$) e com o Stress Parental ($r=.26$, $p<.01$). A dimensão Trabalho Interfere com Família encontra-se significativamente relacionada com as dimensões Preocupação ($r=.32$, $p<.01$) e com o Stress Parental ($r=.23$, $p<.01$). Os Constrangimentos Trabalho/Família encontra-se significativamente relacionada com as dimensões Preocupação ($r=.38$, $p<.01$) e com o Stress Parental ($r=.29$, $p<.01$). Finalmente, a dimensão Benefícios Trabalho/Família encontra-se significativamente relacionada com a Recompensa ($r=.11$, $p<.05$).

Envolvimento Parental na perspectiva materna

Como se pode verificar, na tabela 3, a mãe continua a ser a principal figura (*Quase sempre a mãe*) na área dos cuidados à criança, enquanto nas atividades de socialização se verifica uma participação partilhada (*tanto a mãe como o pai*).

Dimensões	Média	DP
Cuidados Diretos	2.52	.57
Cuidados Indiretos	2.36	.41
Ensino/ Disciplina	3.01	.35
Brincadeira	3.13	.40
Lazer no exterior	2.83	.47

Tabela 3 - Médias e Desvios-Padrão para as 5 dimensões do Envolvimento Parental

Relação entre o Envolvimento Parental e a Escala Conciliar trabalho e família

Obteve-se apenas uma correlação negativa e significativa entre uma maior participação relativa do pai nos cuidados indiretos e a dimensão família interfere com o trabalho ($r=-.08$; $p<.05$).

DISCUSSÃO

Numa visão tradicional dos papéis parentais a mulher é considerada a principal prestadora de cuidados e organizadora da gestão familiar, enquanto o homem é definido como figura de autoridade e de suporte financeiro da família. Contudo, a entrada massiva da mulher no mercado de trabalho tem criado a expectativa generalizada de que o homem deverá assumir

maior responsabilidade no domínio familiar, tendendo-se, assim, para a igualdade de géneros e aliviando o stress e potenciais conflitos entre trabalho e família (Lamb, 2010).

As dificuldades em conciliar trabalho e família percecionadas pelas mães (trabalho interfere com família e família interfere com trabalho) estão associadas a um aumento da preocupação e do stress materno, embora não se possa determinar a direção causal das variáveis, este resultado indica que as dificuldades de gerir os dois mundos são significativamente stressantes nesta amostra.

Embora a mulher acumule responsabilidades na esfera familiar e profissional, verifica-se que continua a ser a principal responsável pela realização dos Cuidados Diretos e Indiretos, assumindo o pai um papel de suporte, enquanto nas restantes se observa uma participação igualitária. A maior participação dos pais nas atividades de Cuidados Indiretos, que remetem para tarefas de organização/planeamento das necessidades e rotinas da criança, é percecionada pelas mães como diminuindo o stress e interferência da família no trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cabrera, N.S., Tamis-LeMonda, C.S., Lamb, M.E., & Boller, K. (1999). Measuring father involvement in the early start evaluation: A multidimensional conceptualization. Paper presented at the National Conference on Health Statistics, Washington, D.C., E.U.A.

Lamb, M. (2010). *The role of the father in child development*. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.

Martins, C., Martins, E., Mateus, V., Osório, A., & Fonseca, M. (2008). Experiências parentais e conciliar trabalho e família: apresentação das características metrológicas de dois instrumentos. Poster apresentado à XIII Conferência Internacional Avaliação Psicológica: Formas e Contextos. Universidade do Minho, Portugal.

Monteiro, L., Veríssimo, M., & Pessoa e Costa, I. (2008). Escala Envolvimento Parental: Atividades de Cuidados e de Socialização. Manual não publicado, ISPA.

Torres, A. (2004). *A Vida conjugal e o trabalho. Uma perspetiva sociológica*. Oeiras: Celta.

POSTER | *POSTER*

QUALIDADE DA VINCULAÇÃO E SENTIMENTO DE SOLIDÃO EM JOVENS PRÉ-ADOLESCENTES | *QUALITY OF ATTACHMENT AND A SENSE OF SOLITUDE IN YOUNG PRE-ADOLESCENTS*

MIGUEL FREITAS, JOÃO CORREIA, ANTÓNIO J. SANTOS, OLÍVIA RIBEIRO E EULÁLIA FERNANDES

QUALIDADE DA VINCULAÇÃO E SENTIMENTO DE SOLIDÃO EM JOVENS PRÉ-ADOLESCENTES | *QUALITY OF ATTACHMENT AND A SENSE OF SOLITUDE IN YOUNG PRE-ADOLESCENTS*

Miguel Freitas
UIPCDE, ISPA – IU

(Bolsheiro de doutoramento no ISPA-IU [SFRH/BD/47427/2008])

João Correia (jvcorreia@ispa.pt)
UIPCDE, ISPA – IU

(Bolsheiro de doutoramento no ISPA-IU [SFRH/ BD/ 4135/ 2007])

António J. Santos
UIPCDE, ISPA – IU

(Professor associado no ISPA-IU)

Olívia Ribeiro
UIPCDE, ISPA – IU

(Bolsheira de investigação no ISPA-IU)

Eulália Fernandes
UIPCDE, ISPA – IU

(Bolsheira de investigação no ISPA-IU)

Os autores gostariam de agradecer a todas os jovens que aceitaram participar neste estudo, financiado pela F.C.T (PTDC/PSI-PDE/098257/2008)

RESUMO

O presente estudo teve como principal objetivo analisar a relação entre a qualidade da vinculação ao pai e à mãe e o sentimento de solidão na pré-adolescência. Participaram neste estudo 260 jovens (130 do sexo feminino; M = 13,3 anos; DP = 1,13) pertencentes a duas escolas do concelho de Lisboa. Para o efeito, recorreu-se ao *Kerns Security Scale* (Kerns, Klepac, & Cole, 1996) e ao *Relational Provision Questionnaire* (Hayden, 1989) para avaliar a qualidade da vinculação à mãe e ao pai e o nível de solidão, respetivamente. Os nossos resultados apontam para uma associação significativa entre a segurança de vinculação ao pai e à mãe e o sentimento de solidão, com os jovens mais inseguros a apresentarem uma maior ausência de integração e de intimidade no grupo de pares e, portanto, um maior sentimento de solidão. Estes dados indicam o valor protetor que a qualidade das relações de vinculação pode ter na adaptação social dos jovens ao grupo de pares.

ABSTRACT

The present study aimed to analyze the relationship between quality of attachment to father and mother and feeling of loneliness in preadolescence. 260 preadolescents participated in this study (130 females, $M = 13.3$ years, $SD = 1.13$) belonging to two schools in Lisbon. We used the Kerns Security Scale (Kerns, Klepac, & Cole, 1996) and the Relational Provision Questionnaire (Hayden, 1989) to assess the quality of attachment to father and mother and the level of loneliness, respectively. Our results show a significant association between security of attachment to father and mother and the feeling of loneliness, with the more insecure preadolescents revealing a greater lack of integration and intimacy in peer group and, therefore, a greater sense of loneliness. These data indicate the protective value that the quality of attachment relationships can have on the social adaptation of young adolescents to the peer group.

INTRODUÇÃO

Vinculação

A teoria da vinculação (Ainsworth, Blehar, Waters, & Wall, 1978; Bowlby, 1982) constitui-se como um importante corpo teórico que permite conceptualizar a natureza, o significado e as implicações das relações pais-filhos.

Na adolescência e devido ao desenvolvimento de modelos internos dinâmicos, a manutenção da proximidade física torna-se menos importante, e a representação da disponibilidade da figura de vinculação — determinada pela crença do sujeito que ela é aberta à comunicação, fisicamente acessível e responsiva se chamada para ajuda — passa a ser o objetivo central do sistema de vinculação (Bowlby, 1982). De igual modo, poderá existir um declínio na frequência e intensidade dos comportamentos de vinculação e uma maior variedade de possibilidades para a sua desativação (Bowlby, 1982).

De facto, existem dados empíricos claros que demonstram que, nesta faixa etária, existe um declínio da frequência e intensidade dos comportamentos de vinculação dirigidos às figuras de vinculação (e.g. Ammaniti, van IJzendoorn, Speranza, & Tambelli, 2000) e uma desidealização das mesmas (Allen & Land, 1999). Assiste-se ainda, por um lado, a uma diminuição do tempo passado, das atividades realizadas em conjunto e dos afetos físicos com os pais e, por outro lado, a um aumento da frequência e intensidade dos conflitos com os progenitores, da necessidade de privacidade e do tempo passado com os pares (Scharf & Mayseless, 2007).

Relações de Pares

As relações de pares têm, em si e por si próprias, contribuições e funções desenvolvimentais específicas, a nível cognitivo e emocional (e.g. Piaget, 1932; Sullivan, 1953). De facto, ao serem baseadas na simetria e reciprocidade possibilitam a aquisição de competências de comunicação, negociação, resolução de conflito, tomada de perspectiva, controlo da agressividade ou, de forma mais lata, de competência social (e.g. Rubin, Bukowski, & Parker, 2006).

Por outro lado, a ausência destas relações significativas tem sido associada a falta de competências sociais, timidez, internalização de problemas e sentimentos de solidão (e.g. Brendgen, Little, & Krappmann, 2000; Parker & Seal, 1996);

Na adolescência, assiste-se ao aumento do tamanho do grupo de pares e inclusão de membros do sexo oposto, do tempo passado em interação social — numa maior diversidade de contextos e com menor supervisão de adultos — e a uma maior partilha de intimidade (e.g. Rubin, Bukowski, & Parker, 2006), assumindo a pertença a um grupo de pares uma enorme importância para o bem-estar emocional e validação pessoal dos adolescentes (e.g. Sullivan, 1953).

Vinculação e Relações de Pares

A qualidade das relações precoces tem sido relacionada, tanto a nível teórico, como a nível empírico, com a natureza e qualidade das relações sociais que a criança estabelece para além dos limites da família.

De um modo concreto, uma relação segura, isto é, marcada pela sensibilidade e responsividade parental (e.g., Belsky & Cassidy, 1995) possibilita que as crianças fiquem mais aptas a utilizar os prestadores de cuidado como bases-seguras para a exploração do ambiente, incluindo o mundo dos pares. Permite ainda o desenvolvimento de expectativas sociais mais positivas em relação a si, aos outros e às relações (Sroufe & Fleeson, 1986), assim como a aprendizagem de um estilo de interação mais cooperativo, recíproco e responsivo na relação com os pais que, depois, se estende ou generaliza às interações com os pares.

Por outro lado, crianças com histórias de vinculação insegura apresentam um maior risco de desadaptação social. Tal poderá ser explicado pelo facto de estas crianças verem os desafios do mundo dos pares como ameaçadores e não esperarem que os outros se envolvam positivamente — seja pela sua baixa autoestima e fraca perceção de competência, seja pelas suas dificuldades de regulação emocional (Bowlby, 1973).

De facto, diferentes investigações, recorrendo a diferentes medidas, demonstraram que a segurança da vinculação se relaciona com índices mais elevados de auto-estima (Thompson, 1999) e de expressão de afeto positivo na interação social (Sroufe, & Fleeson, 1986), bem como a uma maior competência e estatuto social, número, reciprocidade e qualidade da amizade, desde a infância até à adolescência (e.g. Schneider, Atkinson, & Tardif, 2001; Rubin, Dwyer, Booth La-Force, Kim, Burgess, & Rose-Krasnor, 2004).

Assim e de acordo com a teoria da vinculação, as experiências vividas com os prestadores de cuidados constituem uma importante base para o desenvolvimento de outras relações sociais próximas, pelo que delineámos os seguintes objetivos: a) analisar a relação entre segurança de vinculação à mãe e ao pai e sentimento de solidão na pré-adolescência; b) averiguar possíveis diferenças de género.

METODOLOGIA

Participantes

Participaram neste estudo 260 jovens adolescentes (130 do sexo feminino; M=13,3 anos; D.P.= 1,13) pertencentes a duas escolas do concelho de Lisboa.

Instrumentos

Kerns Security Scale (Kerns, Klepac, & Cole, 1996)

Escala de 15 itens que procura avaliar: a) a confiança que o adolescente tem na disponibilidade e responsividade das suas figuras de vinculação; b) a sua tendência para recorrer a elas em momentos de ansiedade/ stress; c) e, ainda, a facilidade e o interesse em comunicar com elas.

Os itens deverão ser respondidos para o pai ($\alpha = 0,83$) e para a mãe ($\alpha = 0,83$) — ou outras figuras parentais com quem residam — no formato alternativo delineado por Harter (1982) “alguns jovens... outros jovens...”. Neste instrumento pede-se aos pré-adolescentes que indiquem qual das afirmações é mais característica deles e, posteriormente, que apontem o seu grau de identificação (“Muito parecido comigo” ou “Um pouco parecido comigo”). Cada item é depois cotado de 1 a 4, com os valores mais altos a indicarem uma maior segurança na vinculação aos pais.

Relational Provision Questionnaire (Hayden, 1989)

Este instrumento tem como objetivo avaliar o nível de solidão em jovens adolescentes. É uma medida multidimensional que se concentra em dois aspetos de satisfação social — a integração no grupo e a intimidade pessoal —, vivenciados em dois contextos distintos: o grupo de pares e a família.

Os itens são respondidos numa escala de 5 pontos (1=nunca; 5=sempre), com os resultados de cada uma das 4 subescalas — ausência de integração no grupo de pares ($\alpha=.86$) e na família ($\alpha=.88$); ausência de intimidade com os pares ($\alpha=.91$) e com a família ($\alpha=.91$) — a indicarem a falta de integração e intimidade, ou seja, o nível de solidão.

Procedimento

Ambos os instrumentos foram administrados em grupo, no contexto de sala de aula, por dois investigadores. Os alunos foram informados que as suas respostas eram confidenciais, que tinham fins unicamente científicos e foram instruídos a não discutirem as respostas entre si, uma vez que se pretendia respostas espontâneas e pessoais. Cada sessão durou, aproximadamente, 60 minutos.

RESULTADOS

Para analisar a relação entre a segurança da vinculação ao pai e à mãe e o sentimento de solidão na pré-adolescência calculou-se o coeficiente de correlação de Pearson, obtendo-se os seguintes resultados (Tabela1):

Tabela1: Correlação entre Segurança de Vinculação ao Pai e à Mãe e Sentimento de Solidão

	Seg. Vinc. Mãe	Ausência de Integração		Ausência de Intimidade	
		Família	Grupo Pares	Família	Grupo Pares
Seg. Vinc. Pai	.59**	-.52**	-.25**	-.34**	-.16*
Seg. Vinc. Mãe		-.55**	-.21*	-.41**	-.16*

* p<.05; ** p<.01

Para averiguar a existência de possíveis diferenças de género quer na segurança de vinculação ao pai e à mãe, quer no sentimento de solidão, realizaram-se duas ANOVAS a um fator. Verificou-se a existência de diferenças significativas para a segurança de vinculação ao pai [$F(1,236) = 7.25$; $p < 0.001$] e para a ausência de intimidade com o grupo de pares [$F(1,258) = 25.15$; $p < 0.001$], com os rapazes a relatarem níveis mais elevados para ambas as variáveis ($M_{\text{♂}} = 2.04$, $DP = 0.71$, $n = 130$ Vs. $M_{\text{♀}} = 1.54$; $DP = 0.90$; $n = 130$; e $M_{\text{♂}} = 2.92$; $DP = 0.48$; $n = 117$ Vs. $M_{\text{♀}} = 2.72$; $DP = .66$; $n = 121$, respetivamente).

DISCUSSÃO

O presente estudo demonstrou a existência de uma correlação significativa entre a segurança da vinculação ao pai e à mãe na pré-adolescência, o que é consistente com outros estudos sobre a qualidade da vinculação na infância (e.g. van IJzendoorn & De Wolff, 1997).

Os resultados confirmaram ainda que, tal como preconizado pela teoria da vinculação, a segurança da vinculação aos pais tem implicações na adaptação psicossocial dos sujeitos. Esta associação já havia sido largamente confirmada pela literatura com recurso a diferentes metodologias - desde a observação a medidas de avaliação das representações da vinculação -, mas sobretudo para a infância.

Assim, os nossos dados parecem indicar que também os pré-adolescentes com uma representação interna segura das relações de vinculação revelam uma maior capacidade para cumprir com sucesso as tarefas desenvolvimentais normativas, como sendo a formação de relações sociais fora da esfera familiar (Allen & Land, 1999). Deste modo, poderão estar mais aptos a integrar-se no grupo de pares e a estabelecer relações caracterizadas por maiores níveis de intimidade, suporte, cooperação e lealdade e, conseqüentemente a relatarem menos sentimentos de solidão (Sullivan, 1953).

As diferenças de género registadas estão também de acordo com a literatura. De facto e apesar de não se ter verificado que os adolescentes sentem uma maior proximidade com as mães do que com os pais (Verschuren & Marcoen, 2005), observou-se que estes tendem a manter uma maior ligação aos filhos do sexo masculino (Lewis & Lamb, 2003). Por outro lado, a investigação também tem demonstrado de forma consistente (e.g. Gifford-Smith & Brownell, 2003) que os rapazes se integram em grupos maiores, enquanto as raparigas preferem participar em díades ou tríades mais exclusivas, onde a intimidade é maior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ainsworth, M. D. S., Blehar, M. C., Waters, E. & Wall, S. (1978). *Patterns of Attachment: A Psychological Study of the Strange Situation*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Allen, J. P., & Land, D. (1999). The attachment system in adolescence. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 265 – 286). New York: Guilford Press.
- Ammaniti, M., van IJzendoorn, M. H., Speranza, A. M., & Tambelli, R. (2000). Internal working models of attachment during late childhood and early adolescence: An exploration of stability and change. *Attachment and Human Development*, 2, 328-346.
- Belsky, J., & Cassidy, J. (1995). Attachment: Theory and Evidence. In M. L. Rutter, D. F. Hay, & S. Baron-Cohen (Eds.), *Developmental principles and clinical issues in psychology and psychiatry* (pp. 373–402). Oxford, England: Blackwell.
- Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss: Separation: Anxiety and anger* (vol. 2). New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1982). *Attachment and loss: Attachment* (vol. 1, 2nd ed. rev.). New York: Basic Books (Original work published, 1969).
- Brendgen, M., Little, T. D., & Krappmann, L. (2000). Rejected children and their friends: A shared evaluation of friendship quality? *Merrill-Palmer Quarterly*, 46(1), 45–70.
- Gifford-Smith, M. E., & Brownell, C. A. (2003). Childhood Peer Relationships: Social Acceptance, Friendships, and Peer Networks. *Journal of School Psychology*, 41, 235-284.
- Hayden, L. K. (1989). *Children's loneliness*. Unpublished doctoral dissertation, University of Waterloo, Waterloo, Ontario, Canada.
- Kerns, K. A., Klepac, L., & Cole, A. (1996). Peer relationships and preadolescents' perceptions of security in the child-mother relationship. *Developmental Psychology*, 32, 457 – 466.
- Lewis, C. & Lamb, M. (2003). Father's influence on children's development: The evidence from two-parent families. *European Journal of Psychology of Education*, XVIII (2), 211-227.
- Piaget, J. (1932). *The moral judgment of the child*. Glencoe, IL: Free Press.
- Parker, J. G., & Seal, J. (1996). Forming, losing, renewing, and replacing friendships: Applying temporal parameters to the assessment of children's friendship experiences. *Child Development*, 67, 2248–2268.
- Rubin, K. H., Bukowski, W., & Parker, J. G. (2006). Peer interactions, relationships, and groups. In W. Damon, R. M. Lerner & N. Eisenberg (Eds.), *Handbook child psychology: Social, emotional, and personality development* (6th ed. pp. 571-645). New York: Wiley.
- Rubin, K., Dwyer, K.M., Booth La-Force, C., Kim, A.H., Burgess, K.B., & Rose-Krasnor, L. (2004). Attachment, friendship, and psychosocial functioning in early adolescence. *Journal of Early Adolescence*, 24 (4), 326-356.

Scharf, M., & Mayseless, O. (2007). Putting Eggs in More Than One Basket: A New Look at Developmental Processes of Attachment in Adolescence. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 117, 1-22.

Schneider, B., Atkinson, L. & Tardif, C. (2001). Child-Parent attachment and children's peer relations: a quantitative review. *Developmental Psychology*, 37 (1), 86-100.

Sroufe, L. A., & Fleeson, J. (1986). Attachment and the construction of relationships. In W. Hartrup, & Z. Rubin (Eds.), *Relationships and development* (pp.51-71). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Sullivan, H. S. (1953). *The interpersonal theory of psychiatry*. New York: Norton.

Thompson, R. A. (1999). Early attachment and later development. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 265 – 286). New York: Guilford Press.

van IJzendoorf, M. H., & de Wolff, M.S. (1997). In search of the absent father — meta-analysis of infant-father attachment: A rejoinder to our discussants. *Child Development*, 68, 604-609.

Verschuere, K. & Marcoen, A. (2005). Perceived security of attachment to mother and father in 8- to 11-year-olds: Developmental differences and relations to self-worth and peer relationships at school. In K. A. Kerns & R. A. Richardson (Eds.), *Attachment in Middle Childhood* (pp. 212–230). New York: Guilford Press.

POSTER | *POSTER*

ENVOLVIMENTO PATERNO NAS ACTIVIDADES DA CRIANÇA: A INFLUÊNCIA DA SITUAÇÃO PROFISSIONAL MATERNA | *FATHER INVOLVEMENT IN CHILDREN'S ACTIVITIES: THE INFLUENCE OF THE MOTHER'S PROFESSIONAL SITUATION*

PATRÍCIA BORGES, INÊS PESSOA E COSTA, LÍGIA MONTEIRO, NUNO TORRES,
ANTÓNIO J. SANTOS E MANUELA VERÍSSIMO

ENVOLVIMENTO PATERNO NAS ACTIVIDADES DA CRIANÇA: A INFLUÊNCIA DA SITUAÇÃO PROFISSIONAL MATERNA | *FATHER INVOLVEMENT IN CHILDREN'S ACTIVITIES: THE INFLUENCE OF THE MOTHER'S PROFESSIONAL SITUATION*

Patrícia Borges (pborges@ispa.pt)

UIPCDE, ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida

(Mestre em Psicologia Clínica e Assistente de Investigação na UIPCDE-IU)

Inês Pessoa e Costa

UIPCDE, ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida

(Mestre em Psicologia Clínica e Assistente de Investigação na UIPCDE)

Lígia Monteiro

UIPCDE, ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida

(Investigadora de Pós-Doutoramento na UIPCDE-IU/FCT [SFRH/BPD/65804/2009])

Nuno Torres

UIPCDE, ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida

(Investigador de Pós-Doutoramento na UIPCDE no ISPA-IU/FCT [SFRH/BPD/77199/2011])

António J. Santos

UIPCDE, ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida

(Professor Associado no ISPA-IU)

Manuela Veríssimo

UIPCDE, ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida

(Professora Associada no ISPA-IU)

Os autores gostariam de agradecer a todas as famílias que aceitaram participar neste estudo, financiado pela F.C.T e pela Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género (PIHM/GC/0008/2008).

RESUMO

O presente estudo visa analisar o envolvimento paterno em função da situação profissional da mãe e, concretamente, do número de horas que esta trabalha. 1145 famílias biparentais portuguesas participaram no estudo. As mães tinham idades compreendidas entre os 19 e os 50 anos ($M= 34.3$, $DP= 4.9$) e os pais entre os 21 e os 70 ($M=36.6$, $DP= 5.9$). As habilitações literárias das mães variavam entre os 0 e os 22 anos de escolaridade ($M= 12.8$, $DP= 3.89$) e as dos pais entre os 0 e os 21 anos ($M=11.43$, $DP= 3.85$). 86% das mães e 94% dos pais trabalhavam, em média, 7.82 e 8.46 horas diárias, respectivamente ($DP=1.36$, 1.49). As crianças tinham idades compreendidas entre os 5 e os 97 meses ($M=53.49$, $DP= 13.73$), sendo 603 (51.3%) do sexo feminino e 566 (48.2%) do sexo masculino. Usou-se a *Escala de Envolvimento Parental: Actividades de Cuidados e de Socialização* (Monteiro, Veríssimo & Pessoa e Costa, 2008), que avalia a participação parental relativa de pai e mãe na organização e realização de diferentes actividades relacionadas com as crianças, que ocorrem no contexto das vivências familiares. Os resultados indicam que, quando a mãe trabalha, o pai têm um

envolvimento significativamente superior nas dimensões de cuidados directos e de lazer no exterior. Os resultados serão discutidos em função das novas teorias da parentalidade.

ABSTRACT

The main goal of this study is to evaluate changes in father's involvement according to the mother's professional status and working hours. 1145 biparental families participated in this study. Mothers' age ranged from 19 to 50 years ($M=34.3$, $SD=4.9$) and fathers' age from 21 to 70 ($M=36.6$, $SD=5.9$). 86% of the mothers and 94% of the fathers were employed, working on average 7.82 and 8.46, respectively ($SD=1.36$, 1.49). Children were 603 girls (51.3%) and 566 boys (48.2%), between 5 and 97 months old ($M=53.49$, $SD=13.73$). The Parental Involvement Scale: Caring and Socializing Activities (Monteiro, Veríssimo & Pessoa e Costa, 2008) was used to evaluate parental participation on organizing and several other child-related activities that take place in the context of family routine daily experiences. Results show that, when the mother works, the father's relative involvement is significantly higher on the Direct Caring, Indirect Caring and Play Outside subscales. Results also reveal that, the more hours mothers work, the more the fathers are significantly involved in Direct Caring and Play Outside activities. These results will be discussed in light of recent theories on parenthood.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, tem-se assistido a uma grande diversificação no modo como as famílias se organizam nas actividades de cuidados e de socialização das crianças, resultante da representação dos papéis materno e paterno, do investimento na carreira profissional (em particular, por parte da mulher), ou ainda de questões económicas. De facto, encontra-se desde uma organização tradicional, a uma co-parentalidade, ou até mesmo a inversão dos papéis tradicionais, em que o pai pode assumir-se como o principal cuidador.

Alguns estudos indicam que o grau de envolvimento paterno em famílias bi-parentais varia consoante a situação profissional da mãe, nomeadamente o seu estatuto, carreira e horário profissionais (Lewis & Lamb, 2003), já que é difícil conciliar as exigências profissionais e as actividades com os filhos.

Quando a mãe trabalha, os pais assumem mais responsabilidades, aumentando a sua participação nas actividades quer de organização e cuidados, quer de envolvimento social (Bailey, 1994; Peitz et al., 2001), não obstante as suas crenças serem tradicionais ou irem no sentido da partilha (NICHD, 2005).

No entanto, Torres (2004) refere que continuam a ser as mulheres, independentemente da sua situação profissional, a assegurar o essencial dos cuidados, pelo que a partilha destas tarefas está ainda longe de ser igualitária (mesmo tendo a participação paterna maior expressão nas actividades lúdicas).

Neste sentido, embora os pais apresentem maior envolvimento quando as mães trabalham, este aumento é, em termos absolutos, modesto (Cabrera et al., 2000; Lamb & Tamis-LeMonda, 2004). O presente estudo visa analisar algumas influências do suporte social no envolvimento parental, especificamente se o envolvimento paterno varia consoante a situação profissional da mãe e mais concretamente o número de horas que esta trabalha.

MÉTODO

Participantes

Participaram no estudo 1145 famílias biparentais portuguesas. As mães tinham idades compreendidas entre os 19 e os 50 anos ($M= 34.3$, $DP= 4.9$) e os pais entre os 21 e os 70 ($M=36.6$, $DP= 5.9$). As habilitações literárias das mães variavam entre os 0 e os 22 anos de escolaridade ($M= 12.8$, $DP= 3.89$) e as dos pais entre os 0 e os 21 anos ($M=11.43$, $DP= 3.85$). 86% das mães e 94% dos pais estavam empregados, trabalhando em média 7.82 e 8.46 horas diárias, respectivamente ($DP=1.36$, 1.49). As crianças tinham idades compreendidas entre os 5 e 97 meses ($M=53.49$, $DP= 13.73$), sendo 603 (51.3%) do sexo feminino e 566 (48.2%) do sexo masculino e frequentavam escolas de vários concelhos de Portugal, através das quais as famílias foram recrutadas para o estudo.

Instrumentos/Procedimento

Inicialmente foi pedido aos pais que preenchessem uma *Ficha de Identificação* (Veríssimo, não publicada) com o objectivo de recolher informações sobre os dados sociodemográficos da família.

Em seguida, foi utilizado o questionário *Escala de Envolvimento Parental: Actividades de Cuidados e de Socialização* (Monteiro, Veríssimo & Pessoa e Costa, 2008) que pretendia avaliar a participação parental na organização e realização de diferentes actividades relacionadas com as crianças, que ocorrem no contexto das vivências familiares. Esta escala é constituída por 26 itens, organizados em 5 dimensões — cuidados directos – itens 1, 2, 3, 4 e 6 (e.g. “quem dá banho ao seu filho” e “quem vai deitar o seu filho”); cuidados indirectos – itens 5, 7, 8, 23, 24, 25 e 26 (e.g. “quem é responsável pela ida ao médico do seu filho” e “quem leva e traz o seu filho à escola”); ensino e disciplina – itens 15, 16, 17, 18 e 19 (e.g. “quem ensina ao seu filho novas competências” e “quem faz cumprir as regras”); brincadeira – itens 11, 12, 13, 14 e 22 (e.g. “quem brinca com o seu filho” e “quem lê histórias ao seu filho”); actividades de lazer no exterior – itens 9, 10, 20 e 21 (e.g. “quem leva o seu filho às festas de anos” e “quem leva o seu filho ao parque infantil”). As respostas são dadas numa escala de 5 pontos: Sempre a mãe (1); Quase sempre a mãe (2); Tanto a mãe como o pai (3); Quase sempre o pai (4); Sempre o pai (5).

Os Alfas de Cronbach para as 5 dimensões apresentam valores aceitáveis de fiabilidade, respectivamente para mães e pais: Cuidados Directos (.77; .72); Cuidados Indirectos (.74; .69); Ensino/ Disciplina (.83; .70); Brincadeira (.79; .66) e Actividades de Lazer no Exterior (.78; .71). O envolvimento é avaliado numa perspectiva relativa, ou seja, como é que as actividades são divididas ou partilhadas em relação à outra figura parental.

Os questionários foram preenchidos separadamente por mães e pais.

RESULTADOS

A tabela 1 demonstra que as perspectivas materna e paterna do envolvimento estão correlacionadas moderada a fortemente, em todas as dimensões do Envolvimento.

<i>Dimensões do Envolvimento</i>	<i>r</i>
Cuidados Directos	.79**
Cuidados Indirectos	.77**
Ensino/ Disciplina	.59**
Brincadeira	.67**
Lazer no Exterior	.75**

****p<.01**

Tabela 1 – Correlações entre o envolvimento materno e paterno

De modo a ver se o envolvimento difere consoante a situação profissional da mãe, isto é, se a mãe está ou não empregada, realizou-se uma análise de variância multivariada (MANOVA), que revelou efeitos significativos, $F(10, 888)=3.266$, $p=.000$.

Como pode ser verificado nas tabelas 2 e 3, uma comparação de médias revela que, quando a mãe se encontra a trabalhar, há um maior envolvimento paterno, reportado quer pela mãe quer pelo pai, nas dimensões de Cuidados Directos, Cuidados Indirectos e Lazer no Exterior.

<i>Dimensões do Envolvimento</i>	Trabalha		Não Trabalha		<i>F</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	
Cuidados Directos	2.31	.02	2.08	.05	17.62***
Cuidados Indirectos	2.28	.02	2.18	.04	5.44*
Ensino/ Disciplina	2.74	.02	2.74	.04	.00
Brincadeira	2.98	.02	2.92	.04	2.14
Lazer no Exterior	2.78	0.2	2.60	.05	13.28***

*p<.05; ***p<.001

Tabela 2 – Situação profissional da Mãe e a Perspectiva Materna do Envolvimento do Pai

<i>Dimensões do Envolvimento</i>	Trabalha		Não Trabalha		<i>F</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	
Cuidados Directos	2.44	.02	2.08	.05	18.82***
Cuidados Indirectos	2.34	.02	2.30	.04	4.36*
Ensino/ Disciplina	2.87	.01	2.83	.03	1.55
Brincadeira	3.05	.02	2.99	.04	1.80
Lazer no Exterior	2.83	0.2	2.67	.04	12.34***

*p<.05; ***p<.001

Tabela 3 – Situação profissional da Mãe e a Perspectiva Paterna do Envolvimento do Pai

De forma a analisar a associação entre o número de horas que a mãe trabalha e o envolvimento do pai, realizou-se uma correlação de Pearson que se revelou significativa apenas para as dimensões de Cuidados Directos e Lazer no Exterior, na perspectiva do pai (ver tabela 4). Na perspectiva materna do envolvimento, não foi encontrada nenhuma associação significativa.

Dimensões do Envolvimento		Nº horas Trabalho
		<i>r</i>
Cuidados Directos	Mãe	.04
	Pai	.10***
Cuidados Indirectos	Mãe	-.03
	Pai	.05
Ensino/ Disciplina	Mãe	-.01
	Pai	.05
Brincadeira	Mãe	.00
	Pai	.07
Lazer no Exterior	Mãe	.03
	Pai	.12***

*** $p < .001$

Tabela 4 – Número de Horas que a Mãe Trabalha e o Envolvimento Paterno

DISCUSSÃO

Pais e mães apresentam percepções semelhantes do envolvimento paterno, que se revela significativamente superior nas dimensões de cuidados directos, cuidados indirectos e lazer no exterior, quando a mãe trabalha. Os resultados demonstram ainda uma associação entre o número de horas de trabalho da mãe e um envolvimento paterno mais directo nas relações com os filhos (Lamb & Tamis-LeMonda, 2004). Assim, parece haver necessidade de uma diferente gestão dos tempos e tarefas familiares, em particular, das atividades relacionadas com as crianças. Contudo, este tem sido um processo de mudança mais lento do que as crenças populares poderiam indicar (Monteiro et al., 2010; Torres, 2004). Estes resultados poderão estar relacionados com o facto de, frequentemente, as mães terem de gerir o seu tempo e disponibilidade realizando tarefas em simultâneo, de modo a preservar o tempo passado em actividades mais valorizadas, como o conversar, brincar ou ler, enquanto os pais passam mais tempo a realizar estas actividades em exclusivo (Monteiro et al., 2010; Craig, 2006). Em conclusão, esta perspectiva emergente da “nova paternidade” já não divide os papéis de trabalho e família, integrando-os, em alternativa, numa rede complexa (McDonald & Almeida, 2004).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bailey, W. T. (1994). A longitudinal study of father's involvement with young children: Infancy to age 5 years old. *Journal of Genetic Psychology*, 155, 331-339.

Cabrera, N. J., Tamis-LeMonda, C. S., Bradley, R. H., Hofferth, S., & Lamb, M. E. (2000). Fatherhood in the twenty-first century. *Child Development*, 71(1), 127-136.

Craig, L. (2006). Does father care mean father share? A comparison of how mothers and fathers in impact families spend time with children. *Gender & Society*, 20(2), 259-281.

Lamb, M. E., & Tamis-LeMonda, C. S. (2004). The role of the father: An introduction. In M. E. Lamb (Ed.), *The role of the father in child development* (pp. 1-31). Hoboken, NJ: John Wiley and Sons.

Lewis, C., & Lamb, M. E. (2003). Fathers' influences on children's development: The evidence from two parents families. *European Journal of Psychology of Education*, 18(2), 211-228.

MacDonald, D. A., & Almeida, D. M. (2004). The interweave of fathers' daily work experiences and fathering behaviors. *Fathering: A Journal of Theory, Research, & Practice about Men as Fathers*, 2(3), 235-251.

Monteiro, L., Veríssimo, M., & Pessoa e Costa, I. (2008). *Escala Envolvimento Parental: Atividades de Cuidados e de Socialização*. Manual não publicado, ISPA.

Monteiro, L., Fernandes, M., Veríssimo, M., Pessoa e Costa, I., Torres, N., & Vaughn, B. (2010). Perspectiva do pai acerca do seu envolvimento em famílias bi-parentais. Associações com o que é desejado pela mãe e com as características da criança. *Interamerican Journal of Psychology*, 44(1), 120-130.

NICHD Early Child Care Research Network. (2005). *Child care and child development*. New York: The Guilford Press.

Peitz, G., Fthenakis, W. E., & Kalicki, B. (2001). *Determinants of paternal involvement during the child's third year of life: Child-care tasks versus pleasure activities*. Poster presented at the meeting of the Society for Research in Child Development, Minneapolis, MN.

Torres, A. (2004). *A Vida conjugal e o trabalho. Uma perspectiva sociológica*. Oeiras: Celta.